

Helena Fátima Alves Martins Miranda Lana

Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria

Belo Horizonte

2016

Helena Fátima Alves Martins Miranda Lana

Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara: a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Baltazar

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

L244e

Lana, Helena Fátima Alves Martins Miranda.

Uma experiência de produção de espaço coletivo na Ocupação Dandara [manuscrito] : a comunidade real como horizonte teórico de uma assessoria / Helena Fátima Alves Martins Miranda Lana. - 2016.
243 f. : il.

Orientadora: Ana Paula Baltazar.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Autonomia – Teses. 2. Comunidade – Organização - Teses. 3. Movimentos sociais urbanos - Teses. I. Baltazar, Ana Paula. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

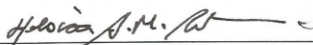
CDD 307.76

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 12 de julho de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profª. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (EA-UFMG)  _____

Profª. Dra. Silke Kapp (EA-UFMG)  _____

Profª. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa (IGC-UFMG)  _____

Dedico esse trabalho a José Mojica Miranda
Lana. Inspiração de humildade, força e fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família e ao Jorge que foram companheiros indispensáveis nesse processo. A escrita da dissertação foi um processo penoso em muitos momentos e eles o tornaram mais leve.

Agradeço aos moradores da Ocupação Dandara, especialmente aqueles que participaram do processo de produção do parquinho. Eles foram fundamentais para as discussões desenvolvidas aqui. Os moradores mostraram que dispõem de uma enorme coragem para lidar com tantas opressões.

Agradeço também aos militantes da organização política Brigadas Populares que foram essenciais para esse trabalho e que mostram uma determinação ímpar na sua atuação nas ocupações.

Agradeço especialmente à Ana Paula Baltazar que me abriu os olhos para uma série de questões sobre as quais eu nunca havia refletido. A sua orientação foi fundamental não apenas para esse trabalho mas para meu crescimento pessoal.

Agradeço especialmente à FAPEMIG, que tornou o mestrado possível.

Agradeço à Luciana da Cruz, que nesse processo se tornou uma grande amiga e que dá exemplos de uma coragem e vontade ímpar.

Agradeço à colega de mestrado Cintia Melo que me auxiliou em diversos momentos. À professora Leta que demonstrou um grande carinho durante o estágio de docência. Ao Tiago Castelo Branco à Carina Guedes, suas dissertações serviram como um norte para esse trabalho.

Agradeço também aos amigos, Gabriela Andrade, Luiza Silva, Stephane Aguilar, Luiza Dornelas, Mariana Quintão, Daphne Thierry, Paulo Souza, Patrícia Nicolich, Gabriela Oliveira, Izabela Cristina e todos aqueles que torceram desde a graduação para a realização desse mestrado. Agradeço ainda especialmente ao professor Frederico Canuto, sem seu auxílio durante os dois últimos semestres da graduação eu possivelmente nem teria me inscrito para o mestrado, muito obrigada pela força.

Agradeço ainda à graduanda Iara Pezzuti, que foi de grande ajuda no processo de produção do parquinho.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Essa dissertação apresenta um processo de assessoria técnica na produção de um equipamento coletivo na Ocupação Dandara. Nesse contexto se inserem diversos atores: militantes da organização política além dos técnicos apoiadores, dentre os quais os arquitetos assumem uma posição de destaque. Se por um lado os militantes e apoiadores contribuem enormemente com a Ocupação, conferindo-lhe maior legitimidade, por outro lado tal atuação engendra relações de dependência via assistencialismo que constrange a autonomia dos moradores. Essa dependência tem como reflexo o estímulo à passividade e a alienação desses, o que favoreceu a consolidação de um poder heterônomo na Ocupação. Desejando romper com essa dependência e com a heteronomia, a produção do equipamento coletivo teve como horizonte teórico o conceito de comunidade real, como local do exercício da autonomia individual e coletiva, que é contraposto ao conceito de comunidade tradicional, como local da tutela e da heteronomia. O processo foi o meio pelo qual se observou quais os limites à autonomia e, por conseguinte, à comunidade real e ao mesmo tempo o meio pelo qual se buscou estimular ganhos de autonomia e assim apontar para o horizonte teórico. Ele apresenta uma alternativa possível à atuação convencional dos arquitetos nas ocupações que ao invés de reforçar as relações de dependência estimule ganhos de autonomia.

Palavras-chave: Comunidade real e tradicional. Autonomia. Heteronomia. Produção de equipamento coletivo.

ABSTRACT

This thesis presents a process of technical assistance in the production of a facility for collective use in Dandara land occupation. In its context there is a diversity of social actors: from activists in political organization to technical supporters in which architects play a main role. Although activists and supporters can contribute enormously to the occupation by giving it some level of legitimacy, their practices can reinforce relations of dependency through welfarism and constrain the autonomy of the occupants. This dependency is reflected by the stimulation of passivity and alienation of the occupants, which promoted the consolidation of a heteronomous power in the occupation. In order to disrupt these relations of dependency and heteronomy, the production of the facility had, as a theoretical benchmark the concept of real community – as a place for the exercise of individual and collective autonomy – opposed to the concept of traditional community – as a place of guardianship and heteronomy. The process allowed observation of the limits to autonomy and consequently the limits to the real community and at the same time the means to stimulate autonomy benefits and thus glimpse the theoretical benchmark. It introduces a possible alternative to the conventional practice of architects in occupations. Instead of reinforcing relations of dependency, they can stimulate autonomy gains.

Keywords: Real and traditional Community. Autonomy. Heteronomy. Collective spaces.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Materiais e ferramentas para a oficina de maquetes.....	53
FIGURA 2 - Representação de bonecos de diferentes idades.	53
FIGURA 3 - Orçômetro.....	55
FIGURA 4 - Mapa da Ocupação com a marcação de ambos os espaços.....	59
FIGURA 5 - Brinquedo automatizado do Parque Municipal de Belo Horizonte.....	65
FIGURA 6 - Brinquedo de tubulões do Parque Municipal de Belo Horizonte.....	65
FIGURA 7 - Panfleto desenvolvido.	67
FIGURA 8 - Participantes da oficina de fotografias.	68
FIGURA 9 – Brinquedos não-automatizados no playground projetado por Aldo van Eyck..	71
FIGURA 10 – Brinquedos não-automatizados no playground projetado por Aldo van Eyck.	71
FIGURA 11 - Montagem da interface de espacialidade.....	73
FIGURA 12 - Interface de espacialidade montada.....	73
FIGURA 13 – Montagem da maquete da interface de espacialidade.....	74
FIGURA 14 - Maquetes dos brinquedos.	76
FIGURA 15 - Maquetes no terreno.	76
FIGURA 16 – Nova conformação das maquetes no terreno.	80
FIGURA 17 - Manipulação das maquetes no terreno na reunião do dia 12 de março de 2016.	85
FIGURA 18 - Manipulação das maquetes no primeiro dia de mutirão.....	86
FIGURA 19 – 1º dia do mutirão de construção do parquinho.	87
FIGURA 20 – 2º dia do mutirão de construção do parquinho.	87
FIGURA 21 - Parquinho finalizado.	88
FIGURA 22 - Parquinho finalizado.	88
FIGURA 23 – Depredação do parquinho.	90
FIGURA 24 – Depredação do parquinho.	90
FIGURA 25 – Edição do Jornal Dandara de abril de 2013.....	167
FIGURA 26 – Edição do Jornal Dandara de março de 2013.	168
FIGURA 27 - Plano Diretor Coletivo.	205
FIGURA 28 - Projeto 3D do Centro Ecumênico.....	211
FIGURA 29 - Projeto com lotes coletivos.	219
FIGURA 30 - Projeto com lotes individuais.	220

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP	Área de Preservação Permanente
ASF	Associação Arquitetos Sem Fronteiras
BPs	Brigadas Populares
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FMB	Fórum de Moradia do Barreiro
LAGEAR	Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MOM	Morar de Outras Maneiras
MST	Movimento dos Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OP	Orçamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAJ	Serviço de Assistência Jurídica
TGC	Território de Gestão Compartilhada
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. A COMUNIDADE.....	21
2.1. A comunidade em diferentes contextos	24
2.2. A Comunidade tradicional	29
2.3. A comunidade da autonomia; ou a comunidade real	31
3. A EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA EM UM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTO COLETIVO	35
3.1. Breve histórico da formação da Ocupação Dandara.....	35
3.2. A formação do grupo de discussão e os pressupostos	40
3.3. Relato do processo de produção do equipamento coletivo.....	56
4. OS SUJEITOS POLÍTICOS.....	94
4.1. Os referenciais teóricos.....	96
4.2. A atuação da BPs na Ocupação	110
4.2.1. A construção da imagem da comunidade.....	110
4.2.2. A racionalidade consensual na Ocupação	119
4.2.3. Sobre o dirigismo da organização política	126
4.3. Surgimento e consolidação do grupo de lideranças.....	139
4.3.1. A heteronomia na Ocupação	150
4.3.2. Territorialização dos espaços	170
5. A REPRODUÇÃO DE UMA DEPENDÊNCIA	185
5.1.1. O projeto como instrumento de legitimação	192
5.1.2. Sobre a imposição de uma lógica de morar.....	202
5.1.3. Expectativas frustradas.....	225
6. CONCLUSÃO	232
REFERÊNCIAS	237

1. INTRODUÇÃO

O meu primeiro contato com o contexto das ocupações urbanas foi em uma palestra do arquiteto Tiago Castelo Branco Lourenço em 2012¹, na qual ele relatava o processo de elaboração do projeto de parcelamento e da apropriação do terreno onde a Ocupação Dandara² surgiu, assim como o contexto de formação da ocupação Eliana Silva II. As formas de organização das ocupações, a luta política em torno da questão da habitação e o envolvimento de arquitetos nesse processo despertaram o meu interesse. A princípio, havia da minha parte uma visão um tanto romantizada acerca desses espaços e uma crença que não corresponde ao cotidiano das ocupações. A imagem que tinha dessas era de coletividades unidas, autônomas, mobilizadas em torno de uma luta comum, lugares de uma sociabilidade semelhante à do imaginário caricatural que o senso comum faz das antigas cidades do interior, como se houvesse nelas uma comunidade solidária com fortes laços afetivos. Nesse momento, passava despercebido o fato de que a noção que o senso comum tem acerca da comunidade contradiz o ideal de autonomia que eu associava às ocupações. Esse pensamento ainda desconsiderava drasticamente todas as influências e pressões próprias da hegemonia do capitalismo à qual todos estamos submetidos.

No entanto, a despeito disso, o imaginário dessa coletividade é muitas vezes reforçado pelos apoiadores, organizações e movimentos sociais que atuam nas ocupações. Cabe salientar que os integrantes das organizações e movimentos sociais não são ingênuos quanto aos vários problemas internos das ocupações – o individualismo, a alienação, a desmobilização etc. – mas a apropriação dessa suposta coletividade opera como um instrumento de legitimação para os próprios moradores e contra as pressões externas que marginalizam a ação. Expressão disso também é a nomeação das ocupações como “comunidades”, principalmente nos discursos que desejam legitimá-las. Essa noção de comunidade arraigada no senso comum está profundamente ligada a uma visão cristã – que tem sua origem no período medieval e foi perpetuada no Brasil pela atuação da Igreja Católica, sobretudo nas favelas –, pressupondo que as relações humanas deveriam ser assentadas sob os valores da irmandade e da caridade (ARENDDT, 2007). A comunidade é, por essa ótica, a extensão da família.

¹ Palestra ministrada por Tiago C. B. L., “Brigadas Populares: Projeto Dandara”, na Semana de Arquitetura e Design do Centro Universitário Izabela Hendrix, em Belo Horizonte no dia 04 de outubro de 2012.

² O projeto de parcelamento da Ocupação Dandara foi resultado da assessoria prestada por Tiago no momento da conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo em 2009.

O caráter apolítico e não-público da comunidade cristã foi bem cedo definido na condição de que deveria formar um *corpus*, cujos membros teriam entre si a relação que tem os irmãos de uma mesma família. A estrutura da vida comunitária tomou por modelos as relações entre os membros de uma família porque estas eram sabidamente não políticas e até mesmo antipolíticas. Jamais existiu uma esfera pública entre os membros de uma família, e era portanto improvável que viesse a surgir da vida comunitária cristã se esta fosse governada pelo princípio da caridade e nada mais. (ARENDDT, 2007, p. 63-64).

Dessa forma, a comunidade cristã se limitava à esfera privada e todas as possíveis demonstrações de caráter público eram, por conseguinte, reguladas por meio de regras e normas que visavam oprimi-las (ARENDDT, 2007). A exclusão da esfera pública³ das relações comunitárias operava como forma de suprimir os conflitos e garantir a comunhão de seus membros. Embora a comunidade cristã das ordens monásticas tenha sido uma forma muito específica de agrupamento, o entendimento do que é comunidade ainda hoje carrega muito de seus antigos valores.

Mas as relações entre os indivíduos da comunidade, fundadas nos laços afetivos e na tradição, não implicam necessariamente uma congregação de interesses de seus membros. Pode haver interesses que são tornados comuns sem a anuência e concordância de todos ou mesmo que estejam tão arraigados que não são rediscutidos em conjunto, mas que os indivíduos têm que forçosamente respeitar para se manter na comunidade. O consenso não é atingido a partir de uma discussão sobre as divergências. A discussão é suprimida e o consenso é estabelecido sem que haja uma reflexão e a oportunidade de formação crítica. O consenso é nessa acepção da comunidade um fim em si mesmo. Assim, os indivíduos não encontram nela sua liberdade ou sua autonomia, segundo a definição: dar-se a si mesmo as próprias regras. Pelo contrário, nessa comunidade as regras já estão postas de antemão e fundamentam as relações entre os indivíduos, que são induzidos pelo contexto estabelecido a manter essas mesmas regras ainda que elas se oponham aos seus interesses pessoais.

Há dessa forma uma contradição entre o ideal de autonomia, presente no debate acadêmico que gira em torno das ocupações, e a noção de comunidade a elas vinculada. A apropriação do

³ Arendt discorre sobre as esferas pública e privada, e sobre como esta última se sobrepôs à primeira na era moderna. Fazendo uma incursão na antiga polis Grega, Arendt discute como essas esferas estão conjugadas com a história da sociedade.

termo para denominá-las é feita sem uma discussão sobre suas implicações ou sobre o que significaram historicamente as comunidades. Portanto, o discurso apregoado do desejo que os moradores das ocupações sejam autônomos é esvaziado pela incorporação do termo, sem que haja uma reflexão aprofundada que mobilize o conceito de comunidade.

Não obstante, há ainda outra concepção de comunidade, desenvolvida por Pogrebinski (2009) a partir do estudo de Marx, denominada comunidade real e contrária em muitos aspectos à definição tradicional do termo. Portanto, são acionadas nessa pesquisa duas diferentes definições de comunidade. Por um lado a comunidade de Tönnies (1973), acepção ligada ao conceito tradicional do termo – local de fortes relações sociais, da heteronomia, da dependência, do consenso e não do conflito etc. – e que está atrelada ao conceito de comunidade ilusória (POGREBINSCHI, 2009, págs. 116,119,136). E, por outro lado, a noção de comunidade real – local da autonomia, onde há a exposição dos conflitos, possibilitando assim que sejam superados, e onde os indivíduos são reintegrados com a dimensão política e pública.

A pesquisa tem como horizonte teórico o conceito de comunidade real, que é a antítese da comunidade tradicional. Dito isso, buscou-se compreender na Ocupação Dandara, que é o recorte desse trabalho, quais as características da comunidade de Tönnies que são reproduzidas e quais são as características que podem ser lidas como embrionárias que apontem para a comunidade real, essa sim local da autonomia, emancipação e liberdade. Entretanto esse trabalho não se destinou apenas a avaliar a Ocupação Dandara, há uma dimensão propositiva da intervenção no objeto de estudo que é central nessa pesquisa. Foi proposto aos moradores da Ocupação Dandara a produção de um equipamento coletivo assessorada por mim. A partir desse processo pude compreender na prática espacial do cotidiano os aspectos relacionados à comunidade real ou tradicional. Ao mesmo tempo a produção do equipamento coletivo foi o meio de engajar os moradores em um processo que buscou reforçar aspectos relacionados à comunidade real. Essa pesquisa partiu de dois objetivos que estão entrelaçados: buscou-se intervir no objeto de estudo segundo um horizonte teórico, ao mesmo tempo em que se pretendeu compreender quais são os limites e desafios postos a esse horizonte. Dentro do conceito de comunidade real, a autonomia é um elemento fundamental. Somente a partir dela é possível alcançar a emancipação e a liberdade, e, por conseguinte, avançar rumo à comunidade real. Por isso o conceito de autonomia é o norteador das discussões desenvolvidas nesse trabalho.

A não problematização desses diferentes conceitos e a afeição do senso comum ao consenso nos leva a criar uma imagem positiva dos espaços denominados comunidades. É a partir dessa receptividade ao termo que a Ocupação Dandara, assim como outras, é comumente chamada de comunidade Dandara. Após o contato com o arquiteto Tiago C. B. Lourenço passei a me envolver mais diretamente com a Ocupação – já em 2012 ela era o objeto de estudo do meu trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Izabela Hendrix: “Matrioshka Dandara: a participação e a construção dos espaços comuns dentro da cidade” (2013) – e foi possível então refletir sobre a coletividade na Ocupação. Naquele momento me interessava compreender como se dava o processo de construção e gestão dos espaços coletivos na Ocupação e se ele era de fato participativo e horizontal, como era muitas vezes divulgado. Esse trabalho foi um importante ponto inicial para contrapor a base teórica que eu carregava sobre as ocupações e a realidade de uma. Durante os anos de 2012 e 2013 acompanhei algumas reuniões de coordenadores e assembleias, além de realizar entrevistas com diversos moradores e coordenadores. Ficou muito claro nesse período que havia uma contradição entre o discurso dos coordenadores, militantes e apoiadores e dos moradores comuns. Enquanto os primeiros reforçavam a ideia de uma comunidade unida e coesa, os demais moradores demonstravam pouca mobilização em torno dos assuntos coletivos. No processo de desenvolvimento do trabalho final de graduação a organização em torno da gestão dos espaços comuns se mostrou muito menos participativa e horizontal do que eu acreditava a princípio. A partir das relações estabelecidas com diversos atores e por meio de entrevistas e visitas foi possível a identificação de incongruências, potencialidades e problemas que mudaram minha percepção acrítica inicial, especialmente em relação à construção dessa suposta coletividade. Ao longo do tempo algumas questões foram tomando relevo e se colocando como fundamentais para a construção de um pensamento crítico acerca da Ocupação Dandara.

Um dos aspectos que adquiriram centralidade a partir do envolvimento com a Ocupação Dandara foi quanto a heteronomia presente nessa. Os conceitos de autonomia e heteronomia são entendidos aqui segundo Souza, M., (2002, 2006, 2013); Kapp, Baltazar e Morado (2008); Baltazar e Kapp (2006); Kapp (2004, 2008) e Kapp et al. (2012). Autonomia significa dar-se suas próprias regras ao invés de submeter-se a regras impostas por outrem. Duas dimensões são fundamentais à compreensão do conceito de autonomia: a autonomia individual e a coletiva. Autonomia individual é possível na medida em que as pessoas estão bem informadas e podem estabelecer seus objetivos e perseguí-los em igualdade de posições

com quaisquer outros indivíduos (SOUZA, M., 2006). Autonomia coletiva é, por conseguinte, a capacidade e a possibilidade de um grupo criar suas próprias regras, de autogovernar-se. Autonomia é o oposto de heteronomia, que é expressa na imposição de regras que não foram dadas por aqueles que são regidos por elas. Essa imposição subjuga indivíduos e coletividades e pode se dar de algumas maneiras:

Uma imposição heterônoma da lei pode ser proveniente “*de cima*” (opressão no interior de um grupo ou sociedade), mas também *externa* (opressão a partir da conquista ou ocupação por parte de um grupo ou uma sociedade) ou, ainda, “*naturalística*” (atribuição de causa à natureza e culpabilização da natureza) ou “*divina*” (origem religiosa ou sobrenatural de normas e interdições). (SOUZA, M., 2006, p. 69).

Autonomia é, portanto, contrária à tutela, advinda de onde quer que seja. E por isso se afasta da noção de comunidade tradicional, uma vez que nessa os indivíduos são tutelados, ao mesmo tempo pelo Estado e pela própria comunidade, por meio de regras estabelecidas e perpetuadas sem que possam ser rediscutidas em nome de uma intocada tradição ou imanente e indiscutível superioridade.

A autonomia coletiva é possível na medida em que os indivíduos que compõem a sociedade sejam também autônomos e capazes de “[...] realizar escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa.” (SOUZA, M., 2002, p. 174). Portanto, autonomia individual e autonomia coletiva são como duas faces da mesma moeda, mutuamente dependentes (SOUZA, M., 2002). Quanto a essa relação de interdependência é necessário destacar alguns pontos. Para explicar essa relação, Souza, M., (2006) retoma o imperativo categórico de Kant: “[...] age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal.” (KANT, 2003, p. 102-103 apud SOUZA, M., 2006, p. 73). Portanto, os indivíduos não são autônomos para fazer seja lá o que for, autonomia individual e autonomia coletiva estão de tal modo entrelaçadas que a expressão de sua própria autonomia não pode restringir a autonomia de outros e, por conseguinte, a autonomia coletiva. Dessa forma, uma sociedade só poderá ser autônoma se seus componentes o são e vice-versa. É claro, então, que não nos encontramos em uma sociedade autônoma, assim como também não somos, individualmente, plenamente autônomos. Não obstante, a despeito da heteronomia a que estamos submetidos pode-se falar em graus de autonomia. Assim, ainda que não sejamos plenamente autônomos, o somos em alguma medida. Não deixando de considerar que mesmo esse grau de autonomia é relativo,

uma vez que é limitado e constrangido com maior ou menor força de acordo com a cor da pele, etnia, gênero, classe social, identidade de gênero, orientação sexual etc. Em vista disso, todo avanço no incremento de maior capacidade e possibilidade em decidir e moldar sua própria trajetória e a trajetória coletiva pode ser compreendido como ganho de autonomia. No entanto, esses avanços não são alcançados isoladamente ou individualmente. Essa relação fica bem clara no movimento feminista. Uma série de reivindicações desse movimento só tem adquirido alguma centralidade em razão de um processo de conscientização e autonomização simultaneamente individual e coletivo. Por exemplo, as mulheres não podem exercer plenamente seu direito de ir e vir garantido pela Constituição de 1988. Em um país como o Brasil, com altos índices de abuso sexual e feminicídio, o exercício desse direito é amplamente limitado, acrescentando-se aqui novamente alguns dos agravantes citados anteriormente: cor da pele, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, além de outros como idade, biótipo etc. O processo para que as mulheres possam de fato exercer esse direito passa por pressões coletivas que enfrentem essa heteronomia. Ou seja, não basta só ser capaz de realizar escolhas em liberdade, é preciso que estejam garantidos os meios para isso. E isso se dá na medida em que as pessoas exercem seu grau, mesmo que restrito, de autonomia com vistas a ampliar tanto sua autonomia individual quanto a autonomia coletiva. Os ganhos de autonomia coletiva se refletem nos ganhos de autonomia individual, do mesmo modo que para alcançar ganhos de autonomia coletiva é necessário antes romper com as imposições estabelecidas, autonomizar-se.

Essa relação evidencia dois pontos muito caros a esse trabalho: ninguém dá autonomia a ninguém, alcança-se ganhos de autonomia individualmente e coletivamente em um movimento ativo, e não passivo; ganhos de autonomia acontecem dialeticamente, as pessoas ampliam sua autonomia individual ao mesmo tempo que ampliam a autonomia coletiva, e ao fazê-lo fortalecem-se ambas. O processo de produção de um equipamento coletivo proposto para os moradores da Ocupação Dandara, o qual esse trabalho se destina a relatar e tecer análises a partir dele, não tem como objetivo *torná-los autônomos*, mas por meio dele fomentar ganhos de autonomia para que os moradores *autonomizem-se*. E nem é um ato de filantropia, onde proponho desinteressadamente um processo em benefício dos moradores. Ainda que não more na Ocupação, a produção coletiva de um espaço de forma autônoma pode ser uma lição para toda a cidade, afetando positivamente outros lugares e ampliando a autonomia não somente dos moradores mas também a minha própria.

É necessário agora explicitar o que motivou e configurou a proposta apresentada. A princípio acreditava que a Ocupação Dandara era um espaço favorável a ganhos de autonomia em razão da necessidade dos moradores se envolverem diretamente na produção e gestão de serviços básicos e espaços, uma vez que não contam com o apoio estatal para isso. Esse distanciamento do Estado em relação a dotação de infraestruturas impulsionaria os moradores a resolverem coletivamente essas questões, favorecendo o exercício de sua autonomia sobre os espaços. No entanto, diversas questões, que serão discutidas pormenorizadamente em outras seções, constroem a autonomia dos moradores na Ocupação. Há uma heteronomia que não é imposta propriamente ou diretamente pelo Estado, mas é fruto de relações de poder e dependência engendradas na própria Ocupação, seja por suas lideranças, seja por agentes externos, como apoiadores e a organização política Brigadas Populares (BPs) que lá atua.

Deve-se considerar que a heteronomia é perpetuada na medida em que não se reflete individualmente e coletivamente sobre ela. Ao confrontá-la, percebe-se a injustiça dessa imposição e somente a partir daí é possível buscar superá-la e, assim, alcançar ganhos de autonomia. No entanto, essa reflexão só pode ser fomentada em um processo que tenha em vista favorecer ganhos de autonomia, diferente da atuação habitual dos arquitetos na Ocupação Dandara e em outras ocupações. Em geral, essa atuação é materializada em um projeto, que tem por detrás uma lógica assaz heterônoma. A partir do projeto é imposta a visão do arquiteto, o que faz com que se perpetue uma suposta superioridade do saber técnico e se rompa drasticamente com a dinâmica de produção do espaço própria aos moradores. Além disso, o projeto serve para controlar a construção e predeterminar os usos, obliterando dessa forma as possibilidades dos moradores terem um papel ativo sobre o espaço. Como o projeto é visto como um produto acabado, logo as alterações são consideradas desvios e contratempos, portanto o consenso é pré-requisito para a finalização do projeto. No entanto, o consenso não é alcançado baseado em discussões que exponham os conflitos, muito pelo contrário, o conflito é sempre visto como algo negativo para o trabalho do arquiteto, como um obstáculo. Há de se considerar a posição de autoridade que é imanente aos arquitetos no contexto das ocupações de modo geral. Desse modo, o consenso entre os moradores é facilmente obtido a partir de argumentos muitas vezes frouxos. As vezes nem mesmo há uma tentativa de convencimento, já que em razão da urgência de se realizar determinada tarefa obtém-se o consenso sem que haja discussões com os moradores.

Mas sem expor os conflitos, nascidos da heteronomia a que os moradores estão submetidos, como é possível superá-los? É preciso ter em mente que os conflitos são expostos na medida em que os moradores exercem um papel ativo, sentem-se à vontade para discuti-los. Assim, para fomentar ganhos de autonomia é preciso refletir sobre a heteronomia e trazer os conflitos à tona. Além disso, como o projeto é um produto acabado ele não se adequa à dinâmica do planejamento e da construção, engessando as discussões. Por isso, a proposta apresentada visou romper com o *modus operandi* tradicional do arquiteto, baseado na lógica do projeto, e fomentar reflexões e diálogos. Para isso foi fundamental abrir mão da posição de protagonismo e autoridade que assume frequentemente esse profissional na Ocupação. Não foi desenvolvido um projeto para que os moradores pudessem meramente construí-lo. Minha função foi estimular a reflexão e o diálogo de forma a instigar os próprios moradores a tomarem a frente do processo de produção do equipamento coletivo, com o objetivo de alcançar ganhos de autonomia individual e coletiva e romper com a dependência estabelecida a partir da atuação não somente dos arquitetos, mas também de outros apoiadores.

O conceito de autonomia está presente muitas vezes no discurso dos militantes e apoiadores que compõem o que denomino de *grupo de suporte* à Ocupação. No entanto, na maioria das vezes esse discurso não se traduz em avanços no rompimento com a heteronomia, antes essa é reiterada pelas relações de dependência reproduzidas pelo grupo de suporte. Especialmente nos primeiros anos, frequentemente esteve presente no discurso de militantes e apoiadores a afirmação de que a Ocupação era resultado de uma ação autônoma dos moradores. Esse discurso servia como forma de legitimar a Ocupação tanto internamente quanto externamente. É ainda comum a afirmação da necessidade dos moradores assumirem o protagonismo dos processos coletivos e, portanto, exercerem sua autonomia. Apesar disso, muitas vezes os integrantes desse grupo de suporte tomam a frente de processos e discussões, o que termina por solapar as possibilidades de ganhos de autonomia e reproduzir uma relação de dependência.

Preliminarmente, é válido ressaltar que embora os denomine genericamente de grupo de suporte, é importante reconhecer que dentro dele estão os militantes ligados à organização política Brigadas Populares (BPs) que atuam de forma muito mais ativa do que meramente como um “suporte”, como será discutido posteriormente. Mas antes de discutir a relação entre o grupo de suporte e a Ocupação, e a questão da autonomia nesse contexto, é fundamental delinear quem são os atores que compõem esse grupo. Existe uma imprecisão ainda muito

grande no contexto das ocupações da RMBH acerca de quem seriam os denominados apoiadores e militantes (e usualmente aparece também o termo “ativistas”), ainda que exista certo consenso de que militantes são aqueles vinculados a movimentos sociais ou organizações políticas que atuam e, em vários casos, formam as ocupações. Essa imprecisão terminológica, principalmente a distinção entre apoiadores e ativistas, está presente também na dissertação de mestrado de Lourenço (2014) que aprofunda a discussão acerca das ocupações situadas na RMBH. Isso porque não são explicitados claramente os aspectos que de fato distinguem apoiadores de ativistas e nem mesmo são assumidas como denominações sinônimas, já que embora o autor proponha uma definição ao designar a si mesmo e outros como ativistas, por vezes esses mesmos atores aparecem também como apoiadores, alimentando a confusão. Para realizar essa distinção retomo, como primeira aproximação conceitual, a discussão de Souza, M., (2006, 2009) e Souza, M., e Rodrigues (2004) acerca do que são ativismos e movimentos sociais para a partir deles focalizar as ocupações da RMBH, sobretudo a Ocupação Dandara.

Os ativismos sociais correspondem às ações públicas e coletivas fruto da organização de pessoas na sociedade com o objetivo de exercer um papel ativo no processo social (SOUZA, M., 2006, 2009), (SOUZA, M., e RODRIGUES, 2004). Dentro da categoria mais ampla que é o ativismo estão os movimentos sociais que são como um subconjunto dessa e se caracterizam por serem uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo (SOUZA, M., 2006). Essa distinção é feita pelos autores para dar a devida atenção às particularidades dentro de um quadro mais amplo. Os ativismos não necessariamente constroem uma crítica do status quo, por isso “Todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social.” (SOUZA, M., 2009, p. 9). Uma associação de moradores, seja de um bairro de classe média ou de uma favela, mesmo que paroquial e contaminada pelo clientelismo não deixa de ser ativismo. Especialmente sobre as associações de moradores, os autores discutem as causas da crise dos ativismos de bairro, que tinham até os anos 80 uma agenda bastante crítica (SOUZA, M., e RODRIGUES, 2004). A partir daí por uma série de razões, como a cooptação estrutural das lideranças, o clientelismo, caciquismo, a dominação do tráfico de drogas, dentre outras, as associações perderam muito de seu caráter crítico e ambicioso que poderiam levá-las de um luta de bairro para uma luta a partir do bairro. Assim, elas são consideradas, na maior parte das vezes, como “meros” ativismos de estilo reivindicatório. Por outro lado, um movimento social não está restrito a uma reivindicação local ou é fruto meramente de uma reação a alguma carência, suas ações estão costuradas em

questionamentos mais profundos da sociedade que extrapolam as escalas limitadas às cidades ou mesmo ao país, sendo particularmente ambiciosos. Como forma de apontar as especificidades do que denomina “mero” ativismo e movimento social Souza, M., (2006) propõe a seguinte classificação:

- 1) *“Mero” ativismo urbano em sentido fraco* (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do “sindicalismo de resultados”, desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).
- 2) *“Mero” ativismo urbano em sentido forte* (por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).
- 3) *Movimento social em sentido fraco* (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).
- 4) *Movimento social urbano em sentido forte* (por exemplo, um *squatting movement* capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais. (SOUZA, M., 2006, p. 281).

A classificação proposta por Souza, M., (2006) tem como objetivo, além de caracterizar os ativismos e movimentos sociais, também distinguir aqueles diretamente vinculados ao espaço social, “sentido forte”, daqueles apenas indiretamente referenciados no espaço, “sentido fraco”. Embora essa classificação seja demasiado útil para uma aproximação analítica, ela possui limitações que surgem com grande clareza quando se focaliza recortes em menor escala. Os próprios autores Souza, M., e Rodrigues (2004) admitem que a operação na prática de diferenciação entre “meros” ativismos e movimentos sociais não é tarefa fácil. Há ainda uma questão de escalas, se por um “olhar de fora” determinada ação pode ser considerada como um movimento social, quando a focalizamos surgem contradições e peculiaridades que fariam questionar seu “status”. Mas para além das dificuldades práticas de distinção há uma lacuna nessa discussão quanto aos atores dessa ação popular. Souza, M., e Rodrigues (2004) não fazem uma distinção entre aqueles que denominam militantes ou ativistas. Ambos os termos aparecem no texto como sinônimos e indicam todos aqueles envolvidos seja com ativismos ou com movimentos sociais. Não há também no posterior trabalho de Souza, M., (2006) uma distinção dos atores nesse contexto. Desse modo, dá-se a impressão de uma homogeneidade dentro desses movimentos e ativismos, o que justificaria uma denominação comum a todos os atores neles envolvidos. A necessidade da discussão sobre os atores e seus papéis passa pela compreensão de que na RMBH o movimento social dos “sem-teto” é

heterogêneo, uma vez que é formado por pessoas de diferentes origens sociais e ideologias, ao contrário da imagem de coesão que costuma ser associada a ele. A Ocupação Dandara pode exemplificar esse cenário. Essa, assim como outras ocupações da RMBH, foi formada sobretudo a partir da ação da organização política Brigadas Populares (BPs), que atua diretamente nela desde sua formação. A organização tem uma ideologia de fundo socialista e faz críticas profundas ao modo de produção capitalista, o que a caracterizaria como um movimento social em sentido forte, mas que não corresponde à visão da maior parte dos moradores da Ocupação. Esses estão muito mais preocupados com seus problemas imediatos – moradia e serviços básicos a ela associados – que a uma transformação profunda da sociedade. Nesse sentido os moradores comporiam um “mero” ativismo urbano em sentido forte. Há, portanto, uma heterogeneidade que torna fundamental a discussão sobre os atores envolvidos nesse contexto e sobre a percepção das ocupações da RMBH como movimentos sociais. Por isso a referida classificação serve aqui como balizamento e não como modelo a ser seguido acriticamente.

Inicialmente é importante discutir o que são as ocupações. Ao observar o conjunto das ocupações urbanas da RMBH a partir de um olhar “de fora” pode-se afirmar que elas representam um movimento social em sentido forte. Nas ações de reivindicações, como nas marchas e ocupações de edifícios públicos, esse grupo ganha uma força significativa diante do Estado. Ademais esse grupo mobiliza discussões que vão além da questão da habitação em si e envolvem questões como função social da propriedade, especulação imobiliária, direito à cidade, entre outras. Seguindo a mesma lógica de Souza, M., e Rodrigues (2004), nessa escala, olhando o conjunto das ocupações, todos aqueles que estão nelas envolvidos diretamente poderiam ser chamados de militantes ou ativistas, considerando-se que trata-se de um ativismo urbano e, mais especificamente, de um movimento social. No entanto, há algumas questões que não aparecem com clareza nessa escala e que escapariam se denominássemos todos da mesma forma. Ao focalizarmos as ocupações da RMBH individualmente observa-se que dentro delas atuam grupos que não apenas as apoiam, mas que em vários casos foram responsáveis por formá-las e que exercem um papel muito ativo nelas. Alguns desses grupos se autodenominam movimentos sociais, como o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) por exemplo, enquanto outros, embora sejam chamados assim por atores externos, se autodenominam organização política, como a Brigadas Populares (BPs). No caso da formação da Dandara predomina a atuação da Brigadas Populares (BPs), que é o ator mais ativo dentro dela, mas contou também com o apoio do

movimento social MST (Movimento dos Sem Terra), assim como outras entidades que não se intitulam nem como movimento social e nem como organização. Nesse sentido, coloca-se a seguinte questão: as ocupações poderiam ser compreendidas como um conjunto que forma um movimento social, podem ser individualmente vistas também como um movimento social ou, ainda, são partes desses movimentos sociais enquanto grupos que as organizam? As ocupações podem ser compreendidas como um movimento social quando se olha para todas elas, como já foi dito, mas dificilmente poderiam ser consideradas como movimento social quando se olha para cada uma individualmente. Quando focalizamos a Ocupação Dandara observa-se que se perde muito da efervescência política e dissidência que a denominação do conjunto das ocupações de movimento social pressupõe. A maior parte dos moradores da Ocupação não questiona o status quo e nem compartilha dos ideais da BPs. Desse modo a Ocupação em si não representa um movimento social, embora exista dentro dela moradores bastante ativos nas reivindicações e discussões, e que possuem uma visão bastante crítica da opressão imputada pelo capitalismo. Esses moradores podem formar um movimento social dentro da Ocupação, desde que consigam romper com as relações de dependência do grupo de suporte para se mobilizarem autonomamente. Além disso há ainda outras camadas que cabem ser mencionadas. Na Ocupação Dandara há uma Associação de Moradores extremamente paroquialista e clientelista. Essa associação dentro da Ocupação representaria o que Souza, M., (2006) denomina “*mero*” *ativismo em sentido forte*.

As ocupações também não se fundem com os movimentos sociais ou organizações políticas que nelas atuam, e por isso não podem ser interpretadas como partes desses. A esse respeito vale destacar algumas peculiaridades das ocupações da RMBH. Na década de 90 surgiram alguns movimentos sociais que tinham como uma de suas ações a formação de ocupações. Os ocupantes eram os integrantes do movimento social. Eles se organizavam e ocupavam, posteriormente eles demandavam assessoria técnica para o planejamento e construção de suas moradias. O coletivo Usina em São Paulo, por exemplo, surgiu nesse contexto e era contratado para assessorar a produção das moradias pelos próprios ocupantes, que eram considerados um movimento social.

Na RMBH os movimentos sociais não surgem com a formação das ocupações, mas são anteriores a elas. Esses movimentos sociais são, em muitos casos, os responsáveis por mobilizar pessoas, especialmente moradores de favelas, para formar ocupações. Os ocupantes não se mobilizam por si e formam um movimento social, são os movimentos sociais, na

maioria das vezes, que mobilizam pessoas para formar ocupações. Os integrantes do movimento social não são, portanto, os diretamente interessados, embora alguns deles morem em ocupações. Isso leva a uma situação que seria estranha em outros contextos: nem todos os moradores estão vinculados ao movimento social que organizou a ocupação, na verdade a maior parte dos moradores não se vincula a ele. Ainda que algumas ocupações na RMBH tenham surgido de iniciativas dos próprios ocupantes (como as ocupações da Isidora, por exemplo), os movimentos sociais e organizações políticas que possuem experiência na formação de ocupações urbanas rapidamente chegam para dar suporte. No caso da Dandara a organização política BPs orquestrou a ocupação desde o início, principalmente mobilizando as pessoas, e embora alguns moradores se vinculem a ela, e isso é inclusive estimulado, a maior parte deles não tem ligação com a organização política. Enquanto a denominação de movimento social deixa mais tênue essa separação, a denominação de organização política a revela, pois evidencia já no nome uma distância entre a organização e a ocupação que ela apoia. Na RMBH são os movimentos ou organizações que demandam assessoria técnica, por exemplo. No caso da Ocupação Dandara a organização política se situa no papel de mediadora e representante dos moradores em diversas instâncias, o que acaba por estimular a passividade desses e a perpetuação de uma relação de dependência.

Quanto aos atores da Dandara, fica claro que os integrantes da organização política BPs tem uma origem social diferente dos moradores. Além dos integrantes da organização há também pessoas que atuam dentro da Ocupação mas que não necessariamente estão vinculados a alguma entidade, as quais chamarei de apoiadores. Tanto os apoiadores quanto os integrantes da organização, que integram o que denomino grupo de suporte, possuem, em geral, uma origem social comum. Enquanto os integrantes desse grupo em sua maioria pertence à classe média ou à pequena burguesia, a maior parte dos moradores pertence à denominada “ralé estrutural” (SOUZA, J., 2009), composta por aqueles que sistematicamente foram excluídos e estigmatizados na sociedade. Desconsiderar essa heterogeneidade seria não somente um erro do ponto de vista metodológico como um impedimento concreto à compreensão do contexto da Ocupação. Por isso denominar todos os envolvidos militantes ou ativistas, como faz Souza, M., e Rodrigues (2004), nos faria perder de vista esse aspecto fundamental. A origem de classe dos integrantes do grupo de suporte determina diferenças que não são superadas dentro da Ocupação. É importante ter em mente que eles tem um grau de escolaridade superior em relação a maior parte dos moradores e esse conhecimento técnico os coloca em uma posição de superioridade. Desse modo, é importante destacar que existem dois agentes, a princípio,

que se destacam nesse contexto: os moradores e os agentes externos. Entretanto, mesmo a adoção de uma denominação comum dos integrantes desse grupo de suporte, como ativistas ou militantes, ocultaria especificidades importantes. É necessário dessa forma não apenas distinguir os agentes internos, os moradores, mas também os agentes externos. Nesse sentido o termo “apoiador”, que não aparece nos trabalhos supracitados de Souza, M., e Rodrigues (2004) e de Souza, M., (2006), será essencial para distinguir os atores no contexto, especialmente, da Ocupação Dandara. Adotarei portanto a seguinte classificação: os militantes são aqueles que estão vinculados à organização política, que atuam de forma bastante ativa e constante na Ocupação Dandara. Essa denominação é coerente tanto com a forma como se apresentam quanto como os moradores os reconhecem. Vale dar destaque, mais uma vez, que alguns moradores podem se tornar militantes ao se vincular à organização, no entanto aqui desejo destacar apenas os militantes externos, já que ainda que os moradores sejam incorporados à organização, a diferença de classe entre eles marca de forma muito distinta suas relações e posicionamentos. Os apoiadores, categoria na qual me enquadro, são aqueles que atuam de forma mais ou menos constante dentro da Ocupação e embora não estejam vinculados à organização política podem estar vinculados à outras entidades, como por exemplo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a ASF (Arquitetos Sem Fronteiras). O que, sobretudo, diferencia os apoiadores dos militantes é a vinculação ou não à organização política. Mas a partir dessa diferença surgem outras que valem ser destacadas. Pela própria relação que a organização estabelece na Ocupação, a atuação dos militantes, de modo geral, é mais constante que a atuação dos apoiadores. Outra diferença é que os militantes estão alinhados com as matrizes teóricas da organização política, que é o socialismo, e não dá para atribuir a todos os apoiadores a mesma ideologia. Nem todos os apoiadores questionam o status quo ou trabalham para a superação do modo de produção capitalista, o que não significa que não haja apoiadores que sejam até mais críticos e tenham um horizonte teórico mais radical que os militantes. Outra ressalva importante é o fato de que os militantes muitas vezes intermediam a atuação dos apoiadores na Ocupação. Isso fica muito claro na atuação dos arquitetos. Os arquitetos apoiadores são chamados pelos militantes, que em geral tem uma formação acadêmica voltada para as ciências sociais, para atuar na Ocupação. Essa mediação dificulta muitas vezes a percepção pelos apoiadores das contradições e desafios existentes na Ocupação.

Não utilizarei o termo ativista, uma vez que de acordo com o suporte teórico dessa discussão, o trabalho de Souza, M., e Rodrigues (2004) e de Souza, M., (2006), o termo seria sinônimo

de militante. Como os integrantes da BPs se apresentam como militantes e não como ativistas seguirei a denominação usual na Ocupação. Cabe destacar que embora Lourenço (2014) utilize o termo ativista para denominar aqueles que chamo de apoiadores, o termo apoiador me parece mais coerente tanto com a discussão de Souza, M., e Rodrigues (2004), que não distingue ativistas e militantes, quanto com a forma como esses atores são reconhecidos na Ocupação.

Embora tenham perspectivas e vivências diferentes, a reunião desses atores em um mesmo grupo servirá quando não for necessário fazer distinções entre eles. É importante salientar que os técnicos que integram o grupo de suporte, sejam eles militantes ou apoiadores, possuem um papel de destaque, e não apenas na Ocupação Dandara mas também em outras ocupações. A importância atribuída a esses profissionais se dá por duas razões principais: primeiro por possuírem conhecimentos técnicos legitimados pelo poder hegemônico, dessa forma sua atuação nas ocupações permite que essas se adequem, mesmo que limitadamente, à lógica oficial e afirmem alguma legitimação frente ao Estado e à opinião pública, possibilitando-as uma margem de negociação e maiores probabilidades de resistência; e segundo porque a presença dessas pessoas nas ocupações coíbe reações truculentas contra os moradores, que sofrem constantemente com ações arbitrárias do Estado. Essas duas razões estão interligadas, o conhecimento dos técnicos sobre os seus direitos e o acesso que eles possuem a uma rede de apoio em instâncias externas às ocupações – na própria família, nos círculos sociais, nas universidades etc. – possibilita uma maior visibilidade das ações do poder público e contribui para a elevação do custo político de uma intervenção violenta. Isso fica claro na importância que se dá à presença do grupo de suporte nos momentos iniciais de formação das ocupações. Entretanto, embora esses atores cumpram uma importante função para a resistência dessas, muitas vezes sua atuação engendra a reprodução de uma dependência que dificulta ganhos de autonomia. Lourenço (2014) discute os constrangimentos à autonomia devidos à relação entre o grupo de suporte e os moradores, com maior destaque à atuação dos arquitetos. Esses últimos frequentemente tomam para si a função de planejar as ocupações de um modo externo à dinâmica de produção do espaço praticada pelos moradores e sem que haja uma discussão aprofundada sobre o processo. É devido destacar que o projeto tem um forte apelo junto à opinião pública e aos tribunais, justificado pelo argumento de que as ocupações não são favelas já que foram organizadas e planejadas. Embora esse argumento seja demasiado útil para a luta jurídica, a necessidade de um projeto elaborado por um arquiteto tira os moradores de seu papel ativo no processo de produção dos espaços e os colocam como meros usuários. E

ainda, o fato de a maioria desses profissionais serem provenientes da classe média é um importante fator para entender que existem diferenças de classe que não são superadas na sua atuação nas ocupações (LOURENÇO, 2014).

A atuação profissional de arquitetos dentro dos espaços que antes eram autoproduzidos promove também uma desvalorização daquilo que a própria população concebe e realiza. A presença do arquiteto é vista como um avanço, mas trata-se de um avanço na direção da heteronomia ou da dependência, não um avanço na direção da emancipação. (LOURENÇO, 2014, p. 163).

Entretanto, é importante considerar que a necessidade da assistência do arquiteto não está a priori introjetada no imaginário dos moradores. Essa necessidade é imputada aos moradores pela organização política ou pelos movimentos sociais, já que usualmente são esses que solicitam a assistência desse profissional, ou mesmo pelos próprios arquitetos, que vêm à Ocupação com alguma proposta. No que concerne especificamente à atuação dos arquitetos nas ocupações da RMBH, o envolvimento desses profissionais teve maior destaque após a experiência do projeto de parcelamento da Ocupação Dandara em 2009. As ocupações anteriores a essa não seguiam um projeto, o que não significa que seu processo de configuração espacial tenha sido efetivamente autônomo. A ocupação Camilo Torres que surgiu em 2008, por exemplo, ainda que não tenha contado com um projeto urbano desenvolvido por um arquiteto, teve seu parcelamento orientado pelos militantes e tem uma configuração espacial bastante próxima à Ocupação Dandara. O projeto elaborado por um arquiteto, portanto, não é uma necessidade para a configuração do espaço, mas é um importante instrumento para auferir visibilidade e legitimação. Na Ocupação Dandara o projeto de parcelamento serviu a esse propósito, mas ao mesmo tempo resultou em um instrumento de dominação. Por um lado, a espacialização da Ocupação, semelhante aos bairros ditos formais, permite que futuramente possa haver um processo de regularização fundiária sem que sejam necessárias demolições. A implantação planejada considerando a geomorfologia do terreno também se coloca como um instrumento contra as desapropriações justificadas pela suposta implantação em áreas de risco geológico – argumento utilizado muitas vezes de forma arbitrária pelo Estado para legitimar desapropriações. Por outro lado, a necessidade do projeto representa a dominação do conhecimento técnico sobre o conhecimento empírico dos moradores.

Repensando a heteronomia dessa relação esse trabalho se alinha com a discussão desenvolvida pelos grupos MOM (Morar de Outras Maneiras) e LAGEAR (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica) da Escola de Arquitetura da UFMG, que defendem uma atuação do arquiteto que extrapole seu *modus operandi* tradicional focado na lógica do projeto. A discussão gira em torno das alternativas a essa atuação, acerca de como proceder de modo a favorecer ganhos de autonomia e possibilitar experiências não determinadas pelo arquiteto (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008⁴). Tendo isso em vista, esse trabalho desenvolve uma análise crítica acerca das aberturas e obstáculos à autonomia individual e coletiva, para a qual mobilizará os conceitos de comunidade real e tradicional como balizadores, por meio de um processo de produção de um equipamento coletivo na Ocupação Dandara. Quanto a distinção dos aspectos identificados na Ocupação que possam ser relacionados à comunidade real e tradicional, não desejo simplesmente separar o “joio do trigo”, o que pode ser lido como verdadeira comunidade ou comunidade real do que não pode, os usos legítimos dos não legítimos, mas refletir de maneira aprofundada sobre os termos e acerca das implicações de seu emprego, utilizando-os para balizar uma análise da Ocupação. Ao mesmo tempo essa reflexão serve para orientar minha atuação junto aos moradores.

A proposição da produção de um equipamento coletivo na Ocupação surgiu da percepção de que um processo como esse poderia estimular o engajamento dos moradores e fomentar ganhos de autonomia. No entanto, isso não seria possível numa intervenção no espaço de cima para baixo, considerando os moradores como meros usuários. Ao mesmo tempo uma atuação convencional, heterônoma, não seria capaz de fazer emergir com clareza os conflitos e tensões desse contexto, justamente porque tenta suprimi-los. De outro modo, minha atuação junto aos moradores deve favorecer a evidenciação dos conflitos pelos próprios moradores, uma vez que eles só podem ser superados se são efetivamente revelados e debatidos. No entanto, como empreender uma prática espacial que pretenda se desvincular da heteronomia da hierarquização dos saberes e ampliar as possibilidades de ganhos de autonomia? O uso de interfaces pode ser uma alternativa nesse sentido. A discussão sobre as interfaces gira em torno do desenvolvimento de meios que permitam que os envolvidos em uma dada experiência possam expressar livremente suas opiniões e desejos. Devem servir no sentido de romper com a superioridade dos técnicos em relação aos envolvidos e possibilitar que esses últimos as manipulem da forma como queiram.

⁴ Artigo não publicado traduzido da versão em inglês: “Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices”, 2008.

Tais interfaces podem ser concretas ou abstratas, existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades. Mas elas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou. (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 13).

Embora as interfaces devam poder ser usadas sem a mediação de um técnico, por vezes essa mediação é necessária. No caso da produção do equipamento coletivo na Ocupação Dandara foi importante que eu mediasse as experiências dos moradores com as interfaces para compreender conflitos e aberturas a ganhos de autonomia e, a partir daí, formular as próximas interfaces e mesmo para apontar erros e deficiências nas interfaces em uso. Portanto, a minha presença durante esse processo foi fundamental e corresponde à metodologia da pesquisa-ação adotada nesse trabalho. Nessa metodologia o pesquisador age diretamente no seu campo de estudo. De acordo com Thiollent:

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14).

Na pesquisa-ação a teoria e a prática se informam mutuamente. Assim, as leituras que precederam a pesquisa serviram para a elaboração de hipóteses e para que eu pudesse me posicionar junto ao moradores, ao mesmo tempo em que a experiência junto a eles reinformou os pressupostos desse trabalho refletindo na própria atuação.

A formação do grupo de moradores que participaram do processo de produção do equipamento coletivo se deu a partir do contato com uma moradora bastante ativa na Ocupação. A moradora tem um posicionamento bastante crítico quanto a heteronomia presente na Ocupação e foi essencial no processo de produção do equipamento coletivo. A decisão da articulação do grupo a partir de moradores que não estivessem vinculados diretamente ao grupo de lideranças foi orientada pelo objetivo de favorecer a autonomia aos moradores comuns e não de manter as relações de poder vigentes. Cabe frisar que tendo em vista os conflitos existentes na Ocupação, os nomes dos moradores envolvidos no processo de produção do equipamento coletivo foram trocados como forma de preservá-los.

A escolha da Ocupação Dandara se deve a cinco fatores: 1) meu envolvimento com ela desde 2012; 2) seu enquadramento na lógica do projeto urbanístico que se constituiu como um instrumento fundamental de legitimação da Ocupação e que foi replicado nas ocupações subsequentes; 3) a relevância dessa Ocupação no atual cenário político; 4) a Ocupação completa em 2016 sete anos de existência, e pela sua consolidação pode nos dar mostras da complexidade dos espaços ali produzidos, tanto coletivos quanto privados; e 5) o projeto urbanístico da Ocupação Dandara contava com uma série de espaços coletivos que não foram construídos. Esses espaços foram incluídos no projeto servindo como legitimadores políticos e não foram frutos de uma discussão coletiva com os moradores. Prevaleceu o que Arendt (2007) denomina esfera do social; os interesses privados, daqueles que organizavam a Ocupação, são manifestos no espaço público sem que tenham sido de fato fruto de uma discussão de interesse comum. No entanto, conforme a Ocupação se consolidava grande parte desses espaços foram territorializados. Portanto, dar um passo atrás e refletir juntamente com os moradores sobre esses espaços coletivos é uma forma de discutir essa prática heterônoma de territorialização e ao mesmo tempo expor os conflitos resultantes dela, auxiliando assim na busca de alternativas.

Esse trabalho está estruturado pela introdução e conclusão e mais cinco partes entre elas. Primeiramente o capítulo 2 apresenta a contraposição dos diferentes conceitos de comunidade, que foi a chave de leitura para análise da experiência e ao mesmo tempo foi fundamental para delineamento e condução da proposta. A discussão sobre a designação da Ocupação como uma comunidade, na acepção da comunidade tradicional de Tönnies, destacou não apenas as contradições entre o discurso em favor da autonomia e o uso do termo, mas também chamou a atenção para a percepção das contradições da imagem propagada da Ocupação como uma comunidade unida e coesa. Por meio dessa discussão foi possível orientar minha atuação junto aos moradores de duas formas: no sentido de expor as contradições e ao mesmo tempo de trazer a comunidade real como horizonte teórico, como norteador da experiência. O capítulo 3 é dividido em três subcapítulos. No primeiro está inserido um breve histórico da formação da Ocupação Dandara. No segundo subcapítulo mostro o processo de formação do grupo de discussão para a produção do equipamento coletivo, os pontos de partida que orientaram minha atuação junto a ele e as interfaces usadas no processo. No terceiro apresento o processo de produção do equipamento coletivo relatando como as interfaces foram usadas e os conflitos que permearam o processo. Já o capítulo 4 é dedicado à análise das relações entre diversos sujeitos políticos e a discussão sobre a atuação

do grupo de suporte, a heteronomia presente na Ocupação e a territorialização dos espaços coletivos. O capítulo 5 retoma os capítulos anteriores e discute a reprodução de uma relação de dependência do grupo de suporte. Na conclusão retomo as discussões acerca da comunidade real e tradicional a partir da experiência de produção do equipamento coletivo, sistematizando os aspectos que podem ser identificados a uma ou a outra. A discussão acerca dos diferentes significados do termo, que antecedeu à experiência, contribuiu para ressaltar pontos importantes que poderiam ser identificados no processo de produção do equipamento coletivo. Mas é claro que no processo além de confirmar ou refutar meus pressupostos, ficaram evidentes questões que não considerava antes. Por isso meu posicionamento foi revisto constantemente durante o processo, em um movimento dialético de pressuposição, atuação e revisão.

Por fim, o trabalho serve para apontar uma alternativa ao modo de atuação dos arquitetos nas ocupações, sem pretender ser uma única alternativa ou definitiva, que busque extrapolar a construção do espaço em si e que se foque no horizonte da emancipação social, da liberdade, e da autonomia individual e coletiva. É claro que os desafios postos ao avanço rumo a esse horizonte são muito complexos e para atingi-lo exigir-se-ia de fato uma revolução. No entanto, estamos em um ponto onde o horizonte dessa revolução aparece distorcido, distante, deslocado. A elaboração de alternativas na atual conjuntura é o tatear no escuro em busca de estratégias, nunca fixas, mas dinâmicas, que busquem relocar esse horizonte como um possível. Como escreve Lefebvre: “não existe pensamento sem utopia”.

Hoje mais do que nunca não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sobre os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos realistas... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Evidentemente, desde que se evite o positivismo acabrunhante, que não significa outra coisa senão a ausência de pensamento, encontramos-nos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir entre o possível e o impossível. E hoje, no entanto, especialmente no domínio que nos concerne, não há pensamento sem utopia. Os arquitetos, como os urbanistas, o sabem perfeitamente. (LEFEBVRE, 2008, p. 73).

2. A COMUNIDADE

Inicialmente esse capítulo apresenta a discussão sobre a que serve a frequente incorporação do termo comunidade nas legislações e discursos do poder público e outros atores. E ainda, como esse termo tem sido recorrentemente utilizado para se referir a espaços de grandes fragilidades como as favelas e, mais recentemente, ocupações urbanas. Posteriormente são contrapostas duas conceituações de comunidades utilizadas como balizamento de análise: a comunidade ilusória, identificada aqui à noção tradicional do termo, e a comunidade real, como horizonte teórico.

Os termos participação e comunidade, geralmente relacionados, têm sido amplamente incorporados nas legislações, nas políticas públicas e em trabalhos técnicos e acadêmicos, servindo tanto a ideologias reacionárias quanto a de cunho revolucionário. A incorporação desses termos é feita, comumente, sem reflexão e crítica, incorrendo, por isso, em um esvaziamento de seus significados. Essa incorporação, especialmente pelo Estado, serve frequentemente como uma estratégia para a construção de uma imagem positiva de coesão, união e democracia. Os termos evocam, portanto, valores bastante caros à sociedade de modo geral e tornam-se por isso uma fonte de legitimação de ações que, no entanto, são em muitos casos contrárias aos interesses da população. Dá-se a falsa percepção de que a “comunidade” estaria de fato exercendo alguma força sobre os processos coletivos, quando na verdade a participação tem sido frequentemente uma ferramenta de manipulação da população para fazê-la “[...] aceitar, docilmente, intervenções impostas de cima para baixo.” (LOPES et al., 2010, p. 6), à qual a associação com a ideia da comunidade, fundada em uma suposta unanimidade, é fundamental para desmobilizar possíveis reações. Com isso não se deseja defender que os meios de participação são a priori coercitivos ou rechaçar qualquer uso do termo comunidade, mas que deve-se questionar e refletir profundamente sobre os termos, seus pressupostos, usos e implicações.

Como resultado das pressões populares, sobretudo no fim da década de 70 até meados da década de 80, a Constituição Federal de 1988 instituiu a descentralização e a participação como eixos do processo de redemocratização do país. Desde então, a participação é tomada, ao menos formalmente, como um instrumento fundamental na gestão e planejamento estatal. A partir daí experiências participativas, mais ou menos consistentes, se tornaram cada vez mais comuns em diversas cidades do país. No entanto, se por um lado recorrentemente os

meios de participação como instrumentos de compartilhamento de poder mostraram-se inócuos, por outro lado revelaram-se frutíferos como formas de legitimação e justificação de ações antipopulares e até bastante autoritárias que são escamoteadas por uma suposta abertura democrática. Esse tem sido o principal modelo de participação a partir do Estado, aquele em que a população, ou a “comunidade”, não possui por fim nenhum poder de decisão ou possibilidade de intervir sobre os assuntos públicos, em que não faz parte verdadeiramente dos processos que afetam a coletividade. Nesse contexto, a participação se contrapõe à autonomia dado que a população não cria suas próprias regras, mas se adequa àquelas já postas por instâncias externas. O participacionismo, essa forma de participação parcial e manipulativa, é empregado à exaustão, de tal modo que há aqueles que negam a priori qualquer possibilidade de real participação pela via do Estado e que se mostram no mínimo desconfiados com a referência a ela mesmo em outros contextos. Enquanto o uso do termo participação tem evocado desconfianças, o uso recorrente do termo comunidade tem recebido menos atenção e, talvez por isso mesmo, é frequentemente utilizado sem uma reflexão crítica aprofundada que busque defini-lo precisamente. Nesse sentido, essa parte do trabalho se propõe a dar um passo atrás ao tentar apreender as ideologias e pressupostos que o termo comunidade carrega, uma vez que ele é usualmente empregado para denominar espaços como as ocupações urbanas.

A palavra comunidade vem do latim “*communitas*” e se refere à qualidade daquilo que é comum, compartilhado. Ainda que a definição conceitual de comunidade seja ainda imprecisa, já que possui algumas variações de acordo com diferentes autores, uma interpretação geral nos levaria a agrupamentos sociais que compartilham características e valores, seja a mesma língua, costumes, origens, preferências etc. Está associada a essa interpretação a noção de união e coesão entre os integrantes da comunidade. Não obstante, as pessoas que integram a comunidade não se relacionam no limbo, mas estão referenciadas em um espaço. A vinculação entre o agrupamento social e o espaço que esse ocupa é inerente à noção de comunidade. Quando se denominam as favelas comunidades faz-se uma referência não apenas às pessoas que moram nesses espaços, mas também ao substrato material que as sustentam. Por isso não é de se estranhar quando alguém diz que “vai à comunidade”. Mesmo que se fale em comunidades virtuais, formadas por grupos de pessoas que estabelecem relações por meios de comunicação à distância e que, portanto, não ocupam o mesmo espaço físico, é importante considerar que os integrantes dessas comunidades seguem compartilhando um mesmo espaço, ainda que virtual. Não há comunidade sem população,

dizer que um espaço desocupado é uma comunidade é um contrassenso, mas também não há comunidade que não esteja vinculada a um espaço. A dimensão sócio-espacial é, assim, inerente à noção de comunidade. Cabe colocar sinteticamente a discussão de Souza, M., (2008a) acerca do uso de hífen para destacar os significados de sócio-espacial em contraposição ao socioespacial. Enquanto socioespacial se refere ao espaço social, como um produto das relações sociais, o termo sócio-espacial refere-se “[...] simultaneamente às relações sociais e ao espaço (social), como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes.” (SOUZA, M., 2008a, p. 2). Esse trabalho considera, portanto, essa interdependência, entre pessoas e espaço, ao tratar do conceito de comunidade.

O grande problema da generalidade dessa noção de comunidade, que pode abrigar, ao fim e ao cabo, qualquer tipo de agrupamento, é que quanto maior a escala daquilo que é tido como comunidade, menos essa denominação tem a nos contar sobre a especificidade do grupo e seu espaço e mais encobre toda a complexidade que essas relações envolvem; do que decorre que quanto mais heterogêneo é o grupo compreendido por essa comunidade, efetivamente menos comuns se tornam suas características e valores e menos efetivamente compartilhados são os espaços. Um exemplo icônico é quando nos referimos aos brasileiros que moram no exterior como “comunidade de brasileiros” – na Europa, nos Estados Unidos etc. Eles estão referenciados em um espaço, mesmo que de proporções continentais, e compartilham características comuns – serem brasileiros, falarem a mesma língua etc. –, mas esse grupo é de tal forma heterogêneo que parece estranho afirmar que exista coesão e união entre eles e, ainda, que compartilham os mesmos espaços. Essas pessoas ocupam dentro do país espaços completamente diferentes, por exemplo, a “comunidade de brasileiros” ilegais que vão para os Estados Unidos trabalhar, às vezes em situações bastante precárias, não compartilham dos mesmos espaços que a “comunidade de brasileiros” privilegiados que vão ao mesmo país para estudar.

Não obstante essa heterogeneidade, a noção de comunidade não sugere conflito e discordância, mas coesão interna, identidade e objetivos compartilhados, consenso e harmonia entre os seus componentes. E é por isso que é frequentemente associada à ideia da participação, especialmente dentro da lógica do participacionismo do Estado, uma vez que se pressupõe uma concordância a priori, ao mesmo tempo em que se transmite uma ideia de valorização do grupo, de suas culturas e identidades. Desse modo, o indivíduo e a

comunidade estariam em sinergia, portanto as pessoas participariam, fariam parte da comunidade e dos processos que a ela se referem. No entanto, é necessário discutir nessa associação duas questões: essa coesão realmente existe nos agrupamentos sócio-espaciais denominados comunidades ou essa denominação serve apenas como forma de legitimação? E dentro delas as pessoas participam de forma autônoma ou heterônoma? Pode-se participar no sentido de fazer parte de um processo autônomo, em que as pessoas poderão efetivamente discutir e elaborar suas próprias regras, ou pode-se fazer parte dentro de uma lógica heterônoma já posta, na qual as pessoas não tem real poder de afetá-la, ou ainda fazer parte de uma experiência que misture certo nível de autonomia e de heteronomia. Também não se trata de demonizar a participação pela via do Estado, já que nem toda experiência de participação por essa via pode ser tida meramente como ferramenta de legitimação ou de manipulação, ainda que também não seja uma forma de participação autônoma. É importante reconhecer que existem experiências de participação pela via do Estado que geraram ganhos reais para a população envolvida, como dá mostras determinado período do Orçamento Participativo em Porto Alegre⁵.

O que move a discussão levantada aqui é, além da banalização do termo comunidade, a contraposição entre a definição proposta por autores como Weber, Tönnies, MacIver e Page (1973), que se refere à comunidade na acepção tradicional do termo, e o viés revolucionário da comunidade em Marx, considerando essa última como horizonte a qual devemos perseguir. A partir dessa análise segue-se uma contraposição entre a comunidade como local de uma participação heterônoma e a comunidade como local da autonomia.

2.1. A comunidade em diferentes contextos

Assim como outros termos incorporados nas legislações e programas públicos, tais como participação e gestão democrática, a “comunidade” aparece frequentemente nos textos vinculados ao Estado, induzindo o leitor a inferir que existe um grupo comum. No Estatuto da Cidade de 2001, por exemplo, a participação desse grupo comum – a comunidade – é central nas políticas que se referem à gestão democrática nas cidades:

⁵ A esse respeito ver sobre o histórico do OP em Porto Alegre em “A Prisão e a Ágora” de Marcelo Lopes de Souza, 2006.

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (BRASIL, Lei 10.257, 2001, art. 2).

Também em Belo Horizonte a “participação da comunidade” ganha papel de destaque nas políticas de regularização fundiária, dentre outras, empreendidas pelo poder público. A Urbel (Companhia de Urbanização e de Habitação de Belo Horizonte), encarregada pelas referidas políticas, é a responsável por práticas, por vezes, bastantes arbitrárias de remoções e reassentamentos. Não obstante, contraditoriamente seu discurso é frequentemente marcado pelo suposto envolvimento das comunidades e aquiescência dessas em relação aos processos. Um trecho de um texto referente à prática de regularização fundiária conduzida pela Urbel pode nos ilustrar esse cenário.

O trabalho de regularização fundiária em Belo Horizonte tem como critério fundamental a participação popular, preocupando-se com o envolvimento das comunidades, desde a concepção dos projetos até a efetiva titulação. O que acaba por conferir maior legitimidade às intervenções e garantir a permanência dos benefícios alcançados pela população. [...] (SILVEIRA et al., 2013).

Não só a participação, a gestão democrática e a comunidade são termos frequentes nos discursos do Estado, como geralmente estão relacionados. Assim como a participação, que tem sido utilizada frequentemente como um instrumento de coerção e de legitimação das políticas públicas, a comunidade vem em seu encalço fazendo parte de uma mesma ideologia hegemônica de manutenção do status quo. Isso porque sob o argumento da participação facilitam-se as intervenções e quebram-se possíveis resistências (LOPES et al., 2010). O conceito de comunidade vem para dar unidade ao grupo, assim, afirmar que determinada ação conta com a participação da comunidade indica que a ação é consensual e sem conflitos. Comumente ou essa afirmação é falsa e, portanto, há conflitos mas eles são escamoteados e encobertos, ou a ação é realmente consensual uma vez que não foi dada a oportunidade de discussões que pudessem fazer emergir conflitos e que favorecesse a reflexão dos moradores sobre os reais interesses e reflexos da ação. A construção de uma imagem de consensualidade é o que garante, simultaneamente, a aceitação das ações públicas e intimida o surgimento de conflitos.

Reivindicada com tanto afincio durante o processo de redemocratização do país, a participação institucionalizada foi uma resposta reacionária a um momento político efervescente. O fetiche da participação é digno de desconfiança. Não cabe desenvolver de modo aprofundado uma crítica sobre como o participacionismo tomou as políticas públicas, mas cabe colocar que os processos ditos participativos frequentemente encobrem muito mais do que revelam. A participação incorporada pelo o Estado tende a ser como a compaixão que é oferecida aos dominados como um ato de benevolência, e ao invés de romper com essa dominação, a reforça (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

O Estado aprecia a participação enquanto for fonte de justificação ideológica, ou seja, enquanto não atrapalha. Para além disso, põe-se a coibir. Não existe nenhuma razão histórica para depositarmos no Estado tamanha confiança. Quem a prega, ou é ingênuo ou, sobretudo, maldoso, porque colabora com a desmobilização pública. Daí se originam os pelegos, as lideranças vendidas, os testas-de-ferro da oligarquia. Quanto mais existe a tutela do Estado, mais é propício o ambiente para forjar-se o desvirtuamento de processos participativos. Imaginar um Estado que não tenda a tutelar, é argumentar pela exceção e não pela regra. (DEMO, 1996, p. 70).

O sentido que a comunidade assume nesse âmbito é da representação de uma coletividade que possui uma identidade comum. A criação de uma identidade nacional bem sucedida é o que unifica um povo e que o definiria frente a outros povos como detentor de valores e qualidades específicas, por mais divergentes e conflitantes que sejam os interesses de seus componentes. A identidade nacional é o que afirma o caráter dos indivíduos e, por isso, desperta seu orgulho (SOUZA, J., 2009). É o que consolida uma aparente coesão capaz de resistir às pressões externas e internas e, no limite, impede sua dissolução.

A noção de comunidade compartilhada é constituída pela lembrança real ou imaginária de uma tradição comum compartilhada, seja esta baseada em hábitos comuns, origem religiosa, costumes compartilhados ou identidade linguística. A finalidade aqui é criar um terreno de sentimentos e identidades emocionais comuns que permita que todos, dos mais amplos setores e dos diversos grupos sociais com interesses divergentes ou conflitantes, se vejam como construtores e participantes do mesmo projeto nacional. Um mito nacional bem-sucedido permite que dada nação possa se manter coesa e unida mesmo em épocas de crise ou caos provocado por guerras externas, golpes de Estado, revoluções, guerras civis, epidemias ou conflitos de qualquer espécie. (SOUZA, J., 2009, p. 34).

Por conseguinte, a elaboração da representação de um povo pacífico, solidário, que a despeito de todas as desigualdades e pobreza continua alegre, congregado em uma mesma

comunidade, é o que tem formulado no imaginário social a aversão ao conflito e à discussão, garantido o consenso automaticamente, não como resultado de um conflito expresso e de uma discussão que chega a um consenso, mas como um fim em si. Por meio da incorporação desse “mito nacional” (SOUZA, J., 2009) obliteram-se as possibilidades de discussão e a capacidade de autocrítica. Essa representação da coletividade é o que garante, em última instância, a permanência e manutenção do status quo da sociedade.

Mas não só ao Estado serve essa representação da coletividade. É comum encontrarmos no meio acadêmico, assim como entre os militantes, apoiadores e entre os próprios moradores, o uso do termo comunidade para designar regiões pobres como as favelas e, mais recentemente, as ocupações. Nesse ponto cabe retomar brevemente a “conversão” desses espaços de precariedades em comunidades.

Esse processo remonta à atuação da igreja católica nas favelas cariocas da década de 1960, que instaura as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A associação da noção de comunidade às favelas do Rio de Janeiro do século passado correspondia ao ideário formulado pela Igreja Católica que reuniria os indivíduos isolados ao grupo, “[...] visão bem próxima daquela proposta pelo Économie et Humanisme.” (VALLADARES, 2005, p. 85). O movimento Économie et Humanisme fundado pelo Padre Lebreton (BOSI, 2012) teve como porta de entrada para as favelas do Rio de Janeiro o bispo Dom Helder Câmara (VALLADARES, 2005). A atuação da Igreja Católica vinha por um viés progressista e intencionava se colocar entre um “[...] Estado Burocrático e uma população sem representantes.” (ASTIER e LAÉ, 1991, p.83 apud VALLADARES, 2005, p. 84). A noção de comunidade introduzida nesse contexto foi:

Concebida para inserir e proteger os indivíduos entre si, ela [a comunidade] aparece em um segundo momento como forma intermediária de representação coletiva [...] a noção de comunidade tem tudo para descrever os níveis de responsabilidade e os estados de desenvolvimento da democracia participativa. (ASTIER e LAÉ, 1991 apud VALLADARES, 2005, p. 85).

Esse trecho mostra como a noção de democracia participativa está associada à ideia de comunidade. Nessa noção tradicional da comunidade está intrínseca a ideia da participação, uma vez que como a comunidade é o espaço de relações sociais afetivas, os indivíduos dela fazem parte. Na medida em que as pessoas se identificam como pertencentes à comunidade,

que fazem parte desse conjunto, é natural que elas participem da vida social dessa. O sentimento de comunidade seria, assim como a localidade, o que manteria esses grupos coesos (MACIVER e PAGE, 1973).

Chamamos comunidade a uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo. (WEBER, 1973, p. 140).

A associação entre pobreza e comunidade é incorporada tanto pelos próprios moradores quanto pelos pesquisadores ou militantes que advogam em favor das populações carentes. Parece-me ser um termo politicamente correto para tratar esses espaços, neutralizando de alguma forma a cruel desigualdade social que é causa deles e convertendo-os em uma imagem palatável. O reflexo dessa representação e dessa incorporação no imaginário social é a ideia de que esses espaços, a despeito de toda a violência e preconceito que enfrentam, são locais de sociabilidade, solidariedade e alegria – quase que em uma correspondência imediata ao mito nacional do pobre pacífico e alegre. As relações comunais nesse sentido nos remetem ao mundo rural ou às antigas pequenas cidades.

Nesse ponto se colocam dois problemas à identificação desses espaços de precariedades com o conceito de comunidade desenvolvido até aqui. O primeiro problema diz respeito aos entraves à existência, de fato, de uma comunidade em uma sociedade tão estranhada de si e do outro (MARX, 2004) e imersa no imaginário capitalista que reforça a individualidade e é sua antítese. Como exigir a capacidade de união de um grupo em um contexto geral que reforça e reafirma o status, o egoísmo, a supremacia do “eu” em detrimento do conjunto? O segundo é o de que se existisse de fato essa coesão – a despeito de todas as forças contrárias – essa noção de comunidade formada a partir das relações afetivas, constituída por elos familiares, pela necessidade e não pela liberdade, impediria o exercício crítico de seus componentes sobre o conjunto. Os possíveis conflitos deveriam assim ser asfixiados pelo bem da manutenção dessa unidade. Em síntese, a individualidade de seus componentes se tornaria secundária em relação à comunidade, à qual deveriam servir incondicionalmente (LOPES et al., 2010).

De todo modo, não é essa união e coesão interna que se observa hoje na maior parte das “comunidades”. Mesmo naquelas em que por sua situação de fragilidade é fundamental a

mobilização e a participação, como é o caso das recentes ocupações urbanas da RMBH, o que se vê são picos de união, sobretudo em momentos de ameaça iminente de despejo, seguidos por longos períodos de desmobilização. Ao reforçar essa ideia de comunidade dentro das ocupações, como se correspondessem a um grupo homogêneo sem conflitos, contribui-se para esconder problemas e conflitos, dificultando que os moradores reflitam e discutam sobre eles. É claro que associar as ocupações ao conceito de comunidade opera para legitimar esses grupos e os espaços que ocupam, trazendo uma imagem de solidariedade e união que se alinha ao mito da identidade nacional, no entanto, o que se observa é que essa preocupação em legitimar as ocupações para os agentes externos se tornou uma prioridade, negligenciando a possibilidade de trabalhar para construir um ambiente crítico propício à autonomia e que efetivamente seja um avanço no horizonte da emancipação social.

2.2. A Comunidade tradicional

O conceito de comunidade desenvolvido por Ferdinand Tönnies, hoje clássico, reproduz a noção de coesão e unidade que o senso comum associa ao termo e é, portanto, identificado aqui como a comunidade tradicional. Essa noção pode ser contraposta e relacionada, respectivamente, a dois conceitos de comunidade elaborados por Marx: a comunidade real e a comunidade ilusória. Para Marx a verdadeira comunidade, ou comunidade real, é contraposta à comunidade ilusória; enquanto a primeira está livre da tutela do Estado ou de qualquer outro agente e está fundada na autonomia individual e coletiva, a segunda representa o próprio Estado, como uma estrutura de suporte da heteronomia das relações entre subordinadores e subordinados, representantes e representados. O próximo tópico abordará a comunidade real segunda a definição de Marx, enquanto o atual será dedicado a compreender os pressupostos por detrás da comunidade tradicional e quais são seus pontos de contato com a comunidade ilusória de Marx.

De acordo com Tönnies, uma associação de indivíduos pode constituir uma comunidade ou uma sociedade e esses conceitos são contrapostos. A vida real, orgânica, é a essência da comunidade de Tönnies, enquanto a sociedade é o local da manifestação da vida virtual, mecânica, pública, baseada em interesses e não em laços afetivos (TÖNNIES, 1973). Em sua contraposição entre comunidade e sociedade, a primeira é algo íntimo, confiante, enquanto a segunda é o público, o externo; “Entra-se na sociedade como em terra estrangeira.” (TÖNNIES, 1973, p. 97). A concepção do autor sobre a comunidade reafirma a supressão da

crítica no interior dela: “Adverte-se o adolescente contra a má sociedade, mas a expressão ‘má comunidade’ soa como uma contradição.” (TÖNNIES, 1973, p. 97).

A comunidade inicia-se na própria família, entre os seres mais próximos ao indivíduo, daí seu caráter intimista, e se expande de dentro para fora. Cada integrante da comunidade tem obrigações e direitos para com ela. A correlação de forças entre os direitos e deveres de cada indivíduo e a vontade comum garantem a coesão. Tönnies não exclui a possibilidade de conflitos advindos de diferentes vontades no interior da comunidade, mas esses podem se dar até certo limite, para além do qual a comunidade se dissolve. Nesse sentido a comunidade só comporta determinado volume de diferenças, podendo se romper:

[...] de um lado (para cima), porque a força do direito pessoal torna-se muito grande e, conseqüentemente, sua ligação com a força do direito geral torna-se indiferente e sem valor; de outro lado (para baixo), porque a força própria torna-se muito pequena e sua ligação, irreal e sem valor. (TÖNNIES, 1973, p. 101).

Um conceito de extrema importância para a discussão que se pretende desenvolver aqui é a noção de liberdade e como essa se relaciona com a comunidade de Tönnies. A liberdade, a independência e, por conseguinte, podemos deduzir que também a autonomia individual e coletiva, são constrangidas dentro dessa acepção da comunidade. Do que decorre que quanto mais as pessoas se distanciam dela, mais a relação entre elas será baseada na liberdade e na vontade, independente da comunidade e fundado em sua própria força.

Quanto menos os homens ficarem em contato uns com os outros, associados à mesma comunidade, mais eles se comportarão uns com relação aos outros como sujeitos livres dependentes de sua vontade e de seu poder próprios. E essa liberdade é tanto maior quanto menos dependente, quanto menos experimentada pela vontade pessoal previamente determinada e quando, conseqüentemente, essa vontade menos depender de uma vontade comunitária qualquer. (TÖNNIES, 1973, p. 101-102)

Essa “vontade pessoal previamente determinada” é fruto das relações estabelecidas entre o indivíduo e sua esfera imediata; sua família ou educadores. É a vontade comum que o condiciona e o torna dependente de outra vontade predeterminada. Essa vontade comum é o corpo da comunidade. Tönnies desenvolve também a noção de direito comum, que representa aquilo que possui significado para e dentro da comunidade e que, portanto, é respeitado como a vontade da maioria dos associados (TÖNNIES, 1973). Esse direito, que é um direito natural,

conduz ao estabelecimento de obrigações e prerrogativas e constitui um conjunto de regras que devem ser respeitadas no interior da comunidade. Nesse sentido a compreensão entre os indivíduos associados é o que estabelece um vínculo entre os mesmos e o que garante uma “[...] participação direta de um ser na vida dos outros pela inclinação de partilhar suas alegrias e sofrimentos; ela exige a participação ou essa inclinação.” (TÖNNIES, 1973, p. 103).

Nessa comunidade, formada a partir da associação de indivíduos ligados por laços afetivos e inserida dentro do Estado, só é possível falar, de fato, em participação heterônoma e não em autonomia. O conceito de autonomia (dar-se a si mesmo suas próprias regras) não pode se efetivar sob tutela, seja do Estado ou de outra entidade que mantenha uma relação de poder sobre a comunidade, ainda que essa entidade seja constituída internamente por ela. Nesse sentido, a comunidade tradicional se aproxima ao conceito de comunidade ilusória, uma vez que os indivíduos são tutelados por uma entidade que paira acima da vontade individual e da liberdade, e que as submete. Na medida em que a comunidade estabelece regras para a conduta individual, mas não abre espaço para a alteração ou constrange a autocrítica em seu interior, só se pode mesmo fazer parte passivamente.

2.3. A comunidade da autonomia; ou a comunidade real

Em oposição ao conceito de comunidade desenvolvido até aqui, como o local da heteronomia em detrimento da autonomia, está o conceito marxiano de comunidade. Tammy Pogrebinschi (2009) por meio da leitura da obra marxiana vem enriquecer e ampliar a discussão em torno do conceito de comunidade real estabelecido por Marx. Contrapondo-se ao conceito da comunidade ilusória, como local da tutela e submissão dos indivíduos a regras e leis predeterminadas, a comunidade real é concebida como o local da autodeterminação, autonomia e autogoverno.

A autora problematiza, tendo como aporte a obra de Marx, a separação entre sociedade civil e Estado e o antagonismo dessa relação. Para servir como base dessa discussão Pogrebinschi elabora o conceito de político, em oposição à política. Em linhas gerais, a política está relacionada à ação do Estado Moderno. O político para a autora é o movimento do devir. A partir do desvanecimento do Estado⁶ o político vem ser a junção do Estado com a sociedade

⁶ O desvanecimento do Estado, discussão desenvolvida por Pogrebinschi na primeira parte do livro “O enigma do político: Marx contra a política moderna”, 2009, se refere ao processo em que esse é superado. Essa

civil. Esse conjunto formaria algo completamente diferente de cada um isoladamente; o produto desse movimento dialético é o político. A separação entre o cidadão e o indivíduo, resultado do contrato social que funda o Estado Moderno, deixaria de existir com a superação desse último. Nesse sentido, o político congregaria indivíduo e cidadão como potência única que nunca deveria ter se separado. Ao mesmo tempo em que o Estado seria superado, seria superada também a divisão de classes, já que dentro do conceito de político, que congrega todos os indivíduos indistintamente, qualquer cisão desse tipo seria um contrassenso. O local onde essa junção poderia acontecer e que substituiria sociedade e Estado é a comunidade real, em detrimento da comunidade ilusória representada pela oposição entre essas duas esferas e apresentada no tópico anterior. A comunidade real é o “enigma resolvido” da humanidade, é o formato da tão discutida “sociedade comunista” (POGREBINSCHI, 2009).

Não há mais classes, pois o político não permite cisões de nenhuma ordem; não há mais antagonismo entre elas, pois a associação unifica as partes singulares do todo formando um múltiplo único; não há mais separação entre sociedade civil e Estado, pois a comunidade que se formará a partir da associação nasce dessa cisão por meio do encontro de duas partes que formam um todo único; não há mais poder, pois em seu lugar surge a potência; não há mais política, pois encontra-se, finalmente, o lugar do político. (POGREBINSCHI, 2009, p. 135).

A chave de leitura para o entendimento do conceito de comunidade real, desenvolvido por Marx e retomado por Pogrebinschi, se dá pelo conceito de associação. É importante retomarmos nesse ponto o conceito de associação desenvolvido por Page e MacIver (1973) para podermos contrapor-lo ao conceito marxiano do termo. Enquanto a comunidade real de Marx surge a partir da associação dos indivíduos, associação como ato e estrutura da comunidade real, na visão economicista de Page e MacIver (1973) a associação é somente uma organização dentro da comunidade tradicional. Nessa visão economicista a associação é formada a partir da congregação de indivíduos com interesses comuns e se dá pela necessidade e não pela liberdade. Para Marx a associação surgiria a partir da coalizão de indivíduos que a princípio se uniriam por razões econômicas, induzidos pela competição, mas perceberiam que:

superação se dá por meio da maximização das contradições internas a ele mesmo e ao capitalismo, e ao movimento externo do proletariado contra esse. O desvanecimento do Estado é entendido como um movimento simultaneamente externo e interno, do que decorre que o Estado desvanece-se e é superado ao mesmo tempo. Cabe destacar que Marx tinha em conta, e isso é retomado por Pogrebinschi, que o desvanecimento do Estado só acontece após um longo processo de criação das bases materiais que o irá permitir, e não de modo insurrecional.

[...] a razão de sua união não é uma causa econômica mas um objetivo político; assim, ganham consciência como classe social e, a partir disso, organizam-se em partidos que lhes facultarão obter a “evolução social” por meio de uma “revolução política”, culminando assim no pleno desenvolvimento de sua personalidade e no estabelecimento de uma nova sociedade (POGREBINSCHI, 2009, p. 133).

A associação é o que daria aos indivíduos a possibilidade de desenvolver suas potências em conjunto e ao mesmo tempo alcançar sua liberdade. Do que decorre que os indivíduos dentro da comunidade real “[...] simultaneamente alcançam sua liberdade *na e através de* sua associação.” (MARX, 2007, p. 64, grifo meu). Cabe destacar que a liberdade não surge a partir da associação, ela não é o fim, mas o meio. A liberdade é pressuposto da associação.

Vale dizer, quando o Estado desvanece a liberdade passa a ser a condição material existente e é ela que conduzirá à associação. Afinal tão logo o Estado deixa de existir, passa a ser possível falar em liberdade. (POGREBINSCHI, 2009, p. 137).

E é por meio desse conceito de liberdade, fundada na emancipação, na autodeterminação, na autonomia e no autogoverno, é que a associação se constitui como o conteúdo da comunidade real. Enquanto na comunidade tradicional e comunidade ilusória a liberdade é constrangida pelas regras e pela tutela, a liberdade é pressuposto da comunidade real, é sua ativação e atualização constante, tendo em vista que só na comunidade real o indivíduo recuperaria sua generalidade humana, se emanciparia e realizaria suas potências. A coesão e união dos indivíduos se daria pela liberdade de cada um em se associar dentro da comunidade real. Em contraposição à dependência dos indivíduos que é pressuposta na comunidade ilusória e tradicional, a comunidade real é o local efetivo do exercício da autonomia individual e coletiva desses.

Se na comunidade tradicional é pressuposto que a pessoa perca sua individualidade em função do atendimento à vontade comum estabelecida a partir das regras dessa, a comunidade real seria o local onde as pessoas poderiam exercer suas potências individuais sem constrangimento, pois já teriam recuperado sua essência humana genérica a partir de sua emancipação. A essência humana genérica suprimida pelo modo de produção capitalista, ao qual o Estado serve e reproduz, seria recuperada na comunidade real.

A essência genérica é aquilo que constitui, a um só tempo, os homens e a comunidade. A essência dos homens, aquilo que eles são e fazem, produzem

e reproduzem, identifica-se com a comunidade, de modo que a “verdadeira comunidade dos homens” apresenta-se como a realização da vida genérica. (POGREBINSCHI, 2009, p. 342).

Essa generalidade pautada na liberdade pode ser lida também como autonomia individual e coletiva. Cabe destacar que na comunidade real os indivíduos participariam de forma autônoma, já que ao contrário da comunidade ilusória em que as regras já estão postas e predeterminadas, na comunidade real as regras seriam a todo tempo atualizadas e ativadas por cada um de seus componentes, desse modo os indivíduos dariam a si mesmo suas próprias regras; se autogovernariam. Esse movimento constante está no cerne na comunidade real e é o que deve estar no horizonte das transformações sociais que visam emancipação.

3. A EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA EM UM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTO COLETIVO

Após a explanação acerca dos diferentes usos e conceitos do termo comunidade, esse capítulo expõe a etapa de planejamento do processo de produção do equipamento coletivo na Ocupação Dandara. Tal processo permitiu a identificação dos aspectos que aproximam ou distanciam a Ocupação da noção de comunidade, real ou tradicional. Antes da explanação desse processo foi importante incluir um breve histórico da formação da Ocupação Dandara, que irá situar o leitor diante do espaço de atuação. Após esse breve histórico é apresentado o processo de formação do grupo de discussão e os pressupostos que orientaram minha atuação junto a ele. E, por fim, o tópico “Relato do processo de produção do equipamento coletivo”, onde são descritos os principais assuntos discutidos nas reuniões de planejamento e como foi o processo da construção do equipamento coletivo. O objetivo aqui é relatar o processo sem aprofundar nas discussões que surgiram a partir dele. O aprofundamento dessas discussões é o cerne do próximo capítulo.

3.1. Breve histórico da formação da Ocupação Dandara

A formação da Ocupação Dandara é resultado da ação conjunta da organização política Brigadas Populares (BPs), do Fórum de Moradia do Barreiro (FMB) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Embora os referidos movimentos tenham tido importante papel na formação da Ocupação, a Brigadas Populares é a principal organização atuante. A ação contou ainda com importantes apoiadores, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica, o Serviço de Assistência Jurídica (SAJ) da PUC Minas, a Defensoria Pública de Minas Gerais e do Coletivo Margarida Alves, que atualmente presta assessoria jurídica à Ocupação.

Embora o MST seja amplamente conhecido no contexto da reivindicação pela reforma agrária, essa foi a primeira ação do movimento em uma ocupação inserida em área urbana. A pertinência da participação do MST – para além da vasta experiência do movimento em reivindicações frente ao poder público e da influência que esse exerce nos demais movimentos sociais – se deve a idealização da formação da Ocupação Dandara nos moldes dos “assentamentos rururbanos”. Essa proposta parte da discussão acerca de uma organização sócio-espacial que conjugasse além de habitação também condições para geração de trabalho

e renda dentro da própria Ocupação por meio de atividades agrícolas. Em razão dos obstáculos à proposta e o distanciamento da realidade da Ocupação em relação a ela, a atuação do MST junto à Dandara se restringiu ao seu primeiro ano de formação.

A organização política Brigadas Populares (BPs) surgiu em 2005, a partir da dissolução do Núcleo de Estudos Marxistas, e reuniu militantes interessados em extrapolar os estudos dos pensadores revolucionários para ações diretas junto às lutas populares (BRIGADAS POPULARES, 2009). Nesse momento de formação da organização seu objetivo estratégico era a construção do Poder Popular no Brasil.

Poder estabelecido a partir da participação consciente das amplas bases populares, trabalhadores e trabalhadoras e dos setores conscientes da sociedade brasileira. A construção do Poder Popular faz parte do processo de emancipação política, econômica, social e ideológica da classe trabalhadora que se concretiza por via da Revolução Brasileira. (BRIGADAS POPULARES, 2009).

Em 2011 a organização política acolheu outros movimentos e coletivos que passaram a conformar a nova organização da BPs. São eles o Coletivo Autocrítica, Coletivo 21 de Junho (C21J) e o Movimento Revolucionário Nacionalista – círculos bolivarianos (MORENA – cb). A estrutura organizativa da BPs é baseada nas seguintes frentes de trabalho: Frente Antiprisional, Frente de Comunicação, Frente pela Reforma Urbana, Frente de Juventude, Frente de Mulheres e Frente de Solidariedade (BRIGADAS POPULARES, 2011). Dentre elas, a Frente de Mulheres, de Juventude e pela Reforma Urbana são as principais frentes que atuam na Ocupação Dandara.

A Ocupação Dandara iniciou-se em 09 de abril de 2009, inicialmente com cerca de 150 famílias, em um terreno particular de 315.000 m² no bairro Céu Azul, região de Venda Nova, em Belo Horizonte. Logo nas primeiras semanas houve o aumento significativo de pessoas na Ocupação, com cerca de 1000 famílias se integrando à ação, o que impediu a consolidação de um assentamento rururbano tal como havia sido inicialmente pensado, em razão da dimensão necessária para cada família efetivamente produzir em seus terrenos. Nas primeiras semanas os acampados foram obrigados pela polícia a permanecerem em apenas 15% do terreno, situação bastante precária que perdurou até julho de 2009, a partir daí o terreno foi ocupado integralmente (LOURENÇO, 2014). A ocupação do terreno obedeceu o projeto urbanístico

elaborado pelo, então, estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo Tiago Castelo Branco Lourenço, com auxílio de outros estudantes, arquitetos e geógrafos.

Foram elaborados dois projetos urbanísticos para a Ocupação. O primeiro projeto apresentado contemplava lotes coletivos de 1000 m² e respeitava integralmente as legislações vigentes. No entanto, essa primeira proposta não foi aceita pelos acampados. A rejeição ao projeto se deu em razão dos moradores reivindicarem o controle sobre seu terreno, o que segundo eles não seria possível na proposta apresentada. Os moradores argumentaram ainda que o compartilhamento de lotes poderia gerar brigas e desavenças. Como bem reconhece o próprio Tiago, embora o objetivo era de que o plano urbano fosse desenvolvido de forma mais horizontal possível, a participação dos moradores nesse processo foi ínfima (LOURENÇO, 2014). Mesmo com a abertura à participação dos moradores nas reuniões para discussão sobre a concepção do projeto, esse processo foi incipiente e manteve a verticalidade das relações entre o grupo de suporte e os moradores. Nesse primeiro plano urbano, a necessidade posta dos moradores se organizarem nos lotes coletivos estava desvinculada de uma proposta de negociação para a ocupação dos terrenos. Vale ainda destacar que essa primeira proposta estava profundamente ligada ao imaginário da comunidade tradicional, segundo o qual existiria na Ocupação uma união e solidariedade entre os moradores capaz de garantir o compartilhamento dos lotes sem conflitos. Um processo de negociação, pautado na ideia da autonomia coletiva, acerca do compartilhamento de lotes poderia fazer surgir daí fortes relações sociais, mas elas não estavam dadas de antemão. Tal processo também não dispensaria os conflitos, uma vez que eles não apenas são inevitáveis como são parte fundamental de discussões realmente democráticas. Nem o projeto poderia ser algo definitivo, acabado, uma vez que a negociação para ocupação dos terrenos seria um processo gradual. A esse respeito é importante destacar que ainda que o plano urbano não tivesse como objetivo ser um projeto acabado, mas uma diretriz para a ocupação dos terrenos, ele foi visto dessa forma pelos moradores e por muitos dos apoiadores e militantes do grupo de suporte. Fica claro que ainda que os moradores recorram à ideia da comunidade tradicional para legitimá-los, seguindo o que faz o próprio grupo de suporte, eles rejeitam isso no cotidiano. Isso não significa que os moradores rejeitem a ideia de coletividade em si, mas que o compartilhamento de lotes demandaria de um processo que não prescindiria de uma dinâmica de negociação realmente fundada na ideia da autonomia coletiva e que não poderia ser consubstanciado em um projeto acabado.

Após o primeiro projeto ser descartado surgiu uma nova proposta com lotes individuais, elaborada a partir da proposta anterior por um dos moradores (LOURENÇO, 2014). O segundo projeto mantinha algumas das determinações legais, que eram atendidas integralmente na primeira proposta, como a preservação das áreas em torno do curso d'água que passa pelo terreno, formando uma APP (Área de Preservação Permanente) que margeava grande parte da Rua Horácio Terena Guimarães. Ambas as propostas consideravam ainda a implantação da via 220 prevista no Plano Diretor Regional de Venda Nova e reservava diversos espaços à implantação de equipamentos coletivos. O atendimento às diretrizes legais, especialmente no primeiro projeto, se constituiu como uma estratégia para conferir maior legitimidade à Ocupação e foi um importante elemento na negociação para que os acampados pudessem finalmente ocupar integralmente o terreno (LOURENÇO, 2014). Previa-se ainda que a organização espacial nos moldes de um bairro formal facilitasse, posteriormente, o processo de regularização fundiária. A Ocupação Dandara foi, até onde se tem notícia, a primeira Ocupação urbana na RMBH a ser organizada segundo um projeto urbanístico elaborado por arquitetos. A repercussão positiva dos projetos da Ocupação Dandara, tanto o projeto urbanístico quanto outros projetos de equipamentos coletivos, fez com que esses fossem tomados como uma necessidade para as ocupações urbanas que surgiram posteriormente. Passou-se a demandar projetos não apenas para a fase de loteamento mas para a construção de equipamentos coletivos, o que engendrou uma dependência com o arquiteto e ao mesmo tempo uma desvalorização sistemática da dinâmica de produção dos espaços própria aos moradores. O próprio Tiago reconheceu posteriormente o impacto negativo dessa relação, ainda que os profissionais não tivessem a intenção de reforçar essa heteronomia.

A implantação do projeto com a demarcação de lotes foi feita pelos moradores com assessoria de Tiago. Durante grande parte do processo de formação e consolidação da Ocupação Dandara Tiago foi uma importante figura, responsável pela elaboração além do projeto urbanístico também dos projetos do Centro Comunitário e do Centro Ecumênico. Inicialmente o Centro Ecumênico se propunha como um espaço para todas as religiões, mas posteriormente se consolidou como uma Igreja Católica. Tal conversão está relacionada a algumas razões. Contrariando essa ideia de ecumenicidade, o projeto desenvolvido para o Centro Ecumênico correspondia a uma espacialização católica, o que acabou determinando o uso do espaço numa lógica pouco aberta a outras religiões. Essa conversão deveu-se ainda, em grande parte, ao apoio de alguns setores progressistas da Igreja Católica e à constante presença deles na Ocupação, por meio da CPT e das demais pastorais sociais. Expressão dessa presença é a

incorporação da Ocupação em 2012 às Comunidades da Paróquia Imaculada Conceição da Arquidiocese de Belo Horizonte. Essa vinculação é reafirmada pela inauguração, também em 2012, da Obra Social São José – Unidade Dandara, localizada na Avenida Horácio Terena Guimarães em frente à Ocupação. Nesse contexto, o frei Gilvander Luís Moreira, assessor de comunicação da CPT, é um importante apoiador e atua não só como divulgador da Ocupação mas teve, especialmente durante os primeiros anos, um papel bastante ativo dentro dela.

Além do Centro Comunitário e do Centro Ecumênico, foram propostas no projeto urbanístico diversas hortas comunitárias e praças. Estavam previstos ainda espaços para a futura construção de um posto de saúde e de uma creche. Definiu-se, após uma série de discussões, que a Creche seria construída no mesmo terreno em que se situava o Centro Ecumênico, atual Igreja Católica. O projeto da Creche foi elaborado por estudantes de arquitetura dentro de uma disciplina do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Izabela Hendrix. O grupo de suporte, especialmente os militantes da BPs, desde a aprovação em assembleia da proposta que seria construída, em meados de 2013, empregou esforços em mobilizar os moradores para sua construção, especialmente junto às mulheres. Essas mobilizações tiveram momentos de maior efervescência seguidos por períodos de estagnação, atualmente vê-se que os moradores não pretendem efetivamente construí-la.

Desde os primeiros momentos foi estabelecido o sistema de coordenação, que era a estrutura organizativa da Ocupação. Tal sistema serviu, de modo geral, para organizar os moradores e suas demandas e facilitar o repasse de informações. Ainda durante o acampamento provisório foram organizados dez grupos com cerca de 100 famílias em cada (LOURENÇO, 2014). Em cada um desses grupos foram escolhidos dois coordenadores para representar os moradores. Da forma como foi estabelecido, os coordenadores deveriam reunir-se com seus respectivos grupos uma vez por semana. Posteriormente os coordenadores se reuniram, também uma vez por semana, com os apoiadores e militantes para colocar em pauta os assuntos discutidos com os moradores nas reuniões de cada grupo, além de outros assuntos de interesse geral. E uma vez por mês haveria uma assembleia geral aberta a todos. Os espaços coletivos eram geridos em grande parte por coordenadores que compunham a Brigadas Dandara, uma das unidades das Brigadas Territoriais da organização política BPs. Especificamente para a gestão da Igreja foi organizada uma comissão, composta também em sua maioria por coordenadores. Posteriormente, esse sistema de coordenação foi desfeito, mas muitos dos antigos coordenadores continuaram exercendo papel de liderança na Ocupação. Durante certo tempo,

após o fim do sistema de coordenação, essas lideranças denominaram-se delegados em razão da inserção desse grupo em um processo de Orçamento Participativo (OP), no qual os representantes são denominados dessa forma. Com o fim do processo do OP as principais lideranças desse grupo formaram uma Associação de Moradores.

3.2. A formação do grupo de discussão e os pressupostos

Antes de expor quais os pressupostos que orientaram minha atuação junto ao grupo de discussão para a produção do equipamento coletivo e como ele foi formado, vale apresentar mais claramente como a proposta se relaciona com os conceitos de comunidade real e autonomia discutidos até aqui. Como já foi apontado, autonomia significa dar a si mesmo as próprias regras, portanto, na comunidade real, como local do exercício pleno da autonomia individual e coletiva, as regras que manteriam os indivíduos associados seriam dadas por eles mesmos. Não obstante, é importante ressaltar que as relações sociais baseadas nessas regras se dariam no espaço, como não poderia deixar de ser, daí a necessidade de destacar novamente a dimensão sócio-espacial da comunidade. Dessa forma, na utópica comunidade real a coletividade exerceria sua autonomia sobre seu próprio espaço, sobre seu território.

É claro que a Ocupação Dandara está muito distante desse horizonte. Mas ainda assim, há nela o ensejo ao exercício da autonomia dos moradores sobre os espaços coletivos, ainda que de forma muito limitada e cheia de desafios. Essa abertura se deve, em grande parte, à posição do grupo de suporte que desde a formação da Ocupação defende a valorização dos espaços coletivos e estimula a construção dos equipamentos coletivos previstos no projeto urbanístico. A construção desses serviria, ao mesmo tempo, como forma de angariar simpatias da opinião pública por uma suposta valorização na Ocupação dos princípios de coletividade e união, além, é claro, de efetivamente fomentar esses valores entre os moradores. Assim, os discursos que ressaltam a Ocupação como território coletivo, em certa medida, estimulam e legitimam o exercício da autonomia dos moradores sobre seus espaços coletivos. No entanto, claramente o discurso não é capaz de evitar que se estabeleçam na Ocupação relações de poder heterônomas que usurpam o caráter coletivo dos espaços e, por conseguinte, a autonomia dos moradores sobre ele. Dessa forma, para que os moradores possam exercer sua autonomia sobre os espaços coletivos é preciso que se oponham à heteronomia e ao fazê-lo naturalmente a colocam em discussão, alargando, assim, as possibilidades de sua superação. É portanto um processo dialético, em que se reflete sobre os desafios a sua autonomia ao mesmo tempo em

que os coloca em cheque, o que impacta sua autonomia primeira. Em razão disso a produção de um equipamento coletivo pode ser o meio pelo qual os moradores possibilitarão a si mesmos alcançar ganhos de autonomia individual e coletiva. Deve-se considerar ainda o impacto que um processo de produção de um equipamento coletivo pode ter para a autoestima individual e coletiva dos moradores e a relação entre autoestima e autonomia. Ao perceberem-se capazes de efetivamente intervir sobre um espaço coletivo é possível que os moradores sintam-se estimulados a se envolverem nos processos coletivos, a afirmarem além de sua capacidade e vontade também o seu direito e poder sobre seu próprio espaço.

No entanto, não há uma relação direta entre intervir em um espaço e exercer sua autonomia sobre ele. Um operário, por exemplo, que trabalha em um canteiro de obras convencional mesmo que intervenha sobre o espaço não exerce sua autonomia, uma vez que ele age segundo uma determinação superior. Para que ao intervir no espaço o indivíduo esteja exercendo sua autonomia sobre ele é preciso que o indivíduo seja movido pela sua vontade e não por uma determinação heterônoma. Vale destacar que a relação da ação submetida a uma determinação superior está profundamente ligada à comunidade tradicional, na qual as razões da ação não são questionadas e age-se segundo uma vontade que não é propriamente a sua. Não basta apenas que os moradores intervenham em um espaço coletivo para que exerçam sua autonomia e reflitam sobre a heteronomia. Os moradores já intervíram em outras ocasiões em espaços coletivos, mais por uma determinação superior que pela sua vontade e sem necessariamente refletirem sobre a heteronomia imposta seja pelo grupo de suporte ou pelo grupo de lideranças. É o caso, por exemplo, da construção de um muro no terreno da igreja orientada pelo grupo de lideranças. Não houve discussões realmente horizontais sobre essa intervenção com grande parte dos moradores, aqueles que se engajaram na construção do muro o fizeram por uma suposta necessidade colocada pelo grupo de lideranças, sobretudo por aqueles que exercem um papel mais ativo dentro dele. Mesmo a mobilização para a construção do muro se limitou a moradores ligados a esse grupo. Portanto, faz-se pertinente agora a seguinte pergunta: de que forma propor um processo que os moradores ao intervir ativamente sobre um espaço coletivo possam realmente refletir sobre a heteronomia e, assim, se oporem a ela e possibilitarem a si mesmos alcançar ganhos de autonomia? Como já foi abordado na introdução, um processo que tenha em vista ganhos de autonomia não poderia se basear em uma atuação convencional do arquiteto e, portanto, não poderia estar fundado na lógica do projeto. Já foi discutido também na introdução, brevemente, as razões dessa lógica do projeto ser heterônoma, mas é preciso agora dar um passo atrás e compreender o que leva

aos arquitetos recorrentemente a adotarem o projeto como suporte de sua atuação na Ocupação, a despeito das várias evidências de que o projeto é pouco útil aos moradores. Isso porque vários dos projetos produzidos por arquitetos e estudantes de arquitetura, seja dos equipamentos coletivos ou mesmo das casas dos moradores, não são construídos, já que os moradores não conhecem os códigos para decifrar o projeto e efetivamente edificar segundo suas prescrições. Esse paradigma do projeto vai além meramente do hábito e está profundamente ligado a uma forma de atuação missionária. Kapp et al. (2012) caracterizam a atuação, em geral, dos arquitetos em espaços como favelas e ocupações de três formas: o arquiteto como agente do Estado a serviço de seus interesses; o arquiteto como artista, que intervém em espaços de precarização com o objetivo explícito de denunciar a pobreza – e, em muitos casos, com o objetivo implícito de autopromoção – ainda que em muitos casos essa atuação sirva apenas como mais um elemento de opressão; e o arquiteto como missionário, que será agora focalizada aqui. Na maioria das vezes o atendimento dos arquitetos, além de outros profissionais que compõem o grupo de suporte, se enquadra nessa atuação missionária. Assim como o missionário religioso prega “[...] sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço.” (KAPP et al., 2012, p. 4). Nessa forma de atuação, o projeto serve como suporte de um conhecimento superior que é tido como certo, adequado e inquestionável. A atuação do arquiteto nesse caso é vista como uma ação de filantropia, ainda que muitas das vezes ele mesmo seja bastante beneficiado. Tendo em vista que não são raras as pesquisas e trabalhos frutos da atuação dos arquitetos nas ocupações e favelas que ampliam suas qualificações profissionais, situação na qual esse próprio trabalho se enquadra. Além disso, como nesse caso a atuação do arquiteto é encarada como uma ação de filantropia, de transferência de conhecimento de cima para baixo, não importa questionar o próprio conhecimento ou ouvir os moradores, mas, ao contrário, é preciso disciplinar o modo de produção do espaço que é próprio a eles. Em muitos casos mesmo arquitetos que discursam pela autonomia dos moradores por não questionarem com a devida profundidade esse conhecimento e o *modus operandi* baseado na lógica do projeto acabam reproduzindo a heteronomia. Aproxima-se, em certa medida, a essa situação o processo de elaboração do projeto urbanístico da Ocupação Dandara, na qual o arquiteto posteriormente reconheceu que, a despeito dos reflexos positivos, seu projeto serviu como um instrumento de imposição social e cultural (LOURENÇO, 2014).

Portanto, nas diversas reuniões com os moradores, anteriores à formação do grupo de discussão, eu destacava que a proposta não era baseada na atuação convencional do arquiteto e que eu não faria um projeto do equipamento para que eles o construíssem. Seria um contrassenso propor um processo que se pretende democrático e horizontal estando fundado em uma lógica de atuação que é, a priori, heterônoma e vertical. Se a proposta fosse de uma atuação convencional, focada no projeto como produto final, tratar-se-ia apenas de negociar com base nas relações heterônomas, e não de discuti-las ou se opor a elas. Assim os moradores estariam meramente participando de um processo exógeno, baseado em uma relação hierárquica e heterônoma em que a eles seria facultado apenas expor suas demandas e construir passivamente segundo um projeto elaborado por um arquiteto. De outra forma era preciso que o processo oportunizasse a reflexão e o diálogo. Por isso, foi colocado desde o início para os moradores que eu não iria iniciar um processo de produção do equipamento coletivo e desejava que eles meramente participassem (de forma heterônoma) dele, mas de outra forma expunha que eu me disponibilizava a atuar junto a eles na produção de um equipamento coletivo se fosse de seus interesses produzi-lo. Dessa forma, afirmava que eles deveriam se engajar no processo e assumir o protagonismo e, assim, a responsabilidade sobre seu andamento. Além de destacar que a proposta se baseava em um processo de planejamento e construção que deveria ser conjunto e horizontal, eu deixava claro que meu interesse era testar se por meio desse processo os moradores poderiam fortalecer suas relações e alcançar ganhos de autonomia individual e coletiva.

Tendo em vista o objetivo do processo, para orientar minha atuação nesse sentido estabeleci uma metodologia baseada nos seguintes pontos:

a) O diálogo como condição para emancipação. Nas considerações feitas por Paulo Freire (1987) acerca da essência do diálogo, o autor extrapola sua noção como mera conversação e discussão para fundar o conceito do diálogo como único meio capaz de fazer surgir das relações entre as pessoas a percepção da realidade que possa efetivamente transformá-la. E no movimento dialético em que as pessoas percebem a realidade a ser transformada, engendram ao mesmo tempo sua própria emancipação. Nesse pacto estabelecido entre as pessoas elas realizam a denúncia do mundo e ao fazê-lo, dialeticamente o problematizam e refletem sobre ele. Só assim podem realmente fazer de sua ação uma práxis, que é a conjunção entre “[...] reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade [...]” (FREIRE, 1987, p. 52). Não há verdadeiro diálogo se deseja-se impor uma visão do mundo ao outro, se enxerga a

ignorância somente no outro e não em si, uma vez que o verdadeiro diálogo pressupõe que se tem tanto a falar quanto a ouvir (FREIRE, 1987). Essa relação dialógica exige que os agentes estejam engajados e que não sejam meros espectadores.

Se dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. (FREIRE, 1987, p. 45).

Tomar essa noção do diálogo como ponto de partida significa abrir mão da autoridade própria à formação acadêmica. É importante ter em mente que não há o estabelecimento de uma relação dialógica de antemão, sobretudo porque estamos, moradores e eu, em posições diferentes por questões que escapam a mim, desde o fato de possuir formação superior, cor da pele, modo de falar etc., até a comum naturalização da condição de inferioridade pelos moradores. Ainda que diversas vezes o grupo de suporte destaque em seus discursos que os moradores devem ser os protagonistas da ação, em algumas ocasiões esse mesmo grupo toma a frente das ações na Ocupação, contrariando seu próprio discurso e engendrando uma relação de dependência dos moradores. Como, então, estabelecer uma relação dialógica entre diferentes que ao invés de gerar dependência fomenta avanços rumo à emancipação? Inicialmente é preciso destacar aos moradores que embora eu possua o conhecimento técnico, são eles que conhecem seu cotidiano e estão, por isso, mais aptos que eu a discutir sua própria realidade. Desse modo, minha posição nessa relação dialógica é de ouvir e fomentar discussões e reflexões, e não de orientá-las assumindo um papel ativo e controlador no processo, tendo em vista que as respostas para as questões que o envolve devem ser dadas pelos próprios moradores, o que nos leva ao próximo tópico.

b) As decisões devem ser tomadas pelos moradores. Reconhecer o protagonismo dos moradores e meu papel de assessora, significa que todas as questões devem ser discutidas

entre os moradores e as decisões tomadas por eles, ainda que eu não concorde com elas. Nesse sentido, embora focado na relação entre pais e filhos, a seguinte passagem pode ser também adotada em um contexto de prática espacial interessada na abertura a ganhos de autonomia:

A liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face da autoridade dos pais, do professor, do Estado. [...] É decidindo que se aprende a decidir. [...] Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. (FREIRE, 1996, p. 119-120).

c) Assessoria e não assistência técnica. Para realmente favorecer ganhos de autonomia minha atuação não poderia ser como a de um arquiteto convencional, que perpetua as relações de dependência entre usuários e técnicos e a superioridade desses últimos quanto à produção do espaço. Parto do pressuposto de que a lógica do projeto não é adequada a espaços como as ocupações. Assim como também não é compatível com uma proposta que pretenda favorecer ganhos de autonomia, uma vez que a lógica do projeto está fundada no papel passivo dos usuários e não reconhece o papel ativo desses na produção do espaço. A distinção entre assistência técnica e assessoria vem dar relevo a uma importante dimensão da proposta; os moradores são os protagonistas do processo. Assistência técnica é empregada aqui como em geral é sua acepção mais comum: assistência técnica automotiva ou telefônica, por exemplo, no sentido de que se deixa algo a ser resolvido por outrem. Assessoria, por outro lado, denota um apoio, auxílio, mas não a outorgar a solução a outra pessoa ou grupo. Assim, meu papel no processo é o de fomentar o diálogo. Para isso o uso de interfaces será essencial, o que nos leva ao próximo tópico.

d) Uso de interfaces para fomentar o diálogo. As interfaces são mecanismos que visam fomentar o diálogo e discussões sem prescrever de antemão o resultado desses. Desse modo, as interfaces devem-se abrir para a livre manipulação daqueles que as utilizam. Como já foi dito brevemente, a proposta é que aquele que manipula a interface possa expressar livremente suas opiniões e desejos, ao mesmo tempo refletindo sobre eles e formando-os com maior clareza. Uma interface ideal seria aquela que estaria livre da mediação de outra pessoa, que é, ao fim e ao cabo, uma restrição à autonomia daquele que a manipula. No entanto, só foi possível analisar o processo de produção do equipamento coletivo porque eu estive presente, sendo necessário, por isso, certa mediação para que eu me inserisse no diálogo. Isso não quer

dizer que os moradores não possam utilizar as interfaces sem a presença de algum técnico, mas que essas serviram também para me auxiliar a compreender aspectos cruciais do contexto da Ocupação. É fundamental ainda ter em mente que as interfaces devem servir não apenas para fomentar o diálogo entre os técnicos e os moradores, mas, sobretudo, entre os próprios moradores. De qualquer forma, as interfaces não são livres de prescrições ou ideologias, uma vez que são desenvolvidas por um técnico que não possui as mesmas vivências que os participantes. Mas ao fomentar o diálogo entre os envolvidos e ao possibilitar uma produção do espaço não determinada por um projeto elaborado por um arquiteto, podem ser importantes ferramentas para favorecer ganhos de autonomia.

e) O processo deve abrir espaço para discussão e revisão em todas as etapas. A proposta apresentada aqui ainda está colada na separação entre as etapas de projeto, construção e uso. Na prática convencional dos arquitetos essa separação tem como objetivo impedir que, uma vez definido o projeto, sejam feitas alterações na fase de construção, além de manter o controle sobre os usos. No entanto, a proposta é que a fase de planejamento não resulte em um projeto acabado e nem que prescreva os usos, mas que sirva para refletir sobre os espaços sem predeterminá-los. Portanto, é crucial deixar claro que o processo deve ser constantemente discutido, mesmo na fase de construção, além de reforçar a necessidade de manter a possibilidade de discussão também no momento da apropriação e uso do equipamento coletivo.

f) Valorizar o conhecimento dos moradores e reconhecer minha ignorância quanto à prática de produção do espaço. É importante colocar que conheço muito menos do processo de construção, na prática, do que a maioria dos moradores, além de ignorar muitos dos desafios à produção dos espaços coletivos na Ocupação, ao menos no início do processo. Dessa forma, o conhecimento acerca de como produziremos o espaço deve ser fruto de um aprendizado mútuo. Apesar disso, há um constrangimento implícito culturalmente pela minha posição de arquiteta, independente que eu o imponha ou não. A própria introjeção da necessidade de arquitetos envolvidos na produção dos espaços reproduz essa dependência e reafirma uma suposta superioridade do conhecimento desses profissionais. Por isso, é fundamental quebrar esse constrangimento valorizando o conhecimento dos moradores e reconhecendo minha ignorância, sem ao mesmo tempo desvalorizar também minhas contribuições. É necessário reconhecer que estamos, moradores e eu, em condições desiguais e justamente por isso o

diálogo é necessário, já que é o caminho pelo qual se concatenam conhecimentos diferentes, mas igualmente importantes para o processo.

g) Ressaltar que o equipamento só será construído com o engajamento dos moradores. É importante ressaltar para os moradores que eu não tenho condições e nem desejo assumir individualmente a responsabilidade da construção do equipamento coletivo. Assim, esse só será efetivamente produzido se os moradores se engajarem e se responsabilizarem pelo processo.

Esses pontos de partida serviram para orientar minha atuação junto aos moradores e considerar aspectos, muitas vezes, subjetivos e abstratos, mas que são essenciais para que a experiência verdadeiramente abrisse espaço para ganhos de autonomia. Por isso foi importante expor claramente esses pressupostos para que os moradores compreendessem o tipo de processo que eu propunha.

No final de 2014 me reuni algumas vezes com moradoras da Ocupação para apresentar a proposta da produção de um equipamento coletivo e para sondar aquelas que se interessariam em se envolver no processo. No dia 20 de dezembro de 2014 estive em uma celebração de natal, a convite da moradora Larissa, com algumas mulheres e com uma militante da BPs onde expus a proposta. No mês de fevereiro de 2015 a mesma moradora marcou outra reunião para que eu pudesse explicar a proposta com mais detalhes a algumas moradoras interessadas. A reunião aconteceu no dia 06 de fevereiro de 2015 e dentre as moradoras presentes, posteriormente, quatro delas vieram a integrar o grupo de discussão: a Larissa (meu principal contato na Ocupação), Eliane, Mariana e a Ariele. Embora das moradoras presentes nessa reunião somente quatro delas tenham se envolvido mais diretamente na fase de planejamento, posteriormente outras moradores que estiveram presentes nessa reunião se engajaram na etapa de construção do equipamento. Nessa mesma reunião a moradora Mariana sugeriu produzirmos um parquinho ao invés da Creche. A proposta da construção de um parquinho teve aceitação das demais moradoras que argumentaram que não havia na Ocupação espaços adequados para as crianças brincarem e, ainda, que o parquinho poderia servir também como um espaço de reunião para pais e moradores, tornando-se um espaço de convivência. Entretanto, nesse momento ainda não havia sido definido que equipamento iríamos produzir, tendo em vista que as moradoras optaram por adiar a decisão para que essa fosse tomada após contarmos mais moradores. Nessa mesma reunião a moradora Larissa havia mencionado

que a Comissão da Igreja estava arrecadando verbas para uma intervenção no terreno da Igreja e que um grupo grande de moradores estava mobilizado para isso. Ela sugeriu, então, que nos reuníssemos com esses moradores com o propósito de consolidar junto a eles um grupo para iniciarmos o processo de produção do equipamento coletivo. Ela me passou o contato de uma integrante do grupo de lideranças (que era também uma das delegadas envolvidas com o processo do Orçamento Participativo) que compunha a Comissão da Igreja e que estava à frente da ação. Em conversa com a delegada foi marcada uma nova reunião na semana seguinte, na qual estariam presentes também as moradoras que tinham se interessado em se engajar no processo.

Entretanto, na semana seguinte, no dia 14 de fevereiro de 2015, das moradoras da reunião anterior esteve presente apenas a Larissa. Compareceu ainda outro delegado, além da delegada que eu havia contatado. Nesse encontro expus a proposta novamente e ressaltai que o espaço a ser produzido seria escolhido pelos moradores, mas sugeri que poderíamos discutir sobre a possibilidade da produção da Creche, dado que essa era uma demanda antiga dos moradores da Ocupação. O delegado se mostrou muito receptível à proposta, enquanto a delegada colocou bastante resistência a ela. Disse que não era possível que o grupo de delegados incorporasse mais um trabalho à agenda e que a prioridade naquele momento era a construção de um muro no terreno da Igreja/ Creche⁷. A delegada abriu espaço, contudo, para que eu apresentasse a proposta aos demais delegados. Na semana seguinte, dia 21 de fevereiro de 2015, em uma reunião dos delegados eu apresentei novamente a proposta. Uma das delegadas, que claramente se destacava diante das demais lideranças, disse que não haveria como discutir a proposta nessa reunião uma vez que o assunto não havia sido colocado na pauta, mas que posteriormente eles poderiam marcar uma reunião para discutir mais especificamente a proposta. Na mesma semana conversei com algumas militantes das BPs que me relataram as dificuldades em atuar na Ocupação Dandara. Elas sugeriam que eu apresentasse a proposta para moradores de outra ocupação, a Guarani Kaiowá. Eu me reuni com algumas moradoras e militantes que atuavam mais diretamente nessa ocupação, mas não encontrei junto a elas apoio e disposição para dar continuidade ao processo. Posteriormente, em abril, eu contatei novamente a moradora Larissa. Ela havia me dito que algumas das

⁷ Me referencio ao terreno dessa forma, como sendo da Igreja e da Creche, porque os moradores integrantes do grupo de discussão reivindicaram que o terreno não pertencia à Igreja, uma vez que estava previsto para o espaço também a construção de uma creche. Essa reivindicação tem fundamento no processo de territorialização desse espaço pelo grupo de lideranças, especialmente por aquelas mais envolvidas com a Igreja. Assim, ao ressaltar que o terreno não pertencia à Igreja, os moradores defendiam que esse é um espaço coletivo.

moradoras, com as quais havia me reunido em dezembro e em fevereiro, perguntaram se daríamos prosseguimento à proposta. Com o interesse demonstrado por elas decidimos, por fim, consolidar um grupo, mesmo que pequeno, e em maio demos início a etapa de planejamento do equipamento coletivo, que foi definido pelos moradores ser efetivamente um parquinho. O grupo foi formado por cinco pessoas: Larissa, Paulo (esposo de Larissa), Ariele, Eliane e Mariana. O processo contou ainda com o auxílio da graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG Iara Pezzuti, que veio contribuir com a pesquisa de diversas formas e esteve presente em muitas das reuniões de planejamento. Posteriormente outros moradores e militantes da BPs se envolveram na fase de construção do parquinho.

Inicialmente cogitava-se que o equipamento coletivo a ser construído seria uma creche, embora previa-se que os moradores é que deveriam decidir e poderiam, portanto, escolher outro equipamento, como de fato aconteceu. A ideia inicial de que o processo pudesse contemplar a construção da Creche surgiu junto à moradora Larissa ainda em 2013. A sugestão da produção de uma creche vinha em razão desse equipamento ser uma demanda antiga dos moradores, além de já terem sido realizadas diversas reuniões, assembleias e oficinas tanto para a elaboração e escolha do projeto quanto para a construção da Creche. O processo que eu propunha poderia, então, conferir novo ânimo capaz de mobilizar os moradores para finalmente construí-la. Por isso, nas reuniões anteriores à formação do grupo, propunha que a Creche poderia ser o equipamento coletivo foco do processo. Contudo, posteriormente ficou claro que a Creche já não era mais uma demanda dos moradores, uma vez que a demora na construção desse equipamento os obrigou a buscarem outras alternativas. Além disso a conjuntura na Ocupação estava, e ainda está, bastante desfavorável à produção desse equipamento, sobretudo por ter existido um longo e inconstante processo de mobilização dos moradores que por fim não resultou na construção da Creche, gerando, assim, descrédito em relação a qualquer proposta nesse sentido. Ademais, foi bastante importante desde as primeiras reuniões ter deixado claro que embora fosse essa minha sugestão o espaço a ser produzido seria uma decisão dos moradores.

Como já foi dito, a sugestão da moradora Mariana de construir um parquinho ao invés da Creche, que surgiu em uma reunião ainda em fevereiro de 2015, foi amplamente aceita pelas demais moradoras, sobretudo em razão do parquinho ser, na visão delas, um espaço que demandaria menos gastos em sua construção. Além disso foi recorrente a reclamação de que não havia na Ocupação espaços adequados para as crianças brincarem. Dessa forma, desde

que se consolidou o grupo de discussão para a produção do equipamento coletivo já havia-se definido que o equipamento a ser construído seria um parquinho. Quando ainda cogitava-se a ideia da construção da Creche eu havia planejado utilizar algumas interfaces, contudo, com a mudança do equipamento que iríamos produzir foi necessário revê-las. Das que havia previsto usar anteriormente permaneceram as interfaces da amostra de imagens, da oficina de fotos e a interface de espacialidade, que se juntaram a outras pensadas especialmente para o parquinho. Cabe agora descrever com mais precisão quais foram as interfaces utilizadas no processo de produção do parquinho.

Oficina de fotografias. A oficina de fotografias é uma interface já aplicada em outras experiências, como no processo de desenvolvimento do projeto do centro comunitário no Sapé, elaborado pelo grupo MOM para a Associação de Remanescentes do Quilombo do Sapé em 2013, e no trabalho de graduação da Ana Beatriz Beraldo Rodrigues, do mesmo ano, realizado na Vila das Antenas em Belo Horizonte. O objetivo dessa interface é articular o cotidiano por meio dos pontos de vistas dos moradores e possibilitar que discutam entre si. A aplicação da interface se dá em dois momentos: inicialmente são disponibilizadas câmeras para que os moradores fotografem espaços e/ou elementos de acordo com o propósito da discussão que se deseja estimular e após essa etapa acontece uma reunião onde as fotos são exibidas. A proposta da interface é que ao exibir as fotos os moradores discutam sobre os espaços ou elementos fotografados, possibilitando ainda que tornem-se claros os dissensos e conflitos. No nosso caso, essa interface foi utilizada em dois momentos, inicialmente solicitei que os moradores integrantes do grupo de discussão fotografassem espaços que considerassem mais adequados à implantação do parquinho. Posteriormente, foi feita uma oficina de fotografias com algumas crianças na qual solicitei a elas que fotografassem espaços onde mais brincavam e elementos que representassem suas brincadeiras favoritas na Ocupação. Em ambos os momentos desejava estimular que os integrantes do grupo de discussão e as crianças refletissem e dialogassem sobre os espaços adequados à implantação do parquinho e, especialmente na oficina de fotografias com as crianças, desejava ainda compreender de que forma elas se apropriavam dos espaços e elementos existentes na Ocupação para brincarem.

Amostra de fotos e vídeos. Essa interface consiste na apresentação de imagens e/ ou vídeos com o propósito de estimular reflexões e discussões além de ampliar o repertório dos participantes acerca de determinado assunto. Para o processo de produção do parquinho foram

exibidas diferentes imagens e vídeos de parquinhos, brinquedos, equipamentos e formas de apropriação de objetos pelo corpo. Nesse caso a interface foi utilizada com o propósito de inspirar, acionar a criatividade no processo de planejamento dos brinquedos a serem construídos e para fomentar a discussão acerca de que brinquedos e elementos os participantes desejavam realmente produzir. Assim como a oficina de fotografias, essa interface foi utilizada em dois momentos; em uma reunião com os moradores e delegados e no mesmo dia da oficina de fotografias com as crianças. Foi importante que fossem exibidas imagens que representassem diferentes brinquedos e formas de brincar para ampliar o repertório dos adultos e crianças sobre as possibilidades de elementos que poderíamos construir.

Interface de espacialidade. Essa interface possibilita que os participantes simulem espaços em uma escala em que podem apropriar-se do espaço criado e ao mesmo tempo estimula um diálogo prático; as pessoas atuam na produção do espaço negociando na própria ação sem necessariamente conversarem. O processo de montagem da interface possibilita que se compreenda como os participantes produzem os espaços no cotidiano. A interface de espacialidade é composta por tubos de PVC de tamanhos variados, por conectores tridimensionais de madeira e tecidos, que servem como planos de vedação que conferem diferentes níveis de plasticidade e opacidade. A interface foi desenvolvida pelo grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM) da Escola de Arquitetura da UFMG. A proposta da interface é que essa possa ser montada por qualquer um de forma fácil e rápida.

Trata-se de um jogo de componentes leves, modulares e encaixáveis, que pode ser montado e modificado pelo público-usuário continuamente e com grande facilidade. Tal interface possibilita que qualquer pessoa construa e experimente espaços em escala real, conforme suas preferências e necessidades como ilustrado pela maquete física e pelo modelo digital. Os espaços assim gerados podem: 1) ser transformados em dados digitais, tornando-se a base para um projeto técnico; 2) ser usados temporariamente para lazer ou abrigo emergencial; 3) servir de gabarito de obra em processos de autoconstrução; 4) auxiliar processos pedagógicos de compreensão e comunicação de idéias espaciais. A interface de espacialidade pode, ainda, ser usada autonomamente por qualquer pessoa ou grupo para fins não previstos quando de sua concepção. (MOM, [200-?])

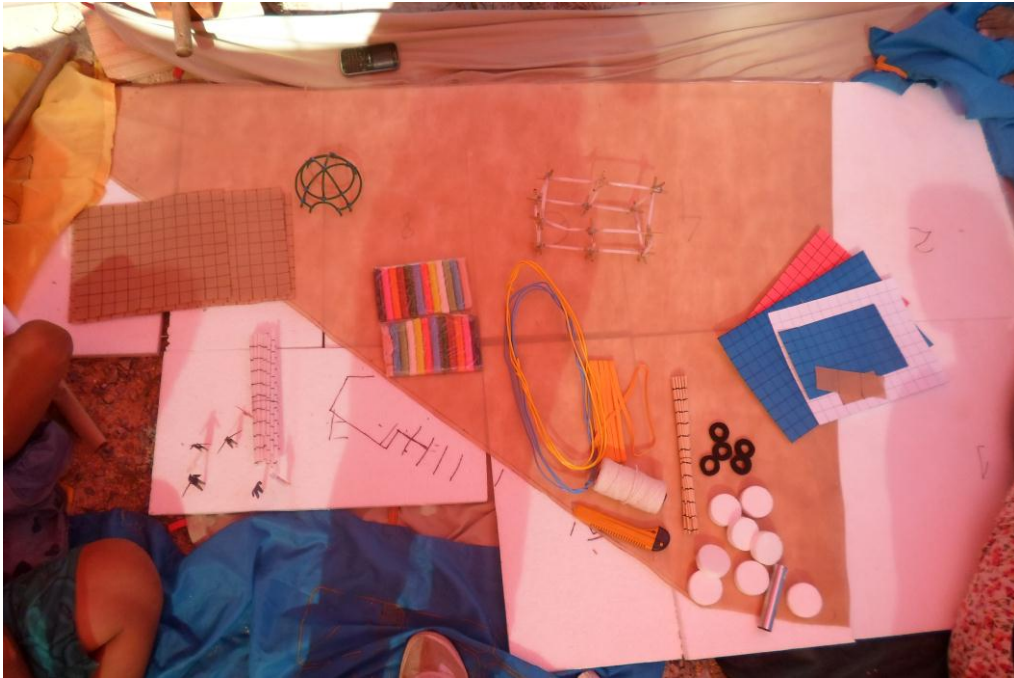
No processo de produção do parquinho essa interface foi utilizada para que eu pudesse compreender de que forma os moradores produzem seus espaços cotidianamente, além de ter servido como abrigo para a oficina de maquetes.

Maquete da interface de espacialidade. Essa interface consiste na reprodução dos elementos da interface de espacialidade na escala de 1:25, a mesma utilizada no tablado que representava o terreno em que a interface foi montada e onde planejávamos construir o parquinho. Foi proposto aos moradores que reproduzissem por meio desses elementos uma réplica do espaço criado pela interface de espacialidade e que a inserissem no tablado que representava o terreno. O objetivo era que os participantes compreendessem na maquete a proporção entre a área ocupada pela interface de espacialidade e a porção do terreno que pretendíamos ocupar com o parquinho.

Oficina de maquetes. Essa interface tem como objetivo possibilitar que os participantes expressem seus desejos para o espaço a partir da montagem de maquetes. No nosso caso os participantes desenvolveram maquetes que representavam brinquedos e equipamentos que desejavam que fossem construídos no parquinho. Para a oficina de maquetes foram levados materiais simples e de fácil acesso como: canudos, palitos, tecido, arames de diferentes espessuras e maleabilidade, elásticos, papel, barbante, círculos de isopor, massa de modelar, canetas hidrográficas e cola, além de ferramentas como estilete, cortador e alicate. Foram levadas também peças que simulavam pneus, feitos com elásticos de cabelo e arames, uma vez que o pneu é um material de fácil acesso e que abre muitas possibilidades para a produção de brinquedos. É importante que os materiais utilizados nessa interface sirvam para simular diferentes elementos, possibilitando que os participantes representem suas ideias o mais livremente possível. A escolha de materiais comuns se deu com o objetivo de mostrar que é possível utilizar elementos banais para fazer maquetes, algo que está distante do cotidiano dos moradores, e também para não deslumbrar os participantes, de outra forma correndo o risco que eles focassem nos materiais e não no potencial deles para representar suas ideias. Além disso, essa interface pode favorecer, eventualmente, o uso do recurso da maquete no futuro sem a mediação de um técnico. Além desses materiais foram levados ainda bonecos que representam crianças com diferentes idades: 5, 8, 10 e 12 anos, e outros dois bonecos representando adultos, para facilitar aos participantes a compreensão da relação entre as maquetes e os corpos das crianças e adultos. Esses bonecos, assim como o tablado que representava o terreno, foram produzidos na escala de 1:25, que me pareceu ser a mais adequada à manipulação pelos participantes. Para que os participantes compreendessem a escala dos materiais em relação ao tablado e aos bonecos foi marcada nos canudos, palitos, tecidos e papéis uma modulação de 50 em 50cm na escala de 1:25. Por fim, também compôs a

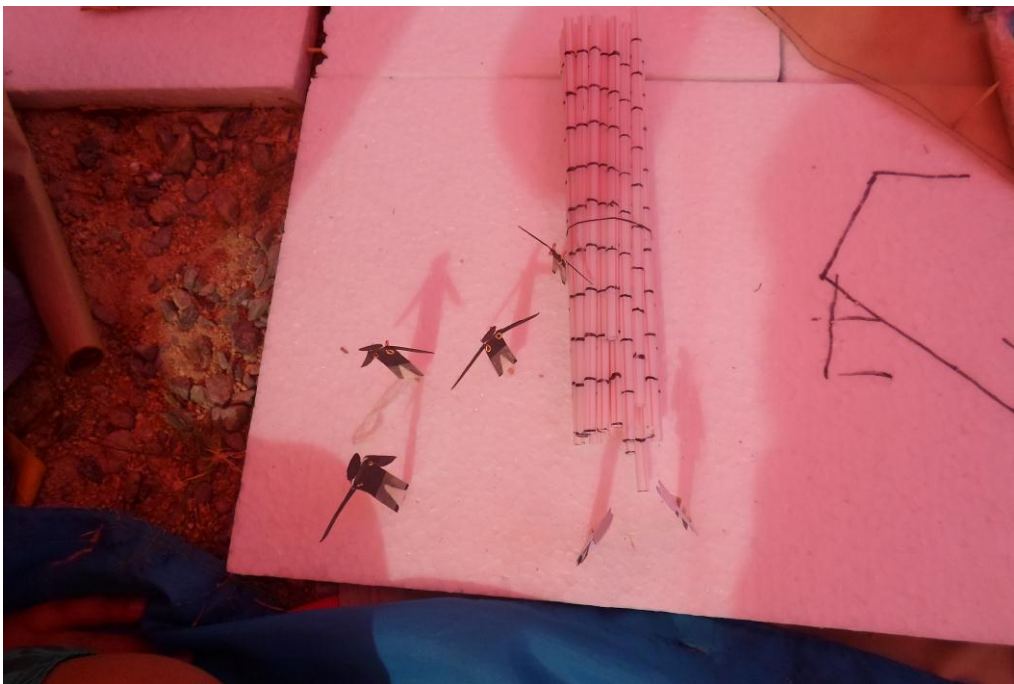
interface uma baliza marcada com as dimensões na escala 1:1 também de 50 em 50cm, acrescentando ainda pontos intermediários de 10 em 10cm.

FIGURA 1 - Materiais e ferramentas para a oficina de maquetes.



Fonte: Helena Lana, 2015.

FIGURA 2 - Representação de bonecos de diferentes idades.



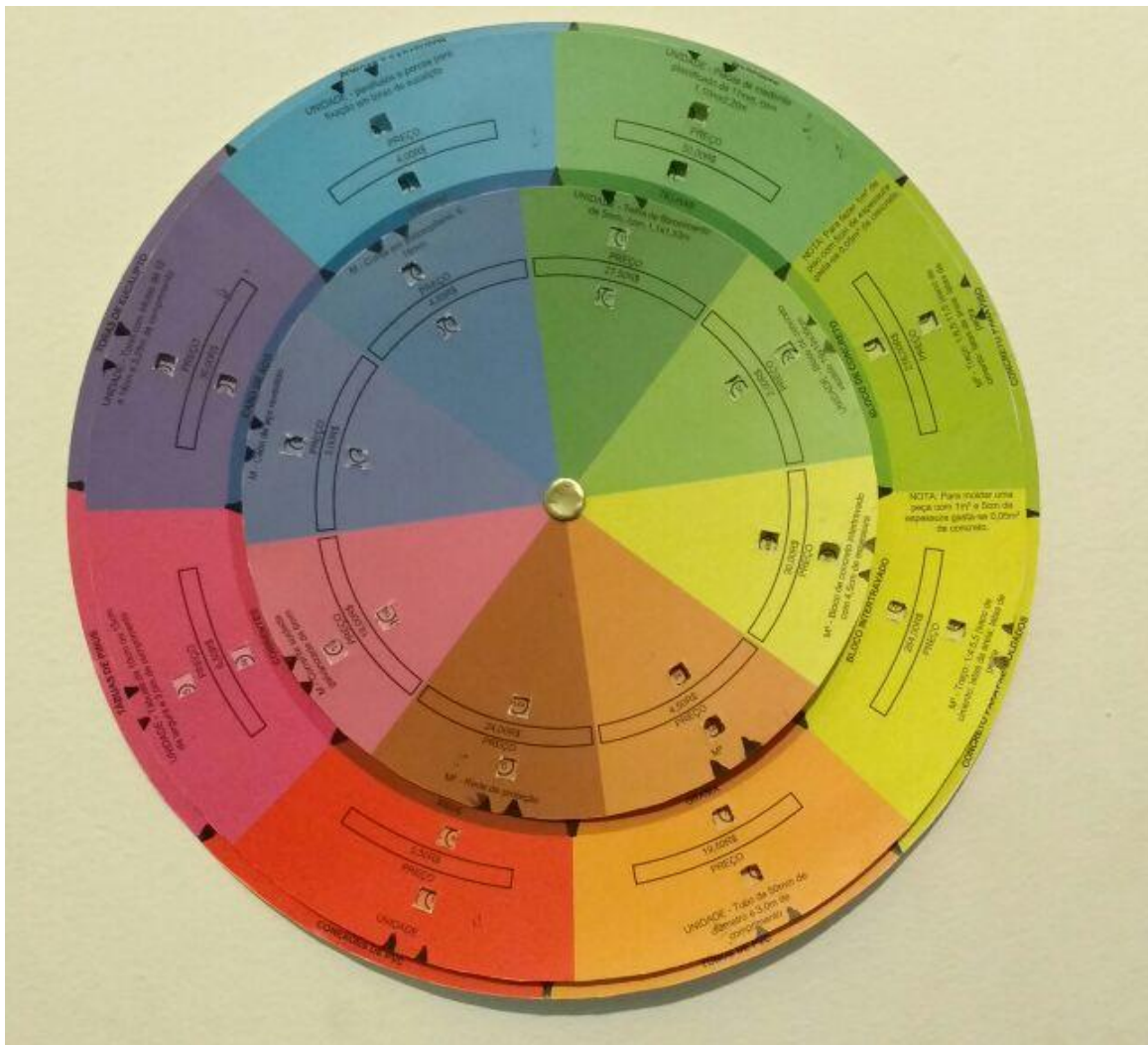
Fonte: Helena Lana, 2015.

Orçômetro. O Orçômetro é um Volvelle ou Wheel Chart bastante simples. Os Volvelles são espécies de calculadoras de papel que oferecem uma interação de dados. O uso de Volvelles em livros, possibilitando aos leitores informações adicionais, é encontrado em trabalhos de Matthew Paris (1200-1259) desde a Idade Média (CARARO, 2014). Consistem em discos de papel sobrepostos e independentes que quando rotacionados indicam dados que se alinham e se correlacionam. Os Volvelles servem a diversas funções, desde calcular o período fértil de uma mulher, movimento dos astros, a exposição à radiação. Foram comumente usados na astronomia⁸ durante a Idade Média.

O Orçômetro serve para auxiliar na discussão e para a produção rápida de um orçamento geral e deveria ter sido utilizado para elaboração do orçamento do parquinho. A interface consiste em três círculos giratórios de tamanhos diferentes presos no centro. Possui 16 divisões e cada uma delas indica um material, qual sua unidade de medida, uma faixa com diferentes quantidades desse material, qual o preço unitário e uma faixa com diferentes resultados da multiplicação das quantidades pelo preço. Ao girar os círculos conseguimos o resultado da multiplicação de uma determinada quantidade pelo preço para cada um dos materiais. Os materiais apresentados na interface são os que surgiram durante as reuniões, especialmente na discussão no dia da oficina de maquetes, acrescido de outros que inseri como sugestão. Para estabelecer uma faixa com diferentes quantidades dos materiais foi necessário prever diferentes possibilidades de construção dos brinquedos e equipamentos. Para isso foram consideradas as maquetes elaboradas pelos moradores. Essas variações na quantidade dos materiais vieram de um quantitativo levantado previamente que apontava quanto precisaríamos de cada material e inseri uma variação para mais ou para menos em cima desse quantitativo.

⁸ Há poucas referências sobre Volvelles em sites de língua portuguesa. Dentre as exceções está a dissertação de mestrado de Aryane Beatrys de Cararo: “Livros digitais infantis: narrativa e leitura na era do tablet”, 2014.

FIGURA 3 - Orçômetro.



Fonte: Helena Lana, 2015.

Os critérios que orientaram a produção dessa interface foram: 1) inserção de maior número possível de quantidades, oferecendo aos moradores a possibilidade de substituição de materiais, reflexões sobre a relação entre a quantidade e o preço total etc; 2) inserção de materiais que os participantes haviam mencionado, respeitando as discussões anteriores; 3) inserção de novos materiais como sugestão como forma de ampliar a discussão acerca da viabilidade, vantagens e desvantagens da utilização de diferentes materiais; 4) maior variabilidade possível de materiais ainda que limitados pelo tamanho da interface, o que leva ao próximo critério; 5) o orçômetro deveria ser impresso no máximo em tamanho A3, de modo a facilitar o manuseio da ferramenta e, se necessário, sua reprodução; 6) além de fácil manuseio a interface deveria ser de fácil entendimento, de modo que o morador pudesse manipulá-la sem a presença de um mediador.

Novas maquetes: Essa interface surgiu a partir da oficina de maquetes. Foram desenvolvidas novas maquetes em escala 1:25 que reproduziam aquelas feitas pelos participantes da oficina de maquetes. Essas eram apenas revisões das mesmas maquetes de brinquedos e equipamentos produzidas por eles, sem acréscimo ou sugestão de outros elementos. As maquetes produzidas no dia da oficina tinham alguns problemas em relação a escala, portanto, a produção de novos modelos foi importante para que pudéssemos ter noção mais precisa da proporção entre o terreno e os brinquedos e equipamentos. Essa remodelação foi indispensável, considerando ainda que eu precisava pensar nos encaixes, antever possíveis materiais para a produção dos brinquedos e refletir sobre a quantidade de materiais que poderíamos precisar para estabelecer um parâmetro para a faixa de quantitativo do Orçômetro. Junto às novas maquetes foram apresentados aos moradores ainda imagens que representavam cada uma delas. Essas imagens serviram para ilustrar os brinquedos e equipamentos e facilitar a compreensão dos moradores em relação aos elementos propostos na oficina de maquetes.

3.3. Relato do processo de produção do equipamento coletivo

O processo de produção do parquinho será relatado aqui em duas partes, a etapa de planejamento e a etapa de construção. Na etapa de planejamento estão relatadas as reuniões e oficinas com o grupo de discussão. Na etapa de construção do equipamento relato todo o processo de negociação para a implantação do parquinho e efetivamente sua construção, que envolveu além de grande parte dos integrantes do grupo de discussão também outros atores.

Etapa de planejamento

O processo de planejamento durou cerca de três meses. A primeira reunião da etapa de planejamento do parquinho aconteceu no dia 09 de maio e a última reunião no dia 06 de agosto. Em geral as reuniões aconteceram nas terças-feiras às 19 horas e as oficinas nos fins de semana, exceto pela oficina de fotografias com os integrantes do grupo de discussão. Dos cinco integrantes do grupo de discussão somente um era homem, que é esposo de uma das participantes, por isso por vezes falarei em *moradoras* nas reuniões em que somente estiveram presentes as mulheres e em *moradores* nas reuniões em que esse integrante esteve presente.

Desde a primeira reunião sugeri que arrumássemos as cadeiras de forma circular, para que todos pudessem se ver e para que ninguém tivesse posição de destaque. As moradoras concordaram e seguimos com essa organização na maioria das reuniões. Na primeira reunião surgiram discussões importantes sobre a percepção das moradoras em relação à atuação dos arquitetos. Enquanto duas das moradoras ressaltaram a importância dos espaços serem planejados por um arquiteto, e até a superioridade do conhecimento desse em relação aos moradores, uma delas foi bastante crítica quanto a atuação desse profissional. A mesma moradora destacou ainda a comum arrogância dos arquitetos, já que nem sempre eles realmente ouvem e atendem as demandas dos moradores.

Cabe destacar que nessa primeira reunião uma das moradoras expôs o receio do processo de planejamento não se concretizar na construção do parquinho, receio esse que observei ser compartilhado pelos outros moradores. Esse assunto será discutido em outro tópico no próximo capítulo, mas cabe por ora destacar que essa desconfiança é bastante fundamentada, em que pese não poucos exemplos de expectativas frustradas.

Já na primeira reunião surgiu a discussão acerca de onde o parquinho deveria ser construído. Esse foi um tema bastante polêmico e permeou todo o processo de produção do equipamento. A questão do local evidenciou, ainda, de forma muito clara as relações heterônomas de poder estabelecidas na Ocupação. Por isso, é importante nos deter agora nas razões da polêmica em torno da escolha do terreno para a construção do parquinho. A ideia da construção de uma creche surgiu no primeiro ano da Ocupação e foi decidido em assembleia que essa seria construída no mesmo terreno do Centro Ecumênico, atual Igreja Católica. Por isso, em diversos momentos ao longo das reuniões os moradores se referiam a esse terreno não como o terreno da Igreja, mas como o terreno da Creche, ainda que esse equipamento não exista. Em 2012 e 2013 foram elaborados projetos da Creche por estudantes de graduação em arquitetura e urbanismo, que foram postos para votações pelos moradores em assembleias gerais. O projeto escolhido contemplava um parquinho, o que abriu a possibilidade da vinculação do parquinho que iríamos produzir à Creche, que embora não tenha sido construída é uma proposta legitimada, em certa medida, por ter envolvido muitos moradores desde na escolha do terreno de sua implantação até na escolha do projeto. Essa vinculação foi defendida em diversos momentos ao longo da etapa de planejamento por alguns moradores e era vista por eles como uma forma de justificar a construção do parquinho no terreno onde existe a Igreja,

ainda que todos os integrantes do grupo de discussão concordassem que possivelmente a Creche não será construída. A defesa da construção do parquinho nesse terreno vem no sentido de tentar barrar o processo de territorialização desse espaço coletivo pelo grupo de lideranças, sobretudo por parte daquelas que integram a Comissão da Igreja, que é responsável pela gestão e manutenção do espaço. Embora o processo de territorialização tenha se iniciado com a conversão do Centro Ecumênico em Igreja Católica, a construção de um muro na porção frontal do terreno no início de 2015 agravou esse processo. E mesmo que durante a fase de planejamento do parquinho não houvesse ainda um portão que limitasse definitivamente o acesso ao terreno, e que foi instalado mais tarde, a construção desse muro já preocupava os moradores. Também em uma tentativa de barrar esse processo de territorialização, uma das moradoras expôs na primeira reunião a proposta, que surgiu das discussões de moradoras com militantes da Frente de Mulheres da BPs, da construção de uma cozinha comunitária no mesmo terreno.

Em razão desse processo de territorialização, duas das moradoras mostraram-se receosas em se envolver no processo de produção do equipamento à revelia da concordância das lideranças. Outras situações envolvendo disputas de terrenos por traficantes contribuíram para esse receio. Por isso uma das moradoras defendeu que deveria ter alguém a frente delas, se referindo a mim, para negociar com o grupo de lideranças e como forma também de legitimar o processo, o que evidencia além da condição de fragilidade dos moradores também a dependência dos técnicos. No entanto, eu me recusei a contatar o grupo de lideranças, considerando que os moradores é que deveriam assumir o protagonismo no processo. A questão acerca de quem iria contatar as lideranças só se resolveu na segunda reunião, quando uma das moradoras se responsabilizou pela tarefa. No fim da primeira reunião decidimos utilizar a interface de fotografias para que as moradoras fotografassem outros espaços, além do terreno da Igreja/ Creche, que considerassem adequados à implantação do parquinho. Foi solicitado ainda que elas fotografassem materiais que poderiam ser facilmente encontrados na Ocupação e que pudessem servir para a construção do parquinho.

Na segunda reunião, que aconteceu no dia 12 de maio, foram exibidas as fotografias tiradas pelos moradores. Além das mulheres presentes na reunião anterior, esteve presente também Pedro, esposo de Larissa. Nessa reunião o assunto principal foi novamente quanto ao terreno onde seria construído o parquinho. Além da opção da construção do parquinho no terreno da Igreja/ Creche, já defendida por uma das moradoras na reunião anterior, duas moradoras

defenderam a construção do equipamento ao lado do Centro Comunitário. A relação entre os dois espaços pode ser visualizada na figura abaixo.

FIGURA 4 - Mapa da Ocupação com a marcação de ambos os espaços.



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2009, adaptado pela autora, 2015.

Novamente nessa reunião Larissa defendeu o atrelamento do parquinho à Creche, assim como o morador Pedro. A moradora argumentou ainda que essa seria uma forma de promover a conservação do equipamento, de modo que ao fazer parte de um espaço em torno do qual houve a construção de uma significação coletiva esse sentimento se transferiria para o parquinho. A fala da moradora expressa a convicção de que a Creche, embora possivelmente não venha a ser construída, possuiria certa força de legitimação contra a possível oposição à apropriação de parte do terreno da Igreja/ Creche, seja com o parquinho ou mesmo com outra edificação. Como já havia sido apontado na reunião anterior, essa legitimidade adviria em razão da escolha do terreno para a implantação da Creche ter sido uma decisão coletiva, ainda que não de forma autônoma⁹, assim como a escolha do projeto. No entanto, posteriormente,

⁹ A opção de implantar a Creche no mesmo terreno em que foi implantada a Igreja foi fortemente defendida pelo frei Gilvander Luís Moreira, a despeito da vontade de alguns moradores. Deve-se considerar que o frei tinha

viu-se que o argumento não tinha legitimidade capaz de romper com as relações de poder já estabelecidas na Ocupação.

Surgiu ainda nessa reunião a discussão acerca de como poderia funcionar o compartilhamento do terreno entre a Igreja e o parquinho, e o acesso a esse. Uma das moradoras sugeriu separarmos de alguma forma o espaço do parquinho e da Igreja, com um muro ou mesmo com vegetação. Dessa forma poderíamos instalar um acesso exclusivo para o parquinho que não seria controlado pelo grupo de lideranças e evitar conflitos. Outras moradoras não concordaram com a proposta e argumentaram que essa divisão não resolveria o conflito além de poder gerar outros, já que teríamos que destruir parte do muro construído para a instalação de um acesso separado para o parquinho. Os moradores discutiram ainda quanto à arbitrariedade da construção do muro no terreno e a conversão do Centro Ecumênico em Igreja Católica.

Outro importante assunto discutido nessa reunião foi sobre a proposta de construirmos o parquinho no entorno do Centro Comunitário. Foi colocado que já estava previsto para o local um campo de futebol e um Centro de Referência da Juventude, havendo a necessidade, portanto, de negociar com os moradores a alteração de uso do espaço. Ainda assim, duas das moradoras defenderam que o parquinho deveria ser construído nesse terreno, já que de acordo com elas esse era um espaço ainda não territorializado e, por isso, a implantação do parquinho ali não geraria tantos conflitos quanto se fosse implantado ao lado da Igreja. Gerou-se, portanto, um impasse quanto à definição do terreno, que só foi resolvido na oficina de fotografias com as crianças no dia 14 de junho.

Nessa segunda reunião uma das moradoras defendeu novamente a necessidade de envolver as lideranças no processo. Essa mesma moradora colocou ainda que o terreno da Igreja/ Creche só poderia ser escolhido para implantação do parquinho mediante concordância do grupo de lideranças. Embora a posição da moradora não fosse compartilhada por todos, foi discutido que ainda assim seria importante integrar esse grupo ao processo. Por fim uma das moradoras se responsabilizou de convidar as lideranças para a próxima reunião.

grande influência na Ocupação naquele momento, o que pesou na escolha do terreno da Creche. Quanto a isso ver em detalhes a discussão de LOURENÇO (2014, págs. 116 e segs.).

A terceira reunião aconteceu no dia 26 de maio e contou com a presença além dos moradores também de nove lideranças. Durante boa parte da etapa de planejamento do parquinho, as lideranças se apresentavam como delegados, nomeação que advinha do envolvimento deles em um processo de Orçamento Participativo. Por isso, adoto aqui os dois termos como sinônimos. Nessa reunião ficou muito claro não apenas o processo de territorialização dos espaços coletivos, mas também o caciquismo do grupo de lideranças. Embora o objetivo da reunião fosse convidá-los para se integrarem ao processo, ficou evidente em alguns momentos que eles acreditavam que a continuidade do processo dependia da autorização desse grupo. Em diversos momentos alguns delegados colocaram empecilhos para o processo de produção do parquinho. Eles tentaram ainda postergar a continuidade desse atrelando-o à necessidade de uma cuidadosa avaliação de viabilidade, tanto em relação às formas de arrecadação de verbas para a construção quanto à verificação da existência de outros projetos para os espaços cogitados.

Houve certa dificuldade por parte das lideranças em compreender o processo que eu propunha. Ainda que eu ressaltasse que não se tratava de uma atuação tradicional do arquiteto e que, portanto, eu não faria um projeto convencional para o espaço, algumas das lideranças insistiram que o resultado do processo de planejamento deveria, necessariamente, ser especializado em um projeto. Um dos delegados deu a entender que eu deveria apresentar dois projetos, um para cada um dos espaços previstos. Observou-se que a proposta de uma atuação do arquiteto diferente do que estão acostumados é estranha a eles. Por isso foi de suma importância reiterar que não se tratava de uma assistência técnica convencional, mas de uma assessoria técnica em um processo conjunto e horizontal. Foi fundamental ainda desatrelar minha atuação a um projeto tradicional, explicando que poderíamos utilizar outros recursos para representar as ideias para o espaço, como maquetes por exemplo.

Quanto à discussão acerca do terreno em que o parquinho seria construído, não houve unanimidade por parte das lideranças. Quando discutimos a possibilidade de construir o parquinho ao lado da Igreja uma das lideranças questionou se isso havia sido permitido no encontro, em fevereiro de 2015, com integrantes da Comissão da Igreja. Ela defendeu ainda a necessidade da escolha de um terreno “mais público”, considerando as dificuldades que surgiriam para controlar o acesso das crianças ao terreno quando o portão fosse instalado.

Nessa reunião os delegados afirmaram a relevância do trabalho que desenvolvem na Ocupação e o contrapuseram à atuação da BPs. Ficou claro a tensão entre esse grupo de lideranças e a organização política. De acordo com eles, a organização não teria dado o suporte necessário à Ocupação, o que mostra uma introjeção da relação de dependência da BPs. Além disso, afirmaram que muitos dos processos conduzidos pela organização não haviam resultado em ganhos concretos para os moradores.

[...] se a gente fechou a ideia do parquinho, decidi, nós sabemos que o parquinho vai sair! Não vai ficar aquela história aquele lero lero de reunião, que a reunião demora aí alguém vai embora. Hoje nós estamos trabalhando assim aqui na Dandara. Nós estamos traçando um novo modelo. Um modelo que não é aquele modelo político não, sabe? É um modelo realizador, tipo assim... ah! A Helena vai fazer o projeto do parquinho, nós já resolvemos, então quanto tempo nós vamos gastar pra fazer o parquinho? Então nós vamos lá e fazemos o parquinho já chama as crianças... porque a comunidade ela cansou! Por exemplo, nós ficamos aqui seis anos e não tem nada na comunidade... né? Quem liberou? Foi as BPs que liberou? As Brigadas Populares não fizeram nada aqui. Tipo assim... aí quando estava abandonado aí nós chegamos e chamamos a comunidade, vamos agir vocês, aí juntamos, fomos lá compramos blocos.. “aqui fica bom? Beleza... fica bom aqui um canteiro?” “ô fulano quer dá um saco de cimento?”. É projeto assim, passando em cima e indo embora. (DANIEL, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Quanto à resistência demonstrada, não apenas com relação a escolha do terreno mas à proposta em si da produção do parquinho pelo grupo de moradores, é revelador o desdém demonstrado por alguns delegados. Outro ponto de conflito com a BPs evidenciado durante a discussão é em relação a uma verba doada à Ocupação para a construção da Creche. Ainda que parte dessa verba tivesse sido disponibilizada à algumas lideranças, a BPs ainda controla a maior parte dela. O controle dessa doação pela BPs é bastante problemático, uma vez que o grupo de lideranças se vê na posição legítima de administrá-lo.

Essa reunião foi permeada de tensões. Uma das delegadas mostrou-se indignada por termos iniciado o processo de produção do equipamento sem eles, afirmando que já existia um grupo de trabalho e que, portanto, nós deveríamos ter nos integrado a ele, e não propor que eles viessem se juntar a nós:

[A proposta da produção do parquinho] É bem vindo! É bem aceito! Mas *you tem que chegar ao nosso grupo e não nós ir pro grupo de vocês,*

porque a gente tem um grupo trabalhando já! (FERNANDA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Ao mesmo tempo em que os delegados afirmaram que não poderiam participar, tendo em vista estarem sobrecarregados com outras tarefas, se mostraram ressentidos pelo processo ocorrer à revelia deles. Ficou evidente ainda nessa reunião a coesão desse grupo de lideranças. Quando afirmei que entendia que o grupo estava envolvido em outros trabalhos e, portanto, que compreenderia se apenas aqueles que estivessem disponíveis pudessem participar, uma das delegadas argumentou que estaríamos desejando criar uma cisão entre eles. Os delegados deixaram claro que não seria possível que somente alguns integrantes do grupo de lideranças participassem do processo, não abrindo espaço para que os demais delegados fossem convidados e respondessem por si mesmos. Ficou evidente nessa reunião que mesmo entre o grupo de delegados existem lideranças que acabam controlando e estabelecendo regras para os demais integrantes.

Como os delegados não tinham uma posição acerca do terreno a ser escolhido e como afirmei que continuaríamos com o processo, eles decidiram fazer uma reunião entre eles com o objetivo de discutir o assunto e se posicionarem. Combinou-se que dali a duas semanas nos reuniríamos novamente para que o grupo de lideranças nos comunicassem seu parecer. Além da discussão em torno do local escolhido para a implantação do parquinho, foram discutidos ainda aspectos em relação aos brinquedos que seriam construídos. Eu propus expor aos delegados as imagens e vídeos que havia levado para a discussão naquele dia, como forma de mostrar a eles em que ponto estávamos da etapa de planejamento. A proposta era suscitar a partir da exibição das imagens e vídeos uma discussão acerca dos diferentes tipos de brinquedos: os programados e não programados, respectivamente, aqueles em que o brinquedo “brinca” com o corpo, no caso da montanha russa, e aqueles abertos à autonomia, em que é o corpo que brinca com o brinquedo. Os vídeos e imagens utilizados nessa reunião compõem uma das interfaces previstas. Um dos vídeos mostrava pessoas em uma montanha russa e outro exibia a performance de um artista taiwanês dentro de um grande arco. Dentre as imagens exibidas estavam fotos de parques projetados pelo arquiteto holandês Aldo van Eyck, onde foram construídos brinquedos amplamente abertos à apropriação autônoma das crianças e à imaginação, uma vez que não representavam formas conhecidas e não predeterminavam as formas de apropriação pelas crianças, e do Parque Municipal de Belo Horizonte, onde existem tanto brinquedos programados quanto não programados.

No entanto, só foi possível mostrar um dos vídeos para os delegados; o do artista taiwanês. Como eles não poderiam permanecer até o fim da reunião, as demais imagens e vídeos só foram exibidos para as moradoras integrantes do grupo de discussão. A discussão em torno das imagens e vídeos foi bastante proveitosa. A exibição de fotos de brinquedos do Parque Municipal foi importante, tendo em vista que esse equipamento é uma referência de parque para as moradoras. Mostrei imagens de brinquedos automatizados e não-automatizados do parque. O brinquedo nomeado pelas moradoras como “castelinho” foi apontado como um dos melhores do parque. As moradoras relataram como se apropriavam dos brinquedos do Parque Municipal, quais eram os favoritos e sugeriram formas de construir alguns deles no parquinho da Dandara.

FIGURA 5 - Brinquedo automatizado do Parque Municipal de Belo Horizonte.



Fonte: João Moreira, 2008.

FIGURA 6 - Brinquedo de tubulões do Parque Municipal de Belo Horizonte.



Fonte: Newton Viana Leite, 2010.

Ao fim da reunião discutiu-se sobre a necessidade de envolver maior número de moradores, para legitimar o processo diante da clara resistência do grupo de lideranças. Dessa forma, as participantes se responsabilizaram de convidar moradores para a próxima reunião.

A quarta reunião aconteceu no dia 09 de junho. Como havia sido combinado na reunião anterior, nesse dia iríamos nos reunir com os delegados para que eles expusessem a opinião do grupo acerca da escolha do terreno onde seria construído o parquinho. No entanto, na semana que antecedeu o dia da reunião, eu fui informada por uma das delegadas que eles não haviam se reunido e que, portanto, não estariam presentes na quarta reunião. Como na reunião anterior havíamos discutido a necessidade de integrar mais moradores ao processo, estive presente pela primeira vez uma moradora a convite de uma das integrantes do grupo de discussão, que convidou também uma militante da BPs.

Nessa reunião a discussão girou em torno da necessidade dos moradores se apropriarem do terreno da Igreja/ Creche. A militante expôs uma proposta, já discutida com algumas moradoras, acerca da construção de um equipamento voltado para as mulheres e crianças. De acordo com a militante, embora não se pretendesse construir a Creche, já que essa não era mais uma demanda dos moradores, a proposta era que fosse construído um equipamento que de alguma forma estivesse voltado para as mulheres e crianças, que seria o mesmo público da Creche. Isso porque uma alteração radical de uso desse equipamento demandaria a realização de uma assembleia com todos os moradores, o que era pouco provável de acontecer tendo em vista a dificuldade de mobilizá-los. Uma das moradoras ressaltou que não deveríamos abrir espaço para a discussão acerca do local do parquinho. Ela sugeriu que deveríamos apenas reafirmar que havia um parquinho no projeto da Creche, o qual, por sua vez, foi objeto de discussão com muitos moradores. Como nessa reunião não estiveram presentes as moradoras que defendiam a construção do parquinho no terreno ao lado do Centro Comunitário, propus de definirmos o local do parquinho na oficina com as crianças, que aconteceria no próximo domingo. Para essa oficina foram feitos panfletos de divulgação, os quais as moradoras presentes se responsabilizaram em distribuir.

FIGURA 7 - Panfleto desenvolvido.



Fonte: Elaboração conjunta da autora e Iara Pezzuti, 2015.

A oficina de fotografias com as crianças aconteceu no dia 14 de junho, no período da manhã. Nesse dia percebemos que não havíamos inserido no panfleto o local onde aconteceria a oficina, por isso definimos que andaríamos pela Ocupação convidando as crianças a participarem dela. Como forma de convidar maior número de crianças dividimos o grupo, composto por moradores e convidados, em dois. Um deles ficou com uma câmera e o outro ficou com duas. Combinamos que nos encontraríamos em cerca de uma hora em frente à Igreja para a exposição das fotografias e discussão. Foi definido ainda que solicitaríamos às crianças que fotografassem os espaços onde mais brincavam e elementos que representavam suas brincadeiras favoritas.

Após vencer a resistência inicial de algumas crianças em nos acompanhar, elas ficaram bastante animadas com as câmeras. Enquanto andávamos pela Ocupação convidamos várias crianças e adultos para participarem da oficina, ao mesmo tempo em que expúnhamos a proposta da construção do parquinho para os pais e responsáveis. Embora todos tenham sido receptivos à proposta, nenhum deles se interessou em se envolver no processo ou compareceu

na exibição das fotografias. Os pais e responsáveis não permitiram que as crianças nos acompanhassem. Alguns deles revelaram que não gostavam que seus filhos andassem sozinhos pela Ocupação.

Durante a caminhada observamos muitas crianças brincando em suas próprias casas, sobretudo meninas. Durante a exposição de imagens observamos que as crianças tiraram fotos de elementos bastante aleatórios. Além do terreno da Igreja/ Creche as crianças não apontaram nenhum outro espaço específico onde brincavam, a não ser, é claro, as ruas. Onze crianças participaram da oficina; cinco meninas e seis meninos. A faixa etária das crianças variava entre três e oito anos.

FIGURA 8 - Participantes da oficina de fotografias.



Fonte: Helena Lana, 2015.

A exibição das fotografias tiradas não prendeu a atenção das crianças, uma vez que as fotografias mostravam elementos aleatórios ou elementos sobre os quais já havíamos discutido enquanto caminhávamos. Mudamos de estratégia e passamos a conversar com as

crianças sobre suas brincadeiras favoritas. As crianças mencionaram brincadeiras bastante comuns, como pega-pega, esconde-esconde, queimada etc. A discussão com as crianças evidenciou que o terreno da Igreja/ Creche era de fato um espaço frequentemente apropriado por elas. Foi interessante ainda notar que os meninos se mostraram mais empolgados em conversar e responder nossas perguntas. As meninas, que tem maior restrição em brincar fora de casa, possuem uma vivência baseada, em sua maior parte, no espaço privado, e não no espaço público. Os meninos, por outro lado, conseguem vivenciar essas duas dimensões. Quando perguntei diretamente às meninas sobre o que gostavam de brincar, elas mencionaram o vôlei e a queimada, mas disseram que jogavam na escola já que na Ocupação não havia rede e as ruas eram íngremes. Embora a justificativa dada seja bastante óbvia, elas poderiam brincar no terreno da Igreja/ Creche que é uma área bastante plana e improvisar uma rede. Entretanto, diversos fatores contribuem para afastar as meninas desse espaço. Além das brincadeiras nas ruas serem mais restritas a elas, o fato dos meninos se apropriarem do terreno da Igreja/ Creche acaba as constringendo de brincar no mesmo espaço. É importante colocar que há um sexismo nessa relação desigual entre meninas e meninos. Enquanto aos primeiros é permitido brincar nas ruas, as meninas não desfrutam da mesma liberdade, além de comumente serem responsáveis em auxiliar as mães a cuidar da casa e dos irmãos. Mas mesmo que os meninos desfrutem de maior liberdade que as meninas, percebemos que essa liberdade é limitada. Em geral, as crianças não podem brincar em qualquer espaço da Ocupação. Nesse sentido a Ocupação se afasta do conceito de comunidade tradicional e se aproxima ao conceito de sociedade desenvolvido por Tönnies (1973). Com a cada vez mais intensa comercialização de lotes é proporcionalmente mais difícil que os moradores se conheçam e estabeleçam relações entre si. Isso é ainda mais grave quando observamos que as oportunidades de encontro em uma assembleia, minimamente democrática e aberta, estão distantes da realidade da Ocupação. Tal situação associada ao tráfico de drogas presente na Dandara e ao sentimento de medo disseminado em uma metrópole como Belo Horizonte restringe a liberdade e, por conseguinte, a autonomia das crianças. Esse ambiente com aberturas cada vez mais raras a exemplos democráticos e autônomos é nocivo para a formação crítica não somente dos adultos mas também das crianças.

Como sugestão de uma das moradoras integrantes do grupo de discussão, decidimos exibir nessa oficina as imagens e vídeos que foram mostrados durante a terceira reunião. Foi importante exibirmos fotos dos brinquedos do Parque Municipal para compreender quais eram aqueles mais utilizados e apreciados pelas crianças. A discussão em torno das fotos dos

brinquedos do Parque Municipal evidenciou que embora as crianças se encantassem pelos brinquedos programados, como a roda gigante, eram dos brinquedos não programados que elas mais gostavam. É claro que deve-se considerar que no Parque Municipal os brinquedos não programados são gratuitos e é possível que, por isso, sejam esses brinquedos que as crianças utilizam durante maior tempo. Ainda assim, foi importante perceber que mesmo dentre os brinquedos não programados os mais apreciados eram aqueles que abriam maiores possibilidades de brincadeiras, como o “castelinho”. Na terceira reunião, esse mesmo brinquedo foi apontado também pelas moradoras como um dos melhores brinquedos do Parque Municipal. O “castelinho” é uma estrutura de tubulões, cheio de passagens, corredores e torres. É um brinquedo que abre várias possibilidades de brincadeiras e movimentos, sendo possível escalar, se dependurar, andar sobre cabos de aço etc.

Foram exibidas também outras imagens de brinquedos e parques. A exibição de outros brinquedos não comuns às crianças foi importante para fomentar a criatividade delas e ampliar seu repertório. Em certo ponto da reunião a moradora Larissa tomou o meu lugar e passou a conduzir a conversa com as crianças. A moradora argumentou que da forma como eu conversava com as crianças eu as induzia a gostar ou não de determinados brinquedos. A interrupção da moradora foi bastante positiva. A forma como ela conduziu o resto da oficina, colocando questões práticas – como eles produziram determinados brinquedos, se esses caberiam nos espaços cogitados para a implantação do parquinho, como eles conseguiriam os materiais etc. – suscitou discussões interessantes com as crianças. Nesse sentido, cabe dar destaque que a arrogância muito típica da profissão do arquiteto está tão introjetada que ainda que eu não desejasse induzir as crianças, eu o fiz inconscientemente. A intervenção mostrou ainda que a moradora compreendeu que eram os integrantes do grupo de discussão que deveriam assumir o protagonismo no processo de produção do parquinho, o que possibilitou que ela me chamasse a atenção ao fato de estar direcionando e protagonizando a discussão e tomar a direção dela.

Definiu-se nessa reunião, de acordo com a preferência das crianças, que o terreno escolhido para a construção do parquinho seria o terreno da Igreja/ Creche. Por isso, combinamos que a próxima oficina já aconteceria no espaço previsto para o parquinho.

FIGURA 9 – Brinquedos não-automatizados no playground projetado por Aldo van Eyck.



Fonte: Merijn Oudenampsen, 2010.

FIGURA 10 – Brinquedos não-automatizados no playground projetado por Aldo van Eyck.



Fonte: Merijn Oudenampsen, 2010.

A oficina de maquetes aconteceu no dia 28 de junho e se estendeu desde a manhã até parte da tarde. Antes de iniciarmos a oficina de maquetes solicitei aos moradores presentes que montassem a interface de espacialidade. Para a montagem da interface estiveram presentes moradores que não faziam parte do grupo de discussão. Essa interface serviu não apenas para nos abrigar durante a oficina de maquetes mas também para compreender alguns aspectos próprios à dinâmica de produção do espaço pelos moradores. Os moradores ficaram inicialmente confusos com a interface de espacialidade e me perguntaram algumas vezes como eu gostaria que ela fosse montada ou qual o modo certo de montar, como se houvesse uma forma específica que os elementos deveriam assumir. Eu ressaltai que eles deveriam montar a interface da forma como desejassem e que a única condição era que o espaço deveria comportar a todos. Os moradores não leram os manuais impressos no tecido e compreenderam na prática como a interface funcionava.

Alguns moradores assumiram a liderança no processo de montagem. Como forma de agilizar o processo, os moradores separaram os elementos em relação ao tamanho e tipo. Não houve planejamento quanto à forma do espaço produzido pela interface nem quanto a seu tamanho, mas houve certo planejamento quanto ao número de peças necessárias, o que mostra mais uma vez que suas preocupações estão muito mais voltadas ao aspecto prático que à abstração do planejamento. Surgiram algumas dificuldades com os conectores, muitos deles não se encaixavam nos tubos de PVC. Por fim, foi produzido um espaço retangular que não nos coube com conforto. No entanto, os moradores não cogitaram a possibilidade de ampliar o espaço. A dificuldade em montar a interface pode ter desanimado os participantes a fazerem um “puxadinho” e eles se conformaram com o desconforto do espaço. Entretanto, é importante considerar que os moradores estão acostumados a espaços que não são adequados a suas necessidades e que, geralmente, são eles que se adaptam às condições dadas. Considerando ainda que, em geral, como não há planejamento antes do processo construtivo de suas casas nem sempre o resultado atende suas demandas, mas como não há dinheiro para desfazer eles acabam tendo que se adaptar a um espaço muitas vezes ruim, até que o incômodo seja tão grande que se torne uma prioridade reordená-lo.

FIGURA 11 - Montagem da interface de espacialidade.



Fonte: Helena Lana, 2015.

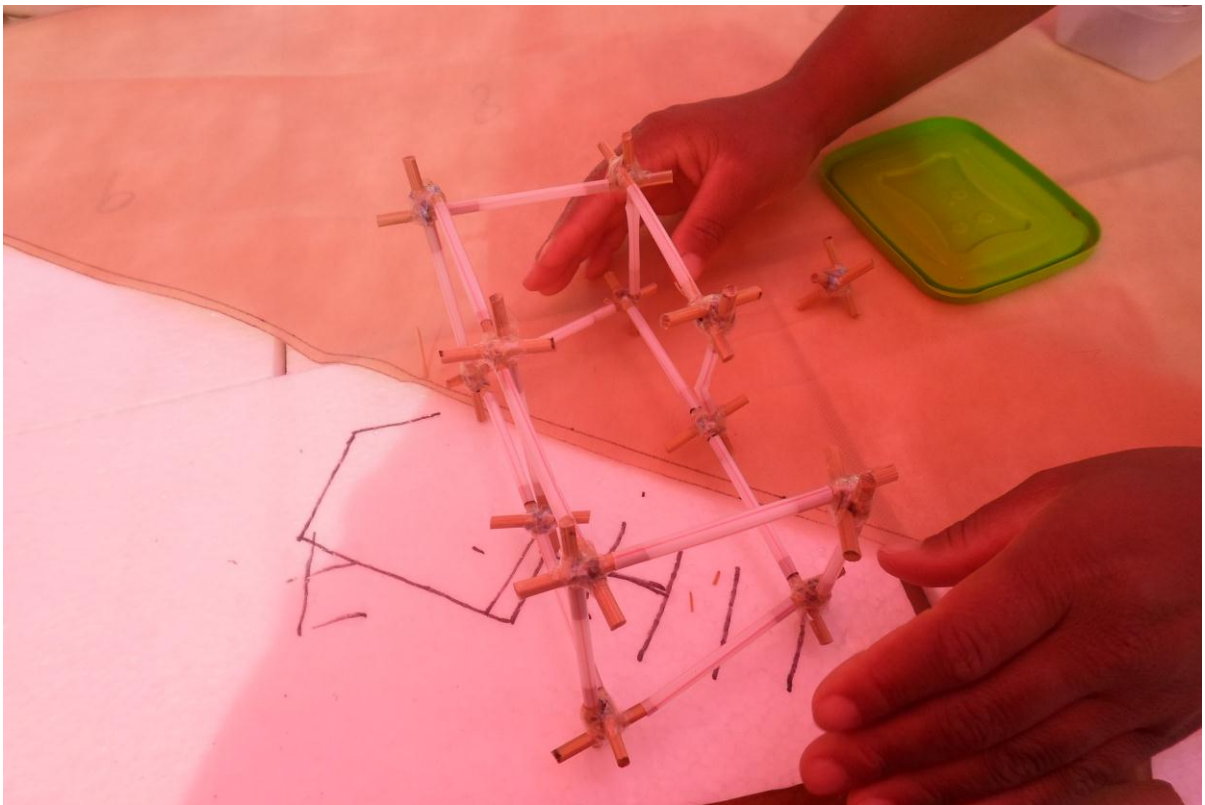
FIGURA 12 - Interface de espacialidade montada.



Fonte: Helena Lana, 2015.

Para a oficina de maquete estiveram presentes além de mim, da Iara e de duas moradoras integrantes do grupo de discussão, sete crianças, dentre elas filhos das moradoras. Antes de iniciarmos a produção das maquetes dos brinquedos eu solicitei aos participantes que montassem uma maquete da própria interface e a inserissem no tablado que representava a porção do terreno prevista para a construção do parquinho. A maquete da interface foi bastante importante para que os participantes compreendessem além da relação entre o espaço ocupado pela interface e o terreno, também a relação entre as maquetes dos brinquedos e a maquete da interface. Como forma de mostrar as possibilidades dos materiais, eu desenvolvi previamente a maquete de um brinquedo. Embora ressaltasse que essa era somente um exemplo e que não era necessariamente uma sugestão de brinquedo, a maquete permaneceu intocada no terreno.

FIGURA 13 – Montagem da maquete da interface de espacialidade.



Fonte: Helena Lana, 2015.

Todos os participantes montaram maquetes de diferentes brinquedos. Não houve restrições ao engajamento das crianças, embora as auxiliássemos quando precisavam cortar ou colar os elementos. Observamos que alguns das maquetes produzidas pelos participantes representavam as imagens dos brinquedos exibidas anteriormente. Inicialmente os moradores

tiveram maior dificuldade em relação à escala dos brinquedos, mas após mostrar a relação dos bonecos com seus corpos e, ainda, a relação dessas dimensões com os materiais modulados em escala, eles conseguiram montar com maior facilidade as maquetes, que ficaram em uma escala bastante razoável. Um dos elementos que mais ajudou nesse sentido foram os bonecos de várias idades. Quando os participantes tinham alguma dúvida em relação ao tamanho das maquetes, eles colocavam os bonecos ao lado para entender a relação entre o corpo da criança e do adulto e os brinquedos. Cada participante foi livre para produzir a maquete que desejava, a minha posição era de não interferência em relação ao que estavam produzindo.

Se para a montagem da interface de espacialidade todos trabalharam conjuntamente, conquanto houvesse, de certa forma, uma liderança, a montagem dos brinquedos foi um processo, em geral, individual. Não houve abertura a discussões sobre as maquetes que os outros produziam, inclusive em alguns momentos as moradoras disseram abertamente que não queriam palpites. Embora tenhamos ajudado as crianças, não influenciámos na produção de suas maquetes. Foi interessante notar que embora na segunda reunião tivesse sido rejeitada a sugestão de construir um elemento que separasse a Igreja do parquinho, foi representada na maquete uma espécie de cerca viva com esse propósito.

A interface se mostrou bastante aberta. Os participantes conseguiram representar todos os brinquedos que queriam. Havia receado que eles se fixassem na representação rigorosa de suas ideias, o que não aconteceu. Observei que nem sempre os participantes escolhiam os materiais que eu havia considerado como os mais adequados para representar os brinquedos que queriam, o que foi uma situação bastante positiva já que mostrou a criatividade deles para manipularem os materiais a seu modo. Os materiais mais utilizados foram os palitos, os “pneus” (feitos anteriormente com elástico de cabelo e arame) e a massinha. Em geral todos tenderam a utilizar os materiais mais fáceis de manusear, sem que fossem necessárias ferramentas, o que aponta para uma revisão da interface.

FIGURA 14 - Maquetes dos brinquedos.



Fonte: Helena Lana, 2015.

FIGURA 15 - Maquetes no terreno.



Fonte: Helena Lana, 2015.

Não houve discussão acerca das maquetes produzidas, todas elas foram incorporadas ao terreno independente se os participantes concordavam ou não com a inserção futura daquele brinquedo. A oficina se mostrou uma experiência bastante positiva. Além de permitir que os moradores ativassem a criatividade, ela estimulou a reflexão sobre quais materiais poderiam ser utilizados para produzir os brinquedos. Ao fim da oficina uma das moradoras escreveu no tecido, que servia como base da maquete, o posicionamento de cada brinquedo e com quais materiais cada um seria produzido. Isso facilitou bastante quando, mais tarde, retomamos a discussão de quais brinquedos realmente produziríamos e onde havia sido prevista a sua inserção.

Ao fim da reunião a moradora Larissa avisou a todos que havia sido marcado, juntamente com militantes da BPs, um mutirão no domingo seguinte, dia 05 de julho, para que pudssemos limpar o terreno. Nesse mutirão só estiveram presentes a moradora, seu esposo, eu e um convidado. Nesse dia Paulo havia conseguido uma caçamba para a retirada de lixo e entulho, mas como haviam poucas pessoas não conseguimos limpar todo o terreno e a caçamba foi preenchida pela metade.

Com a montagem das maquetes dos brinquedos foi possível iniciarmos o orçamento do parquinho. A reunião para discussão do orçamento aconteceu no dia 05 de agosto. Nesse dia eu levei alguns materiais para nos auxiliar na discussão: novas maquetes na escala de 1:25, que reproduziam todas as maquetes de brinquedos geradas na oficina anterior; um roteiro com alguns tópicos do que deveríamos discutir e com algumas questões que deveríamos definir naquela reunião; um quadro com a relação dos brinquedos e dos materiais previstos para a construção deles; diversas imagens que serviram como exemplos de montagem, conexões etc.; e o Orçômetro.

Antes dessa reunião eu já havia comentado brevemente com os moradores sobre a possibilidade de conseguirmos uma verba da Fapemig para a compra de materiais. Para isso deveríamos definir como seria o processo de construção do parquinho e especificar quais materiais iríamos solicitar. Desse modo, havia insistido em uma reunião que todos pudessem estar presentes. No entanto, embora nem todos estivessem presentes achei melhor não reagendar, visto que existia um prazo para que a Fapemig analisasse a solicitação até que conseguíssemos os materiais, mas isso não foi discutido com os moradores. Embora creia que

eles não concordassem com uma nova data, visto que os demais moradores haviam confirmado que estariam presentes nesse dia, deveria ter discutido essa possibilidade com eles.

Inicialmente eu apresentei a interface que havia elaborado e que denominei de Orçômetro. O objetivo dessa interface era facilitar a discussão sobre a quantidade necessária de cada material, sobre quanto custaria e quais as vantagens de cada um. Além disso, pretendia que com a interface os próprios moradores pudessem elaborar o orçamento. No entanto, a interface não foi utilizada pelos moradores, mas somente por mim no decorrer da discussão para mostrar quanto ficaria se utilizássemos esse ou aquele material. Considerando que não fizemos o orçamento conjuntamente, não foi possível testar a interface com os moradores, embora preveja, desde já, algumas alterações. Havia muito que discutir e definir nessa reunião, entretanto não houve tempo para o que eu havia previsto. Alguns moradores tinham compromissos para depois da reunião e quando sugeri que nos encontrássemos novamente para discutir os assuntos pendentes eles não se dispuseram a outro encontro. Nessa reunião conseguimos apenas definir qual seria a disposição dos brinquedos e equipamentos, quais brinquedos seriam de fato construídos, quais materiais utilizaríamos para produzi-los, quais seriam os materiais solicitados à Fapemig e como iríamos proceder para a construção dos equipamentos e brinquedos – se construiríamos um brinquedo/ equipamento por vez ou se iniciariamos a montagem de vários de uma vez só.

A utilização das novas maquetes foi fundamental para a discussão, uma vez que elas propiciaram uma melhor compreensão da relação entre os brinquedos e o terreno além de auxiliarem a discussão sobre as possíveis formas de produção deles. As imagens que representavam cada uma das maquetes foram igualmente importantes no decorrer da reunião. Elas serviram para facilitar a compreensão dos moradores sobre as novas maquetes apresentadas e para lembrar os moradores suas próprias proposições. As imagens foram úteis também para ilustrar algumas maquetes de brinquedos feitas pelas crianças no dia da oficina e que os moradores não sabiam o que representavam.

Ao longo da discussão os moradores se mostraram preocupados quanto à conservação dos brinquedos. Alguns desses, inclusive, foram vetados porque os moradores recearam que fossem destruídos ou que fossem apropriados de maneira inconveniente. Os moradores receavam que adolescentes e adultos utilizassem os brinquedos não adequados a seu peso e

tamanho. Argumentaram ainda que não deveríamos nos empenhar na construção de alguns brinquedos incomuns, já que as crianças, e possivelmente adolescentes, não compreenderiam como utilizá-los. Ao fim, os brinquedos produzidos foram voltados para as crianças, exceto pela tabela de basquete que poderia ser desfrutada também por pessoas de outras faixas etárias. No entanto, posteriormente, mesmo essa tabela de basquete foi excluída do parquinho. Para o conforto e lazer dos adultos foram previstas uma área de descanso, as mesas de xadrez e o bebedouro. Eles se preocuparam também quanto à imobilidade dos brinquedos. Quando, por exemplo, sugeri fazermos traves de futebol móveis, eles acharam melhor que fossem fixas para que ninguém as retirassem do parquinho.

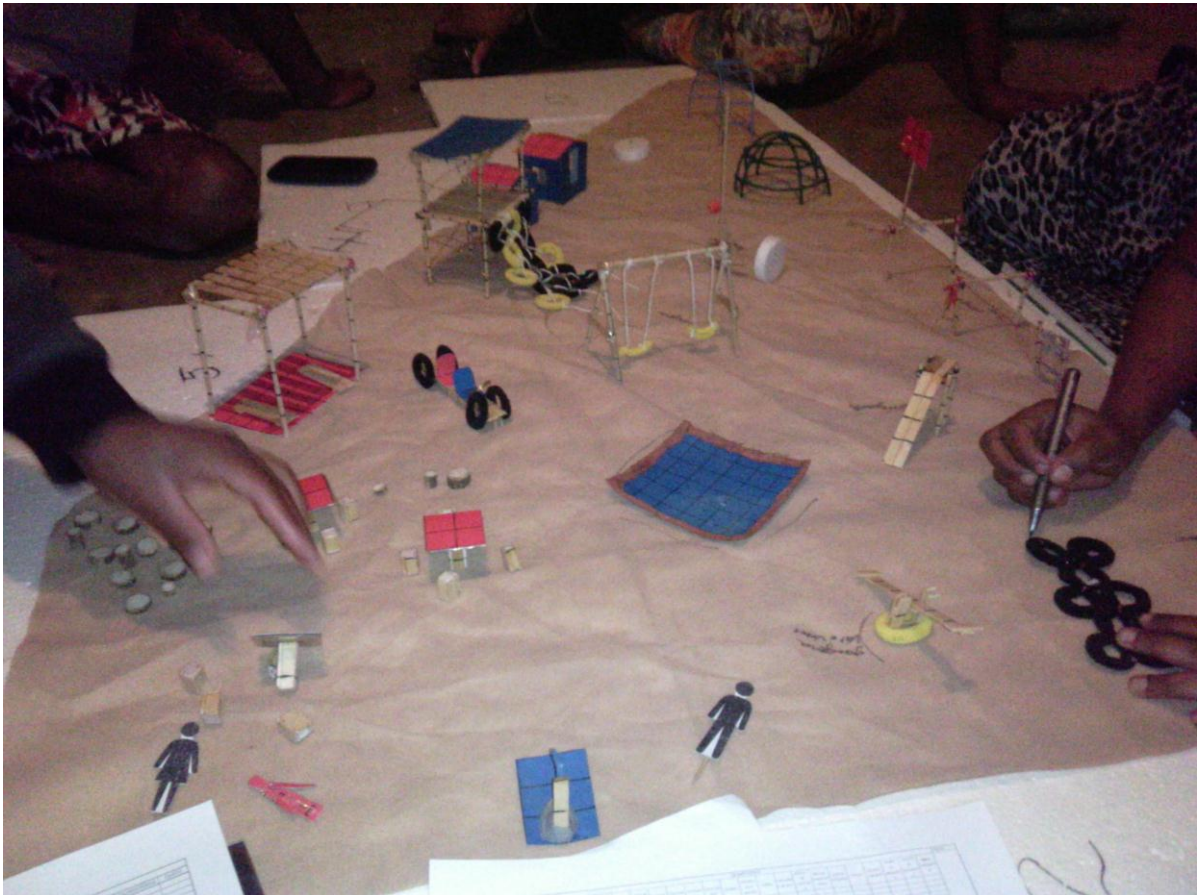
Além de aspectos ligados a conservação discutimos ainda outros assuntos de ordem prática: como montaríamos, como faríamos os encaixes, onde guardaríamos os materiais, se os brinquedos seriam resistentes, se os materiais resistiriam a céu aberto, cuidados que deveríamos ter ao utilizar determinados materiais – como o cuidado de furar os pneus antes de utilizá-los para evitar o empoçamento de água. Os moradores acharam que havia muitos brinquedos para pouco espaço, mas não cogitaram a possibilidade de ocupar um espaço maior, muito em razão das disputas pelo terreno.

Os moradores dispuseram no terreno as maquetes dos brinquedos que seriam construídos. Foi importante considerar a forma como organizaram as maquetes no terreno. Embora eu tivesse previsto que as duas maquetes da área de descanso ficariam juntas, para que fosse possível a reunião de um número maior de pessoas – fiz duas para possibilitar que separassem-nas, caso assim desejassem –, os moradores decidiram que deveriam ficar separadas. Justificaram que uma área de descanso já era muito grande e que ao separá-las permitiríamos que pudessem ser feitas, inclusive, diferentes reuniões sob elas, supondo de antemão que essas reuniões deveriam acontecer separadamente. A Mariana comentou que dessa forma os moradores que “não se davam” poderiam permanecer em locais separados. Embora o argumento das “diferentes reuniões” pareça mais crítico, creio que a separação de pessoas em conflito seja o cerne da decisão. Essa atitude demonstra mais uma vez a aversão a situações de conflitos e a solução mais comum adotada, que é ao invés de negociar e discutir meramente separar as pessoas envolvidas.

Depois de definida a organização dos elementos no espaço começamos a preencher uma tabela com uma lista dos brinquedos e equipamentos e uma relação dos materiais previstos.

Surgiram alguns materiais durante a discussão que não constavam nessa lista. Paulo sugeriu de utilizarmos peças de aço usadas que nos serviriam como estrutura de alguns equipamentos. Discutimos sobre as vantagens e desvantagens do uso do aço ou da madeira e, por fim, optamos pela utilização de peças de eucalipto.

FIGURA 16 – Nova conformação das maquetes no terreno.



Fonte: Helena Lana, 2015.

Os moradores escolheram materiais mais baratos e com os quais estavam acostumados. A discussão foi bastante proveitosa, os moradores foram criativos na escolha dos materiais apontando alguns que eu não havia previsto. Discutimos quanto ao custo dos materiais, resistência, execução etc. e eles se comprometeram em buscar a doação de alguns deles. Quanto ao processo de produção dos brinquedos, eu havia previsto que faríamos um por vez, sem imaginar que os moradores pudessem sugerir outro modo. Argumentei que se fizéssemos um brinquedo por vez as crianças poderiam já se apropriar do espaço e consolidar o parquinho no local escolhido. Eles se opuseram e argumentaram que ao ver somente um brinquedo os moradores não valorizariam o espaço. Os moradores argumentaram que se

fizéssemos três ou quatro brinquedos simultaneamente conseguiríamos mais atenção dos moradores e que essa seria uma forma de mostrar que “estamos fazendo alguma coisa” e engajar outros moradores no processo. De fato, um brinquedo não conseguiria consolidar o local como um parquinho e seria pouco atrativo para as crianças. Portanto, foi decidido que iniciariamos mais de um brinquedo por vez e dividiríamos a produção desses em etapas, visto que em um dia de mutirão possivelmente não conseguiríamos terminá-los. Decidimos começar pelos brinquedos que necessitassem de menos materiais.

Não houve tempo para que levantássemos os quantitativos dos materiais. Os moradores me encarregaram de fazê-lo, como forma de agilizar o processo da solicitação à Fapemig. Não foi definida nessa reunião as datas dos mutirões. Como os moradores haviam dito que poderiam conseguir um trator para a limpeza do terreno por um valor acessível, ficou acordado que cada um daria uma parte do dinheiro e que assim que o trator regularizasse o terreno poderíamos começar a produção dos brinquedos. Como também não havia prazo para recebermos os materiais solicitados, definimos que marcaríamos o mutirão assim que conseguíssemos materiais suficientes para a produção de alguns brinquedos.

Etapa de construção do parquinho

Após terminarmos a fase de planejamento do espaço, passamos a divulgar em algumas redes sociais a proposta em busca de doações e apoiadores. A proposta do parquinho foi divulgada também em uma festa em comemoração do dia das crianças no dia 17 de outubro, em que estavam presentes muitos moradores e apoiadores. No entanto, logo após iniciarmos a divulgação e conseguirmos uma verba para limpeza do terreno, o grupo de lideranças instalou um portão no muro do terreno da Igreja/ Creche restringindo nosso acesso ao espaço. Nesse tempo, entre o fim do planejamento e a divulgação, foi criada uma nova Associação de Moradores derivada do grupo de delegados que, por sua vez, era também derivado do sistema de coordenação. Uma das moradoras integrantes do grupo de discussão buscou com diferentes integrantes dessa nova Associação de Moradores o acesso à chave do portão para iniciarmos o trabalho de construção do parquinho. Entretanto, depois de algumas tentativas frustradas foi recomendado a ela que procurássemos o presidente da nova Associação de Moradores.

Para a solicitação da chave ao presidente da associação, os moradores do grupo de discussão decidiram, em uma reunião ocorrida no dia 11 de novembro, que não deveriam estar

presentes. Vale destacar que após essa reunião quatro dos cinco moradores se distanciaram do processo. Ainda que alguns deles tenham se envolvido diretamente na construção e estiveram presentes nas duas reuniões que antecederam os mutirões, somente a moradora Larissa esteve ativa durante todo o processo. A decisão de que eu negociasse diretamente com o presidente sem os moradores foi baseada tanto no receio de conflitos e no agravamento de tensões com o grupo de lideranças, quanto na crença de que uma solicitação feita por mim teria maior legitimidade e maiores chances de ser atendida. Vale dizer que ambas as razões são bem fundamentadas e que, inclusive, o processo de produção do parquinho agravou as tensões de uma das moradoras mais ativa dentro dele com algumas lideranças. Embora não desejasse assumir o protagonismo nessa negociação, isso foi necessário para não desgastar ainda mais a relação dos moradores com o grupo de lideranças. O encontro com o presidente da Associação de Moradores ocorreu no dia 15 de novembro. Nesse dia o presidente deixou bastante claro a impossibilidade da construção do parquinho no terreno da Igreja/ Creche. Inicialmente o presidente argumentou que com a construção do parquinho nesse terreno as crianças poderiam danificar de alguma forma a Igreja. Depois de expor que poderíamos construir uma cerca dividindo o parquinho da Creche, o presidente tentou argumentar de outras formas, em vários momentos ressaltando o peso das responsabilidades do grupo de lideranças e o descaso dos demais moradores e da BPs com a gestão dos espaços na Ocupação. É sintomático que o presidente argumente sobre a impossibilidade da implantação do parquinho no terreno da Igreja/ Creche ressaltando a importância do grupo de lideranças e contrapondo à negligência dos demais moradores e da organização política, tentando com isso auferir legitimidade do poder exercido por esse grupo na Ocupação. Após alguns argumentos pouco fundados e subterfúgios, o presidente finalmente admitiu que ele não poderia “passar por cima” da decisão do grupo de lideranças, que já haviam se reunido e decidido que o parquinho não poderia ser construído no terreno da Igreja/ Creche. Como alternativa o presidente sugeriu que poderíamos implantar o equipamento no terreno ao lado do Centro Comunitário.

Após esse encontro foi marcada uma reunião com os moradores integrantes do grupo de discussão para que eles pudessem avaliar se daríamos prosseguimento ao processo. Essa reunião aconteceu no dia 20 de novembro e contou com a presença apenas da moradora Larissa, além de dois militantes da BPs. Embora os demais moradores não estivessem presentes, eles já haviam defendido a continuidade do processo. Nessa reunião decidiu-se que eu deveria contatar novamente o presidente da associação, pedindo a ele que marcasse a

porção do terreno ao lado do Centro Comunitário onde poderíamos construir o parquinho. Vale destacar que a militante presente via na construção do parquinho uma abertura à atuação da BPs na Ocupação, que atualmente encontra-se bastante restrita. A moradora Larissa, contudo, defendeu que não deveríamos atrelar a construção do equipamento à organização, posto que dessa forma poder-se-ia agravar os conflitos com o grupo de lideranças. Por fim, definiu-se que a organização política daria apoio à construção do parquinho, mas não tomaria a frente no processo.

Para a definição da porção do terreno onde seria permitido construir o parquinho contatei novamente o presidente da associação e nos encontramos no dia 03 de dezembro. Nesse dia não foi possível demarcar o terreno. Ao chegar na Ocupação fui convidada a ir à casa de uma das lideranças onde discutiu-se, novamente, a possibilidade da construção do parquinho. Se por um lado o presidente da associação estava mais aberto à proposta, defendendo os benefícios de um parquinho para a Ocupação, a outra liderança se mostrou mais resistente. Ela argumentou que já existiam projetos para aquele espaço e que seria necessária a discussão dessa proposta com outros moradores. Cabe frisar que a proposta já havia sido discutida anteriormente e que quando ela se referiu a uma reunião com outros moradores ficou implícito que se trataria de uma reunião com integrantes da associação, já que as reuniões desse grupo não são abertas e nem divulgadas a todos os moradores. É revelador quando essa moradora diz que não conseguiríamos nada “no peito” afrontando as lideranças, considerando que não atrelamos o prosseguimento do processo à aprovação delas.

Nesse dia surgiu também uma discussão acerca da divulgação do projeto nas redes sociais, especialmente em páginas associada à BPs. Ao divulgar a proposta nessas páginas, vinculamos a doação de verbas à conta de uma das moradores integrante do grupo de discussão. De acordo com as lideranças presentes, toda verba doada para a Ocupação deveria passar por eles. Vale ressaltar que as lideranças deixaram claro que se a proposta da construção do parquinho fosse aprovada eles se envolveriam diretamente no processo. Tendo em vista os conflitos desse grupo especialmente com uma das moradores integrante do grupo de discussão, foi necessário defender a continuidade dessa e dos demais moradores no processo, ao que as lideranças não apresentaram objeções. Em ligação com o presidente da associação na semana seguinte, ele relatou que a associação havia decidido permitir a continuidade do processo e que nos possibilitava ocupar a porção do terreno ao lado do Centro Comunitário que havia sido destinada anteriormente a uma quadra esportiva.

No mês de janeiro me reuni outras duas vezes com a moradora Larissa e militantes da BPs. A primeira reunião foi convocada por uma militante para a apresentação de um edital de um projeto social que poderia nos oferecer dinheiro para a construção do parquinho. No entanto, não conseguimos participar desse. A segunda reunião foi no dia 27 de fevereiro, na sede da organização política. Nessa reunião os militantes nos informaram que a verba doada para a construção da Creche poderia ser destinada à construção do parquinho. Posteriormente nos reunimos em duas ocasiões no mês de março para definirmos as datas dos mutirões e quais os brinquedos que seriam realmente construídos. Essa revisão foi necessária porque o espaço que dispúnhamos ao lado do Centro Comunitário era pouco menor que a porção do terreno da Igreja/ Creche inicialmente prevista para a implantação do parquinho. A primeira reunião em março aconteceu no dia 12, poucos dias depois de um desfile protagonizado por moradoras da Dandara na Funarte e organizado pela Larissa junto ao coletivo Diversas. Nessa reunião foram exibidas as fotografias tiradas no desfile e aproveitamos a oportunidade para convidar as moradoras que participaram dele a se envolver na construção do parquinho. É importante destacar que esse desfile teve um efeito positivo considerável no processo de construção do parquinho porque serviu para agregar maior número de moradores a ele, considerando que as mulheres que se integraram ao processo posteriormente convidaram outros moradores para a etapa de construção do equipamento. Além disso, o evento oportunizou a consolidação de um grupo de mulheres que passaram a discutir junto com militantes da organização política a possibilidade da formação de uma cooperativa.

Na reunião do dia 12 de março estiveram presentes três moradoras integrantes do grupo de discussão e também outras seis moradoras, além de militantes da BPs. Nessa reunião foi definido um calendário para a construção do parquinho. Marcou-se ainda outra reunião para o dia 22 de março, na qual discutimos sobre as tarefas em andamento. Além dessas reuniões, o grupo criado no whatsapp com todos os envolvidos foi uma ferramenta importante para o andamento dos mutirões. Nas duas reuniões que antecederam os mutirões foram organizadas as tarefas de cada envolvido, como comprar materiais, fazer o almoço, convidar apoiadores etc.

A construção do parquinho se deu a partir de mutirões que acontecerem nos dias 02, 03 e 04 de abril. Nos dois primeiros dias participaram além dos moradores também alguns apoiadores e militantes. No dia 04 estiveram presentes apenas os moradores. Além dos brinquedos foram

construídos elementos que não tinham sido previstos na etapa de planejamento, como o escoramento do talude, uma horta sobre esse talude, uma escada de acesso ao parquinho pelo Centro Comunitário e uma cerca na parte do terreno que dava acesso à rua. As maquetes montadas para a elaboração do orçamento foram utilizadas em algumas ocasiões que antecederam a construção do parquinho e serviram também durante os mutirões para que os moradores identificassem a disposição dos brinquedos no terreno, de acordo com o que havia sido definido anteriormente. Mas cabe destacar que mesmo durante os mutirões ocorreram alterações, alguns brinquedos não foram construídos e nem todos foram locados conforme havia sido planejado nas reuniões anteriores. Essas alterações foram em parte discutidas a partir da utilização das próprias maquetes, o que foi bastante positivo porque mostrou, mais uma vez, que a interface pode servir como suporte das discussões. Foi positivo ainda observar que a etapa de planejamento não engessou o processo da construção, os moradores não se fixaram acriticamente nas definições anteriores e se sentiram à vontade em discutir alterações durante a fase de construção.

FIGURA 17 - Manipulação das maquetes no terreno na reunião do dia 12 de março de 2016.



Fonte: Helena Lana, 2016.

FIGURA 18 - Manipulação das maquetes no primeiro dia de mutirão.



Fonte: Helena Lana, 2016.

No primeiro dia de mutirão uma das militantes solicitou que eu orientasse os participantes na construção do parquinho. No entanto, eu me recusei a conduzir o processo de construção. Alguns moradores que estavam familiarizados com a construção civil nos orientaram na produção de vários brinquedos. O processo de construção do parquinho foi, em grande medida, autônomo. Em geral, todos os participantes tiveram uma posição bastante ativa, discutindo e decidindo na prática o que deveria ser feito. No último dia, os moradores organizaram-se, sem minha intervenção ou de apoiadores e militantes, para a finalização do parquinho. Nesse dia os moradores decidiram fazer uma pequena horta em um talude descoberto, sem que isso tivesse sido discutido anteriormente.

FIGURA 19 – 1º dia do mutirão de construção do parquinho.



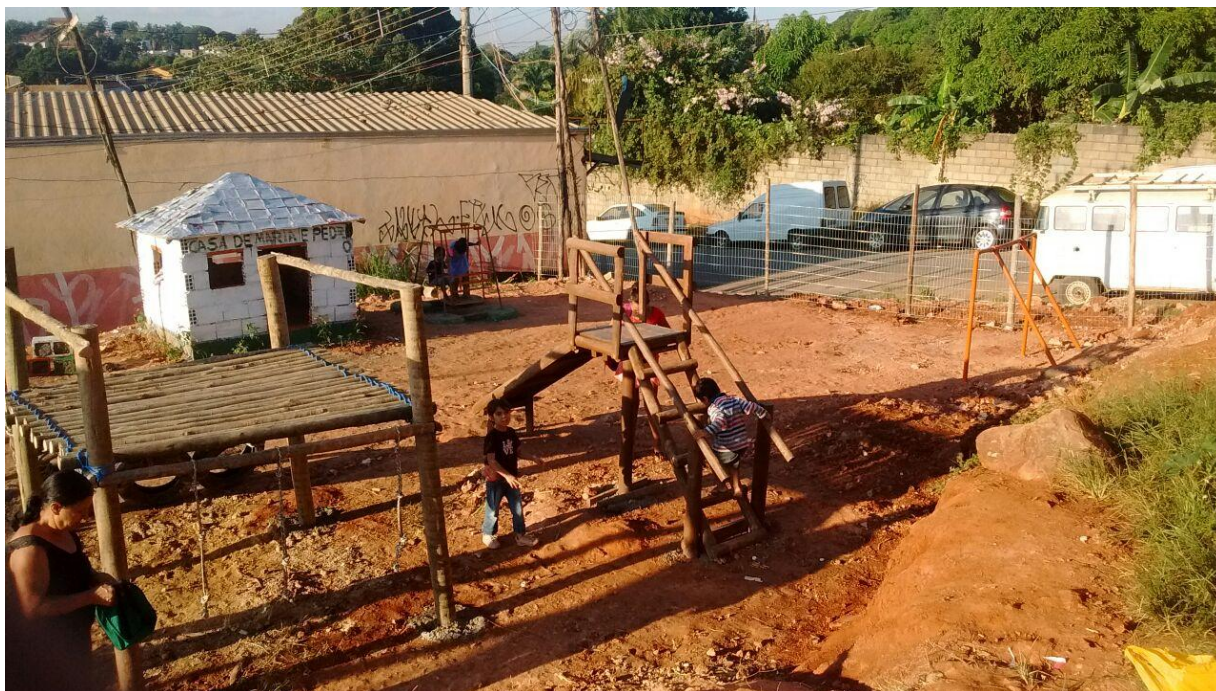
Fonte: Helena Lana, 2016.

FIGURA 20 – 2º dia do mutirão de construção do parquinho.



Fonte: Helena Lana, 2016.

FIGURA 21 - Parquinho finalizado.



Fonte: Helena Lana, 2016.

FIGURA 22 - Parquinho finalizado.



Fonte: Helena Lana, 2016.

Embora o processo de construção do parquinho tenha ocorrido, em geral, de forma muito harmônica e descontraída, em dois momentos houveram conflitos com algumas lideranças. O primeiro deles foi quando uma delas se indignou porque acreditava que tínhamos desprezado o caminhão que ela havia disponibilizado para a limpeza do terreno. Isso porque havíamos contratado uma caçamba para caso essa liderança não pudesse disponibilizar o caminhão, como havia prometido. Outro momento foi quando algumas lideranças responsabilizaram uma das moradoras envolvidas na construção do parquinho pelo desaparecimento de uma escada que estava guardada no Centro Comunitário. Posteriormente a escada foi encontrada com um morador que a tomara emprestado com uma liderança.

Esses conflitos evidenciaram novamente uma forte rejeição em relação ao processo de produção do parquinho, especialmente por parte de uma das lideranças que tem um papel central na Associação de Moradores. Na mesma semana, após a conclusão do parquinho, alguns brinquedos foram destruídos. Os moradores cogitaram que a depredação do parquinho possa ter sido motivada pela rejeição de algumas lideranças em relação ao processo de sua produção. Ainda no domingo seguinte, 10 de abril dia da festa de comemoração dos sete anos da Ocupação Dandara, grande parte dos brinquedos estava preservada. Contudo, nas semanas subsequentes a ação de depredação dos brinquedos se agravou bastante, o que gerou uma forte indignação dos moradores.

FIGURA 23 – Depredação do parquinho.



Fonte: Helena Lana, 2016.

FIGURA 24 – Depredação do parquinho.



Fonte: Helena Lana, 2016.

Tendo em vista o estado do equipamento, eu sugeri que as moradoras formassem uma comissão do parquinho que pudesse realizar manutenções no espaço regularmente. Essa comissão seria, ainda, uma forma das moradoras reaverem certo poder na Ocupação. No dia

03 de maio nos reunirmos para discutir, dentre outros assuntos, a possibilidade da formação dessa comissão. As moradoras se mostraram bastante desmotivadas, mas ainda assim aceitaram amadurecer a ideia de um novo mutirão para consertar os brinquedos. A próxima reunião aconteceu no dia 17 de maio. Nessa reunião discutimos novamente a possibilidade da criação de uma comissão e da organização de um novo mutirão. Na reunião do dia 17 foi proposto por uma militante que os materiais e brinquedos que ainda poderiam ser aproveitados fossem enviados para outra ocupação. Algumas moradoras argumentaram que os brinquedos quebrados tornaram-se perigosos para as crianças e por isso receavam que em caso de acidentes elas fossem responsabilizadas. Outras moradoras argumentaram que não poderiam desistir do único espaço coletivo remanescente na Ocupação e defendiam um novo mutirão para consertar os brinquedos. Por fim, as moradoras decidiram que fariam uma última tentativa de intervenção no parquinho. As moradoras pareceram não querer assumir a responsabilidade da formação de uma comissão do parquinho, tanto por questões de disponibilidade quanto por recearem conflitos com o grupo de lideranças. Cogitou-se a possibilidade de negociar com aqueles que elas acreditavam terem sido os autores da depredação a mando de uma liderança para a preservação do equipamento. A proposta era que uma das moradoras solicitasse a essas pessoas, muitos delas adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, que auxiliassem na vigilância do parquinho. Além disso foi agendado um novo mutirão para o dia 04 de junho, que, no entanto, não aconteceu. No decorrer das semanas após a reunião do dia 17 observou-se um distanciamento das moradoras. Muitas delas deixaram o grupo de whatsapp no qual discutíamos questões relacionadas ao parquinho. Contribuiu para isso a criação, por uma das militantes, de um grupo separado para discussão da possível formação de uma cooperativa, fragmentando assim a discussão. Nem eu e nem uma das moradoras mais críticas e ativas do grupo de discussão do parquinho fomos incluídas nesse novo grupo, ainda que tivéssemos demonstrado interesse em contribuir com as discussões sobre a cooperativa. É compreensível que a atuação da BPs não possa ser paralisada por críticas, no entanto se fechar a elas ao excluir integrantes que tem uma posição mais questionadora e crítica das ações acaba por neutralizar o próprio grupo.

É importante destacar que ainda que o mutirão fosse realizado e os brinquedos consertados não haveria como garantir que esses não seriam novamente destruídos. Ainda que não se possa afirmar a autoria da depredação, é importante considerar que ela partiu de dentro da Ocupação e que os moradores se calaram diante dela. Há uma heteronomia e uma disputa de poder que se coloca com bastante violência na Ocupação e que solapa as possibilidades de

intervenções em espaços coletivos e outras ações conduzidas por moradores comuns. Cabe ainda destacar o que considero ser uma falta grave no processo de produção do parquinho: a não discussão da gestão desse após a sua construção. Seria fundamental ter colocado a possibilidade da criação de uma comissão do parquinho durante a fase de planejamento desse. Isso talvez possibilitaria que os moradores ultrapassassem a construção do equipamento em si e que se posicionassem na Ocupação afirmando seu papel ativo dentro dela. Embora essa comissão do parquinho possivelmente por si só não pudesse garantir a preservação do equipamento, seria possível que os integrantes dela estivessem legitimados para dialogar com os demais moradores da Ocupação buscando encontrar neles apoio para a manutenção desse espaço.

Por fim, vale fazer um breve relato sobre como a construção do parquinho na Dandara acabou originando a atuação de parte do grupo que participou desse processo em outro espaço. Após a construção do parquinho, uma das integrantes do grupo de discussão, a Larissa, foi convidada por um pré-candidato a vereador a construir um parquinho na favela Mãe dos Pobres, que está localizada no bairro Santa Mônica próxima à Ocupação Dandara. Embora ela tenha me convidado para participar, não foi possível auxiliá-los. A Larissa chamou outros moradores da Dandara e eles formaram um grupo para a construção do parquinho na favela. Ocorreram algumas reuniões com cerca de três moradores da favela Mãe dos Pobres para que a proposta fosse apresentada e debatida junto a eles, no entanto eles não se interessaram em se engajar no processo de planejamento do parquinho. A Larissa convidou ainda outros moradores da favela, passando em algumas casas, no entanto nenhum se interessou em participar do processo. Segundo Larissa, o distanciamento desses três moradores é justificado em razão do pré-candidato a vereador ter apresentado o grupo da Dandara como o responsável pela construção do parquinho antes do início do processo, estimulando dessa forma a passividade deles. Posteriormente o mal entendido foi desfeito e a Larissa esclareceu que seu grupo estava ali para construir o parquinho juntamente com os moradores. Quando foi esclarecida a função do grupo da Dandara, os moradores da favela desejaram alterar algumas coisas, no entanto houve um engessamento da discussão em razão das decisões já terem sido tomadas e o grupo da Dandara não estar aberto a discutir as alterações. É importante destacar aqui que embora esse mesmo grupo de moradores da Dandara se engajassem no processo de produção do parquinho que teve como um dos pressupostos a possibilidade das decisões serem rediscutidas em qualquer fase do trabalho, a determinação de que as decisões não poderiam ser alteradas no processo na favela Mãe dos Pobres mostra que há uma dificuldade

em incorporar os pressupostos da experiência. Desse modo eles acabaram cerceando, em certa medida, a autonomia dos moradores da favela. O aspecto positivo desse processo é que os moradores que estiveram envolvidos com a produção do parquinho na Dandara foram capazes de se organizar autonomamente sem a presença de um técnico para a construção de um parquinho em outro espaço.

4. OS SUJEITOS POLÍTICOS

Esse capítulo gira em torno da apresentação dos atores presentes no contexto da Ocupação Dandara e da discussão acerca da percepção deles como sujeitos políticos nas lutas urbanas. É necessário ressaltar que ao contrário da interpretação comum de sujeito como subalterno, dependente, submisso etc., a noção de sujeito aqui vem de autores como Paulo Freire (1987), Jacques Rancière (1996) e Pierre Bourdieu (2001) que rompem com essa noção e conferem ao termo o significado de agente ativo. Denominar os indivíduos como sujeitos políticos significa dizer que eles exercem um papel ativo e que possuem a capacidade de intervir na sociedade através de sua ação política. O capítulo tem como objetivo refletir acerca das relações entre esses atores e, especialmente, compreender como a partir delas é perpetuada a heteronomia que constrange ganhos de autonomia e, por conseguinte, impõe obstáculos a avanços rumo à comunidade real.

Inicialmente, para compreender os pressupostos do grupo de suporte e, dentro dele, especialmente da organização política que atua na Ocupação Dandara, é importante apresentar os referenciais teóricos que, de modo geral, orientam grande parcela da esquerda no Brasil. Por isso, o primeiro tópico é destinado a compreender como esses referenciais foram historicamente construídos. Em seguida o próximo tópico, “A atuação da BPs na Ocupação”, vem discutir como esses referenciais terminam, em alguma medida, por influenciar a atuação da organização política na Ocupação.

O tópico “Surgimento e consolidação do grupo de lideranças” apresenta uma discussão acerca do processo de consolidação do grupo de lideranças e os reflexos desse, considerando que esses atores são também fundamentais na perpetuação da heteronomia na Ocupação.

A relevância dessas discussões advém da compreensão de que a reflexão sobre as relações sociais e de poder que estão por detrás do processo de produção do equipamento coletivo é fundamental para a percepção dos desafios e potencialidades para ganhos de autonomia. Sem uma reflexão profunda sobre o contexto da Ocupação Dandara esse trabalho recairia em um superficialismo que pouco avançaria na temática das ocupações, as quais, vale destacar, se tornaram objetos de estudo de pesquisadores de diversas áreas.

É ainda importante ressaltar que as críticas inseridas nos próximos tópicos ao grupo de suporte, dentro do qual me insiro como apoiadora, não tem como objetivo depor contra ele. A própria existência da Ocupação Dandara e de outras ocupações deve-se, em grande medida, aos atores que o compõem e especialmente à organização política que foi fundamental na formação e na consolidação dessas. De outra forma, as críticas vem no sentido de fomentar o diálogo e a reflexão, como tentativa de compreensão da realidade. Por isso esse trabalho tem como objetivo problematizar, mais do que propor alternativas. A esse respeito o seguinte trecho de Adorno expressa o cerne da crítica:

Podemos não saber o que é o ser humano e qual seria a forma correta das coisas humanas, mas sabemos o que o ser humano não deve ser e que forma das coisas humanas é ruim, e somente esse conhecimento determinado e concreto deixa aberto o outro, positivo. (ADORNO, 1995, p. 456, apud KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 4).

Por fim, é necessário ponderar que pessoas cometem erros, mesmo e, sobretudo, as mais bem intencionadas. Isso porque no processo da luta pela mudança da realidade social ocorre, ou pelo menos deveria ocorrer, um processo simultâneo de aprendizado e, mais importante, a mudança de si. Esse processo envolve o entendimento de si e dos outros como sujeitos políticos. Rever suas próprias percepções e pressupostos é não apenas importante como é fundamental para se avançar rumo às transformações sociais e políticas. É, portanto, um processo de conscientização da complexidade da realidade a ser alterada. O modo como se opera em direção à mudança que objetivamos aprende-se também no processo mesmo em que ela se engendra. Desse modo nem eu, nem os demais atores estão imunes a atropelos, enganos, e arrogância bem típica dos técnicos. Deve-se ainda considerar que o exercício da autocrítica é bastante difícil, sobretudo quando se está imerso na experiência. Não há uma má fé por parte dos militantes ou dos apoiadores, muito pelo contrário. Mas justamente por não estarmos imunes é que o exercício da reflexão acerca de nossas ações e posições é indispensável e deve ser constante. Por isso, novamente, o objetivo aqui é propor um diálogo, uma reflexão, para que consigamos apreender a complexidade das relações sociais e do que as envolvem no contexto da atuação na Ocupação.

Ademais, devemos considerar ainda que o caminho rumo à emancipação é verdadeiramente um campo de batalha, em que pese dificuldades e obstáculos que escapam ao controle de um grupo. A afirmação a todo momento do capitalismo como o único meio possível de produção

humana opera como uma inculcação ideológica contra a qual é difícil se opor. Nesse sentido é importante considerar que a emancipação não é como uma coisa, não é algo que possa ser transferível ou doado, os indivíduos não são emancipados, eles se emancipam. Desse modo, o processo de emancipação faz uma exigência radical do comprometimento e responsabilidade daqueles que desejam se emancipar. Assim nosso papel só poderá ser o de apresentar alternativas, favorecer o diálogo e construirmos conjuntamente a percepção da realidade capaz de transformá-la.

4.1. Os referenciais teóricos

Historicamente a esquerda deposita(ou) uma enorme fé no proletariado e, mais recentemente, na abstrata noção de “povo” como o sujeito político central da revolução. A tal ponto dessa fé ter-se tornado paradigma do projeto revolucionário. No entanto, embora seja assim reconhecido, o proletariado ou o povo é, não raras vezes, tratado não como protagonista desse processo, mas como massa de manobra pelos intelectuais revolucionários, também denominados vanguarda intelectual, que se incumbem em dirigir sua luta e orientá-lo rumo a sua emancipação. Cabe, portanto, refletirmos sobre essa vertente do pensamento revolucionário que se tornou comum à prática de muitos setores da esquerda e que se relaciona à atuação da BPs e de muitos apoiadores na Ocupação. É igualmente importante atualmente buscar delinear o sujeito político central das lutas urbanas por habitação, que considero ser a denominada ralé estrutural (SOUZA, J., 2009).

Para compreender o sentido de um vanguardismo intelectual que teria como papel histórico a condução das “massas” rumo a sua própria emancipação é preciso resgatar, ainda que sinteticamente, sua relação com o movimento operário. Considerando, sobretudo, que o socialismo é uma das matrizes teóricas desse movimento e também uma das bases teóricas da organização política que atua na Ocupação Dandara. A retomada da discussão em torno do movimento operário serve ainda para refletir acerca do deslocamento do proletariado como principal sujeito político, e a centralidade desse movimento, para a ralé estrutural que se insere no contexto das lutas urbanas por habitação.

Cabe aqui retomar o trabalho do sociólogo francês Alain Bihr (1998), no qual ele resgata analiticamente o histórico do movimento operário no contexto europeu. Embora haja enormes disparidades entre as realidades europeia e brasileira, é pertinente retomar a análise da

primeira tendo em vista que essa serviu de inspiração ou mesmo como modelo, em certos momentos, para a segunda. Além disso, ainda que o movimento operário europeu tenha tido seu período auge entre fins do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, e no Brasil tenha ocorrido mais tardiamente (iniciando-se também nas primeiras décadas do séc. XX e estendendo-se até as últimas décadas desse, com momentos oscilantes entre maior efervescência e recuos), muitos de seus referenciais teóricos estiveram presentes não apenas no movimento operário brasileiro como ainda permanecem nos movimentos sociais e organizações políticas mais atuais.

Alain Bihr (1998) identifica, em sua análise do movimento operário, dois modelos fundamentais: o social-democrata e o sindicalismo revolucionário. O social-democrata se subdivide em sua versão reformista e revolucionária, conquanto essa denominação, social-democrata, tenha se tornado para a versão revolucionária uma “[...] injúria com função de anátema, autojustificação e sobretudo a degeneração de qualquer paternidade com a versão declarada do modelo social-democrata” (BIHR, 1998, p. 20). Por um lado a versão reformista concebe o Estado como supostamente neutro, assim esse poderia se colocar a serviço do proletariado ou da burguesia. O acesso ao Estado nesse caso se daria pela via imposta de antemão; a da eleição. Os adeptos desse modelo buscam a partir de reformas de estruturas ampliar a margem de manobra do proletariado e garantir melhores condições para sua reprodução. O socialismo é

[...] progressivamente reduzido, nessa via, a uma simples democratização da sociedade capitalista, à concretização, na sociedade civil, dos direitos e ideias da democracia política (liberdade, igualdade, fraternidade), que as reformas de estruturas [...] devem realizar progressivamente. (BIHR, 1998, p. 21).

Por outro lado, a versão revolucionária da socialdemocracia pressupõe uma ruptura com a forma parlamentar, logo só poderia se dar pela via insurrecional. Enquanto na versão reformista há espaço para a negociação com a burguesia, sem colocar em questão a relação de poder entre essa e o proletariado a priori, a vertente revolucionária “[...] visa a expropriação da burguesia e de seus aliados [...] pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planificado pelo aparelho do Estado”. (BIHR, 1998, p. 21).

Embora as duas versões do modelo social-democrata se oponham, sobretudo em relação a *como* se instituiria o Estado socialista e sua *formatação*, em ambas a libertação do proletariado se daria pela via estatal. O projeto proposto ao proletariado é o de “[...] *emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo*”. (BIHR, 1998, p. 20). Nesse sentido o proletariado seria colocado não apenas sob a tutela do Estado mas, sobretudo, seria antes colocado sob a tutela da vanguarda intelectual que o conduz à emancipação. Essa se encarregaria de seus objetivos históricos, considerando que o proletariado não seria capaz sozinho de transcender seus objetivos imediatos (BIHR, 1998).

Os partidários e defensores desse modelo do movimento operário estão de fato convencidos que, deixado a si próprio, o proletariado *é incapaz de ultrapassar o nível da consciência imediata* (a de seus interesses econômicos e políticos imediatos), que se exprimirá na organização e na prática sindicais (ou cooperativas ou mutualistas). Do ponto de vista deles, uma consciência maior e mais profunda de sua situação e de seus interesses, das necessidades e possibilidades de sua luta de classe só pode chegar ao proletariado vinda de fora, dos famosos “intelectuais revolucionários”, os únicos que possuíam a ciência da sociedade e da história e que, por isso, ao se juntarem às fileiras do proletariado, *podiam legitimamente aspirar à direção de sua luta*. Daí, precisamente, a necessidade de um partido dirigente, verdadeiro “estado-maior” do proletariado em luta, formalmente distinto das organizações (sindicais, cooperativas ou mutualistas) que o proletariado pode constituir por se só ou que podem ser desenvolvidas diretamente sob a incitação e o controle do partido. (BIHR, 1998, págs. 23-24, grifo meu).

O socialismo nessas duas versões do modelo social-democrata está atrelado à ideia do *Estado* socialista, correspondendo a esse a função de suprimir a exploração do proletariado. Em ambos, os partidos políticos, organizados pelos intelectuais revolucionários, se colocavam em posição mais elevada em relação aos sindicatos, movimentos mutualistas e cooperativos (BIHR, 1998). Ao objetivar um *contra-Estado*, que reproduzia o mesmo Estado alterando apenas seu direcionamento (BIHR, 1998), o modelo social-democrata contemplava as mesmas estruturas estatais. É natural, portanto, a primazia conferida aos partidos políticos e, por conseguinte, ao protagonismo dos intelectuais.

O segundo modelo do movimento operário identificado por Bihr (1998) é o sindicalismo revolucionário, alternativa histórica ao modelo social-democrata. O modelo, de inspiração anarquista, tem como princípio a ação direta do proletariado. Nessa versão cabe somente ao proletariado se conduzir rumo à emancipação, sem recorrer a intelectuais, ao Estado ou

qualquer outra instância externa. O sindicalismo revolucionário entende que aceitar a direção desses últimos configura apenas a substituição do opressor e, portanto, é também um obstáculo à emancipação do proletariado. Nessa concepção cabe somente ao proletariado adquirir a consciência das opressões engendradas pelo modo capitalista de produção e da necessidade da revolução “[...] e ele pode adquirir tal consciência pela dinâmica e experiência de sua luta de classe, assim como desenvolvendo suas próprias organizações e instituições autônomas” (BIHR, 1998, p. 29). Entretanto, o modelo não suprime a possibilidade da inserção dos intelectuais revolucionários, mas esses assumiriam uma função secundária: “O papel dos intelectuais revolucionários só pode ser o de favorecer um processo como este, dele participando, e não reivindicar para si a direção do movimento de emancipação da classe.” (BIHR, 1998, p. 29).

Não é difícil presumir que dos dois modelos apontados foi o social-democrata, especialmente sua versão reformista, que prevaleceu, embora seu êxito seja assaz controverso. Por não afrontar a existência em si do Estado, era o modelo mais adaptável às formas de poder preexistentes. O modelo social-democrata era, portanto, a versão mais facilmente cooptável às estruturas do Estado, sobretudo em sua vertente reformista. Embora a explicação para tal êxito esteja profundamente ligada à “[...] *impregnação do fetichismo do Estado* no próprio seio do proletariado e do movimento operário” (BIHR, 1998, p. 31), não se pode desconsiderar a importância da intervenção do que Bihr denomina *staff* administrativo nesse processo. Segundo Bihr, a aliança que o *staff* administrativo, composto por pessoas ligadas ao Estado, estabeleceu com o proletariado advinha dos interesses dessa classe em instrumentalizar o movimento operário para garantir seus próprios interesses: “[...] modernização capitalista da sociedade, racionalização de seu desenvolvimento econômico e moralização de sua direção política, democratização de suas estruturas e, particularmente dos aparelhos de Estado [...]” (BIHR, 1998, p. 32). O *staff* administrativo, com sua visão economicista e progressista, foi fundamental para a inculcação ideológica de que a “[...] emancipação do proletariado passa pela via da conquista e do exercício do poder de Estado.” (BIHR, 1998, p. 33), possibilitando assim que os movimentos cooperativos e mutualistas além das organizações sindicais se submetessem aos partidos socialistas ou social-democratas, dos quais assumiram a direção.

Enfim, foram eles que, certos de sua “ciência socialista” da sociedade e da história, justificaram o conjunto desse processo de captação do poder pelos

pretensos “intelectuais revolucionários” (isto é, seus pares), únicos aptos a guiar o proletariado em sua luta de classe, por serem os únicos capazes de lhe fornecer uma consciência de classe adequada. Em resumo, foram eles que “inventaram” o modelo social-democrata do movimento operário, não algumas de suas formas organizacionais, institucionais e ideológicas que muitas vezes lhe preexistiram, mas sua articulação original em torno do princípio estatista. (BIHR, 1998, p. 33).

Findo o período de efervescência do movimento operário, o que decorreu, em grande parte, de sua cooptação às estruturas que garantem a reprodução do capitalismo, o proletariado se vê fragilizado diante das crises do capital e passa a sofrer sucessivas perdas de seus direitos ao longo de várias décadas. Com as crises do capitalismo e a reestruturação do mundo do trabalho para reprodução desse modo de produção, o proletariado foi fragmentado e a maior parte dessa classe passou a conviver com processos cada vez mais intensos de precarização. Nesse processo de fragmentação Bihir (1998) reconhece três conjuntos: a) os proletários estáveis que mesmo que consigam manter suas condições de trabalho e algumas garantias, veem essas serem ameaçadas conforme se agudizam as crises, o que termina por tornar essa classe cada vez mais restrita; b) os proletários aos quais é negado o acesso ao trabalho, sendo, assim, “[...] condenados ao desemprego de longa duração e, portanto, à dependência da seguridade social, percorrendo um caminho de vários estágios que, no final, para um número crescente deles, significa o mergulho na pobreza e na miséria.” (BIHR, 1998, p. 84); c) e a massa flutuante de trabalhadores instáveis. Nesse último conjunto distingue-se ainda outras categorias: os proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda; os trabalhadores em tempo parcial; os trabalhadores temporários; os estagiários; e, por fim, os trabalhadores da economia subterrânea (BIHR, 1998).

Comum a todos esses grupos está a precarização cada vez maior do trabalho e as perdas de garantias mínimas da reprodução da vida dos trabalhadores. Vê-se além da regressão de conquistas e a instabilidade financeira, também “[...] com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência a individualização extrema da relação salarial.” (BIHR, 1998, p. 86). Sobretudo a esse último subgrupo, dentro da “massa flutuante de trabalhadores instáveis” o dos “trabalhadores da economia subterrânea”, cabe dar relevo por situar aí, massivamente, os moradores de ocupações urbanas. Bihir (1998) delinea os trabalhadores da economia subterrânea como aqueles que

[...] tentam escapar ao desemprego trabalhando “clandestinamente” (sendo, além disso, frequentemente colocados em situação de subcontratação em relação à economia oficial), ou entregando-se à pequena produção mercantil (principalmente no setor de serviços prestados a particulares (BIHR, 1998, p. 85).

Nesse grupo reconhece-se o chamado “[...] ‘*Lupenproletariat*’, literalmente ‘proletariado em farrapos’) [...]” (SOUZA, M., 2009, p. 17). Esse é “[...] constituído por desempregados crônicos e subempregados, simbolizados por Marx e Engels, em uma Europa vitoriana, por prostitutas, jogadores, cafetões, etc., seria economicamente parasitário e potencialmente reacionário.” (SOUZA, M., 2009, p. 17). É bem verdade que o lumpemproletariado preexiste ao movimento operário e consolidação do proletariado como classe social e sujeito político da revolução, mas o processo de fragmentação lançou ainda mais trabalhadores a esse grupo.

No Brasil esse processo de fragmentação adquire nova dimensão. Diferente da Europa onde a negociação entre os trabalhadores, burguesia e Estado, possibilitou a implantação do Estado de bem estar social previamente a esse processo de precarização, amenizando, em certa medida, o impacto das políticas neoliberais, no Brasil, historicamente, na correlação de forças o trabalhador sempre esteve numa posição bastante fragilizada. Essa relação profundamente desigual não favoreceu reais negociações e “[...] o processo de desenvolvimento [econômico] ocorreu sem a realização de transformações estruturais, inclusive as chamadas conquistas democráticas, que constituíram as pré-condições do desenvolvimento nos países euro-ocidentais.” (LIMA, 2004, p. 70).

Os últimos anos da década de 70 no Brasil foram marcados pela efervescência do movimento operário. O que é expresso nas diversas greves localizadas, especialmente, na região sudeste. Junto ao movimento operário outros movimentos sociais vieram compor um cenário de resistência à ditadura militar e impulsionaram o retorno à democracia, trazendo ainda novos elementos para serem discutidos, como direitos que foram historicamente ignorados. A efervescência desses movimentos se expressou na incorporação de algumas de suas reivindicações à Constituição de 1988. Entretanto tais ganhos, modestos, vieram a engendrar um pernicioso processo de recuo desses movimentos. Alguns fatores foram determinantes nesse sentido: as ofensivas da política neoliberal que vieram atreladas aos planos de governo que sucederam o processo de redemocratização do país e, sustentando o processo de desmobilização, a imaturidade dos movimentos sociais nesse período, além da cooptação dos

movimentos às estruturas do Estado e o recuo dos ideais socialistas que situavam a luta de muitos deles para além do mero atendimento das reivindicações. Nessa conjuntura os movimentos tiveram suas aspirações políticas condensadas e amansadas pela política neoliberal que se seguiu.

[...] o projeto político implícito nos movimentos sociais do fim da década de 70 sofreu uma derrota. E é por isso mesmo que hoje suas promessas são vistas frequentemente como ilusões, mistificações, erros de avaliação. [...]. Eles (os movimentos sociais) foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal se haviam constituído como sujeitos políticos. O ritmo de suas histórias não era o mesmo que o da política instituída, e foi esta que fixou as datas. (SADER, 1988, p. 314-315).

Se na Europa o processo de fragmentação do proletariado foi determinante para as sucessivas perdas do movimento operário, no Brasil, em que os movimentos sociais não haviam alcançado sua maturidade política e em que, historicamente, nunca conseguiram sustentar uma negociação concisa com o Estado, apresentam-se desafios muito maiores. Um dos grandes problemas do movimento operário no Brasil é que esse não conseguiu integrar diferentes demandas e discutir profundamente e amplamente as condições de exploração da população. O movimento operário serviu para atender uma classe de trabalhadores, e não para afrontar a exploração que está no cerne do modo de produção capitalista. O lumpemproletariado, que é o grupo mais frágil dentro do capitalismo e que, especialmente no Brasil, é composto por um percentual significativo de trabalhadores, não foi contemplado pelo movimento operário. Detenhamo-nos agora nesse grupo em especial. Tendo em vista a concepção preconceituosa do lumpemproletariado, Souza, M. (2008) sugere a substituição do termo pelo “hiperprecariado”. Sobretudo em um país como o Brasil, não se pode deixar de considerar o enorme percentual de trabalhadores que sempre tiveram condições de trabalho precárias, por isso o hiperprecariado é “[...] tudo, menos irrelevante – embora tampouco seja homogêneo.” (SOUZA, M., 2008, p. 134). Contrariando as concepções acerca do hiperprecariado, como parasitários e potencialmente reacionários, “[...] muitos membros de movimentos sociais brasileiros, como os sem-teto, vem demonstrando que o ‘hiperprecariado’, pode, sim, desempenhar um papel não-conservador, dependendo das circunstâncias.” (SOUZA, M., 2008, p. 134). O hiperprecariado, que pode ser lido também como a ralé estrutural, conceito desenvolvido por Souza, J. (2009), é frequentemente tido no contexto dos movimentos e organizações de luta pela moradia como o substituto do proletariado no processo da revolução. Importante é, portanto, a identificação dos sujeitos

políticos herdeiros da fé depositada no proletariado de outrora. Para esses, novos desafios se delineiam e agravam-se suas condições de efetivamente caminharem rumo à transformação social. Cabe, agora, resgatar sumariamente as raízes do movimento operário no Brasil e as razões pelas quais foi negado à ralé estrutural, ou hiperpreariado, de modo geral, sua inserção nesse processo, para posteriormente discutir os desafios colocados para a reprodução da vida desse grupo.

O processo de industrialização no Brasil foi marcado pela incorporação de mão de obra estrangeira e pelos seus descendentes, qualificados para o trabalho industrial, em detrimento da mão de obra negra, decorrente da escravatura recém abolida e desqualificada para o trabalho nas indústrias. A própria criação do movimento operário se relaciona a essa imigração e às influências das ideias socialistas, comunistas e anarquistas trazidas pelos europeus. Ainda que, posteriormente, parte da população negra tenha sido incorporada ao operariado e abra-se então a possibilidade de sua incorporação também ao movimento operário, não se pode deixar de levar em conta o racismo que historicamente excluiu os negros dos melhores cargos, sobretudo os de liderança, e os reservou os trabalhos mais precarizados. Soma-se a isso o fato do movimento operário não haver considerado a dimensão da opressão racial dentro de sua luta, ensejando o distanciamento dos negros dentro do próprio movimento. Quanto a isso Florestan Fernandes (1989) ressalta como condição para o estabelecimento da “revolução democrática” a superação da opressão racial e a necessidade de sua interação com a luta de classes.

Os anarquistas, os socialistas e os comunistas não podem compartilhar, apenas, de uma consciência crítica da situação do negro. Eles devem saber que preconceito e a discriminação raciais estão presos a uma rede de exploração do homem pelo homem e que o bombardeio da identidade racial é o prelúdio ou requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e mal pago [...]. Nessa população recrutam-se os malditos da terra, os que são ultra-espoliados e tem por função desvalorizar o trabalho assalariado, deprimir os preços no mercado de trabalho para elevar os lucros, quebrar a solidariedade operária e enfraquecer as rebeliões sociais. [...] [A questão racial] atinge a todos os oprimidos e em particular os trabalhadores que possuem empregos, participam do movimento sindical e lutam organicamente pelo advento do socialismo. Estes não podem aceitar o rolo compressor que passa por cima da população negra e a esmaga. (FERNANDES, 1989, p. 28).

Não há como desconsiderar que os que compõem a ralé brasileira, em grande parte fenotipicamente afrodescendentes, são herdeiros desse processo de precarização e mesmo da exclusão do mundo do trabalho formal assalariado, foco da luta do movimento operário. É, por conseguinte, negada a essa população, em grande medida, as condições mesmas da identificação de sua opressão e exploração, “Por esta razão, este segmento reúne menores condições de constituir uma força social dirigida à transformação radical das relações sociais de produção.” (LIMA, 2004, p. 215).

A não inserção da ralé estrutural no movimento operário advém ainda de suas próprias condições de reprodução da vida. Se para o proletariado era o mundo do trabalho que estava em disputa, para a ralé estrutural a habitação é o foco de sua atenção. Embora o trabalho tenha relevância, nas lutas urbanas é a habitação, prioritariamente, que adquire centralidade. Tendo em vista que o acesso à terra foi historicamente negado às classes mais pobres, a habitação é uma questão urgente na reprodução da vida da ralé estrutural. Assim, o trabalho, que foi sempre precarizado, é mantido paralelamente às tentativas de produção da habitação. As condições precárias de habitação da ralé e o espaço que esse grupo ocupa no tecido urbano coincide com as questões étnicas que se relacionam à não inserção desse grupo no movimento operário. Em um estudo de Luís Costa Pinto (1998), realizado na década de 50 na cidade do Rio de Janeiro, ele aponta que a segregação espacial está intrinsecamente relacionada à segregação étnica:

O outro fator, talvez mais diretamente influente, que contribui para dar uma configuração particular ao padrão ecológico da repartição dos grupos étnicos na cidade do Rio de Janeiro, resulta da alta concentração de elementos de cor na população das favelas. [...] Essa grande diferença, entre a proporção dos elementos de cor no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de cor nas áreas mais deterioradas da cidade, é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica. (PINTO, 1998, p. 145-146).

O estudo feito há mais de seis décadas permanece atual. As marcas da histórica exclusão da população negra ainda determinam o papel dos sujeitos na cena urbana. O território da pobreza, como denomina Valladares (2000), e, por conseguinte, do grupo que forma a base mais frágil da sociedade, a ralé estrutural, corresponde aos espaços mais precarizados do tecido urbano: as famigeradas favelas e as cada vez mais comuns ocupações urbanas. Valladares (2000, 2005) destaca que a posição do Estado diante das favelas cariocas variou ao longo das décadas: foi desde ignorar a sua existência, passando pelas tentativas de extinção

(expulsando os seus moradores e os levando a ocupar as periferias), até os programas de urbanizações. Em Belo Horizonte ocorreu processo semelhante. Comum aos diferentes programas elaborados para tratar da questão da favela está o frequente descaso do poder público com sua dinâmica social e espacial. Esse descaso, contudo, por vezes vem transvestido de políticas sociais que, longe de serem recentes, são uma resposta mais popular à questão das favelas e vem substituir as remoções completamente autoritárias que marcaram, sobretudo, as décadas de 60 e 70. Melo (2016) discute como o Estado se utiliza dos programas de urbanização para garantir a extração de mais-valia e, assim, atender às elites. A atuação do Estado nas favelas promovendo as remoções e a construção de novas moradias via empreiteiras não apenas aquece a economia como garante a disponibilização de terrenos bem localizados para atuação dos capitais.

Essa distorção representada pela alta demanda por moradia de baixa renda e pelo pouco interesse em supri-la por parte dos capitalistas chama o Estado a agir sobre a produção habitacional, justificando a proposição de políticas públicas que, mesmo que disponibilizem algum terreno para a ocupação de baixa renda, acabam por permitir ainda a expulsão dos pobres e o benefício dos capitais. O Estado disponibiliza, através das desapropriações, terrenos que antes não estavam disponíveis, garantindo um fluxo permanente de terrenos disponíveis. Por essa razão, políticas públicas de urbanização de vilas e favelas têm outro pressuposto de operação: envolver sempre um alto número de remoções de pessoas de baixa renda. (MELO, 2016, p. 43).

As pessoas removidas nesse processo não conseguem, em sua totalidade, retornar para a mesma favela. As unidades habitacionais construídas, em geral, não são suficientes para abrigar as famílias removidas, o que termina por expulsar grande parte da população e empurrá-las para as periferias além de fomentar a criação de ocupações urbanas, que se apresentam como uma das ínfimas possibilidades de habitação para essa população. A pesquisa elaborado pelos grupos de pesquisa MOM e LAGEAR da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, ainda não publicada mas citada no trabalho de Melo (2016), demonstrou os impactos sociais e espaciais trazidos pelo programa Vila Viva no contexto do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. De acordo com a pesquisa, grande parte dos antigos moradores do aglomerado após a intervenção do Estado se viram sem condições de permanecer nesse espaço pela elevação dos valores do imóveis e do custo de vida e foram empurrados para a região metropolitana (MELO, 2016). O que se reflete no fato de que muitos dos atuais moradores dos predinhos produzidos a partir do programa Vila Viva não são os mesmos da época de reassentamento (MELO, 2016). O que se percebe é um ciclo de

exclusão da ralé estrutural. Inicialmente ela ocupa dentro da cidade os espaços precarizados que não interessam ao capital até o momento em que esses espaços passam a ser interessantes, seja porque receberam benfeitorias ou porque se esgotaram os espaços naquela região para a reprodução do capital. A partir do momento em que esses espaços antes precarizados passam a ser interessantes, o Estado intervém, sob a forma dos programas de urbanização ou meramente pelas remoções sem nenhuma “pincelada” de preocupação social, e remove essa população, disponibilizando terra para atuação dos capitais e expulsando grande parte dos moradores (MELO, 2016). Essa remoção pode até não ser feita diretamente pelo Estado, mas a intervenção dele nesses espaços acaba elevando o custo de vida, engendrando uma gentrificação. A esse respeito cabe destacar que nas favelas existe um mercado imobiliário informal que opera em uma lógica muito semelhante ao mercado imobiliário formal (MELO, 2016) e que há uma porcentagem significativa de habitações alugadas nas favelas. As intervenções promovidas pelo Estado aquecem esse mercado informal, o que acarreta na elevação dos aluguéis. Seja direta ou indiretamente o resultado da atuação do Estado em ambos os casos é o mesmo: a expulsão de grande parte da população para áreas mais distantes e mais precarizadas, onde essa ocupa até que esses espaços passem a ser interessantes para o capital imobiliário e se repetir o ciclo de exclusão.

Cabe aqui inserir alguns dados relevantes no contexto da atuação do Estado. O período de maior investimento em áreas precarizadas, com as verbas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e de maior investimento na construção de moradias, via o programa MCMV (Minha Casa Minha Vida), é também o período de agravamento da crise de moradia¹⁰. De acordo com Boulos (2016), o déficit habitacional que em 2008 era de 5,3 milhões subiu em 2012 para 5,8 milhões, período que coincide com os investimentos tanto do PAC quanto os do MCMV. Ao mesmo tempo na cidade do Rio de Janeiro houve uma valorização da terra de 260% nos últimos anos. Atrelada a essa dinâmica de valorização da terra está o crescente desemprego que suscita a inadimplência com os financiamentos imobiliários e resulta na perda da habitação. Assim, a dinâmica de valorização da terra por meio da atuação do Estado acaba mais expulsando do que acomodando.

Essa conjuntura se reflete no crescente número de ocupações urbanas. Essas ocupações, formadas principalmente por pessoas advindas das favelas e pertencentes à ralé estrutural,

¹⁰ Informação verbal obtida na apresentação de Guilherme Boulos no seminário “Urbe Urge”, sob o tema “Se morar é um direito, ocupar é um dever”, em Belo Horizonte no dia 07 de junho de 2016.

acabam sendo uma das poucas opções de moradia. Com isso desejo evidenciar que embora as favelas tenham sido durante muito tempo uma forma de amortecimento do déficit habitacional, elas não são capazes de resolvê-lo em razão do Estado nunca ter, efetivamente, tratado a desigualdade social que é sua raiz. Tal cenário torna as condições de moradia de grande parte da ralé cada vez piores e suas opções cada vez mais restritas. Em razão da gravidade dessa situação é que a questão da habitação adquire centralidade para a ralé. A sua reivindicação, acima de tudo, por moradia advém do fato de que as suas condições de habitação tem um enorme impacto no seu cotidiano e, sobretudo, no seu acesso ao trabalho. Isso confirma que desde a década de 80 a questão da habitação tem sido central para os movimentos sociais. A própria centralidade que adquire a questão da habitação evidencia o “[...] rebaixamento das condições de habitação da sociedade brasileira.” (LIMA, 2013, p. 80). Não deseja-se com essa distinção, entre a centralidade da luta urbana por habitação em relação ao trabalho, reforçar a cisão de ambos. Pelo contrário, a discussão sobre a reprodução social ficaria desconexa sem a consideração das relações de produção. Tem-se tornado cada vez mais urgente para os movimentos sociais e organizações políticas a reflexão sobre a dimensão do trabalho junto com a moradia, principalmente no contexto das recentes ocupações urbanas, com a apresentação de alternativas a uma população excluída eventualmente ou cronicamente do mercado de trabalho. Posto que, sem esse, a vulnerabilidade dos moradores só faz ampliar.

A ralé estrutural que é o sujeito político em foco atualmente e depositário da fé dos setores revolucionários da sociedade, e é o grupo predominante nas ocupações, apresenta novas contradições, interesses e vulnerabilidades que se constituem por sua vez em novos desafios à atuação dos movimentos sociais e organizações políticas junto a eles. Como já foi dito na introdução, no contexto das ocupações da RMBH os ocupantes não se fundem com os movimentos e organizações que atuam nas ocupações e que em muitos casos as formam. Em geral, os ocupantes não se mobilizam sozinhos para formar as ocupações, mas são mobilizados seja por movimentos sociais ou por organizações, sendo a BPs a organização política que está presente em maior número de ocupações na RMBH. Embora existam similaridades entre a atuação desses movimentos e organizações e seus pressupostos teóricos, falarei aqui especificamente da Brigadas Populares que é a organização política que atua na Ocupação Dandara, que é o foco desse trabalho. Como os ocupantes são mobilizados por um agente externo fica muito clara a separação entre os integrantes da organização e os moradores.

A organização política tem uma ideologia que não é compartilhada pela massiva parte dos moradores. Ainda assim, nota-se, frequentemente, seja em trabalhos acadêmicos ou nas falas de militantes e apoiadores, que se tem conferido aos moradores um papel permeado de certo heroísmo. São vistos, muitas vezes, como rebeldes que afrontam a ordem vigente e como criadores de espaços de resistência. Apesar disso, essa expectativa é frustrada muitas vezes, os moradores frequentemente adotam uma posição passiva diante de sua própria opressão e em muitos casos reproduzem o discurso hegemônico capitalista. A organização acaba imputando aos moradores um papel que não leva em conta os enormes limitadores que recaem sobre a ralé estrutural. Não obstante, não há também um profundo trabalho de formação política que consiga romper com esses limitadores.

Apesar da mudança do sujeito político em foco em relação ao movimento operário, muitos de seus referenciais teóricos e sua práxis, com o viés socialdemocrata de outrora, se mantiveram. Por isso, é importante refletir acerca de que forma a organização reelabora esses referenciais teóricos na sua atuação na Ocupação Dandara. Serão feitos alguns apontamentos sobre a relação entre matriz teórica e prática, e embora esses apareçam ao longo dos próximos tópicos é importante agrupá-los aqui para formar um pano de fundo para as discussões.

O socialismo é, como já foi dito, o horizonte teórico da BPs. Esse referencial e a própria forma de atuação da BPs tem bastante relação com sua origem, que se deu a partir de debates dentro da universidade, sobretudo da faculdade de direito da UFMG, no contexto do Núcleo de Estudos Marxistas. O desejo em extrapolar os estudos e atuar diretamente nas periferias se refletiu na dissolução desse grupo e na criação da organização política. Seguindo as definições de Birh (1998), pode-se afirmar que a organização tende a se aproximar ao modelo social-democrata. Ainda que o discurso da BPs tenha um fundo bastante revolucionário, na prática vê-se que a organização reproduz muitas vezes o reformismo. Tal afirmação se deve a algumas razões:

a) Fé no Estado: verifica-se a tendência da organização em depositar uma fé no aparelho do Estado, não da forma como esse está posto, mas como esse deveria ser. É comum observar na atuação da BPs um forte reforço da via jurídica, que é, claro, uma forma de legitimar a Ocupação e fortalecê-la. No entanto, observa-se que na prática tende-se a dar mais valor as negociações com o Estado e as discussões nos meios jurídicos que à formação política dos

moradores. Esse reforço da via jurídica tem relação inclusive com a própria formação em direito de grande parte dos militantes. É ainda exigido do Estado um posicionamento que vai contra sua própria natureza de aparelho a serviço das classes dominantes. Nesse sentido a organização não afronta a existência em si do Estado, mas, assim como a social-democracia, concebe o Estado como supostamente neutro podendo servir em uma conjuntura favorável aos seus interesses. Há a introjeção da necessidade de uma entidade que tutele os moradores, seja na forma do Estado ou a própria BPs.

b) Dirigismo dos moradores: embora o dirigismo não apareça nos discursos da organização, na prática vê-se que essa toma a frente de vários processos e decisões. Dá-se pouca atenção às discussões sobre suas bases teóricas e objetivos com os moradores, que deveriam, ao contrário, ser centrais. Essa discussão é ampliada em um tópico específico nesse trabalho, mas cabe dizer que, assim como a social-democracia, há a noção de que para o andamento dos processos é necessário que os militantes tomem a dianteira. Desse modo, os moradores são relegados a uma posição passiva e mantém-se uma relação de tutela.

c) Reafirmação da propriedade privada: essa é talvez a questão mais problemática na Ocupação, sobretudo por contrariar os discursos da organização política. A existência dos lotes individuais e a reafirmação a partir deles da propriedade privada termina reproduzindo uma lógica que a BPs deseja combater. E ainda, se por um lado a socialização forçada de terrenos vagos da cidade aponta para uma transformação radical, a manutenção da mesma lógica capitalista que os geram reproduz o reformismo e distancia a organização de suas bases revolucionárias. Outro aspecto importante é quanto a centralidade que assume a reivindicação pela posse dos terrenos na Ocupação. Vale aqui fazer um breve parêntese e ressaltar que ao contrário das recentes ocupações da RMBH em que se reivindica a própria terra ocupada, em outras cidades, como São Paulo, é comum que as ocupações sejam uma forma de pressionar o Estado reivindicando terra e moradia, mas não necessariamente o espaço que ocupam. Assim, enquanto na RMBH a central reivindicação das ocupações é a habitação, em outros contextos as ocupações são uma forma de reivindicação que não se restringe ao espaço ocupado. Isso traz um aspecto importante: se nas ocupações da RMBH os terrenos ocupados não são dotados previamente de infraestrutura e há, assim, uma precarização da moradia com os moradores tendo que improvisar serviços básicos, nas ocupações em São Paulo, por exemplo, a reivindicação não é apenas por moradia, mas que essas sejam providas em condições dignas. Vale ressaltar que, como Engels (2015) já apontava, o déficit habitacional não é um desvio do

modo de produção capitalista, mas está intrínseco a sua própria lógica de reprodução. Assim, a solução para o déficit habitacional não pode ser dada dentro da lógica capitalista.

4.2. A atuação da BPs na Ocupação

4.2.1. A construção da imagem da comunidade

Faz parte do modo de atuação das organizações e movimentos sociais a incorporação de estratégias que atuem na construção de uma visibilidade positiva das ocupações para o público externo. Tal construção se inicia já na escolha do nome da ocupação, como bem tratou Lourenço (2014) quanto às ocupações da RMBH. Ao escolher nomes que evoquem significações positivas (pessoas ilustres relacionadas a luta de classes ou questões étnicas, espaços de resistência etc.), as ocupações se vinculam, ao menos imagetivamente, a essas significações, o que favorece que atraiam apoiadores. Por conseguinte, ao estabelecer redes de apoio às ocupações, as organizações e movimentos sociais garantem um grande ônus político em um possível processo de reintegração de posse, o que, muitas vezes, efetivamente o impede (LOURENÇO, 2014). É o caso por exemplo das ocupações situadas na Mata da Isidora, que mesmo com a posição claramente criminalizadora da prefeitura têm-se mantido apoiadas em processos de negociação.

Essa representação sócio-espacial positiva é importante para os agentes externos e é também fundamental internamente para a construção de uma identidade coletiva dos próprios moradores. Quanto a essa representação, Souza, M., e Teixeira (2009) ressaltam que o nome de uma ocupação faz parte do processo de territorialização do terreno e figura-se assim como uma bandeira; “Territorializar um espaço, buscar ressignificá-lo e atribuir-lhe um nome com profunda carga político-simbólica não deixa de ser, figurativamente, ‘fincar uma bandeira’”. (SOUZA, M., e TEIXEIRA, 2009, p. 35). É de grande importância que a autoestima coletiva dos moradores seja fortalecida no processo de formação das ocupações e que eles sejam legitimados dentro de sua luta, posto que essa legitimação é condição para sua permanência nela. Para isso “[...] trata-se de produzir uma representação [sócio] social [...] de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadas de sua autoestima coletiva.” (SOUZA, M., e TEIXEIRA, 2009, p. 33).

Como parte dessa estratégia, nem sempre consciente e raciocinada por todos os atores sociais, está a denominação da Ocupação Dandara de comunidade e a atribuição de características relacionadas ao conceito, como solidariedade, união e harmonia, o que contribui para a construção de uma representação positiva da Ocupação, tanto externamente quanto internamente. Essa denominação serve, sobretudo, para a construção do imaginário de uma coletividade coesa e sem conflitos na Ocupação. Nesse caso a construção dessa representação está associada à noção tradicional de comunidade e à comunidade ilusória, e não à comunidade real. Conquanto tal estratégia sirva no sentido de ressignificar os espaços ocupados e buscar uma representação sócio-espacial positiva, isso não invalida que a utilização do termo comunidade, e atribuição de características relacionadas a ele, possa ser avaliada de forma criteriosa para entender a que se presta, quem se utiliza desse termo e se quem o faz compreende seus pressupostos, se o termo é incorporado cotidianamente e por quem, e se o conteúdo se assemelha à representação da forma. As críticas quanto à construção dessa representação da Ocupação como uma comunidade não vem no sentido de desautorizar ou deslegitimar o uso do termo, mas resulta da reflexão sobre os seus pressupostos, o que expressa e o que reflete.

É importante distinguir três situações quanto à denominação da Ocupação de comunidade: quando são os integrantes do grupo de suporte que incorporam o termo, quando são os moradores e quando o termo é incorporado nas pesquisas sócio-espaciais. Se por um lado os primeiros atores, grupo de suporte e moradores, possuem razões para difundirem uma imagem positiva da Ocupação atrelada ao termo e isso corresponde a uma estratégia política, por outro lado a denominação da Ocupação de comunidade em pesquisas sócio-espaciais frequentemente revela apenas a pouca reflexão dedicada à compreensão dos pressupostos por detrás da incorporação do termo. A esse respeito Souza, M., (2007) critica a frequente “visão de sobrevôo” adotada pelos pesquisadores que ao não se aprofundar sobre as motivações da utilização de determinadas palavras, deixam de perceber a complexidade e a disputa simbólica que gira em torno delas. Desse modo, passam a incorporar esses termos sem que eles tenham passado antes pelo crivo da reflexão crítica.

Uma perspectiva socialmente crítica não deve, necessariamente, endossar os hábitos terminológicos do cotidiano, do senso comum; pelo contrário, as frequentes contradições embutidas nesses usos devem ser identificadas e explicitadas, ainda que sem arrogância e do ponto de vista de um diálogo com os atores. (SOUZA, M., 2007, p. 104).

Não obstante, em todos os três casos a propagação dessa representação coletiva mais esconde do que revela e gera obstáculos à compreensão da complexidade da Ocupação. A importância da construção dessa representação positiva da Ocupação era, especialmente nos primeiros anos, frequentemente reiterada pelo grupo de suporte nas reuniões com os moradores. Contudo, nem todos os moradores efetivamente incorporam essa premissa, como evidencia o relato de uma moradora da Ocupação em relação a uma situação de conflito com uma liderança.

Porque tipo assim, vem alguém aqui na minha casa e eu tô brigada com meu marido, a gente vai ficar bem! Né? Eu não vou mostrar pros outros que eu tô brigada com meu marido, não precisa! Não tem necessidade, né? Eu acho a mesma coisa da comunidade. Tendeu? Todo mundo pra mim é maravilhoso, “sorrisão, ei tudo bem?”, mas ela fazia questão de... sabe? Mostrar assim, “nós não somos unidos”, sabe? (LARISSA, 2015, moradora).

A construção dessa representação não apenas dificulta a percepção das complexas relações sociais mas obstaculiza as possibilidades de discussão e negociação, o que favorece o antagonismo entre os atores. Na esteira da construção dessa representação da comunidade é comum, por exemplo, a propagação da ideia de que os moradores da Ocupação e os mais pobres, em geral, seriam mais solidários e unidos do que as pessoas de outras classes sociais. Ambas as características estão intrínsecas à noção de comunidade e, portanto, se relacionam com a visão que se deseja construir da Ocupação a partir da incorporação desse termo. Tal afirmação é recorrente entre muitos dos militantes e apoiadores. No entanto, é preciso refletir sobre essa suposta característica que seria imanente aos moradores.

Uma qualidade como “ser solidário” se refere aos seres humanos e não a uma classe social. Contudo é comum, de fato, vermos demonstrações de solidariedade entre os moradores da Ocupação Dandara. Cabe ressaltar que a solidariedade advém da possibilidade de estar em contato com o outro e de entender as condições desse, sendo necessário então que haja empatia. Na Ocupação os moradores estão em contato uns com os outros e seus problemas são muitas vezes comuns. Afirmar com isso que os pobres são mais solidários que os ricos é invisibilizar as condições que possibilitam essa solidariedade. De todo modo, tais demonstrações de solidariedade e de união se evidenciaram especialmente nos momentos de tensão em que era necessário que os moradores resistissem para garantir sua permanência no terreno ocupado. É frequente na fala de moradores que após a consolidação da Ocupação a solidariedade e a união entre eles se arrefeceu. Ao mesmo tempo se consolidaram relações de

poder heterônomas gerando conflitos e disputas entre os moradores. Além do encobrimento de conflitos, a construção de uma imagem da coletividade que não corresponde à realidade da Ocupação pode servir ainda como “arma para o inimigo”. Algumas situações que não correspondem à imagem da comunidade tradicional, como a disputa em torno dos terrenos e conflitos relacionados ao tráfico de drogas, frequentemente adquirem relevo na grande mídia e os moradores são apontados como oportunistas e gananciosos e a Ocupação é considerada como abrigo de traficantes e bandidos. Dessa forma, ao difundir por meio de aspectos tão subjetivos uma visão positiva da Ocupação Dandara para a sociedade, corre-se o risco de esvaziar a legitimidade dela e deixa-se em segundo plano o fundamento mais objetivo da existência da Ocupação que é o enorme déficit habitacional e as desigualdades que são sua causa.

Sobretudo nos primeiros anos, o imaginário da Ocupação como uma comunidade não apenas foi difundido externamente como foi, em certa medida, introjetado por militantes e apoiadores, o que os levava a se surpreenderem ao encararem determinadas situações na Ocupação – como a condescendência dos moradores com o tráfico de drogas, disputa de terrenos, individualismo etc. – que não condiziam com a imagem do pobre pacato e resignado segundo a ideologia da identidade do povo brasileiro. Atualmente, em razão dos conflitos existentes na Ocupação e do envolvimento desses mesmos apoiadores e militantes com outras ocupações, as contradições dessa representação estão bastante claras para grande parte deles, ao menos para os que atuam de forma mais constante na Dandara. Com isso não se deseja afirmar que não existem na Ocupação aspectos que podem ser relacionados à comunidade, tanto a tradicional quanto alguns apontamentos para a comunidade real. A solidariedade entre os moradores, por exemplo, é mais comum do que em bairros formais – mas, novamente, não por essa ser uma característica imanente aos moradores, mas pelo próprio contexto possibilitar expressões de solidariedade entre eles. O que desejo defender aqui é que ao conferir atributos aos moradores de antemão, como se fossem inerentes a eles, deixa-se de enxergar particularidades próprias do contexto de sua opressão.

Esse estranhamento dos militantes e apoiadores quanto algumas atitudes dos moradores evidencia a pouca reflexão dedicada à percepção das diferenças entre eles e os moradores. Como já havia constatado Lourenço (2014), os integrantes do grupo de suporte ao não reconhecerem as diferenças próprias às distintas origens de classe, deixam escapar algumas peculiaridades da condição dos moradores, o que dificulta a percepção de como essas se

refletem no contexto da Ocupação. Comumente parte-se para uma conclusão redutivista de que os moradores não são capazes de ter uma visão ampla do conjunto e que, portanto, não são capazes por si mesmos de “decidirem bem”. Dessa maneira torna-se fundamental compreender as diferenças de classe entre militantes, apoiadores e moradores. As disposições ou o *habitus* desses sujeitos são diferentes. O conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (2001), vem romper simultaneamente com a noção de que as ações dos indivíduos são meramente um efeito mecânico de reação à coerção de causas externas e, por outro lado, com a noção de que os indivíduos atuam livremente e conscientes, suas ações sendo, portanto, um cálculo consciente das chances e dos ganhos (BOURDIEU, 2001). O *habitus* é definido como um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos sem que eles tenham consciência disso em seu processo de socialização desde a mais tenra idade e é, por isso, como uma herança social familiar. Essas disposições irão orientar desde o modo de falar dos indivíduos até seus comportamentos e suas preferências.

Isso significa afirmar que o agente nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da crença que estão na raiz do envolvimento no jogo, quaisquer pressupostos constitutivo da axiomática prática do campo [...] se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas. (BOURDIEU, 2001, p. 169).

O autor Jessé de Souza (2009) apropria-se do conceito de *habitus* para formular o de ralé estrutural. Embora o conceito de ralé estrutural já tenha sido apresentado brevemente em tópicos anteriores, é importante agora retomá-lo e defini-lo mais precisamente. O conceito de ralé estrutural ultrapassa a noção economicista que segue uma categorização dos indivíduos segundo a renda, mas não diz nada acerca das condições de socialização e das relações que os mantém em um mesmo grupo social. A ralé estrutural é definida por Jessé de Souza (2009) como a parcela da sociedade que não apenas não possui capital econômico ou cultural em medida significativa mas que é “[...] desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.” (SOUZA, J., 2009, p. 21). Essas “precondições sociais, morais e culturais” se referem ao *habitus* da ralé estrutural e efetivamente impedem os indivíduos desse grupo social de se apropriarem de capital econômico e cultural ou mesmo de competir em pé de igualdade por ele, propagando, assim, o ciclo de precarização de toda uma classe de destituídos.

É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a

atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, J., 2009, p. 21).

Seguindo o conceito desenvolvido pelo autor, identifico a maioria dos moradores da Ocupação como pertencentes à ralé estrutural. A opção por designar os ocupantes como integrantes da ralé ao invés do hiperpreariado, embora ambos os conceitos sejam aqui encarados como sinônimos, se dá em razão do conceito de ralé carregar uma discussão sobre o *habitus* desses indivíduos, o que será fundamental para compreender diversos aspectos na Ocupação.

As condições de precariedade da reprodução da vida dos integrantes da ralé estrutural os dispõem a se pautarem por questões imediatas (SOUZA, J. 2009). Como já foi apontado brevemente, enquanto os moradores são identificados à ralé estrutural, os militantes e apoiadores pertencem, em geral, à pequena burguesia. Os indivíduos que compõem esse grupo social não se identificam com o proletariado, tendo em vista que possuem meios de produção (ainda que modestos) ou por terem acesso a melhores empregos e mais bem remunerados graças a sua formação cultural (LOURENÇO, 2014). A socialização dos integrantes da pequena burguesia favorece o pensamento prospectivo, posto que não estão concentrados em sua sobrevivência diária. Essa está, em grande medida, garantida pela sua condição de classe. De modo contrário, a ralé estrutural é forçada a se focar em sua sobrevivência. Decorre daí que há por parte da ralé estrutural uma tendência a resoluções imediatistas, sem reflexão ou planejamento. Os indivíduos integrantes da ralé são, então, percebidos pela sociedade que valoriza o autocontrole e a disciplina como “meros corpos” despojados de “[...] habilidades comportamentais e cognitivas mais valorizadas.” (SOUZA, J., 2009, p. 467) e, por isso, destinados ao trabalho braçal (SOUZA, J., 2009).

É importante ter em mente que a pobreza não opera como uma proteção contra o imaginário capitalista, antes pelo contrário, os moradores da Ocupação estão em alguns aspectos mais vulneráveis a ele pelos ditames do consumismo que os militantes e apoiadores. A tendência

ao imediatismo se reflete também na relação de consumo da ralé. Enquanto que para as classes média e alta adquirir uma mercadoria possa ser algo natural, para os moradores, em grande parte, comprar algo, mesmo que à custa de muitas prestações e altos juros, assume uma nova dimensão, uma vez que gera certo reconhecimento de sua dignidade (SOUZA, J., 2009). A ampliação do crédito e, através dele, do acesso ao consumo nas últimas décadas é visto pela ralé como uma possibilidade de se inserir, ainda que muito superficialmente, na sociedade “digna” e “honrada” da qual historicamente e continuamente são excluídos. Tal situação corresponde ao que Paulo Freire (1987) afirma ser a introjeção do opressor no oprimido. A atração do oprimido pelos padrões de vida do opressor expressa o almejo ao reconhecimento de sua humanidade. Imersos que estão na cultura opressora, muitos integrantes da ralé acreditam que só sairão de sua condição de “meros corpos” ao inserirem-se na classe do opressor. Não compreendem a ordem que rege a cultura opressora, que não está relacionada apenas a padrões de consumo mas à origem dos indivíduos, à socialização que marca os “vencedores” desde seu nascimento.

No entanto, mesmo as condições de inserção da ralé na sociedade de consumo são restritas, tendo em vista que para essa classe os meios de adquirir bens são muito mais precários que para a pequena burguesia. Por isso o tráfico é para muitos indivíduos desse grupo social uma escolha baseada em limitadas opções para conseguir adquirir bens e se afastar, ao menos imageticamente, de sua condição de ralé. Como já havia notado Lourenço (2014), há uma condescendência em relação a essa atividade por parte dos moradores de ocupações. Isso porque a própria vida da ralé é permeada de situações ilegais. Inicia-se mesmo na habitação, em favelas ou ocupações que fogem da legalidade do mercado imobiliário. Portanto, não há, em geral, o julgo de valor moral em relação ao tráfico, típico das classes média e da elite, como ilustra a fala de uma moradora acerca do envolvimento de moradores com o tráfico: “Uma parte fala assim: ‘eu não vou me meter porque eu tenho a minha família’ e a outra parte fala assim ‘eu vou me meter porque eu preciso ganhar um dinheiro porque eu tenho a minha família’, entendeu?” (LARISSA, 2015, moradora). Contudo, ainda que os moradores sejam condescendentes com o tráfico, isso não minimiza o fato de que ele engendra relações de poder que reproduzem opressão e violência, nesse caso uma violência quase que horizontal.

Na “imersão” em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a “ordem” que serve aos opressores que, de certa forma, “vivem” neles. “Ordem” que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os

leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agridem os próprios companheiros. (FREIRE, 1987, p. 27)

Os moradores da Ocupação estão subjugados por várias camadas de poder heterônomo. Por um lado estão subjugados pelo poder do Estado, representado pela polícia, e por outro lado estão subjugados por um poder interno estabelecido pelos traficantes e pelo grupo de lideranças. Esse poder interno está em certa medida associado, já que algumas lideranças possuem vínculos com os traficantes. Os traficantes e o grupo de lideranças exercem um poder dentro da Ocupação que acaba por limitar a autonomia dos moradores, que na maioria das vezes assumem uma posição de passividade diante dele. Há nesse posicionamento dos moradores a dimensão do medo que deve ser considerada. Os moradores terminam por aceitar diversas situações e encobrir muitas outras em razão do risco de sofrerem retaliações e de serem intimidados, ou simplesmente de gerarem tensões com aqueles que detém o poder. Ainda que atualmente essa relação esteja bastante clara, sobretudo em razão dos conflitos entre a organização política e as lideranças, nos primeiros anos da Ocupação os militantes e apoiadores por vezes não a percebiam ou ignoravam as implicações de um posicionamento mais combativo por parte dos moradores diante dessa heteronomia. É importante destacar novamente que a imagem da “comunidade”, construída não apenas para a Ocupação Dandara mas também para outras ocupações, termina por dificultar a percepção pelo grupo de suporte dessas relações de poder internas. Exemplo disso é uma situação de conflito relatada por Lourenço (2014) entre traficantes que atuavam na região das ocupações Irmã Dorothy e Camilo Torres e o grupo de suporte. Diante do conflito, os moradores das referidas ocupações assumiram uma posição de neutralidade que terminou por enfraquecer e isolar o grupo de suporte. Tal posicionamento dos moradores surpreendeu os militantes e apoiadores que integravam o grupo de suporte a essas ocupações: “Nós (militantes) achamos que a participação da comunidade poderia ser mais determinante num um ataque desses, e a comunidade ficou bem neutra. Então a gente achou que estávamos sozinhos.” (LOURENÇO, 2014, p. 120¹¹).

Embora a atitude dos moradores pareça, no limite, uma traição, ela evidencia sua condição de fragilidade. Na Dandara, atualmente, existem conflitos entre aqueles que detém poder na Ocupação (lideranças e traficantes) e os militantes da BPs. Os moradores que estão mais ligados à organização política terminam por sofrer consequências desses conflitos. Nos primeiros anos quando a BPs ainda tinha um forte vínculo com a Ocupação, que se desgastou

¹¹ Entrevista concedida por Lacerda dos Santos Amorim a Tiago Castelo Branco Lourenço em 13 fev. 2014.

em razão desses conflitos, muitas vezes era requerido dos moradores uma postura mais combativa em situações que contrariavam a posição da organização – como a venda de lotes, comercialização de áreas coletivas etc. Essa exigência, contudo, não levava em conta que são os moradores quem convivem cotidianamente com aqueles a quem a organização desejava que se posicionem contrariamente. São os moradores o elo mais frágil dessa relação. A BPs não tem nenhuma condição de evitar possíveis enfrentamentos ou ameaças aos moradores e nem mesmo aos seus militantes. Exemplo claro disso são as mortes do militante Ricardo, o Kadu, e do morador Manoel dos Santos, o Bahia, que foram mortos por se posicionarem contra aqueles que detém os instrumentos de repressão nas ocupações da Mata da Isidora. “Bater de frente” pode significar gerar confrontos que a BPs não tem condições de controlar. A fala de uma moradora que explica as razões de seu afastamento em relação à organização política ilustra essa relação.

Nossa eu sou apaixonada com as Brigadas, gente, pelamor de Deus! Assim se eu pudesse largar filho, marido, sabe? Eu ia ficar só por conta sabe? Porque, ou, é bacana demais! Assim, é um pessoal que não pede nada em troca, nada nada... tudo o que faz não tem nome, entendeu? Foi as Brigadas que fez, não tem o nome da Bel, não tem o nome da Bela, não tem o Fernando, não tem Larissa! Não, tudo o que faz foi todo mundo! Entendeu? Então assim, eu gosto deles pra caramba, só que nesse ponto, pra gente que é morador de ocupação, que as vezes a gente vai bater de frente, a gente é que vai tá aqui, é muito perigoso. Por que, o Bahia morreu por quê? Porque ele não queria que o lote ficasse dentro da ocupação com especulação! Ele achava que ele tinha que passar aquele lote pra família que precisava! Aí eles foi lá e cortaram ele todinho no facão e no machado! (LARISSA, 2015, moradora).

É necessário ter em mente que a mera propagação da representação da coletividade e dos valores a ela associados não é capaz de evitar o surgimento de conflitos que contradigam esses mesmos valores, embora possa constranger a explicitação dos mesmos. A Ocupação não é um espaço homogêneo, seus moradores não assimilam da mesma forma a experiência. É um espaço que envolve atores de diferentes origens e interesses, sendo de se esperar, naturalmente, o surgimento de conflitos. No entanto, em geral, esses conflitos não são explicitados no discurso – embora sejam explicitados de outra forma como, por exemplo, na destruição do parquinho –, o que obstaculiza as possibilidades do diálogo e reflexão que contribuiriam para ampliar as margens de atuação não apenas do grupo de suporte mas, sobretudo, dos moradores da Ocupação. A ausência de diálogo entre os sujeitos impossibilita que esses conflitos sejam efetivamente superados. Cabe então refletir sobre a lógica que rege

o não tratamento dos conflitos para compreender o modo de atuação do grupo de suporte no contexto da Ocupação Dandara. Para tanto, os conceitos de consenso e dissenso de Rancière (1996) serão demasiado úteis.

4.2.2. A racionalidade consensual na Ocupação

Para elucidar as razões consensual e dissensual é necessário compreender o significado de política e, por conseguinte, o de democracia. Ao retomar a antiga definição de Aristóteles de cidadão, “Um cidadão em geral é aquele que participa do ato de governar e de ser governado”, Rancière (1996, págs. 368-369) resgata o fundamento da democracia. Se a lógica da ação pressupõe que essa se exerça sobre algo que possui como propriedade apenas a capacidade de recebê-la, resulta daí que essa lógica pressupõe um superior que age e um inferior que recebe. Contrariando tal lógica, a definição de Aristóteles “[...] afirma algo propriamente inusitado: uma capacidade dos contrários, uma igual capacidade de ser o agente de tal ação e a matéria na qual ela se exerce”. (RANCIÈRE, 1996, p. 369).

A democracia é fundada a partir da racionalidade política de que não existe inferior ou superior, surge como uma aberração no curso natural das coisas ao instituir que as formas anteriormente legítimas de dominação não são mais condição e, ao mesmo tempo, não legitimam mais o exercício do poder (RANCIÈRE, 1996).

A definição muito simples da reciprocidade cívica pressupõe, por trás dela mesma, uma ruptura de toda lógica do comando, de todo princípio da distribuição natural dos papéis em função das qualidades de cada parte. Essa ruptura lógica marcada por Platão corresponde a um escândalo prático sentido por todos que se valem de um título positivo para governar: antiguidade, nobreza, competência, consideração ou riqueza. Esse *escândalo* tem um nome: *chama-se democracia*. (RANCIÈRE, 1996, p. 369, grifo meu).

A democracia expressa o poder do povo, do *demos*, que é definido segundo uma dualidade: é composto por indivíduos destituídos de qualquer título que segundo a lógica da dominação os tornariam aptos a governar e, ao mesmo tempo, o *demos* se identifica à totalidade, à ideia de povo, assim, identifica a parte dos que não tem nada ao todo, como “[...] o cômputo polêmico enquanto um todo dos que não são nada [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 371). O *demos*, ou a parte dos que não tem parte, se identifica à totalidade por meio da compreensão da injustiça

feita pela parte dos que possuem/ são alguma coisa; títulos, riquezas (RANCIÈRE, 1996). Mas para que essa injustiça seja percebida como tal, é necessário antes o estabelecimento do princípio de igualdade fundado pela política.

Para a compreensão do conceito de política, por essa via, Rancière propõe uma revisão de seu significado juntamente com o de polícia. Essa última é definida pelo autor como “[...] o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição.” (RANCIÈRE, 1996, p. 372). O autor propõe nessa revisão a ampliação do conceito de polícia, enquanto restringe o de política. Enquanto a polícia gere os papéis de cada agente, sua visibilidade, capacidade ou incapacidade que o corresponde a cada lugar por ela determinado, a política vem trazer a perturbação dessa ordem pela inscrição do princípio da igualdade “[...] de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.” (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

Democracia e política são, portanto, dois elementos indissociáveis. Enquanto a primeira é a forma, a segunda é seu conteúdo correspondente. A política estabelece uma situação de igualdade entre diferentes, no sentido de que a ninguém é reservado, a priori, o exercício do poder, “A autoridade política não possui, em última instância, outro fundamento senão a pura contingência.” (RANCIÈRE, 1996, p. 370). A política é estabelecida a partir da própria percepção da injustiça. Ao aperceber-se da injustiça fundada pela desigualdade, a política só pode se dar a partir do dissenso, que é a oposição de dois recortes do mundo sensível, “[...] uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.” (RANCIÈRE, 1996, p. 372).

O dissenso não é apenas a constatação do conflito mas a evidenciação de dois recortes do mundo sensível; o reconhecido e o não reconhecido pela polícia e o confronto que defende a percepção e reconhecimento desse último. Sendo imanente ao princípio de política, a prática dissensual se refere à disputa em torno da constituição de um único mundo sensível formado por mundos litigiosos. A disputa por um único mundo sensível é também a disputa por um mundo em que os sujeitos sejam todos portadores da fala, portanto, iguais; “[...] é um conflito sobre a própria configuração do sensível.” (RANCIÈRE, 1996, p. 373). O dissenso não é o portador do caos, mas o meio pelo qual os sujeitos se colocam na cena política contrapondo dois recortes do mundo sensível, oferecendo desse modo “[...] ensejo a situações de conflitos

ordenadas, a situações de discussão e de argumentação.” (RANCIÈRE, 1996, p. 374). A racionalidade dissensual expressa assim “[...] a condução política dos litígios [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 380).

Rancière (1996) define ainda o oposto do dissenso; o consenso. Esse é expresso na racionalidade por detrás da atuação dos Estados modernos. Ao pressupor “[...] uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir.” (RANCIÈRE, 1996, p. 379), o Estado, segundo a racionalidade consensual, estabelece o propósito da acumulação de riquezas. Ao fazê-lo ele estabelece também os meios para alcançá-lo assim como os indivíduos que estão habilitados como parceiros, iguais, a discutir a condução do processo rumo ao propósito estabelecido. Desse modo, não apenas desconsideram-se alternativas, como nega-se mesmo a possibilidade de reconhecer recortes diferentes do mundo sensível, aqueles que se situam externamente a esse propósito. Ao mesmo tempo, ao realizar tal objetivação, a racionalidade consensual limita também os caminhos possíveis para atingir seus propósitos.

[...] os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução “mais razoável” é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como conhecem os Estados e seus especialistas. (RANCIÈRE, 1996, p. 379).

Enquanto o dissenso expressa a “condução política dos litígios”, a racionalidade consensual promove a mera gestão dos conflitos como problemas que devem ser solucionados segundo sua própria lógica, cabendo ao Estado determinar “[...] a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua solução.” (RANCIÈRE, 1996, p. 379). Ao conduzir uma gestão do corpo social que determina os lugares de cada grupo segundo seu propósito “[...] o consenso suprime todo o cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte.” (RANCIÈRE, 1996, p. 379), suprime, desse modo, o povo, o *demos*, e assim a própria democracia. Caberia, então, à sociedade alienar sua vontade àqueles responsáveis pela gestão dos problemas, segundo a lógica do capital. Por fim, ao dar centralidade ao papel da polícia, determinando lugares e funções e desconsiderando os “sem-parte”, a prática consensual institui a supressão da política e resgata, com nova roupagem, a antiga lógica de dominação superada pela Democracia; a da riqueza e da supremacia dos saberes técnicos (RANCIÈRE, 1996).

Não obstante, a racionalidade consensual está por trás não apenas das ações do Estado mas está de tal modo introjetada na sociedade que é incorporada mesmo por aqueles que contrariam, a princípio, sua lógica. Especialmente no Brasil essa racionalidade consensual se relaciona com a identidade nacional do povo pacato e pacífico, que por sua vez se relaciona com o conceito da comunidade tradicional. Cabe aqui situar a atuação da BPs. As ocupações organizadas por essa, assim como aquelas organizadas por movimentos sociais, revivem o dissenso ao se oporem à lógica que exclui os ocupantes da cidade. Promovem, assim, o confronto entre dois mundos sensíveis; aqueles em que os ocupantes não são considerados no corpo social e aquele em que existem e reivindicam o reconhecimento de sua existência. São práticas dissensuais que resgatam a lógica da política e colocam em debate a falácia do Estado dito “democrático”, além de suscitar na cidade a reverberação dos conflitos escamoteados pela racionalidade consensual que rege as ações do Estado. No entanto, observa-se na atuação da BPs um paradoxo entre essa ação primeira e como ela se posiciona dentro da Dandara junto aos moradores. Na sua atuação na Ocupação a organização tende a reproduzir uma prática consensual que reforça a aversão ao conflito, presente na ideologia da identidade nacional. Observa-se que os conflitos são percebidos não apenas pela organização política mas pelos próprios moradores e por muitos apoiadores como algo intrinsecamente ruim. Apesar disso os conflitos são inevitáveis, sobretudo em um espaço onde interagem sujeitos de origens sociais tão diferentes. É relevante salientar que o conflito não suprime a possibilidade de diálogo, muito pelo contrário, só é possível superar os conflitos se esses são evidenciados e postos em discussão. No entanto, o que ocorre frequentemente na Ocupação é o não tratamento dos conflitos, o que leva à interdição do diálogo entre os sujeitos e, no limite, a um grave antagonismo entre eles. Além disso muitas vezes os conflitos não são postos claramente e permanecem velados, pelo menos até uma situação limite em que se manifestam, muitas vezes de uma forma que suprime qualquer possibilidade de discussão, como foi o caso da destruição do parquinho.

Assim como é prática dos Estados modernos, os conflitos dentro da Ocupação são também conduzidos como meros problemas. Nota-se que a organização política está mais voltada à condução de ações na Ocupação, segundo sua própria lógica, que a uma discussão profunda com os moradores, e não somente com alguns deles, acerca dos desafios que se colocam aos processos. Isso ficou bastante claro, por exemplo, na proposta apresentada por uma militante na quarta reunião sobre a mudança de uso da eventual edificação da Creche sem que essa

alteração fosse discutida com os moradores da Ocupação em uma assembleia geral. É claro que existiam diversos desafios à construção de uma edificação coletiva no terreno da Igreja/ Creche, como mostrou a interdição posta pelas lideranças à construção do parquinho nesse terreno, e essa proposta abria a possibilidade da construção dessa edificação sob a legitimação conferida pelo projeto da Creche (que posteriormente, como se viu, não tinha força suficiente para efetivamente enfrentar o poder das lideranças). Deve-se considerar ainda que a ideia de não discutir novamente o uso de uma possível edificação construída nesse terreno era compartilhada por algumas moradoras, além disso é importante destacar que na atual situação de conflitos com as lideranças os militantes precisam encontrar brechas para continuar atuando na Ocupação. Essa proposta foi então uma estratégia para que a atuação dos militantes não fosse imobilizada pelos conflitos existentes. No entanto, a situação evidencia o não tratamento dos conflitos e um foco em “ganhos concretos” que se refletem na interdição da possibilidade de discussão com os moradores que poderia estimulá-los a uma reflexão sobre a territorialização do terreno da Igreja/ Creche. Visando uma solução rápida e objetiva dos obstáculos que se interpõem aos processos, a organização acaba suprimindo as possibilidades de reflexão e diálogo. Resulta daí que tensões latentes transformam-se em conflitos, que como não são discutidos levam a um processo de desvinculação entre os sujeitos e, ainda mais grave, a um antagonismo dificilmente reversível. Tal quadro não é “privilégio” das ocupações conduzidas pelas BPs e pode ser observado em outras, conduzidas por outros movimentos e organizações. A mesma conjuntura, ainda que em um estado mais favorável que na Dandara, foi observada por Lima (2004) em uma ocupação conduzida pelo MTST na cidade de São Paulo, denominada Anita Garibaldi. Ressalta-se, inclusive, que a pesquisa inicialmente teria como objeto de estudo uma ocupação no Rio de Janeiro, conduzida pelo mesmo movimento, no entanto isso não foi possível em razão da “[...] perda do vínculo com a população assentada, devido a dificuldades oriundas de divergências na sua condução, da cooptação de parcela dos assentados praticada pelo governo estadual e da interferência do tráfico de drogas nos assentamentos.” (LIMA, 2004, p. 19), o que resultou na “expulsão” dos militantes do movimento.

Os conflitos existentes na Ocupação não se resumem à relação entre a BPs e as lideranças, há diversos conflitos entre os próprios moradores e os mais graves estão relacionados ao poder que exercem o tráfico de drogas e o grupo de lideranças, mas para compreender a relação da organização com a Ocupação cabe destacar os conflitos que se originam a partir de sua atuação. A estruturação desses conflitos estão em torno de algumas posturas: a) foco da

organização nos interesses mediatos e a não explicitação desses aos moradores; b) tendência à invisibilização das diferenças entre militantes e moradores; c) a ideologia do discurso competente e, associado a ele, a ideia de vanguarda intelectual e o dirigismo pela qual se pauta a atuação da organização. Esses aspectos não podem ser lidos isoladamente, eles estão inter-relacionados e se associam à racionalidade consensual. Se, por um lado, essas posturas engendram conflitos, o não tratamento deles pautado em um diálogo com os moradores gerou enormes obstáculos tanto à atuação da organização quanto à atuação dos próprios moradores, o que é ainda mais grave. Não se deseja com isso afirmar que o não tratamento dos conflitos é de responsabilidade unicamente da organização, deve-se entrar no cálculo que a prática consensual e com ela todos os aspectos que giram em torno de uma ideologia da passividade e da aversão ao conflito estão presentes em todos os setores da sociedade. No entanto, como a organização não coloca essas questões em discussão com os moradores ela acaba reproduzindo a racionalidade consensual, o que, no limite, coloca em cheque seu objetivo de construir um território de fato dissidente.

Como observado também por Lourenço (2014), o projeto revolucionário da organização não é colocado claramente aos moradores. A maioria deles não compreende os objetivos e pressupostos da luta política por trás da ação de ocupar um terreno vago. O objetivo da “construção do poder popular” propagado pela BPs é uma enorme abstração para grande parte dos moradores. É importante destacar que a não explicitação e discussão dos pressupostos e ideologias com os moradores não é exclusividade da BPs, outros autores, como Souza, M., e Teixeira (2009) e Lima (2004), observaram a mesma dificuldade em outras ocupações urbanas formadas por outras organizações e movimentos sociais.

O fato de o morador não entender o objetivo de uma organização política não pode ser interpretado simplesmente como uma incapacidade. Esse objetivo não se apresenta com clareza. Além de não ter sido formulado pelos próprios moradores, é construído com conceitos e códigos não compartilhados por eles. (LOURENÇO, 2014, p. 86).

A organização política tende a focar mais na conjuntura externa – nos ganhos efetivos junto ao poder público e ao jurídico e na visibilidade da Ocupação – que no diálogo com os moradores sobre suas ideologias e objetivos. Os objetivos da organização estão voltados às transformações estruturais que formem uma conjuntura favorável ao estabelecimento do socialismo, via pela qual “as massas populares” alcançariam sua emancipação.

O socialismo é a proposta de superação da irracionalidade capitalista e seus desdobramentos perversos sobre a condição de vida da classe trabalhadora e do futuro da humanidade. Apresenta-se como a aspiração mais elevada das massas populares em seu processo de emancipação. (BRIGADAS POPULARES, 2011).

Entretanto, a despeito da afirmação no manifesto da organização política, as aspirações dos moradores da Ocupação não estão voltadas ao estabelecimento do socialismo. Esse objetivo é posto pela própria BPs. Ainda que a organização anuncie, muito abstratamente, o horizonte da superação do capitalismo, ela não coloca em discussão com os moradores os pressupostos que a orientam rumo a esse objetivo. Não foram estabelecidos na Ocupação espaços de diálogo que possibilitassem aos moradores compreender e se engajar no processo de sua própria emancipação e de superação do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo não bastaria que os moradores se engajassem em um projeto político posto de cima para baixo, ou que meramente viessem a “[...] assumir um projeto da organização, e se mobilizar em torno dele.” (MAYER, 2011¹²). Para um engajamento verdadeiramente autônomo, e não prescritivo, seria necessário que a organização colocasse em discussão seus próprios pressupostos e que, portanto, houvesse um desprendimento por parte dessa de seus referenciais e verdades dadas, colocando-os também como parte da discussão com os moradores. De outra forma, os moradores acabam se tornando massa de manobra servindo a um projeto revolucionário do qual não tem conhecimento, ainda que a organização política não os veja dessa forma. Como afirma Paulo Freire, “Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra.” (FREIRE, 1987, p. 29). Não obstante, é importante destacar que não escapa à organização a importância do caráter político-pedagógico da Ocupação. No entanto, não pode-se deixar de considerar que a formação política dos moradores seria um processo difícil e moroso, por diversas razões que escapam ao controle da organização – embora dependa da reflexão por parte deles do protagonismo que assumem muitas vezes e que acaba reforçando as relações de dependência e estimulando a passividade dos moradores. Em razão disso muitas vezes dá-se enfoque em ganhos concretos ou que parecem mais possíveis dentro de um contexto que é desanimador. Embora compreenda as dificuldades postas à atuação da organização no sentido de contribuir para a formação política dos moradores, não há outro caminho rumo à emancipação e é preciso ter

¹² Entrevista concedida por Joviano Gabriel Mayer a Elaine Tavares em set. 2011.

isso em mente. Somente desse modo seria possível a formação de uma nova organização sócio-espacial nas ocupações, com condições de fornecer anticorpos ao individualismo próprio ao capitalismo.

Há de se considerar ainda que existe uma distância entre os propósitos e aspirações dos militantes e dos moradores que está relacionada as suas distintas condições de classe. Como já foi dito, a condição social dos moradores da Ocupação, como indivíduos pertencentes à ralé estrutural, faz com que tendam a se pautar pelo imediato. Por isso, a atenção deles está voltada para o atendimento de suas necessidades básicas, dentre as quais a moradia é fundamental. Entretanto, essa tendência dos moradores em se pautar pelo imediato não pode servir de anátema ou como justificativa para a displicência com a discussão sobre os pressupostos da organização com os moradores. Sem a apresentação e discussão sobre um horizonte possível de superação da opressão não há outra alternativa aos moradores a não ser se focarem em sua própria realidade, permanecendo reféns de um opressão que não compreendem. A emancipação dos moradores depende do reconhecimento por parte deles da opressão imputada pelo modo de produção capitalista. Tendo em vista que sem compreender as razões de sua opressão, como identificarão a injustiça de sua situação? Como se engajarão na luta efetivamente sem compreender os pressupostos da organização? Desejar um engajamento desse modo é desejar um engajamento vazio, movido pela prescrição e não pela vontade de libertar-se. Não é de se estranhar, portanto, que a formatação da Ocupação como um bairro formal com todos os serviços, direitos e infraestruturas atrelados é tido como o único objetivo da maioria dos moradores. Deve-se considerar ainda que as predisposições observadas na ralé, que inegavelmente são limitadores em um processo de tomada de consciência, devem ser enxergadas como obstáculos visando sua superação, e não como sentença de um destino traçado e pelo qual não há nada a ser feito a não ser assumir o papel de portador da libertação.

4.2.3. Sobre o dirigismo da organização política

Quanto ao dirigismo que pauta a atuação da organização na Ocupação deve-se considerar alguns pontos. Há uma tendência por parte dos militantes de assumir a frente nos processos coletivos com os moradores, reforçando assim as relações de dependência. Embora essa tendência seja observada também na atuação de muitos apoiadores, a análise aqui dará maior enfoque na relação da organização política com a Ocupação, tendo em vista que atuação dessa

é mais consistente e linear que a atuação dos apoiadores, de modo geral, por isso seu dirigismo é mais aparente e potencialmente mais problemático. Antes de mais nada é importante reconhecer que o contexto da Ocupação contribui para que os técnicos, sejam militantes ou apoiadores, caiam na lógica assistencialista. Diversas dificuldades se colocam aos processos coletivos, sobretudo àqueles que se pretendem horizontais e democráticos: em geral são processos longos, os moradores tem pouca disponibilidade em participar de reuniões e os técnicos facilmente podem impor sua visão. É bastante comum que os técnicos que desejam se engajar socialmente assumam diante dos moradores de espaços precarizados, sejam ocupações ou favelas, uma posição de missionário e uma conduta assistencialista (KAPP et al, 2012). Como os técnicos enxergam a si mesmos como portadores de um conhecimento que deve ser transmitido, facilmente podem acabar impondo esse conhecimento, legitimado e valorizado pela sociedade, ao mesmo tempo deslegitimando e desvalorizando o conhecimento dos moradores. Os militantes e apoiadores, da mesma forma, muitas vezes caem nessa armadilha assistencialista e tomam para si a responsabilidade de tomar a frente nos processos coletivos. Soma-se a essa predisposição dos técnicos a passividade dos moradores. Jessé de Souza (2009) discute como a percepção pela sociedade da ralé como “meros corpos” e a introjeção dessa percepção pela própria ralé funciona para solapar a autoestima desses indivíduos e para reforçar sua invisibilidade na sociedade (SOUZA, J., 2009). A ideologia da meritocracia, a partir da qual todos os indivíduos da sociedade supostamente teriam as mesmas oportunidades, atua de forma perversa na ralé justamente porque os indivíduos dessa classe social introjetam essa lógica. Os indivíduos da ralé acreditam serem os únicos responsáveis pelo seu fracasso na sociedade, que se originaria em razão de não terem dado o devido “valor” aos estudos. A introjeção de uma ideologia que não considera as condições materiais e de socialização dos indivíduos acaba por justificar e legitimar para a própria ralé o seu fracasso e a vitória dos vencedores, que venceram simplesmente por terem se esforçado mais e por “[...] terem cumprido o acordo de valorização dos estudos, omitindo como conseguiram fazer isso.” (SOUZA, J., 2009, p. 257), dificultando a compreensão das razões fundamentais que os relegam ao papel de fracassados e a reação sobre a opressão que sofrem, já que por esse ponto de vista seu fracasso é nada mais do que justo. Por não terem nenhuma qualificação os indivíduos da ralé só possuem os próprios corpos para venderem e conformam-se assim em realizar os serviços mais desvalorizados e precarizados. Como o trabalho braçal é desvalorizado pela sociedade e como a “[...] hierarquia moral do trabalho é um critério central para que as pessoas sejam respeitadas.” (SOUZA, J., 2009, p. 257), os indivíduos da ralé acabam internalizando a desvalorização de

sua própria existência. Por isso a miséria da ralé não é só cultural ou econômica, mas é também moral e existencial (SOUZA J., 2009). Como sua existência é sistematicamente desvalorizada pela sociedade, a ralé acaba incorporando essa desvalorização sem compreender efetivamente as causas de sua miséria e sem, sobretudo, reagir diante dessa opressão.

Não é à toa o desinteresse generalizado dos desqualificados pela política. Como não puderam incorporar nenhuma autonomia pessoal, só resta esperar pelo assistencialismo, e isso principalmente na geração de empregos. Como tal expectativa é sempre frustrada, é compreensível sua insatisfação e descaso. Isso ilustra bem a condição de “tranquilos”. Por serem corpos passivos desde sua constituição familiar, essas pessoas tornam-se presa fácil da ideologia da brasilidade, que louva um comportamento descontraído e avesso a qualquer forma de conflito, mesmo que este signifique o interesse pela defesa dos próprios direitos. (SOUZA, J., 2009, p. 257).

Essa passividade e aversão aos conflitos contribui para que os moradores da Ocupação facilmente deixem-se dirigir-se pela organização política e pelos apoiadores e ao mesmo tempo para que dificilmente expressem suas opiniões diante deles, mesmo quando discordam de suas colocações. Diante dos diferentes posicionamentos dos moradores e do grupo de suporte, duas situações são bastante comuns na Ocupação: ou os moradores simplesmente passam a ignorar as colocações postas pelos militantes e apoiadores ou os conflitos originados dessas discordâncias só são explicitados quando um grupo de moradores consegue alguma autonomia, como é o caso do grupo de lideranças – autonomia essa que não representa ganhos para a coletividade, mas é a autonomia de um grupo que impõe uma heteronomia para os demais moradores. Mas mesmo quando esses conflitos são explicitados pelo grupo de lideranças, eles dificilmente se expressam nas discussões com militantes ou com apoiadores. Essa dificuldade em explicitar os conflitos no discurso ficou evidente nas reuniões com o grupo de lideranças para discutir a proposta do parquinho. Na terceira reunião, ainda que alguns conflitos relacionados à BPs apareceram e houve momentos de tensões especialmente quanto à formação do grupo de discussão – quando uma das lideranças destacou que o grupo de discussão do parquinho deveria ter se juntado a eles, ao invés de os convidarmos para integrarem ao grupo já formado, desconsiderando que no início do processo eu havia tentado consolidar junto às lideranças um grupo para produção do equipamento coletivo –, as lideranças não se colocaram contra a construção do parquinho e inclusive afirmaram em alguns momentos que a proposta era bastante positiva. Somente diante da dificuldade de implantarmos o parquinho no terreno da Igreja/ Creche é que se evidenciou uma clara

oposição à construção desse por uma das lideranças, especialmente quando ela afirmou que não conseguiríamos “nada no peito”, ou seja, agindo autonomamente sem depender da anuência do grupo de lideranças. A vandalização do parquinho semanas após sua construção explicita claramente uma aversão ao processo. Embora não se possa atribuir essa ação ao grupo de lideranças, ainda que alguns moradores o faça, ela expõe claramente os conflitos em torno da construção desse equipamento. Ao mesmo tempo não houve uma reação efetiva dos demais moradores diante da vandalização do parquinho, devendo-se considerar que parte dessa passividade pode ser justificada pelas relações de poder heterônomas existentes na Ocupação, mas também em parte corresponde à passividade que os moradores normalmente adotam diante de situações de conflito.

Ademais, o fato de que a Ocupação surgiu a partir da ação de mobilização e organização da BPs contribuiu tanto para o dirigismo dessa quanto para a passividade dos moradores, embora isso não possa ser compreendido como determinante para esses posicionamentos. Portanto, se por um lado os técnicos, sejam militantes ou apoiadores, facilmente caem numa lógica assistencialista, por outro lado os moradores muitas vezes adotam uma passividade que é muito difícil de ser rompida. Essas questões dificultam a superação do dirigismo que tende a pautar a atuação da organização política na Ocupação. Mas justamente por esse dirigismo ser tão problemático, considerando que coloca graves entraves a ganhos de autonomia, que é, ao fim e ao cabo, condição para o horizonte da emancipação social, é que ele precisa ser discutido e revisto.

O protagonismo que assume a organização em diversas ocasiões em negociações com o Estado ou com outras instituições é justificado por sua capacidade de se inserir em locais em que os moradores não poderiam. A própria condição de classe dos militantes, além é claro de sua formação técnica, os tornam capazes de dominar os códigos do discurso, o que possibilita que sejam ouvidos em ambientes que são historicamente dominados pelos intelectuais e pela elite. Os moradores, de outro modo, muitas vezes não se veem capazes de assumir o protagonismo e discutir em igualdade com aqueles que detém o conhecimento legitimado pela sociedade. Assim, conquanto compreenda os desafios para que os moradores possam assumir o protagonismo em instâncias externas, quando a BPs se coloca de antemão como mediadora ela dificulta que os moradores superem as limitações postas por sua própria condição de classe e assumam o protagonismo. Essa questão foi observada também por uma ex-militante da organização.

[...] Acho que tem inclusive uma tutela maior do que precisava ter sabe, cê vê nas reuniões de negociação, todos estão lá presentes [diversos apoiadores e militantes] e dois, três moradores que não falam nada. (MELO, 2015, ex-militante¹³).

Não obstante, muitas vezes a organização se coloca como representante dos moradores também internamente, estabelecendo assim uma centralização que perpetua uma relação de tutela. Ilustra bem esse contexto a situação em que foi doada uma verba para a construção da Creche na Ocupação Dandara há cerca de quatro anos. Foi exposto aos moradores em assembleia que essa verba seria destinada à construção da Creche, no entanto em 2015 os moradores relataram que esse equipamento já não era mais uma demanda da Ocupação. Por isso, gerou-se discussões e disputas acerca de onde o dinheiro seria empregado. O fato de que é a organização que controla grande parte dessa verba e que não foi repassado a todos os moradores onde ela foi ou será empregada é bastante problemático. Essa situação gera conflitos com o grupo de lideranças ao mesmo tempo em que dá margem para criar uma desconfiança em relação à organização.

É igual eles falaram ali por exemplo... porque as vezes o povo não fala claramente. Eles falaram o negócio da Igreja que tinha o dinheiro pra fazer o negócio... aí eles culpam: “ah! A Maria comeu, o João comeu o dinheiro, a Brigada comeu o dinheiro”, e não apareceu, cê entendeu? Então fica esse disse não disse, cê entendeu? E ninguém apareceu pra falar que o dinheiro entrou aqui, tá aqui, gastou nisso. (DANIEL, 2015, integrante do grupo de lideranças).

É necessário destacar que a indignação das lideranças não é apenas em razão de não serem informados sobre a destinação dessa verba mas, sobretudo, porque a organização se nega a entregá-la a eles. Tendo em vista que o grupo se considera o legítimo representante dos moradores, as lideranças se veem, portanto, no direito de controlarem a doação. Em um encontro em dezembro de 2015 com duas lideranças, eles disseram que se sentiam ludibriados pela organização e que desconfiavam que outras doações pudessem não ter chegado ao conhecimento dos moradores. Cabe esclarecer que a organização não tem a intenção de entregar esse dinheiro ao grupo de lideranças, não apenas porque atualmente há uma clara ruptura entre eles mas também porque nem a BPs e nem os demais moradores teriam como controlar onde seria empregada essa doação. Considerando que as reuniões do grupo de lideranças e suas ações não são abertas e divulgadas a todos os moradores, correr-se-ia o risco

¹³ Entrevista concedida por Cintia de Freitas Melo a Helena Lana em 15 mar. 2015.

do dinheiro ser empregado de forma a não contemplar a coletividade. Deve-se acrescentar ainda que parte dessa doação já havia sido entregue a algumas lideranças com a qual eles compraram materiais que, embora seriam a princípio utilizados para a construção da Creche, foram posteriormente empregados na arbitrária construção do muro no terreno da Igreja/Creche.

Embora a organização tenha motivos, bastante fundados, para não repassar esse dinheiro para o grupo de lideranças, é necessário considerar que o fato dela controlá-lo é, em si, problemático. Vale destacar que em algumas reuniões militantes da BPs afirmaram que o dinheiro estaria disponível para as moradoras envolvidas com a Frente de Mulheres (uma das frentes de trabalho da organização) e que, portanto, seria delas a decisão de onde empregá-lo. Posteriormente parte dessa verba foi destinada para a construção do parquinho, sem a qual, vale dizer, ele dificilmente seria viabilizado. É ainda importante dar atenção ao fato de que a discussão em torno da destinação dessa verba, que já dura alguns anos, se estendeu em razão da Creche não ser mais uma demanda, gerando uma disputa acerca de qual local ou em qual projeto e, principalmente, *projeto conduzido por quem*, seria empregado esse dinheiro. Não obstante, a discussão acerca da destinação dessa verba esteve durante bastante tempo centralizada dentro da organização e envolvia no máximo alguns moradores, em especial as moradoras ligadas à Frente de Mulheres.

No início do ano de 2015 militantes da Frente de Mulheres e algumas moradoras discutiram a possibilidade da construção de um espaço voltado para o universo infantil e para as mulheres que viria substituir a Creche. Como já foi dito, a ideia era que a reversão da Creche nessa outra edificação, que ainda não havia sido nomeada, não fosse objeto de discussão. Por isso essa reversão de usos deveria ser sutil, para que não fosse necessário convocar uma assembleia para discutir a proposta com os moradores. É necessário reconhecer que, de fato, atualmente a mobilização dos moradores para uma assembleia geral seria bastante difícil. Além disso, considerando a influência que exerce o grupo de lideranças na Ocupação, mesmo em uma assembleia geral os interesses desse grupo poderiam prevalecer, ainda que não contemplassem a coletividade. Por outro lado, não pode-se deixar de considerar que embora uma mobilização seja difícil, a convocação dos moradores para a discussão acerca da destinação da verba poderia ser capaz de romper com a apatia demonstrada por muitos deles, além de conferir legitimidade para a proposta. Nesse sentido reconheço que para o processo de produção do parquinho deveria igualmente ter sido convocada uma assembleia com os

moradores para a discussão da proposta. Ainda que os moradores não comparecessem, essa seria uma forma de tentar informar o maior número deles e de legitimar o processo, o que poderia ter evitado a vandalização do parquinho.

Deve-se considerar que essa centralização na organização contribui para agilizar os processos, além disso muitas vezes ela é requerida pelos próprios moradores. Entretanto, ao mesmo tempo é notável que essa centralização acaba reforçando uma relação de tutela e de dependência. Cabe ainda destacar que ao tomar a frente nos processos a organização acaba, ainda que não intencionalmente, usurpando o protagonismo dos moradores e reforçando a ideologia tecnocrática do discurso competente.

O “discurso competente”, ou seja, a pretensão de monopólio da autoridade para tratar de determinados temas por parte dos detentores de um certo tipo de conhecimento especializado, normalmente obtido em universidades é, principalmente quando se refere a campo que tenham a ver diretamente com assuntos de interesse coletivo, uma *usurpação*. (SOUZA, M., 2006, p. 261).

No primeiro dia do mutirão se evidenciou essa crença na superioridade do conhecimento técnico quando uma das militantes solicitou que eu tomasse a frente do processo de construção e demandasse as funções para cada morador. Cabe destacar ainda que na reunião seguinte à interdição posta pelo presidente da Associação de Moradores à construção do parquinho no terreno da Igreja/ Creche, ocorrida no dia 20 de novembro de 2015 com dois militantes e com uma moradora do grupo de discussão, os militantes presentes expuseram a possibilidade da organização assumir o embate com as lideranças, ao que a moradora presente se opôs. Também durante a organização dos mutirões as militantes em alguns momentos tomaram a frente do processo assumindo diversas responsabilidades e demandando outras para as moradoras. Ainda que tal postura seja no sentido de organizar o processo e agilizá-lo, ele reforça mais uma vez o protagonismo da organização em um processo que pretendia romper com essa lógica.

Apesar da tendência da organização em centralizar os processos, não pode-se deixar de considerar que há um esforço por parte dessa em estabelecer espaços de discussão com os moradores. Exemplo disso é que o sistema de coordenação tal como foi inicialmente formatado (com reuniões semanais dos coordenadores com os militantes e dos coordenadores com seu grupo de moradores correspondente, e, por fim, com assembleias mensais) previa

diferentes reuniões para discutir com os moradores assuntos relacionados à Ocupação. Entretanto, a partir de entrevistas com moradores desde 2012 e do acompanhamento de algumas assembleias e reuniões durante o período de 2012 e 2013, ficou evidente que esses espaços serviam sobretudo para divulgar informações e compartilhar decisões muitas vezes já amplamente formatadas. Muitos dos moradores relataram em entrevistas que não opinavam nas reuniões e que seu interesse nelas era principalmente para que fossem informados sobre o processo jurídico da Ocupação. Embora deva-se considerar que há um claro desinteresse demonstrado por muitos moradores em tomar parte dos processos coletivos, parte desse não engajamento nas discussões pode ser atribuído ao peso inerente às falas dos militantes e apoiadores. É muito comum que os moradores se retraiam diante dos técnicos por se perceberem como inferiores. Os técnicos ao deixarem de perceber as diferenças entre eles e os moradores acabavam muitas vezes tomando o protagonismo nas reuniões. Vale abrir um breve parêntese para destacar que a situação dos coordenadores era diferente. Os coordenadores por estarem mais próximos ao grupo de suporte se sentiam mais a vontade de expor suas opiniões nesses espaços de discussão, ainda que não se possa considerar que a distância entre os técnicos e os coordenadores fosse realmente superada, uma vez que nos primeiros anos havia uma consonância entre eles.

É claro que em um processo de formação política não basta apenas que as informações cheguem aos moradores, mas mesmo essa divulgação era complicada na Dandara. A organização alegava que no sistema de coordenação muitas informações não chegavam aos moradores comuns (que não eram lideranças), seja por falta de reuniões entre os coordenadores e os moradores ou porque os segundos não estiveram presentes, enfim, por uma série de circunstâncias. Alegavam ainda que outras informações por seu caráter sigiloso não poderiam chegar aos moradores, tendo em vista que poderia haver entre eles pessoas que poderiam repassar informações para os agentes contrários à ação, acarretando em prejuízos para a Ocupação (LOURENÇO, 2014). Diante dessa “dificuldade operacional” (LOURENÇO, 2014) de compartilhar informações, os moradores ficavam passivos perante as decisões tomadas na Ocupação. Não compartilho da percepção de que tal situação deva ser tratada meramente como uma “dificuldade operacional”. Acredito que a dificuldade de informar os moradores tenha origem na própria relação de tutela e no dirigismo que se estabeleceu na Ocupação. Ainda assim, a dificuldade em informar aos moradores comuns deveria ter fomentado uma reflexão sobre a hierarquização que se engendrou na Ocupação a partir do próprio sistema de coordenação, que acabou naturalizando a ideia de que deve haver

uma entidade que centralize as discussões e as decisões – como era antes com o sistema de coordenação e é atualmente com o grupo de lideranças que fundou a Associação de Moradores, da qual fazem parte alguns dos antigos coordenadores. Não obstante, vale destacar que ainda que com o sistema de coordenação as decisões eram tomadas sem um diálogo verdadeiramente profundo com os moradores, atualmente a situação se agravou. A organização conseguia, mesmo que com diversas dificuldades, divulgar informações importantes e tentava envolver os moradores nos processos decisórios, ainda que as decisões não fossem tomadas de forma realmente horizontal. Entretanto, atualmente, com a perda da influência da BPs na Ocupação, com o fim do sistema de coordenação e com a consolidação do poder do grupo de lideranças as decisões tomadas por esse grupo não somente não são discutidas com os moradores comuns como também não são divulgadas a eles. Não há atualmente nem uma tentativa por parte do grupo de lideranças em envolver os demais moradores nas discussões.

Outra questão importante é a respeito das mobilizações. Especialmente nos primeiros anos, quando a organização exercia ainda grande influência na Ocupação, os moradores eram eventualmente mobilizados por algumas razões, sendo a mais frequente o apoio a outras ocupações que estavam em eminência de serem despejadas ou pela possibilidade do despejo da própria Ocupação Dandara. Em geral essas mobilizações tomavam a forma de passeatas até a prefeitura ou até a sede do governo do Estado. Embora essas mobilizações criassem importantes momentos de encontro entre os moradores, elas não eram capazes por si só de darem conta da formação política dos moradores, justamente em razão deles não compreenderem de antemão as condições de sua opressão e os objetivos mediatos da organização. Segundo entrevistas com moradores durante 2012 e 2013, a decisão pela forma de ação que a mobilização iria seguir não era objeto de discussão com os moradores, por isso eram mobilizações que dependiam da passividade deles. Os moradores não *se* mobilizavam, antes *eram* mobilizados. Na medida em que a dependência com a organização se enfraqueceu pela própria consolidação da Ocupação, essas mobilizações se tornaram cada vez mais inócuas por engajarem poucos moradores.

É importante ressaltar que essa mobilização prescritiva e heterônoma assim como os processos de decisões efetivamente pouco democráticos são comuns também a ocupações conduzidas por outros movimentos e organizações. Lima (2004) apresenta uma situação parecida na ocupação Anita Garibaldi. Ela observa, conforme já ressaltado por Chauí (1990),

a ausência de um debate democrático nos processos de tomada de decisões e a tendência dos movimentos sociais em naturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos.

Gramsci já apontava que a reprodução desta tendência [separação entre dirigentes e dirigidos] pode ser camuflada, sob a alegação da urgência; de ausência de tempo hábil, para que todos possam ter acesso a informações indispensáveis à participação nas decisões. Em nome da urgência, as soluções encontradas para diferentes desafios e momentos, boa parte das vezes, resultam de discussões, não apenas apressadas, mas centralizadas, o que faz com que, nem todos os integrantes do processo coletivo possam “[...] dominar os termos exatos das questões e, portanto, ao seguirem as diretrizes fixadas, fazem-no por espírito de disciplina e pela confiança que depositam em seus dirigentes” (GRAMSCI, 1917: 104) No MTST, a exemplo de outros movimentos, tende-se, desta forma, a incorrer no erro de estimular a passividade dos participantes, mesmo quando a passividade aparece encoberta pela intensa atividade. Muitas vezes, trata-se de mero ativismo, de uma ação dissociada do seu significado, uma vez que, o processo de construção de alternativas de deliberação das prioridades de ação, não é coletivamente partilhado. (LIMA, 2004, p. 210-211).

Ao contrário do que parecem crer os militantes, a consciência da convergência entre os interesses imediatos e os mediatos não se dá na luta cotidiana de resistência dentro da Ocupação ou nas mobilizações, embora seu potencial pedagógico não possa ser desprezado. Os momentos de resistência, ainda que efervescentes, não são capazes isoladamente de fazer com que os moradores percebam todas as contradições sociais e a força política que possuem para transformar a realidade. Embora a BPs não subestime, ao menos no discurso, a importância dos espaços de diálogo no processo de formação política dos moradores, é dado a esses um papel secundário. A luta direta é tida como a principal ferramenta no processo de conscientização dos moradores da opressão que sofrem e do caráter coletivo da ação, como evidencia a entrevista concedida por um dos militantes da organização política:

[...] uma forma que nós buscamos avançar no processo de mobilização dessa comunidades é por meio das lutas diretas. Então, não tanto cursos de formação, claro são importantes também, cumpre o papel. Mas quando aquele sujeito sai da sua individualidade, do seu lar, do seu ambiente privado, e ocupa o público... seja com uma bandeira na mão, ou seja pra uma manifestação numa atividade cultural, e passa a conviver com o outro na sua comunidade e passa a perceber que a organização popular aí, pode trazer ganhos também do ponto de vista da sua realidade individual, da sua família, né, do seu convívio... isso propicia que esse sujeito se movimente. Agora, é claro que isso é extremamente difícil. (MAYER, 2011¹⁴)

¹⁴ Entrevista concedida por Joviano Gabriel Mayer a Elaine Tavares em set. 2011.

O processo de tomada de consciência da condição de oprimido não se dá de forma causal, é um processo dialético da compreensão da humanidade que lhe é negada. Portanto, o estabelecimento de espaços de diálogo é tão importante quanto as lutas diretas no processo de formação política dos moradores. Ação e reflexão são igualmente fundamentais e devem coexistir. A luta direta sem a reflexão por detrás da ação é meramente ativismo esvaziado de significado, ao mesmo tempo que o discurso sem a ação transforma-se em verbalismo “[...] alienado e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.” (FREIRE, 1987, p. 44).

É fundamental que ao propormos contribuir para a emancipação dos moradores reconheçamos não apenas as limitações deles mas também as nossas próprias limitações. Os conhecimentos técnicos que possuímos não nos conferem a habilidade “mágica” de uma leitura tão ampla e tão profunda da realidade que permita dispensar o diálogo com aqueles a quem desejamos a emancipação, considerando que nós mesmos não somos plenamente livres e autônomos, portanto, também não nos emancipamos. O processo de emancipação deverá acontecer em um movimento dialético, ao auxiliar a superação das limitações da ralé simultaneamente aqueles que cooperam nessa luta são auxiliados na superação de suas próprias limitações. Nenhum conhecimento, por mais refletido, crítico e amplo que seja poderia substituir o outro nesse processo. Se a erudição teórico-conceitual não nos torna necessariamente mais inteligentes, mas contribui enormemente para a expansão dos *horizontes mentais* (SOUZA, M., 2013), ao desejarmos a emancipação da ralé nosso papel só poderá ser o de colaborar para que seus horizontes mentais igualmente se expandam. Compreendendo, sobretudo, que nossos próprios horizontes estão *em* expansão e é de suma importância ter em mente esse caráter processual para que não caiamos no engodo de crermos sermos detentores absolutos da verdade. Desse modo, a célebre frase de Paulo Freire (1987) deveria ser orientadora de todo processo coletivo como o que se engendra nas ocupações: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE, 1987, p. 29). Um processo que vise a emancipação social não pode abrir mão da autonomia individual e coletiva. De outra forma, muitas vezes a organização política e os apoiadores na emergência de ganhos efetivos perde esse sentido que deveria guiar suas ações. Atropelam-se discussões que seriam essenciais para a superação das limitações dos atores, tanto do próprio grupo de suporte quanto dos moradores, e para a criação de um território verdadeiramente dissidente. É

necessário superar a ideologia que sustentava o movimento operário de que o proletariado deveria ser conduzido pelos intelectuais revolucionários, posto que os trabalhadores sozinhos não seriam capazes de concatenar seus interesses históricos aos interesses imediatos. Nosso papel como aliados das ocupações deve ser o de auxiliar a formação de sujeitos políticos e não de assumir a direção de sua luta. Aqui cabe lembrar que a raiz estrutural e, logo, os moradores da Ocupação são efetivamente sujeitos políticos. A defesa da formação de sujeitos políticos não significa que esses sujeitos não existam e precisariam, então, ser formados. Significa que esses sujeitos precisam ser informados e serem estimulados a exercerem um papel ativo sobre os processos coletivos. Cabe aqui retomar a definição de sujeito político por Rancière (1996, p. 377): “Os sujeitos políticos são potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do grupo social.” Em seguida o autor dá a perspectiva do sujeito político como aquele que age contra a ordem policial e que reage ao estabelecimento de um lugar determinado a ele, justamente aquele alheio ao mundo sensível daqueles que se situam em um lugar e função digna: “[...] um sujeito político, uma classe em luta como sujeito político, é sempre um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que põe os corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde a classe e a essa função”. (RANCIÈRE, 1996, p. 377-378). Com isso não se deseja defender que os moradores não percebem a si mesmos como deslocados da cidade. A sua própria existência em uma ocupação, que enfrenta constantemente afrontas do mundo sensível socialmente aceito e que também o confronta, torna-os conscientes de sua condição de excluídos. Entretanto, não basta que tenham consciência de sua situação inferior em relação aos outros grupos sociais, é preciso que se enxerguem como sujeitos portadores da fala e, portanto, iguais e que a partir da contradição gerada pela negação dessa igualdade confrontem a ordem instituída. O que se observa, em geral, é que os moradores desejam se enquadrar no mundo socialmente aceito não pelo confronto que o legitime como igual e que transforme a lógica que o exclui, mas por uma incorporação gradativa de seu espaço à parte do mundo socialmente aceita reservada aos excluídos que são incorporados à lógica do modo capitalista de produção dos espaços. Nesse sentido, essa incorporação não é pela instituição da igualdade, mas pela adaptação à desigualdade. A parte reservada aos excluídos está entre o limiar de dois mundos sensíveis; aquele em que é aceita porque é necessária e aquele em que é considerada a degeneração dos espaços reconhecidos, almejados e dignos, e, por isso, enfrenta as condições vulneráveis de seu estado. Vê-se uma forte tendência das ocupações em um primeiro momento promoverem o dissenso, mas posteriormente se adequarem ao mundo socialmente

aceito. Assim, as ocupações são, ao mesmo tempo, uma afronta e uma válvula de escape do próprio modo de produção capitalista. Tanto as ocupações quanto as favelas não são desvios ou anomalias do capitalismo, mas formas de incorporar a todos na cidade, ainda que essa incorporação seja violentamente assimétrica, evitando revoltas e mantendo as coisas como estão. Conquanto as ocupações e favelas,

[...] firam a propriedade privada, essa afronta simbólica não é nada em comparação com o fato de que, *sem a válvula de escape representada por essas saídas ilegais, os pobres urbanos não teriam como sobreviver – e o sistema não seria viável, entrando em colapso*. Uma ocupação é uma afronta, em primeiro lugar, a um proprietário (indivíduo privado ou o próprio Estado); no longo prazo e em larga escala, tolerar as favelas (e os loteamentos irregulares), e mesmo, dentro de certos limites (pois aí o perigo é maior), ocupações pelo movimento dos sem-teto, é um indício de “inteligência sistêmica”, que propicia a sobrevivência da economia urbana e da ordem social vigente. (SOUZA, M., 2006, p. 305).

Desse modo, é fundamental que tenhamos em mente que as ocupações não podem dar conta, meramente por sua existência, de nenhuma transformação mais abrangente. Sem estarem apoiadas em um projeto contra-hegemônico as ocupações funcionam como uma válvula de escape. Somente na medida em que essas se tornarem territórios de fato dissidentes, nos quais os moradores são estimulados a se responsabilizarem por seu próprio processo de emancipação, será possível mudar o estado das coisas e desafiar o status quo.

Na Dandara vê-se que na medida em a Ocupação ganha a “cara” de bairro a partir da dotação de infraestruturas, o seu caráter dissensual se esvai e prevalece o consenso pela sua cooptação às estruturas socialmente aceitas sem que haja profundas mudanças nessas mesmas estruturas. Nesse sentido, a prática consensual da organização na Ocupação não favorece o entendimento do paradoxo da exclusão. A exclusão dos moradores nos processos de tomadas de decisões – considerando que configura-se também como exclusão ainda que os moradores estejam presentes no momento em que essas se dão, mas não assumem o protagonismo dos processos decisórios – dificulta que eles se formem como sujeitos políticos capazes de fazer frente a sua opressão e não favorece a introjeção da racionalidade política de que são igualmente portadores da fala e, portanto, iguais.

4.3. Surgimento e consolidação do grupo de lideranças

É prática, em geral, comum tanto à organização política quanto aos movimentos sociais que organizam e dão apoio às ocupações urbanas da RMBH, a formação de um quadro de coordenação composto por moradores. No início da formação da Ocupação Dandara os ocupantes foram organizados em dez grupos com cerca de 100 moradores cada um (LOURENÇO, 2014). Em cada um desses grupos foram escolhidos dois coordenadores. Embora tal escolha tenha se dado por votação, é importante ressaltar que alguns ocupantes já haviam se destacado e que tiveram apoio inclusive dos militantes para serem designados como coordenadores, como fica claro no relato da então coordenadora Wagna:

Aí ele [um militante da BPs] me chamou e disse, Wagna, nós temos que conversar, você tem que montar uma coordenação. Ele foi me explicando que eu e mais meia dúzia de gente íamos liderar um grupo, e foi falando: Você vai liderar o grupo que você ficar. O grupo é de no máximo 100 famílias, 100, 120 famílias. [...] No espaço em que eu estava com minha barraca pegamos umas 110 famílias que acampavam no entorno. O Joviano disse que eles teriam que votar numa pessoa para ser coordenador. [...] Todos apontaram para mim, e eu não entendia nada. Duas semanas de ocupação, caí de paraquedas, eu não conseguia nem me coordenar, como que eu ia coordenar 110 famílias? E o pessoal que eu nem conhecia falava que eu era ótima. Disseram que eu ajudaria todo mundo. Fui eleita para coordenar esse grupo e até hoje é assim. (LOURENÇO, 2014, p. 41).

Tal apoio dos militantes não deve ser desconsiderado no processo de escolha dos coordenadores, especialmente tendo em vista a vulnerabilidade dos moradores no período de formação da Ocupação e a centralidade da organização nessa fase. Nesses primeiros momentos os coordenadores tiveram como função dar apoio ao processo de formação da Ocupação Dandara. Eram eles que controlavam o número de ocupantes, auxiliavam em questões emergentes como ligação de água e luz e na garantia da integridade dos acampados, contatando os militantes da organização em casos de ações truculentas das polícias, diga-se de passagem, bastante comuns nesse período.

No decorrer do processo de formação da Dandara consolidou-se o sistema de coordenação como estrutura organizativa. Em princípio, cada dupla de coordenadores se reuniria uma vez por semana com o grupo de moradores coordenados por eles e, assim como havia sido definido inicialmente, cada um desses grupos seria composto por cerca de 100 moradores. Essas reuniões serviriam para os coordenadores repassarem informes e ouvirem as demandas

dos moradores. Os coordenadores se reuniam em mais um dia da semana, dessa vez com os militantes da organização e apoiadores, para discutirem assuntos relacionados à Ocupação. E por fim, uma vez por mês, aconteceria uma assembleia geral que deveria contar com a presença de todos. As assembleias gerais seriam o espaço de discussão e de decisão de assuntos coletivos.

Seria um esquema de “vai e volta”, as questões seriam discutidas em algumas instâncias e retornariam aos moradores nas assembleias para que decidissem sobre elas. No entanto, por uma série de razões, que serão discutidas posteriormente, esse esquema de organização teve fim em 2013. Esse sistema, que carrega em si uma hierarquização a priori, favoreceu a consolidação de um grupo de lideranças, formado por alguns dos antigos coordenadores, desvinculado da organização política e que exerce atualmente um poder heterônomo na Ocupação, estreitando assim as possibilidades de ganhos de autonomia pelos demais moradores. Não obstante, é importante diferenciar esse grupo de lideranças, que se impôs como representante da coletividade, daqueles moradores que são como lideranças naturais, que se tornaram referência dentro e fora da Ocupação sem se imporem dessa forma. Essas lideranças naturais não necessariamente faziam parte do grupo de coordenadores, como é o caso da moradora Larissa. Observou-se ainda que aquelas lideranças naturais que faziam parte do sistema de coordenação, foram gradualmente se afastando do grupo de lideranças que se consolidava em razão da falta de identificação com o posicionamento desse. O grupo de lideranças é um exemplo de liderança impositiva, uma vez que seus integrantes não foram eleitos pelos moradores como representantes, mas mantêm esse papel apoiados ainda no sistema de coordenação. Contudo, conquanto existam diferenças entre os tipos de lideranças, impositiva ou natural, em razão da relevância do grupo de lideranças no contexto da Ocupação e da centralidade deles no processo de produção do parquinho, quando me referir às lideranças estarei me referindo aos integrantes desse grupo. O poder desse grupo foi um aspecto colocado em discussão desde a primeira reunião do processo de produção do parquinho, quando algumas moradoras mostraram-se receosas de discutirem questões que envolviam espaços coletivos à revelia dele. Mostrou-se desde o princípio a necessidade de que esse grupo estivesse envolvido de alguma forma no processo. A anuência das lideranças, ou pelo menos o seu conhecimento em relação ao processo, se colocou como uma condição ao prosseguimento da discussão desde a primeira reunião. Quanto a isso vale lembrar a afirmação de Freeman (1970, p. 3), “Quando se sabe quem é importante consultar antes da

decisão ser tomada e a aprovação de quem é garantia de aceitação, então se sabe quem está mandando.”.

Entretanto, há na leitura da consolidação de um poder heterônomo na Ocupação uma questão que poderia ser tida como uma contradição; a consolidação de um grupo de lideranças, que supostamente estariam representando os moradores, e o processo de desvinculação em relação à BPs poderia indicar a formação de um poder autônomo. A consolidação desse grupo de lideranças possibilitou ainda novos arranjos na estrutura de organização deles, como se verá posteriormente, indicando que alcançaram uma independência em relação à BPs e estariam, portanto, dando a si mesmos as próprias regras. Contudo é necessário compreender *que regras são essas, de onde vieram e a quem elas submetem*. É importante esclarecer que a formatação desse grupo de representantes sofreu alterações, tanto em relação a seus componentes quanto no próprio arranjo organizacional – passando de coordenadores à delegados e, posteriormente, à integrantes da Associação de Moradores criada por eles –, por isso, para facilitar a compreensão do leitor, os designarei genericamente como lideranças, a não ser quando me referir a um arranjo específico; de coordenação, delegados ou de Associação de Moradores.

Antes de adentrar a discussão sobre as razões da consolidação dessa heteronomia, é importante compreender que ela não é posta unicamente pela relação de poder que as lideranças assumem perante os demais moradores. A heteronomia se dá também muitas vezes na atuação do grupo de suporte na Ocupação e se expressa na criação mesmo desse sistema de coordenação. Enquanto “autonomia” significa dar-se a si mesmo as próprias regras, heteronomia vem de “hetero”, que expressa o “diferente”, o “outro”, enquanto “nomia” se refere à “lei” ou “regra”, portanto, “heteronomia” expressa as regras que vêm de fora ou submeter-se a normas de conduta impostas de “cima para baixo”. Desse modo, a própria formação do sistema de coordenação foi heterônoma, posto que essa estrutura veio já formatada externamente da BPs. Cabe dizer que o esquema de organização baseado em um quadro de coordenadores não foi criado pela BPs, mas reproduzido por essa de outros movimentos, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) que haviam antes implantado esse esquema em outros espaços e que serviram como referência para a atuação da organização política. Nota-se, contudo, pouca reflexão dedicada a essa formatação, que é replicada em outras ocupações não apenas pela BPs mas por outros movimentos sociais, consolidando-se quase como um modelo.

Entretanto, é importante reconhecer que embora a formação desse sistema de coordenação tenha se dado de cima para baixo, o que já evidencia uma heteronomia, isso não o define como algo essencialmente ruim ou determina que esse gere uma organização dos moradores dentro dele inevitavelmente heterônoma. O processo de formação das ocupações coloca diversas questões urgentes às organizações políticas e movimentos sociais, sejam as tentativas de um processo de reintegração de posse “na marra” sem que se passe pelas instâncias jurídicas, conduzidas pelo Estado e pelas polícias por meio de instrumentos de violência e repressão, seja pelas grandes mídias que descredita a ação perante a opinião pública. Essa conjuntura se não impossibilita, dificulta enormemente um processo minimamente autônomo de formação de lideranças e de estrutura organizativa pelos próprios ocupantes. A formação política dos ocupantes, que seria crucial para torná-los capazes de definirem seus representantes e sua própria estrutura organizativa e para que todos assumissem suas posições plenamente responsáveis e conscientes do projeto político por detrás da ação, leva um tempo que não acompanha as emergências do processo de formação das ocupações. Dada uma conjuntura política amplamente desfavorável, para pensar em qualquer organização autônoma o processo de formação política dos moradores deveria ocorrer antes da ocupação do terreno, o que por diversas razões é impossibilitado. Além das dificuldades mais óbvias quanto à organização e mobilização de futuros ocupantes em um caso como esse, há a necessidade de manutenção do sigilo por parte da organização política ou dos movimentos sociais em relação a diversas questões, inclusive sobre qual terreno será ocupado e a data de início da ocupação. De outra forma haveria o risco da ação já ser de conhecimento do poder público, o que daria a esse maiores condições de efetivamente impedi-la. Assim, ainda que os ocupantes conseguissem se organizar previamente, a necessidade desse sigilo terminaria por manter a verticalidade da relação entre os organizadores e os ocupantes. Desse modo, a inserção de uma estrutura de cima para baixo é, senão o único caminho (não desejando esgotar ou suprimir os debates sobre possíveis alternativas), pelo menos o mais óbvio.

Uma ação coletiva que tenha fins para além da conscientização de seus integrantes – ainda que essa seja de fundamental importância – e que tenha como objetivo o real engajamento desses no processo da mudança social e política não pode prescindir do estabelecimento de uma estrutura. Sobretudo uma ação coletiva como a formação de uma ocupação, que além de envolver um grande número de ocupantes afronta, ao menos em sua fundação, um dos pilares do modo de produção capitalista, a propriedade privada, e está, por isso, suscetível às

investidas dos instrumentos de dominação do Estado. É, portanto, indispensável à organização desse grupo a formação de um quadro de lideranças que seja capaz de agregar os ocupantes e representá-los, o que não dispensa a necessidade dessa representação ser baseada na vontade coletiva. Quanto a isso, vale retomar a discussão de Jo Freeman (1970) em seu artigo “A tirania das organizações sem estrutura”. Embora o artigo trate mais especificamente do movimento feminista, ele pode igualmente fornecer material para a reflexão e discussão acerca de outras ações coletivas, como as ocupações.

A autora defende o engodo de uma suposta organização sem estrutura, posição muito aclamada nos períodos de formação do movimento feminista. Freeman argumenta que não existem organizações sem estrutura, o que há são organizações estruturadas, formais, e organizações inestruturadas, onde a estrutura é informal. Segundo Freeman, “Qualquer grupo de pessoas de qualquer natureza, reunindo-se por qualquer período de tempo, para qualquer propósito, inevitavelmente estruturar-se-á de algum modo.” (FREEMAN, 1970, p. 1). Se em uma organização estruturada, com um quadro de lideranças estabelecido e a definição de suas responsabilidades e tarefas, é favorecido o controle do poder exercido por essas mesmas lideranças (embora essa definição de lideranças e responsabilidades não sejam as únicas condições para esse controle, devendo-se ter em conta que a estrutura não necessariamente é aberta à autonomia ou que uma degeneração dessa, mesmo das mais horizontais, é sempre um risco em potencial), nas organizações inestruturadas esse controle é impossibilitado porque não há como se cobrar de lideranças que não foram formalmente designadas como tal. As lideranças sempre existirão, sejam proclamadas formalmente como tais ou não. Entretanto, em uma organização inestruturada as lideranças operam invariavelmente como elites, como uma rede de relações sociais que controlam o grupo, mas sem que esse controle seja claramente explicitado ou consentido (FREEMAN, 1970). As elites, que são “[...] nada mais, nada menos, que um grupo de amigos que coincidem em participar das mesmas atividades políticas” (FREEMAN, 1970, p. 3), funcionam como canais de comunicação informais mesmo em uma organização estruturada, contudo em uma organização inestruturada essas são as únicas redes de comunicação. Dessa falta de estrutura formal, Freeman evidencia duas principais consequências potencialmente negativas:

A primeira é que a estrutura informal de deliberação será como uma “irmandade”, na qual se escuta as pessoas porque se gosta delas e não porque dizem algo significativo. Enquanto o movimento não faz coisas significativas, isso não importa muito. Mas para que seu desenvolvimento

não pare numa etapa preliminar, ele deve alterar essa tendência. A segunda consequência é que as estruturas informais não têm obrigação de ser responsáveis pelo grupo como um todo. Seu poder não lhes foi dado; não pode ser tirado. Sua influência não se baseia no que fazem pelo grupo; portanto elas não podem ser diretamente influenciadas pelo grupo. Isso não torna necessariamente as estruturas informais irresponsáveis. Aqueles que se interessam em manter sua influência normalmente tentarão ser responsáveis. O grupo apenas não pode obrigar essa responsabilidade; ele depende dos interesses da elite. (FREEMAN, 1970, p. 4).

Deriva da primeira consequência a restrição do acesso ao grupo por pessoas externas. Se a organização desse é unicamente baseada em relações de amizade, para a inserção no grupo não se utilizará critérios racionais baseados na competência ou na posse de talentos que contribuam para o movimento, mas critérios subjetivos que são utilizados para a escolha de amigos (FREEMAN, 1970). Àqueles, portanto, que não se adequam a esses critérios é negada a possibilidade de se integrar ao grupo. Dessa forma o grupo torna-se, em certa medida, impermeável a mudanças, o que poderá restringir suas margens de manobra em determinadas conjunturas.

Outro aspecto importante a ser considerado em uma organização inestruturada diz respeito a dificuldade do compartilhamento verdadeiramente horizontal das informações e do poder de decisão. As regras por detrás dos processos de decisões não são postas claramente, “[...] são conhecidas apenas por poucos e na medida em que a estrutura do grupo permanece informal, a consciência do poder é impedida por aqueles que conhecem as regras.” (FREEMAN, 1970, p. 2). A ausência de uma estrutura formal possibilita que o poder exercido pelas elites seja mascarado e invisibilizado, o que, por fim, impossibilita seu controle, “Quando elites informais estão juntas com o mito da ‘ausência de estrutura’, não há meios de pôr limites ao uso de poder. Ele se torna caprichoso.” (FREEMAN, 1970, p. 4).

Portanto, a estrutura colocada pela BPs não é o mal em si. Essa estrutura, de modo instrumental, favoreceu a consolidação da Ocupação e a resistência dessa às sucessivas tentativas de reintegração de posse. Por meio dela foi possível que os moradores se organizassem e se mobilizassem para pressionar o poder público e impedir o despejo. No entanto, a existência por si só de uma estrutura não garante que a organização dessa seja de fato horizontal ou que o poder das elites seja de fato controlado. Na Dandara a consolidação do poder do grupo de lideranças terminou por excluir os demais moradores dos processos de decisões. A estrutura da Ocupação se perdeu e surgiu outra organização dentro dela, formada

pelo grupo de lideranças. Dessa forma o que era uma estrutura *da* Ocupação se converteu em uma estrutura *na* Ocupação. A Ocupação pode ser lida atualmente como uma organização inestruturada com uma elite que se organizou descolada dos demais moradores. Essa organização criada por essa elite padece dos dois problemas citados por Fremman (1970), ela não se abre à adesão de outros moradores, uma vez que funciona como uma irmandade, e como sua estrutura não é posta claramente não há como controlar o poder exercido por ela.

Conforme relato de moradores, coordenadores e militantes da BPs, ficou claro que ao longo do processo de consolidação da Ocupação situações envolvendo as lideranças e a BPs geraram tensões entre esses atores. Por um lado, atitudes claramente caciquistas por parte de alguns coordenadores e, por outro, o dirigismo da BPs engendraram um processo de desvinculação entre eles. Essa desvinculação não extenuou o poder exercido pelo grupo de lideranças derivado desse sistema de coordenação, contudo, serviu para impor obstáculos à atuação da BPs, que atualmente possui uma margem de manobra bastante reduzida na Ocupação. Mas antes que essa desvinculação se desse, a organização política empregou esforços no sentido de romper com o processo de fortalecimento do poder do grupo de lideranças. Em 2012 a BPs iniciou a discussão sobre a formação de uma Associação de Moradores que viesse substituir o sistema de coordenação. Embora a BPs tenha tentado envolver maior número de moradores no processo da formação dessa associação, por meio da divulgação no jornal da Ocupação e nas reuniões, a discussão se deu, em geral, apenas entre os moradores e coordenadores mais ligados à organização política. Cabe ressaltar que, de acordo com entrevistas com moradores e coordenadores, nessa época o esquema organizativo com as reuniões semanais e mensais já estava bastante desgastado, assim como o próprio sistema de coordenação. As reuniões dos coordenadores com os moradores já eram muito espaçadas, bem como as assembleias que quando aconteciam contavam com a presença de poucos moradores. Alguns coordenadores perderam a credibilidade dos moradores por estarem envolvidos em diversas situações que contrariavam seu papel de representantes da coletividade, dentre elas o envolvimento com o tráfico de drogas, a demarcação e comercialização de espaços públicos e coletivos etc. Embora esses coordenadores tenham perdido a credibilidade dos moradores, isso não impediu que alguns deles permanecessem exercendo seu papel de liderança, por outro lado contribuiu para que os moradores desacreditassem que o sistema de coordenação realmente estava focado nos interesses coletivos, desgastando assim o esquema organizativo como um todo.

Após um processo de divulgação e mobilização dos moradores para a formação da associação, em 2013 deu-se início efetivamente ao processo de criação dessa. Nesse momento fazia parte do discurso da BPs que a institucionalização da associação serviria como forma de legitimar a Ocupação frente ao Estado e de dar força às reivindicações dessa por serviços básicos, como a instalação de rede de abastecimento de água e energia elétrica etc. Além disso, a formação da associação possibilitaria que a Ocupação acessasse verbas de programas sociais do governo.

No ano de 2013 temos a meta de construir a Associação de Moradores da Comunidade Dandara. A associação será fundamental para organizar os projetos que visam melhorar a comunidade e reforçar a luta pelos nossos direitos como água, luz, saneamento básico, educação, saúde. Convocamos todos os moradores da comunidade para participarem ativamente da construção da associação. Em breve serão convocadas reuniões para debater as propostas, ouvir as opiniões e ideias de todos, eleger os integrantes da associação e implementar os projetos. Fiquem atento às novidades! Queremos construir em 2013 uma comunidade ainda mais bonita, organizada e unida na solidariedade e na luta! (JORNAL DANDARA, 2013¹⁵).

Entretanto, considerando o contexto de consolidação do poder dos coordenadores e o processo de descolamento de alguns deles em relação à organização política, é legítimo supor que a formação da associação veio também no sentido de pretender reverter essa centralização nos coordenadores e manter a atuação da BPs na Ocupação. Evidencia esse cenário de desvinculação e de conflitos o fato dessa associação ter sido composta em grande parte por militantes da própria BPs. Considerando ainda que a chapa eleita foi a única a se candidatar, não houve no processo de formação da associação uma disputa por parte da maioria dos coordenadores para se integrar a ela.

O processo de formação da associação evidencia o dirigismo e a centralidade da organização política em algumas ocasiões. Embora a associação tivesse como propósito, além de acessar as políticas públicas, suprimir o caciquismo dos coordenadores, aproximar-se dos demais moradores e ampliar as margens de atuação desses dentro da Ocupação, assim como fortalecer a própria atuação da BPs, as condições da formação dessa demonstram a falta de diálogo com os moradores, como revela a fala de uma delas: “A gente se esforçou muito para criar a associação, eu mesma estou como se fosse diretora da associação, mas eu não sei qual

¹⁵ Jornal distribuído na Ocupação Dandara.

é o meu papel, o que é que eu tenho que fazer.” (LARISSA, 2015, moradora). Atualmente essa associação é apenas uma formalidade, esvaziada de atividade e legitimidade diante de grande parte dos moradores. Faltou no seu processo de formação o engajamento da maioria dos moradores para que fosse reconhecida como legítima representante da vontade coletiva. É importante esclarecer que a centralização da BPs não exclui a centralização também do grupo de coordenadores. Isso porque os coordenadores operavam como mediadores entre a BPs e os demais moradores, assim ambos, organização política e coordenadores, centralizavam os assuntos coletivos. Ainda sobre a centralização e dirigismo da organização política, vale destacar que em conversa com uma militante da BPs no início de 2016 sobre a degeneração do sistema de coordenação, que pretendia ser horizontal, ela destacou que em outras ocupações a organização tem agido de uma forma diferente em relação a Dandara, com vistas a impedir a consolidação de um poder heterônomo por parte de um grupo de moradores. No entanto, ao invés dessa revisão ser no sentido de ampliar as possibilidades de autonomia coletiva dos moradores e fortalecê-los contra quaisquer tentativas arbitrárias de dominação, a ação é no sentido de centralizar ainda mais as ações na própria BPs, evitando assim uma centralização nas lideranças. Ainda que a intenção seja claramente para defender a vontade coletiva e salvaguardar os moradores da imposição de uma heteronomia interna, a centralização e a não delegação de poder configura uma estrutura que permanece heterônoma.

No decorrer da pesquisa e conforme conversas com moradores, coordenadores e militantes, observou-se que a formação da associação serviu para romper com o já desgastado sistema de coordenação além de expor conflitos entre alguns dos coordenadores e a BPs. Com o rompimento do sistema de coordenação, muitos dos coordenadores deixaram gradualmente de exercer uma função de liderança na Ocupação, especialmente aqueles mais ligados à BPs, contudo, alguns dos antigos coordenadores continuaram suas atividades, esforçando-se para se colocarem em evidência e manterem-se como referência na Ocupação. Mas vale frisar que durante certo tempo que se seguiu à criação da associação e o fim do sistema de coordenação, a organização da Ocupação ficou em um estado de indefinição, até que o grupo de lideranças derivadas do antigo sistema se fortaleceu integrando novos moradores e rearranjando sua agenda de reuniões, atividades etc. É importante ressaltar que a consolidação desse grupo de lideranças e o desvinculamento com a organização política favoreceu a aproximação de pessoas externas à Ocupação com objetivos claramente eleitoreiros. Não que essas pessoas já não atuassem na Dandara, mas o descolamento da BPs em relação ao grupo de lideranças, que foi e continua sendo uma referência para os moradores (ainda que para muitos uma referência

impositiva e arbitrária), permitiu que essas pessoas atuassem mais livremente junto a esse grupo. Nesse sentido é fundamental considerar que a Ocupação é uma importante base eleitoral. Tal importância não escapa a essas pessoas e a inserção de faixas ressaltando sua autoria sobre algumas intervenções na Ocupação evidenciam a relação clientelista que alguns políticos estabelecem com a Dandara.

Em 2014 o grupo de lideranças se envolveu em um processo de orçamento participativo, no qual foram designados como delegados, juntamente com outros moradores convidados por eles a se integrarem ao processo. O orçamento participativo (OP) se funda na ideia do compartilhamento da gestão da cidade. Em Belo Horizonte, parte do orçamento municipal é distribuído entre nove regionais da cidade, os valores destinados a cada uma dessas regionais é definido de acordo com critérios estabelecidos pela própria prefeitura. Cada uma dessas regionais é composta por um conjunto de Territórios de Gestão Compartilhada (TGC), que tem como referência os bairros da cidade e totalizam 40 TGCs. A população se reúne em diversos momentos para apresentar as demandas de seus TGCs e, posteriormente, visitam os locais que foram pré-selecionados por técnicos da prefeitura, segundo as demandas apresentadas, para discussão sobre quais áreas serão aplicados os recursos do OP destinados àquela regional. Conquanto tenha perdido muito de seu caráter progressista originário, o OP trabalharia, ao menos oficialmente, com a ideia de uma delegação de poder. Nesse sentido os representantes de uma dada vila ou bairro são denominados delegados e suplentes. O OP indica a necessidade da designação de 1 delegado a cada 25 moradores da coletividade que disputa os recursos do OP (PBH, 2014). A Ocupação Dandara foi um dos locais apontados nas reuniões para receber os recursos destinado a sua regional. Nesse processo foram designados 33 delegados e 33 suplentes dentre os moradores da Ocupação. Posto que o número de lideranças derivadas do sistema de coordenação não chegava ao que era requerido, outros moradores foram convidados a se juntar ao grupo nesse processo.

A nomeação dos moradores como delegados no processo do OP, como já se disse, está vinculada à ideia de uma delegação de poder. Embora essa nomeação tenha referência em uma ideia de empoderamento da população, ela ironicamente carrega consigo outro sentido; o de autoridade. E não da autoridade de uma coletividade diante do Estado, mas de um grupo sobre a coletividade, ao se relacionar ao papel de delegados de polícia, que é uma instância de dominação assaz heterônoma. Vale ressaltar que os delegados tinham suas próprias reuniões e que não existiam meios de divulgação dessas a todos os moradores da Ocupação, tornando-as

fechadas à participação de moradores não ligados ao grupo de lideranças. A mesma situação é vista na Associação de Moradores recentemente criada por esse grupo.

Em fins de 2015, terminado o processo de orçamento participativo do qual a Ocupação conquistou uma verba de um milhão e duzentos mil reais¹⁶, parte desse grupo de delegados criou uma nova Associação de Moradores. É imperioso ressaltar que a obtenção dessa verba do OP deu ainda mais força ao grupo de lideranças e, conseqüentemente, à associação criada por ele. Essa associação é composta por 18 membros, portanto muitos dos suplentes e delegados que participaram do processo do orçamento participativo não fazem parte dela. Contudo, aqueles que a compõem são claramente os mesmos que exerciam um papel de elite dentro do grupo de delegados. É importante aqui destacar que mesmo dentro do grupo de lideranças operam pessoas que formam o que Freeman (1970) denomina de elite. São pessoas que tem um importante papel dentro desse grupo e que por vezes monopolizam discussões e decisões. Tal relação ficou bastante clara em alguns momentos no processo de produção do parquinho, como na terceira reunião quando as lideranças presentes afirmaram em nome de todo o grupo que esse não poderia se envolver na produção do parquinho, e ainda nas ocasiões em que uma liderança colocou dificuldades à construção do parquinho, ainda que outras lideranças estivessem receptivas à construção do equipamento.

A estrutura de organização do grupo de lideranças não é posta claramente e suas reuniões não são abertas a todos os moradores. Em uma reunião no fim de 2015 em que fui convidada a expor a proposta do parquinho, uma das lideranças disse claramente que os moradores do grupo de discussão não deveriam comparecer. A formação dessa associação não teve um processo de divulgação como a anterior, nem contou com a anuência dos moradores por meio de assembleias. Assim, existem atualmente duas associações de moradores na Ocupação Dandara, uma formada por alguns moradores junto à BPs e outra, mais recente, formada por esse grupo de lideranças. Entretanto, como a primeira é atualmente apenas uma formalidade, não reconhecida amplamente pelos moradores, sempre que me referir à Associação de Moradores estarei aludindo à associação criada pelo grupo de lideranças. Quando for necessário me referir à associação criada pelos moradores juntamente com militantes, destacarei o envolvimento da BPs na criação dela.

¹⁶ A conquista dessa verba foi divulgada por meio de faixas em alguns pontos da Ocupação agradecendo ao delegado que auxiliou e orientou todos no processo. Vale salientar que esse mesmo delegado se candidatou ao cargo de vereador nas eleições de 2016.

4.3.1. A heteronomia na Ocupação

Em um esforço de sistematizar os reflexos do sistema de coordenação, reconheço três aspectos que são fundamentais para a compreensão do contexto da Ocupação: 1) o sistema de coordenação contribuiu para a consolidação de um controle por parte do grupo de lideranças sobre diversos aspectos da Ocupação; 2) o sistema de coordenação favoreceu o distanciamento entre a organização política e os moradores, com os coordenadores exercendo o papel de mediadores entre eles; 3) as reuniões, em suas diferentes instâncias, constituíram-se como espaços de legitimação de decisões amplamente formatadas e não como espaços de diálogo. Tal sistematização tem como função fomentar a reflexão e não pretende esgotar as leituras que possam ser feitas sobre o atual contexto da Ocupação.

O modo como se consolidou o sistema de coordenação proveu a essas lideranças o controle sobre diferentes aspectos na Ocupação. Muitos assuntos foram centralizados no grupo de lideranças, desde a solicitação de comprovante de residência até a manutenção de espaços coletivos e públicos, o que favoreceu a territorialização desse grupo sobre esses espaços e a consolidação de um poder heterônomo. Mesmo com o fim do sistema de coordenação manteve-se a centralização do grupo de lideranças, tanto porque esse grupo assim desejava quanto em razão dos demais moradores serem coniventes ou aceitarem essa representação, ainda que por vezes esse consentimento tenha origem no receio de conflitos e que essa conivência esteja fundada em um desinteresse no envolvimento em assuntos coletivos.

Tal centralização engendrou uma instância heterônoma que opera como um arremedo de Estado dentro da própria Ocupação. Isso é evidenciado em situações como a expulsão de moradores por parte das lideranças em razão de conflitos, cobrança de valores indevidos – cobranças de taxas pela utilização das ruas para comércio de bebidas e alimentos, por exemplo –, comercialização de espaços públicos e coletivos, territorialização de espaços coletivos, ameaças a militantes e moradores por afrontaram o poder do grupo de lideranças, dentre outras. É importante destacar que, conforme relato de alguns moradores, o poder desse grupo está fortemente apoiado na estrutura de dominação do tráfico de drogas, uma vez que algumas lideranças estão ligadas a traficantes da região.

Em alguns momentos durante o processo de produção do parquinho, as lideranças evidenciaram a centralização que detém quanto às decisões acerca de intervenções na

Ocupação. A esse respeito cabe retomar o processo de produção do equipamento para pôr em relevo momentos cruciais em que o caciquismo desse grupo foi evidenciado. Já na terceira reunião, que aconteceu no dia 26 de maio de 2015, ficou clara uma certa resistência do grupo de lideranças à proposta da produção do parquinho, especialmente em função dos moradores que compunham o grupo de discussão. Entretanto, nessa reunião não nos foi vetada a possibilidade de dar andamento ao processo. Apenas quando iniciamos de fato a etapa de construção do parquinho, com a angariação de recursos, é que foi interdito, definitivamente, o prosseguimento do processo, que só foi continuado posteriormente com a anuência do grupo de lideranças.

Nessa terceira reunião, as lideranças, que nesse momento se nomeavam delegados, foram convidadas para que pudéssemos discutir o local mais adequado à implantação do parquinho. A necessidade da realização dessa reunião foi colocada por algumas moradoras que integravam o grupo de discussão e que desejavam evitar conflitos com o grupo de lideranças. Dessa forma, embora tivesse sido colocado aos delegados que a reunião tinha como objetivo apresentar a eles a proposta desejando integrá-los ao processo e discutir o local de implantação do parquinho, ela teve ainda uma outra motivação; comunicá-los do processo já em andamento, oficialmente, e observar a aceitação ou não desse grupo em relação à proposta, antevendo, assim, nosso “campo de batalha”. A própria motivação da integração deles ao processo tinha como objetivo além, é claro, de possibilitar o engajamento de quaisquer moradores, também eliminar possíveis entraves e facilitar o andamento do processo. Cabe destacar que em vários momentos durante as duas primeiras reuniões com o grupo de discussão do parquinho, ao ser apontado o terreno da Igreja/ Creche como um possível local para a implantação do equipamento algumas moradoras mostraram temer represálias por estarem se envolvendo em um processo de intervenção em um espaço supostamente coletivo, mas já amplamente territorializado. Na segunda reunião uma das moradoras chegou a dizer que concordaria com a escolha desse terreno somente se ela fosse autorizada pela Comissão da Igreja (parte do grupo de lideranças mais envolvido com esse espaço). Vale destacar que, a princípio, a necessidade de negociação com os delegados dava-se, sobretudo, em razão da possibilidade de ocuparmos o terreno da Igreja/ Creche. Duas moradoras integrantes do grupo de discussão inclusive defendiam a implantação do parquinho ao lado do Centro Comunitário justamente por acreditarem que nesse espaço não haveria conflitos ou, pelo menos, que esses seriam minorados em razão de não haver bloqueios físicos impedindo a intervenção nele. Entretanto, posteriormente, viu-se que mesmo ocupando um

espaço como o entorno do Centro Comunitário, que aparentemente não era territorializado ou não era tão fortemente territorializado quanto o terreno da Igreja/ Creche, a continuidade do processo de produção do parquinho dependia da autorização e aprovação do grupo de lideranças.

Estiveram presentes na terceira reunião nove delegados, além dos moradores integrantes do grupo de discussão. Naquele momento, havíamos conseguido elencar duas alternativas de espaços coletivos onde poderíamos construir o parquinho: próximo ao Centro Comunitário ou no terreno da Igreja/ Creche, entretanto abriu-se espaço para que os presentes apontassem outros possíveis locais. A reunião foi também uma oportunidade para apresentar às lideranças, com maiores detalhes, o trabalho que o grupo estava desenvolvendo. Vale ressaltar que boa parte dos delegados já estavam cientes que havíamos formado um grupo para a discussão e produção de um equipamento coletivo (ainda que não estivesse definido que esse seria um parquinho), uma vez que eu já havia me reunido em duas outras oportunidades com alguns delegados (que eram justamente aqueles que exercem um papel de elite dentro do grupo de lideranças) para expor a proposta. Entretanto, evidenciou-se que foi dada pouca importância ao fato de que o grupo de discussão para a produção do parquinho já estava formado e que a reunião não se destinava a solicitar a permissão do grupo de lideranças, mas convidá-lo a se integrar ao processo já em andamento. Em muitos momentos durante a reunião, os delegados falaram na *possibilidade do projeto ser aceito em pauta* ou na verificação da *viabilidade do projeto*, sendo bastante evasivos em relação à proposta.

Vale acrescentar que nesse arremedo de Estado não falta também uma grande dose de burocracia (no sentido pejorativo do termo, relacionado ao intrincamento das questões, lentidão etc.), que foi explicitada na forma com que o grupo de lideranças tratou o processo de produção do parquinho. Burocracia essa que operou como um subterfúgio para colocar dificuldades à proposta. Não obstante, observou-se que havia uma resistência, especialmente, em relação aos envolvidos no processo. Nesse sentido é importante esclarecer que as tensões e conflitos com militantes da organização são estendidas também aos moradores que estão ligados à BPs, sobretudo moradores que não reconhecem o grupo de lideranças como legítimo representante de seus interesses, uma vez que o grupo não foi eleito pela coletividade para o exercício dessa função. Essa resistência em relação à proposta é fruto ainda do desejo da manutenção da centralização do poder de decisão nas mãos desse grupo, centralização essa que termina obliterando as possibilidades de outros moradores se juntarem para também

conduzirem intervenções na Ocupação. Evidencia essa burocracia a fala do delegado Daniel, que em certo momento na terceira reunião destacou que o processo de produção do parquinho dependia que esse fosse aceito em pauta.

Então agora está começando a valer. Então é o João lá do bico do Dandara, é a Maria lá da outra ponta, é a Joana de lá... então tá todo mundo, tipo assim, sabendo o que é que está acontecendo dentro do bairro. Nesse momento então... por exemplo: na hora... *se esse projeto for aceito na pauta*, nós temos ali um grande guerreiro o Sr. Fernando... é quando lança uma pauta assim agora a comunidade toda fica sabendo, então sabemos por exemplo... origem de recursos, como é que vai ser feito, onde vai buscar, quem vai contribuir, cê entendeu? Qual é a função de cada um... pra ativar a comunidade. E a gente tá trazendo, tentando trazer, a comunidade, porque a comunidade tava meio rachada... as vezes meio... desacreditada. (DANIEL, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Há uma contradição na fala do delegado quando ele diz que “agora a comunidade toda fica sabendo”, considerando que as reuniões de delegados, assim como as reuniões da recente Associação de Moradores, não eram e não são abertas a todos os moradores e nem foram instituídos meios de divulgação das decisões desse grupo aos demais moradores da Ocupação. Cabe ressaltar ainda a defesa do delegado quanto à necessidade de conhecimento da origem de recursos e definição de responsabilidades. Embora tais questões sejam importantes, elas não foram colocadas como assuntos a serem discutidos pelo grupo dentro do processo de planejamento, mas como algo que deveria preceder o processo de produção do parquinho, o que serviria para atravancá-lo. Ainda em relação à centralização, é revelador quando em certo ponto da reunião uma delegada defendeu a necessidade da proposta ser discutida com os demais delegados, posto que estavam presentes apenas 9 dos 66. Mesmo desconsiderando que o processo de produção do parquinho já estava em andamento, ficou claro que quando as lideranças falaram em “estudar a proposta” elas se referiam a uma análise pelo grupo de delegados, que poderiam aceitá-la ou não, e não se referiam a uma discussão conjunta com o grupo já formado ou com mais moradores da Ocupação. Quando insisti que o processo já estava em andamento e que a reunião destinava-se a convidá-los a se integrarem ao grupo formado, surgiu uma discussão interessante que revelou a coesão do grupo de lideranças. Alguns delegados argumentaram que o grupo não poderia tomar mais essa responsabilidade, tendo em vista que já estavam envolvidos com outras tarefas. Contudo, quando ressaltai, novamente, que o processo já estava em andamento e que já existia um grupo formado e que,

portanto, compreenderia se somente aqueles que estivessem disponíveis pudessem participar, uma delegada afirmou que estaríamos desejando criar uma cisão nesse grupo:

Estão querendo criar um grupo paralelo, uma separação de certa forma... porque já há um grupo trabalhando, agora essas pessoas não vieram se aliar a nós, elas se mantiveram lá. [...] então a gente é de luta sim e a gente tá lutando sim! Só que as pessoas que lutam elas tem horário, elas tem trabalho, sai cedo e chega de noite, filho vai cedo pra escola de preferência fica na escola o dia todo, tem escola em tempo integral¹⁷ aqui dentro do Dandara agora, o pessoal olha criança leva pra escola. Agora o seu trabalho é bonito? É bem vindo! É bem aceito! Mas você tem que chegar ao nosso grupo e não nós ir pro grupo de vocês, porque a gente tem um grupo trabalhando já! Então essa é a minha opinião... e a gente já trabalha e bota na mão da massa e vamo pra frente! É uma boa, sem sombra de dúvida, é um bom projeto! A qualquer um que tiver fazendo tem o meu respeito. Mas eu já to num grupo que tem trabalho, tem reunião, tem que botar as coisas pra andar e eu não me comprometo com mais um compromisso de responsabilidade, de horário, de reunião... dessas coisas. (FERNANDA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Fica claro pela fala da delegada não apenas a centralização dos assuntos relacionados à Dandara como também o caciquismo desse grupo, que desconsidera a possibilidade de outro grupo de moradores intervir em espaços que deveriam ser coletivos. Vale ressaltar que a delegada desconsiderou que antes de dar início ao processo de produção do equipamento os delegados foram convidados à integrar o grupo de discussão. O convite assim como a apresentação da proposta se deu em uma reunião dos delegados no dia 21 de fevereiro de 2015, no qual a própria delegada Fernanda esteve presente. É claro que as lideranças, que são também como moradores, têm o direito de decidir a respeito do que pode ou não ser feito nos espaços, entretanto isso não legitima que eles neguem a outros moradores o mesmo direito. Vale ressaltar, ainda, que em uma tentativa de romper com a resistência apresentada nessa e em outras reuniões, apresentei a possibilidade dos brinquedos do parquinho serem de certa forma móveis, podendo ser retirados do terreno e relocados para outro espaço se no futuro os moradores assim desejassem.

Ao fim da terceira reunião, uma delegada, aparentemente resignada com a insistência em continuarmos com a proposta, sugeriu uma reunião entre os delegados para que decidissem acerca de que espaços eles consideravam mais adequados à implantação do parquinho.

¹⁷ Importante ressaltar que a escola em tempo integral que existe dentro da Ocupação, a qual a delegada se refere, é uma escola particular, e não pública.

Combinou-se que depois de duas semanas nos encontraríamos novamente em outra reunião, na qual os delegados nos relatariam a posição do grupo. Vale destacar que embora a reunião entre os delegados não tenha de fato acontecido, foi-nos negado a possibilidade de estarmos presentes nela de antemão.

É significativo que embora a reunião tenha se dado permeada de tensões e resistência à proposta, não tenha se explicitado claramente que nós não poderíamos utilizar um dos espaços sugeridos ou que a autorização desse grupo era condição para o prosseguimento do processo, ainda que isso tenha ficado nas entrelinhas. Somente ao fim do processo de planejamento, quando uma moradora integrante do grupo de discussão passou a divulgar a proposta solicitando doações inclusive em páginas de redes sociais, é que nos foi explicitado o nível de restrição imposto pelo grupo de lideranças. Como já foi relatado anteriormente, ao fim da etapa de planejamento foi instalado um portão no muro do terreno da Igreja/ Creche. Nesse mesmo período foi formada uma Associação de Moradores por alguns delegados. Ao buscar a chave com um integrante dessa associação, nos foi informado que não poderíamos construir o parquinho nesse terreno porque a associação havia se reunido e assim decidido. Como alternativa nos foi permitido implantar o parquinho ao lado do Centro Comunitário. Mas mesmo para construirmos o parquinho nesse espaço encontramos resistência. Após a conclusão do parquinho, em algumas semanas os brinquedos foram quase que completamente destruídos. Embora não se possa afirmar a autoria da depredação, pode-se cogitar que a ação tenha advindo da oposição ao processo, especialmente, por parte de uma das lideranças. Cabe ressaltar que essa liderança forma junto com outras uma elite dentro da Associação de Moradores e detém um poder na Ocupação, que se supõe ser em razão do seu contato com traficantes da região.

A inserção de uma estrutura de organização como o sistema de coordenação tal como foi feita na Ocupação, dissociada de um processo político-pedagógico que envolvesse todos os moradores e que fomentasse o engajamento desses nos assuntos coletivos, contribuiu para a consolidação de um poder heterônomo sob o qual grande parte dos moradores se submetem passivamente. Vale salientar que o grupo de lideranças e os moradores comuns em grande parte não compreendem e, portanto, não compartilham do projeto político da organização. Projeto esse que é pautado em um horizonte voltado ao coletivismo, à solidariedade, à emancipação e que contraria o individualismo do atual modo de produção, embora a atuação da BPs rumo a esse horizonte não se dê sem contradições. O grupo de lideranças tem em

pauta reivindicações por serviços básicos e não por transformações sociais mais amplas, como é o objetivo da BPs. Esse grupo atua na Ocupação gerindo os espaços e conduzindo processos com o objetivo de ganhos concretos, no qual o orçamento participativo é um exemplo, e daí auferem a convivência de muitos moradores. Nesse sentido, é importante refletir sobre a “lente” pela qual o grupo de lideranças enxerga a posição da Dandara no contexto sócio-político. Eles não tem em mente o horizonte do socialismo ou a transformação do status quo, mas unicamente a integração da Ocupação à cidade, com os mesmos serviços e direitos que os bairros formais possuem. Cabe destacar que grande parte dos moradores compartilham dessa mesma “lente” de leitura, sobretudo por não haver diálogo para a construção de outra que consiga costurar os objetivos imediatos e os chamados objetivos históricos dos oprimidos, o que confere, em alguma medida, legitimidade ao exercício da liderança desse grupo. Essa legitimidade advém, sobretudo, da passividade de grande parte dos moradores. Tal relação não minimiza a gravidade da obstrução imposta pelo grupo de lideranças à autonomia coletiva dos demais moradores, especialmente àqueles que se opõem a esse grupo.

Ademais, para compreender a afirmação da consolidação na Ocupação de um poder heterônomo é necessário acionar os conceitos de autonomia individual e autonomia coletiva tendo em mente seu caráter relacional, mas, antes, vale refletir sobre o que é poder. Segundo a definição de Arendt, o poder:

[...] corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa *investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome.* (ARENDR, 1985, p. 27, grifo meu).

O poder não dispensa portanto a *convivência e o consentimento*, ao contrário, esses dois aspectos são fundamentais para a existência e manutenção do poder, embora nem sempre se expressem em igual medida. A razão e o fundamento da convivência e do consentimento é o que irá caracterizar um poder heterônomo ou, ao contrário, um poder autônomo. Vale ressaltar que embora a convivência e o consentimento estejam muitas vezes relacionados, eles não são a mesma coisa. Enquanto a convivência se dá pelo compartilhamento de ideologias entre representantes e representados, mesmo que essas não sejam refletidas pelos representados ou que sejam escamoteadas pelos representantes, o consentimento é meramente

não se opor, mas aceitar e submeter-se, ainda que essa submissão seja resultado do medo ou de uma aparente impotência daqueles que são subjugados pelo poder e pelas formas de dominação usualmente empregadas para mantê-lo.

Em caso de um poder autônomo, a convivência e o consentimento resultariam do fato de que os governados estariam antes investidos de poder. Seria o caso de um poder sobre cidadãos que agiriam segundo a definição de Aristóteles, retomada por Rancière (1996), que participariam simultaneamente do ato de governar e de ser governado. O poder nesse caso não seria exercido por um grupo sobre outro, mas seria compartilhado por todos. A convivência e o consentimento se dariam na medida em que a formatação do conjunto de normas, que consubstanciam o poder, tivesse sido previamente refletido e discutido por todos. Estaríamos diante de uma situação de poder autônomo se esse conjunto de normas fosse dado por aqueles que estariam sob essas mesmas normas, portanto, em uma conjuntura em que a coletividade *daria a si mesma suas próprias regras*. Tratando-se de um poder autônomo, o diálogo é prévio ao consentimento e à convivência, sendo condição para esses. Nesse caso não poder-se-ia desconsiderar a dimensão individual da autonomia, posto que essa seria condição para a reflexão e discussão de fato horizontal desse mesmo conjunto de normas.

Por outro lado, em caso de um poder heterônomo, a convivência e o consentimento não são baseados em um processo de reflexão sobre o conjunto de normas que consubstanciam o poder e não se dão sem alguma dose de violência, ainda que essa esteja em estado latente sob a forma de ameaças. No entanto, a violência não é capaz de manter o poder, mas de sufocar situações em que a convivência e o consentimento que o sustentam estiverem em vias de se perder. Segundo Arendt, em caso de um poder em seu estado puro, a violência é oposta a ele “[...] onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder.” (ARENDDT, 1985. p. 35).

Está-se diante de uma heteronomia quando as normas não são elaboradas pela própria coletividade, mas são impostas a ela por meio de mecanismos que sustentam a forma heterônoma do poder. Se o poder depende do “[...] acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções.” (ARENDDT, 2007, p. 213), a convivência e o consentimento nunca poderão ser tidos como constantes e irrevogáveis, mas só serão capazes de manter o poder na medida em que as estruturas que os fomentam estiverem vigorando. Há, portanto, de se

compreender os mecanismos que geram a convivência e o consentimento e que sustentam o poder. Souza, M., (2013) ao discutir as formas de poder, aciona o conceito de *infrapoder*, que corresponde “[...] à introjeção coletiva de valores (‘significações imaginárias sociais’, no dizer de Castoriadis) que introduzem a comportamentos conforme a um certo *nómos*.” (SOUZA, M., 2013, p. 84). O *infrapoder* é o que sustenta o *poder explícito* – o “exercício do poder visível” (SOUZA, M., 2013, p. 84). O *infrapoder* sustenta tanto o poder heterônomo quanto sustentaria um possível poder autônomo. Admite-se, portanto, falar-se em *infrapoder heterônomo* e *infrapoder autônomo*. Nesse último os valores introjetados que sustentariam a forma autônoma do poder estariam apoiados na autonomia coletiva assim como na autonomia individual, no sentido de que seriam valores que suscitariam a capacidade dos indivíduos refletirem e decidirem conjuntamente em liberdade sobre o conjunto de normas. Por outro lado, no poder heterônomo se dá o oposto. O *infrapoder heterônomo* dificulta enormemente ganhos de autonomia individual e coletiva ao legitimar, por meio dos valores difundidos, a tutela e submissão. O *infrapoder* é o que induz aqueles que se submetem ao poder heterônomo a acreditar, serem coniventes, ou consentirem que essa é de fato a melhor forma ou a única forma possível de exercício do poder. Nesse sentido, o conceito de *infrapoder heterônomo* está relacionado ao conceito desenvolvido por Gramsci (1999) de hegemonia.

Gramsci (1999) desenvolve o conceito de hegemonia baseado em sua análise da força das superestruturas. Enquanto a infraestrutura do modo de produção capitalista se refere à base material da sociedade – as forças produtivas e as relações de produção –, a superestrutura corresponde às ideologias, ao sistema de ideias fomentado pelas instituições – igrejas, escolas, mídia etc. – e é o meio pelo qual a elite exerce a hegemonia sobre as classes subalternas. Vale destacar que embora Gramsci e Freeman utilizem o termo elite, Freeman se refere à elite dentro de um movimento enquanto Gramsci se refere à elite como classe social. De acordo com Gramsci, a atual hegemonia se dá pela capacidade da elite de manipular o senso comum legitimando suas formas de dominação e alimentando a passividade e a dependência dos oprimidos. É útil à compreensão do conceito de hegemonia, portanto, o conceito de senso comum e seu caráter coletivo:

Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular. (GRAMSCI, 1999, p. 100-101).

Mais adiante Gramsci reafirma o traço fundamental do senso comum como uma concepção “[...] desagregada, incoerente, inconsequente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia.” (GRAMSCI, 1999, p. 114). O senso comum é resultado da concepção de mundo de uma dada coletividade. O que Gramsci afirma é que as massas tendem a identificar a sua concepção de mundo com a da elite, crendo serem por ela beneficiada. O senso comum é resultado de um pensamento incoerente e acrítico. A elite ao exercer sua dominação sobre ele, estimulando que a concepção de mundo dos oprimidos se identifique com a do opressor, mantém o senso comum tal como é, possibilitando desse modo que a massa permaneça como uma “personalidade compósita” e não autônoma.

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 1999, p. 94)

A concepção de mundo dos oprimidos não é formada por eles, mas é imposta mecanicamente de cima para baixo e é, portanto, heterônoma. Dessa forma, o grupo de lideranças engendra um poder heterônimo que é a reprodução de valores não criados por eles, mas impostos a eles. A ideologia formada pela elite não corresponde à vivência das massas populares, mas influi em sua concepção de mundo de uma maneira coercitiva e negativa, impedindo-os de realizarem suas potências revolucionárias.

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida. (GRAMSCI, 1999, p. 114-115).

Nesse sentido a hegemonia da elite se relaciona com o infrapoder heterônimo, posto que manipula os imaginários sociais introjetados pela coletividade; a hegemonia da elite é, portanto, o meio pelo qual o infrapoder é formatado como heterônimo. Os indivíduos só serão capazes de avançar rumo à emancipação quando forem capazes de formar uma

concepção de mundo própria que seja consciente, crítica e coerente e que possibilite que sejam protagonistas, guia de si mesmos, para não mais aceitarem passivamente a imposição heterônoma de uma concepção de mundo que é causa de sua própria destruição como “ser mais” (FREIRE, 1987) e da sua instituição como “meros corpos” (SOUZA, J., 2009). A esse respeito vale destacar um importante trecho da discussão de Souza, M., (2006) que pode servir como uma advertência aos movimentos sociais e organizações políticas, “[...] enquanto que um movimento social pretendidamente radical que não obtiver êxito no terreno político-pedagógico, tecendo uma contra-hegemonia, perecerá deixando um ambivalente legado.” (SOUZA, M., 2006, p. 290). Desse modo, Souza, M., (2006) destaca mais uma vez o papel fundamental dos territórios dissidentes, como espaços onde uma “pedagogia urbana” pode gerar ganhos realmente significativos de autonomia individual e coletiva, engendrando a criação de um novo infrapoder que sustente um poder autônomo.

À luz desses conceitos, podemos compreender que a independência que o grupo de lideranças alcançou em relação à organização política não possibilitou a formação de um poder autônomo, posto que a concepção de mundo desse grupo não foi alterada. O que esse grupo possui é uma autonomia individual muito relativa, considerando que as regras que creem dar a si mesmos são postas de cima para baixo e incorporadas sem uma reflexão crítica sobre elas. A hegemonia impõe uma concepção de mundo que é perpetuada pelo grupo de lideranças, agravando, assim, as possibilidades de resistência dos demais moradores diante da dominação e das restrições a sua emancipação. Para compreender esse poder heterônomo que o grupo de lideranças exerce na Ocupação é importante ter em vista o caráter relacional de autonomia. O horizonte da emancipação social exige que a autonomia individual e coletiva sejam compreendidas não apenas em uma relação de dualidade, mas de complementariedade e interdependência. Não basta, portanto, ser autônomo para tomar decisões egoístas. Se tem-se como horizonte a liberdade, a autonomia individual não pode se dar às custas da autonomia coletiva, como ocorre atualmente na Ocupação.

[...] não basta ou não é o caso de ser autônomo “para fazer seja lá o que for”, pois não seria moralmente válido tomar decisões egoístas, ou mesmo depravadas, contra os outros, apelando-se para a estrita autonomia individual (ou de um pequeno grupo, poder-se-ia acrescentar) (cf. CHRISTIMAN, 2004:8). Também essa relativização, no entanto, já está contida, e até com mais força, na reflexão castoridiana sobre a interdependência entre os aspectos individual e coletivo da autonomia. Ser autônomo não é ser autônomo “contra os outros”, mas *junto com os outros*,

poder colaborar, cooperar (*co-laborar*: laborar *com*; *co-operar*: operar *com*); é poder ser livre para fazer coisas *com os outros*, em benefício coletivo. (SOUZA, M., 2006, p. 76).

Como já se discutiu anteriormente, sem compreender a hegemonia a qual estão submetidos e sem refletirem sobre a própria concepção de mundo é natural que os oprimidos tenham suas aspirações dirigidas pelo imaginário capitalista e tenham como normalidade ações individualistas, ainda que não estejam restritas a elas. O rompimento dessa relação só pode se dar pela reflexão e pelo engajamento que se transforma em ação, em verdadeira práxis (FREIRE, 1987). Em razão disso reitera-se a importância de um projeto político-pedagógico que possibilite a efetivação do caráter potencialmente dissidente das ocupações. É importante acrescentar aqui que as ocupações não são territórios dissidentes por si, mas territórios potencialmente dissidentes. Ainda que nasçam de um ato de dissidência, necessitam serem estruturadas em torno de um projeto político-pedagógico que dê conta de costurar os interesses históricos e imediatos dos moradores e fomentar ganhos de autonomia, individual e coletiva, para que se tornem espaços de fato dissidentes. Ademais, ainda que um processo político-pedagógico não pudesse impedir qualquer degeneração mesmo de um esquema de organização pautado em uma profunda reflexão crítica do contexto e tendo como horizonte a autonomia coletiva e individual, poderia contribuir enormemente no sentido da reflexão e revisão do próprio esquema organizativo. Deve-se considerar ainda que as atitudes do grupo de lideranças não se restringem aos interesses individuais e que muitas vezes apenas refletem a compreensão desse grupo sobre o que seria seu papel como representante da Ocupação. Entendimento esse que tem como referência a democracia representativa, na qual os representantes orientam suas decisões conforme a sua leitura do que seria mais vantajoso para seu território e para os representados. Nesse sentido a posição das lideranças não se distancia do dirigismo da própria organização política, embora contrarie seus valores.

Ainda quanto ao caciquismo do grupo de lideranças, é relevante a não instituição da obrigatoriedade de renovação do quadro de integrantes. Embora o esquema de coordenação tenha sido substituído por outros – de delegados e, mais recentemente, de Associação de Moradores – e que nesse processo tenha-se alterado boa parte dos integrantes, essa renovação não se deu pela instituição de uma obrigatoriedade, com o estabelecimento de assembleias para eleição de representantes, mas ocasionalmente, seja por questões pessoais, por desavenças ou discordâncias com o posicionamento do grupo. Todavia, a estrutura baseada no sistema de coordenação colocada pela BPs previa a renovação de representantes, o que por

algumas razões não ocorreu. Não somente não houve eleições periódicas para renovação do quadro de coordenadores, como também não era e ainda não é permitido que qualquer morador se tornasse coordenador, delegado ou, atualmente, integrante da Associação de Moradores. A integração de qualquer morador ao grupo de lideranças, seja na época do sistema de coordenação ou atualmente na Associação de Moradores, depende da aceitação desse grupo e não da eleição direta pelos demais moradores em assembleia. Tal situação é relatada por uma moradora que conta que mesmo sendo eleita pelo seu grupo como coordenadora foi impedida de exercer a função.

Uai gente... não podia né... não podia... eu, sabe? Ia questionar muita coisa. Aí eu fui descobrindo que só entra na coordenação, por exemplo assim... eu só entraria na coordenação se os coordenadores me aceitassem e não se os moradores me aceitassem. É um grupo fechado. (LARISSA, 2015, moradora).

Nesse sentido, cabe uma breve reflexão sobre a posição do grupo de lideranças como estrutura organizativa da Ocupação. O sistema de coordenação tal como foi instituído inicialmente não apenas previa a renovação de coordenadores como colocava que a escolha desses deveria ser dos moradores de cada grupo por eles coordenados. Entretanto, se por um lado a apatia demonstrada por muitos moradores favoreceu a permanência de um mesmo quadro de lideranças, por outro lado a posição de representante confere aos moradores um status dentro da Ocupação, assim como o poder e o controle do grupo de lideranças pode trazer vantagens sociais ou, efetivamente, financeiras das quais muitos deles não querem abrir mão. Nesse sentido, a não renovação do quadro de lideranças explicita a conversão desse como uma estrutura de organização *da* Ocupação em uma estrutura que opera *na* Ocupação. Para analisar essa conversão vale retomar a discussão de Jo Freeman (1970) acerca das organizações estruturadas e inestruturadas. No processo da assimilação da Ocupação como um bairro formal ela perdeu características que poderiam enquadrá-la como um movimento social em sentido forte – capaz de costurar reivindicações imediatas e mediatas – convertendo-se em um “mero” ativismo urbano em sentido forte – “[...] por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo.” (SOUZA, M., 2006, p. 281). Nesse processo a Ocupação perdeu também grande parte da coesão que viabilizava sua própria estruturação, conquanto ainda se mantenha como organização considerando que muitos dos moradores ainda compartilham alguns objetivos, como a incorporação da Ocupação à cidade formal, o que gera certa coesão entre eles. Dessa forma,

atualmente, a Ocupação abriga uma organização – a Associação de Moradores – que é, em alguma medida, estruturada, posto que possui a definição de cargos e responsabilidades, mas que opera à parte dentro da própria Ocupação, que pode ser tida como uma organização inestruturada e que tem o grupo de lideranças funcionando como uma elite. A Ocupação é inestruturada na medida em que não há um canal instituído para acesso ao quadro de lideranças, assim como para o compartilhamento de decisões e informações, e, ainda, por não haver um controle sobre como a elite exerce seu papel de representante da coletividade. Há por parte do grupo de lideranças um sentimento de propriedade sobre determinados espaços e de legitimidade sobre seu poder na Ocupação. Nesse contexto, o processo de territorialização de espaços na Ocupação é, se não inevitável, ao menos esperado. Vale acrescentar que a baixa rotatividade de pessoas e de tarefas contribuiu para a territorialização e a centralização dentro da Ocupação. Essa rotatividade é para Freeman um dos princípios para a democratização das organizações, considerando, contudo, que ela não pode ser tão frequente a ponto de impedir que as pessoas aprendam seu trabalho propriamente e que consigam visualizar a concretização dele.

4. Rotação de tarefas entre as pessoas. Responsabilidades que são mantidas durante muito tempo por uma mesma pessoa, formalmente ou informalmente, passam a ser vistas como sua “propriedade” e não são facilmente substituídas ou controladas pelo grupo. (FREEMAN, 1970, p. 9).

É devido considerar que a centralização inerente ao sistema de coordenação é em parte responsável pelo sentimento de propriedade e de legitimidade do poder exercido pelo grupo de lideranças. Nesse esquema de organização os coordenadores assumiam o papel de mediadores entre a BPs e os demais moradores, o que contribuiu para dificultar a percepção pelos militantes do caciquismo de alguns coordenadores. Quanto a isso vale retomar a discussão sobre os “intocáveis” desenvolvida por Lourenço (2014). O autor discute como os moradores das ocupações acabam se submetendo aos técnicos do grupo de suporte, que são “intocáveis” na medida em que suas opiniões e posicionamentos não são questionados pelos moradores, acarretando em uma imposição cultural que “[...] contradiz os objetivos primordiais de uma ocupação urbana, que é construir meios para os moradores saírem de sua condição de subalternos e participarem das decisões desta sociedade.” (LOURENÇO, 2014, p. 120). O termo surgiu em uma conversa com uma moradora que também participou do processo de produção do parquinho:

Existem os “intocáveis”. Tem coisas que o morador acha que é impossível, tipo, chegar perto do Joviano para conversar, ele é o ADVOGADO. Conversar com você, o ARQUITETO, entendeu? Tem muitas coisas estranhas que acontecem, por exemplo, Sr. Orlando [morador e coordenador], eu disse a ele que estava subindo para falar com o Tiago sobre o negócio do Centro Comunitário. Não deu 10 minutos e ele estava lá. (LOURENÇO, 2014, p. 118¹⁸)

Enquanto o autor deu enfoque especial à relação de poder dos técnicos do grupo de suporte diante dos moradores, estenderei a discussão para a mediação dos coordenadores nos primeiros quatro anos da Ocupação Dandara. A posição dos “intocáveis” não se relaciona apenas com a tendência à submissão dos moradores diante dos técnicos do grupo de suporte. Os arquitetos e advogados, por exemplo, não se encontravam na posição de “intocáveis” somente por possuírem o conhecimento que os colocavam em uma posição acima dos moradores, embora tal situação não deixe de ser extremamente relevante nesse contexto. Eles eram “intocáveis” também na medida em que se situavam distantes dos moradores comuns, e não apenas porque os moradores comuns se enxergavam como inferiores e, por isso, incapazes de se relacionarem com figuras de tal importância, mas pelos “intocáveis” estarem blindados pelos coordenadores, sobretudo nos primeiros anos, à aproximação dos demais moradores. O contato dos coordenadores com os arquitetos, advogados, e outros atores de destaque na Ocupação conferiu a eles um status entre os moradores. Aqueles que possuíam assuntos a resolver com os “intocáveis” eram vistos como pessoas importantes na Ocupação. A fala de uma moradora evidencia a posição de mediação dessas lideranças:

Porque tipo assim, aqui, na Dandara quando tinha uma assembleia, só chegava perto do Joviano os coordenadores, eles faziam um negócio assim, sabe? Perto deles, e assim só quem eles queriam que cumprimentava o Joviano, que conversava com o Joviano. (LARISSA, 2015, moradora).

É importante considerar que esses profissionais se situaram historicamente distantes dessa população. Não somente esses profissionais estão fora do cotidiano dos moradores como o seu contexto de formação universitária está em uma esfera distante das possibilidades da maioria deles. Tendo em vista ainda as humilhações pelas quais passam a ralé, ao ponto de serem tratados como “meros corpos” (SOUZA, J., 2009), tal status opera como um reconhecimento de sua existência e eleva a autoestima desses moradores. Entretanto, para essa relação representar uma posição de status ela não poderia deixar de ser privilégio de

¹⁸ Entrevista concedida por Luciana da Cruz a Tiago Castelo Branco Lourenço em 03 jan. 2014.

alguns, nesse caso dos coordenadores. Por isso, os técnicos foram considerados como “intocáveis” não apenas em razão dos moradores se submeterem as suas opiniões, mas também pela dificuldade de acessá-los. Nesse contexto, os militantes e apoiadores eram também responsáveis pela sua posição de “intocáveis”, já que ao não acessar diretamente os moradores comuns eles legitimavam a centralização do grupo de coordenadores. Com o fim do sistema de coordenação, os militantes e apoiadores passaram a acessar outros moradores, apesar de continuarem centralizando suas ações naqueles moradores que descrevo aqui como lideranças naturais.

Essa “intocabilidade”, tanto no sentido de blindagem quanto no sentido de sobrepor-se aos moradores comuns, é atenuada, em certa medida, a partir do momento em que o técnico não acessa diretamente o grupo de lideranças, mas vai ao encontro de moradores comuns ou de lideranças naturais. Acredito que minha posição como arquiteta tenha possibilitado a negociação sobre a implantação do parquinho no terreno da Igreja/ Creche, que é um espaço amplamente territorializado. No entanto, essa posição não garantiu que pudéssemos efetivamente implantar o equipamento nesse espaço. Ainda assim, a possibilidade de negociação para construir o parquinho (o que claramente algumas lideranças não desejavam) em outro espaço, se deveu a minha posição de “intocável”. Tendo em vista os conflitos entre algumas lideranças e alguns moradores integrantes do grupo de discussão do parquinho, dificilmente esses moradores conseguiriam negociar e construir o equipamento sem a mediação de um agente externo.


Para compreender a heteronomia presente na Ocupação, deve-se dar atenção também às reuniões previstas no sistema de coordenação. Essas serviram essencialmente para o repasse de informações, e não como espaços de diálogo e discussão. O objetivo da organização política ao formar o quadro de coordenadores era fomentar o engajamento desses junto a ela. Nesse sentido, os coordenadores deveriam operar como disseminadores dos valores e do projeto emancipatório da BPs. No entanto, ainda que alguns coordenadores tenham se aproximado da organização política e, portanto, tenham-se integrado as suas discussões, inclusive compondo os quadros de militantes dessa, esse contato não poderia contaminar outros moradores no processo de conscientização justamente porque não se estabeleceu na Ocupação espaços de diálogo sobre os pressupostos da organização política. Além disso, como a organização não tem como horizonte a autonomia coletiva, mas uma ideia ligada ao Estado, que seria, ao fim e ao cabo, mesmo nas melhores conjunturas ainda uma instância de

tutela e, por isso, castradora da autonomia coletiva, falta à organização o componente teórico que poderia orientar processos verdadeiramente autônomos na Ocupação.

Não obstante, é importante compreender as razões do enfraquecimento desse esquema de reuniões. Essas serviam, de modo geral, como meio de divulgação de informes e de mobilização dos moradores, que giravam em torno, sobretudo, da situação jurídica da Ocupação. Dessa forma, conforme a ameaça de despejo se arrefecia, diminuía-se as novidades e ações nesse sentido e, assim, extenuava-se o principal motivador das reuniões. Nesse contexto revela-se uma “dificuldade operacional” (LOURENÇO, 2014) que, como já se discutiu, diz respeito aos obstáculos enfrentados pela organização política para informar os moradores acerca de questões da Ocupação. Como as reuniões constituíram-se como espaços principalmente de divulgação de informes, a não realização dessas dificultava essa comunicação assim como o compartilhamento de decisões. Considerando ainda que essas reuniões, especialmente as assembleias mensais, eram o principal espaço de encontro de militantes e apoiadores com os moradores, a não realização delas acentuava o afastamento entre eles.

Como ferramenta para a divulgação de informes e comunicados a BPs criou em 2010 o “Jornal Dandara”. A publicação do jornal durou cerca de 3 anos, ainda que com uma publicação fragmentada por dificuldades logísticas, quando em 2013 foi descontinuado. O jornal foi uma importante ferramenta de divulgação, mas não poderia sozinho cumprir uma função de formação política. Deve-se, ademais, considerar que grande parte do conteúdo desse canal de divulgação se restringia, assim como as reuniões de modo geral, a questões imediatas – manutenção das ruas e espaços coletivos, aviso acerca de eventos etc.

FIGURA 25 – Edição do Jornal Dandara de abril de 2013.

	JORNAL DANDARA Ano III, n. 96- Dandara, BH, 03/04/13.	REDE DE SOLIDARIEDADE E APOIO EXTERNO ÀS OCUPAÇÕES
---	--	--

1 – CELEBRAÇÕES DE SEMANA SANTA E PÁSCOA NA COMUNIDADE DANDARA. Foi uma experiência muito bonita de fé e solidariedade a semana santa na Comunidade Dandara. As celebrações começaram no Domingo de Ramos, aconteceu na quarta-feira com Encontro de Maria e Jesus, na quinta-feira com o Lava-pés, Sexta-feira com a Via Sacra e terminaram com a missa de Páscoa, no domingo com um delicioso café comunitário compartilhado. Parabéns a todas as pessoas que organizaram as celebrações e vieram compartilhar a fé e a vida em comunidade. Desejamos à toda comunidade Dandara uma FELIZ PÁSCOA! Que possamos ser Páscoa todos os dias na vida uns dos outros e de nosso planeta, construindo solidariedade e lutando para que todas as pessoas possam viver com dignidade.

2 – MISSA TODA PRIMEIRA SEXTA-FEIRA DO MÊS NA COMUNIDADE DANDARA EM HOMENAGEM AO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E AOS DOMINGOS. Começando já na próxima sexta-feira, dia 05/04/13, às 19h00, toda primeira sexta-feira do mês haverá missa na Comunidade Dandara que será celebrada pelo Padre Paulo, novo pároco da Paróquia Imaculada Conceição e apoiador da Comunidade Dandara (o Padre Paulo está substituindo o padre João Holanda que foi morar em outra comunidade e a quem agradecemos imensamente todo apoio dedicado a Comunidade Dandara). Todos os domingos, às 18h00, acontecem as celebrações na Igreja de Dandara. No 1º e 3º domingo de cada mês com Frei Gilvander e nos demais domingos com os seminaristas. Em todas as celebrações a animação e coordenação é realizada pela Comissão Religiosa que tem trabalhado e se empenhado muito para animar a fé do povo de Dandara. Parabéns e Obrigado a cada um/a de vocês.

3 – URGENTE!!! CAMPANHA CONTRA A DENGUE NA COMUNIDADE DANDARA. O número de pessoas com dengue na Comunidade Dandara é alarmante. Precisamos todos/as nos comprometer com o combate desta epidemia. Por favor, recolha o lixo nos dias e horários corretos. Não jogue lixo dentro da Comunidade, não deixe vasos e pneus juntando água, limpe a caixa d'água e tenha o máximo de cuidado com a limpeza do seu quintal e da sua rua. A dengue mata! Não podemos brincar com este mosquito. Separe o material reciclável e entregue para um catador/a. Coloque o lixo somente nas lixeiras que estão nas duas entradas da comunidade. Não podemos permitir que mais pessoas adoçam com dengue na Dandara. Organize um mutirão na sua rua e no seu grupo e faça uma limpeza para recolher tudo que possa reproduzir o mosquito da dengue.


4 – AULA DE DANÇA NA COMUNIDADE DANDARA. As crianças e os adolescentes que tiverem interesse em participar do grupo de música e dança, conversem com seus pais e procurem a educadora Édna. Atenção pais e mães incentivem seus filhos, crianças, adolescentes e jovens a participarem das atividades na Comunidade Dandara e na Obra Social São José, Unidade Dandara. São muitas oportunidades boas.

5 – FESTA DE ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE DANDARA: 4 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA! A festa de aniversário da Comunidade Dandara está sendo programada para o dia 13 de abril de 2013 a partir das 18 horas. São quatro anos de luta, resistência, desafios e conquistas. Vamos celebrar! Venha participar!

6 – CATEQUESE PARA ADULTOS E CRIANÇAS. Caso você tenha interesse ou queira batizar seu filho/a, procure a Comissão Religiosa de Dandara. Está sendo organizada a Catequese tanto para crianças como para adultos.

Pátria Livre! Venceremos!

FIGURA 26 – Edição do Jornal Dandara de março de 2013.

	JORNAL DANDARA Ano III, n. 93- Dandara, BH, 13/03/13.	REDE DE SOLIDARIEDADE E APOIO EXTERNO ÀS OCUPAÇÕES
---	--	--

1 – NASCEU A OCUPAÇÃO-COMUNIDADE GUARANI KAIOWÁ. As Brigadas Populares iniciaram na primeira semana de março de 2013 a Ocupação Guarani Kaiowá, em um terreno particular no bairro Ressaca, município de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. O terreno, ocioso há 30 anos e não cumprindo sua função social, encontra-se penhorado, isto é, reservado como garantia de uma dívida, sendo a empresa proprietária, devedora fiscal, porque não quitou os impostos municipais a seu cargo. Este importante momento da luta pela Reforma Urbana em Minas Gerais é resultado da insuficiência da política habitacional do Governo do Estado de Minas Gerais e das prefeituras que não fazem frente ao enorme déficit habitacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH - (Fundação João Pinheiro, 2008). Dezenas de famílias sem-teto cansaram de esperar por falsas promessas de moradias. Cansaram de suportar o peso do aluguel, passar pela humilhação de morar de favor ou mesmo na rua e não aceitam mais sobreviver em áreas de risco geológico que não proporcionam o mínimo de dignidade. Por isso, essas famílias, junto com as Brigadas Populares, se organizaram para lutar pelo direito fundamental à moradia digna e para combater a segregação sócio-espacial imposta pelo capital especulativo imobiliário que faz das cidades um grande negócio em detrimento dos direitos das maiorias. A identificação das lutas dos trabalhadores assalariados nas cidades com as lutas dos povos indígenas originários do país levou a nomear esta ocupação de **Guarani-Kaiowá**, povos historicamente destituídos de seus meios essenciais de vida por interesses e forças próprias ao capitalismo. Convidamos o povo da Comunidade Dandara para se fazer solidário a Ocupação Guarani-Kaiowá e fazer uma visita. **Endereço da nova Ocupação:** Rua São Lourenço, esquina com Av. Alterosas, Bairro Ressaca, Contagem, MG. Ponto de referência: Fábrica de blocos TECNOARTES. Telefones para contato: Cel.: 31 9181 0478 (Luara), Cel.: 31 8812 0110 (Rafael), Cel.: 31 8815 4120 (Joviano), Cel.: 31 9728 4247 (Willian).

2 – CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DANDARA. No ano de 2013 temos a meta de construir a Associação de Moradores da Comunidade Dandara. A associação será fundamental para organizar os projetos que visam melhorar a comunidade e reforçar a luta pelos nossos direitos como água, luz, saneamento básico, educação, saúde. Convocamos todos os moradores da comunidade para participarem ativamente da construção da associação. Em breve serão convocadas reuniões para debater as propostas, ouvir as opiniões e ideias de todos, eleger os integrantes da associação e implementar os projetos. Fiquem atentos às novidades! Queremos construir em 2013 uma comunidade ainda mais bonita, organizada e unida na solidariedade e na luta!

3 – FESTA DE ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE DANDARA: 4 ANOS DE LUTA E RESISTÊNCIA! *“Quando chegamos em 2009 queríamos uma casa, mas aqui dentro encontramos muito mais do que isso.”* Essa é a fala de um dentre vários moradores da comunidade Dandara, que construíram aqui não apenas suas casas, mas um espaço de amizades, aprendizado, solidariedade e de luta. No próximo dia 09 de Abril, a Dandara completa seus 4 anos de (R)existência e queremos celebrar uma festa muito bonita com os moradores e os apoiadores de toda a cidade! A festa acontecerá no dia 13 de Abril, um sábado. Para que seja um momento bonito de celebração, vamos ter que colocar mãos à obra desde já. Fiquem atentos às reuniões de grupo, aos jornais e às assembleias para saber como você pode contribuir. Quanto mais o povo participa, mais bonita a festa fica. No final, vamos comemorar: Que orgulho de Dandara, que orgulho de ser dandarense!

4 – CADASTRO DE CRIANÇAS E JOVENS NA OBRA SOCIAL DA IGREJA SÃO JOSÉ. A Obra Social São José está oferecendo cursos e oficinas gratuitas para crianças, jovens e idosos da Comunidade Dandara. Se informe mais sobre os cursos e as inscrições na sede da Obra São José (Dandara) ou com os jovens da Frente de Juventude das Brigadas Populares. Telefone da Obra: (31) 3646-0186

5 – INFORME SOBRE O PROCESSO JUDICIAL DA COMUNIDADE DANDARA. Atenção povo de Dandara. A decisão judicial do dia 19/02/13 não foi ainda a decisão final nos processos de Dandara. Celebramos e nos alegamos, porque foi uma decisão muito importante, mas ainda vamos ter que lutar muito até que chegue a decisão final. Portanto, firmes na luta! **Pátria Livre! Venceremos!**

Não se deseja com isso menosprezar os canais de divulgação de informações, mas destacar que eles não são capazes por si de gerar discussões, que só podem se dar a partir do encontro e do diálogo. É forçoso reconhecer que a organização política não ignora a necessidade de discussão e diálogo com os moradores e entre eles mesmos, como nos mostra, em especial, o grupo formado pela Frente de Mulheres que promove uma reflexão acerca de diversos assuntos com moradoras – machismo, violência contra a mulher, autoestima etc. Contudo, deve-se considerar que esse grupo de mulheres não é capaz de envolver todos os moradores em razão da centralidade que assume as discussões de gênero.

Não deve-se, contudo, desprezar as dificuldades da criação de espaços de diálogo. É importante considerar que não faz parte da socialização dos moradores a discussão em planos muitas vezes abstratos. Todavia, sem um processo político-pedagógico que fomentasse discussões profundas acerca da opressão dos moradores, as reuniões eram orientadas naturalmente por questões imediatas. Mesmo as assembleias que contavam com a presença de maior número de moradores, especialmente nos primeiros anos, se consolidaram como espaços de divulgação das informações, de discurso – não dos moradores comuns, mas dos coordenadores e do grupo de suporte – e de legitimação de decisões já amplamente formatadas. Sob o peso da posição dos “intocáveis” e sem terem material para discutir restava aos moradores se submeterem passivamente às decisões tomadas. Importante deixar claro que mesmo os moradores que desejavam romper com essa passividade eram reprimidos pela força do discurso dos “intocáveis”, que lhe é como imanente. O depoimento de uma moradora que integrou o processo de produção do parquinho quanto ao peso da palavra de um “intocável” como o Frei Gilvander ilustra bem essa relação:

Eu sei que a palavra dele realmente tem que ter um peso, por conta da luta dele, de tudo que ele teve aqui, mas as pessoas tem que entender que elas que estão morando aqui! Fora todo esse respeito, esse carinho que tem pelo Frei, somos nós que estamos morando aqui! A gente é que vai ter que viver com isso aqui sempre! (LARISSA, 2015, moradora).

Embora esteja presente no discurso da BPs o fomento ao engajamento dos moradores e à introjeção por parte deles quanto a responsabilidade pela Ocupação, observa-se que a organização se refere a um engajamento com ela e de acordo com seus preceitos. Desse modo a atuação da organização não se orienta pelo objetivo da independência dos moradores em relação a ela, mas pela manutenção dos vínculos com a Ocupação. Portanto, o fortalecimento

do poder do grupo de lideranças associado a sua desvinculação com a BPs é algo problemático. É importante considerar que a conjuntura do estabelecimento de um poder heterônomo exercido pelo grupo de lideranças não apenas coloca em risco os vínculos da organização com a Ocupação mas também evidencia a realidade da Dandara que nega, em muitos aspectos, o argumento que é um dos principais pilares de legitimação da atuação da BPs; o de que as ocupações seriam espaços verdadeiramente dissidentes e onde a coletividade estaria afrontando a ordem capitalista.

4.3.2. Territorialização dos espaços

Embora tenha-se tocado nesse assunto anteriormente, cabe discutir mais profundamente a territorialização dos espaços coletivos e públicos na Ocupação, tendo em vista esse ter sido um aspecto que permeou todo o processo de produção do parquinho. Contudo, é importante antes definir o conceito de território. Esse trabalho tomará a definição de território de acordo com Souza, M., (2013). O autor atenta para o fato de que comumente a noção de território é confundida com a de espaço geográfico, sendo ambos os termos tomados como sinônimos, o que termina por esvaziar a amplitude de seu sentido. Não que a dimensão espacial não esteja relacionada à noção de território, mas o que ocorre nessa simplificação é a negligência com seu aspecto primordial que são as relações de poder. Ao discutir a noção de território, Souza, M., ressalta que o poder se exerce sobre alguém, mas também sobre algo. As relações de poder não se dão no limbo, por assim dizer, elas se dão em conexão com um espaço, “[...] o poder só se exerce *com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território.*” (SOUZA, M., 2013, p. 87). O conceito de território é, portanto, fundamentalmente político, e não econômico ou meramente geográfico (SOUZA, M., 2013).

O território [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, *quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou reproduz em um dado espaço*, ou ainda *quais as ligações afetivas e de identidade entre o grupo social e seu espaço*. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou por mantê-lo [...], mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?* Este *Leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem*

domina e influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, M., 1995, págs. 78-79 apud SOUZA, M., 2013, p. 89).

Nesse sentido, o território é compreendido como a “[...] projeção espacial das relações de poder.” (SOUZA, M., 2013, p. 90). É necessário dar a devida atenção também ao fato de que ao “descoisificar” a noção de território admite-se que esse não é fixo, determinado, rígido, mas que pode ser, e frequentemente é, efêmero, variável, com limites tênues e flexíveis. Na Dandara diferentes espaços tiveram seu caráter público ou coletivo esvaziado e tornaram-se territórios exclusivos de um grupo ou de algumas pessoas. Isso ficou muito claro nos obstáculos postos para intervirmos no terreno da Igreja/ Creche e mesmo depois para implantarmos o parquinho no terreno ao lado do Centro Comunitário, que era visto por algumas moradoras e também por mim como um espaço ainda não plenamente territorializado. Mas é importante destacar que a territorialização dos espaços coletivos e públicos na Ocupação não é precisamente definida e rígida, há algumas aberturas em determinados espaços enquanto outros estão mais interditados. Essa interdição ou abertura varia conforme o grupo que conduz determinada ação, por exemplo, para aqueles que estão mais próximos ao grupo de lideranças ou aos traficantes, que também territorializam os espaços em grande medida, é possibilitada a intervenção em determinados espaços, enquanto para nós não houve essa abertura. A interdição posta ao prosseguimento da produção do parquinho deu-se em razão também de termos desconsiderado, pelo tempo que foi possível, essa territorialização ao tomarmos os espaços como aquilo que deveriam ser; coletivos. Nesse sentido as lideranças reconheceram o processo de produção do parquinho como uma afronta ao poder desse grupo, o que ficou claro quando uma liderança afirmou que não conseguiríamos nada “no peito”.

Como já foi apontado, desde a primeira reunião algumas moradoras demonstraram-se receosas em se engajar em um processo de intervenção na Ocupação. Tal posição evidencia o poder heterônomo ao qual os moradores estão submetidos, assim como a territorialização dos espaços na Ocupação. Considerando o poder das lideranças, era de se esperar que eles territorializassem os espaços coletivos e públicos, tendo em vista que o poder se exerce sobre alguém, mas também sobre algo, sobre algum espaço, dessa forma a territorialização dos espaços é também a espacialização das relações de poder existentes na Ocupação. Vale ressaltar que o receio das moradores em se engajar no processo é fundado não apenas nas

relações de poder do grupo de lideranças, mas também nas relações de poder do tráfico, que é um elemento fundamental a ser considerado nesse contexto.

A territorialização do terreno da Igreja/ Creche, por exemplo, é bastante clara. Esse espaço já havia sido territorializado mesmo antes da restrição do acesso a ele pela construção de um muro no início do ano de 2015 e, posteriormente, pela instalação de um portão (ambas intervenções realizadas pelas lideranças integrantes da Comissão da Igreja). Contudo, não se pode menosprezar que essas intervenções deram um caráter definitivo a esse processo de territorialização. Desde a primeira reunião os integrantes do grupo de discussão demonstraram-se indignados pela arbitrariedade da construção desse muro, posto que a decisão de sua construção não havia sido objeto de discussão com os moradores. A esse respeito vale ressaltar que em conversa com uma liderança que é também integrante da Comissão da Igreja, em fevereiro de 2015, ela havia argumentado que o muro seria construído para preservar o terreno de invasões. Naquele momento me pareceu estranha a possibilidade da invasão do terreno pela sua porção frontal, onde era prevista a construção do muro, me parecia mais razoável a preocupação com os limites entre o terreno e as propriedades vizinhas, uma vez que alguns moradores já haviam incorporado partes do terreno da Igreja/ Creche aos seus próprios terrenos. Importante ressaltar, inclusive, que o terreno perdeu boa parte de sua área em razão da demarcação de lotes em suas laterais. Entretanto, posteriormente, o receio da liderança foi, em certa medida, justificado quando uma moradora integrante do grupo de discussão relatou uma situação envolvendo os “donos da boca”.

Em fins de 2014 houve uma tentativa de demarcação de lotes nas ruas mais largas (delimitaram lotes no meio da rua deixando um espaço reservado para a via em cada um dos lados dos lotes demarcados, reduzindo sobremaneira a dimensão dessa) conduzida por traficantes da própria Dandara. Os moradores que se opuseram a essa ação foram intimidados. A situação só se resolveu quando um morador foi buscar ajuda com um traficante de “hierarquia” mais elevada na Vila Bispo de Mauro, que impediu a demarcação dos lotes. Em razão dessa situação, o grupo de lideranças iniciou em fins de 2014 e início de 2015 a construção de canteiros centrais nas ruas mais largas como forma de evitar a delimitação de lotes nelas. Essa situação terminou impulsionando também a construção do muro no terreno da Igreja/ Creche. O medo da possibilidade de invasão do terreno era fundamentado no contexto de demarcação e comercialização de lotes em diversos espaços coletivos e públicos, que eram conduzidas especialmente por pessoas ligadas ao tráfico. Desse modo, a construção

do muro no terreno da Igreja/ Creche era vista como uma forma de impedir possíveis invasões e garantir o terreno.

Agora não adianta eu falar “vão fazer esse projeto, vão mexer no projeto da Creche, fazer isso” porque por enquanto o que a gente tem que fazer é cercar. Porque depois cê vai olhar o que que nós temos, cê concorda comigo? Depois de tudo cercadinho, aí nós fala assim “esse aqui é da comunidade, o espaço aqui é da comunidade, esse aqui cê pode trabalhar e mexer no projeto porque esse aqui é da comunidade”. Porque hoje eu não posso chegar e falar pra você “aquele ali é da comunidade”, porque ainda não está definido, entendeu? [...] Pois é, todo lugar tem, [comentando a respeito da especulação sobre espaços públicos e coletivos da Ocupação para comercialização] e aí a gente tá com medo também, da gente estar perdendo espaço aqui... Então a frente estando cercada, aí depois a gente vai passar pelos fundos. [...] Antes disso não tem como mexer em projeto, como cê estudar nada, porque a gente não sabe, não tem nada definido ainda. (MARISA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

No entanto, ao mesmo tempo, a construção desse muro significou a solidificação desse terreno como território do grupo de lideranças. Apesar do medo da invasão ser real, a interdição à implantação do parquinho nesse terreno mostrou que a construção do muro tinha como objetivo também controlar o espaço e garanti-lo para futuras intervenções já previstas pelo grupo de lideranças e não discutidas com os demais moradores (como a possível construção de uma catequese ao lado da Igreja). Contudo, a situação de demarcação de lotes nos espaços públicos e coletivos legitimou, de certa forma, a construção do muro. É fundamental ressaltar que essa e outras situações além de gerar medo também reforçam a dependência dos técnicos, o que dificulta enormemente ganhos de autonomia coletiva. Em certo ponto na primeira reunião, mas também em outras, o reforço dessa dependência ficou claro quando uma moradora argumentou que temia represálias por estar envolvida em um processo de intervenção em espaços da Dandara, defendendo, por isso, que eu deveria estar à frente dos moradores nesse processo reforçando que estávamos produzindo algo para a coletividade, e não em benefício próprio. Nesse momento a moradora Larissa ressaltou que não acreditava que deveria haver alguém à frente deles no processo e que os terrenos da Igreja/ Creche e do Centro Comunitário, aqueles passíveis de receberem o parquinho, eram *reconhecidamente coletivos*. A moradora fez uma distinção entre a situação da tentativa de demarcação de lotes nas ruas e o processo de produção do parquinho, que ocuparia um terreno sabidamente coletivo. É importante darmos a devida atenção à diferenciação de Larissa. Ela diferenciou as duas *situações*, ao reforçar que estávamos envolvidos em algo para a

coletividade, enquanto que no caso relatado o interesse era claramente individual. Mas ela também diferenciou *os espaços*, distinguindo as ruas dos dois terrenos em discussão. Assim, enquanto as ruas seriam espaços que não pertenceriam a ninguém, seriam espaços públicos de acordo com a definição que adoto aqui, a moradora ao defender que pretendíamos atuar em espaços *reconhecidamente coletivos* reforça que esses pertenceriam à coletividade – conquanto, posteriormente, tenha-se demonstrado que essa relação entre coletivo e público é mais tênue do que a moradora sugeria.

A diferenciação da moradora evidencia a noção de que ainda que as ruas sirvam à coletividade, elas não seriam *territórios*, não haveria ninguém zelando diretamente por elas, ou, melhor dizendo, seriam espaços *públicos*, enquanto que o terreno da Igreja/ Creche e do Centro Comunitário seriam *espaços coletivos*, que pertenceriam à coletividade. Ainda que em certa medida as ruas sejam reconhecidas também como espaços coletivos, tendo em vista que os moradores se opuseram à demarcação de lotes reivindicando seu direito sobre esse espaço – infelizmente, sem força suficiente para evitar sozinhos essa apropriação –, a própria tentativa de ocupá-las evidencia seu caráter fortemente *público*. Essa diferença entre público e coletivo parece estranha à primeira vista, mas denota o significado dos espaços no imaginário coletivo. Em uma linguagem jurídica, público é aquilo que é de domínio do Estado, portanto, é de responsabilidade dele a gestão e controle das coisas públicas. Coletivas são as propriedades públicas que foram transferidas para a coletividade e não pertencem juridicamente ao Estado. Transpondo agora para o nosso contexto de análise, as ruas em bairros formais são, em geral, espaços que não pertencem aos moradores, embora pertençam a outrem, no caso o Estado. Na Dandara, a atuação do Estado no que se refere à gestão das ruas é praticamente nula, assim sendo podem ser interpretadas como algo que pertence a uma entidade que não está ali para reivindicá-lo. Por outro lado, houve um esforço, especialmente por parte da BPs, desde o início da Ocupação em estabelecer áreas coletivas que trouxessem aos moradores o sentimento de pertencimento, de modo que eles se sentissem donos e, portanto, responsáveis pelos espaços coletivos. Não obstante, é importante dar destaque ao fato de que embora os espaços coletivos devessem pertencer a todos e que, portanto, deveriam ter se consolidado como territórios coletivos, isso não ocorreu. Esse sentimento de pertencimento é incipiente e inconstante, mas é válido para entender as distinções entre os espaços coletivos e públicos na Ocupação. E, ainda, essa diferenciação não é solidificada, mas é flexível e varia conforme o nível de crítica de cada morador. Em uma reunião, por exemplo, com os delegados algumas semanas após a discussão relatada aqui, ficou claro que as

lideranças não consideram o terreno da Igreja/ Creche como um espaço de fato coletivo quando uma delas ressaltou que deveríamos escolher um terreno “mais público” para a implantação do parquinho, evidenciando a territorialização desse espaço. Embora ela fale em terreno público, o que contrariaria a definição que adoto aqui, o que a liderança desejava afirmar é que o terreno da Igreja/ Creche não era nem público (não pertenceria a ninguém) nem coletivo (pertenceria a todos), mas que o terreno pertenceria à Igreja e, portanto, deveria ser gerido pela Comissão da Igreja.

Sinteticamente, a lógica entre público e coletivo funcionaria da seguinte maneira na Ocupação: *o que é público não pertenceria a mim nem a ninguém especificamente, o que é coletivo pertenceria a todos* – embora, é importante salientar mais uma vez, note-se um gradual esvaziamento do caráter coletivo e público desses espaços pelo seu processo de territorialização. Isso porque tanto os espaços coletivos quanto os espaços públicos estão suscetíveis às relações de poder que vigoram na Ocupação. Quanto a territorialização das ruas cabe ressaltar que, segundo moradores, há frequentes conflitos com o grupo de lideranças e traficantes em razão da cobrança de taxas para a venda de alimentos e bebidas nas ruas, principalmente em datas comemorativas. Outro exemplo de territorialização das ruas pode ser observado na Rua 09 de abril, próximo à entrada pela Rua Horácio Terena Guimarães, que teve sua dimensão reduzida pela incorporação de parte de sua área ao loteamento realizado na denominada área verde – espaço que seria, a princípio, destinado à preservação.

Com o distanciamento da BPs, o já consolidado tráfico de drogas e o fortalecimento do grupo de lideranças, favoreceu-se a territorialização de diversos espaços e, assim, o caráter público ou coletivo deles alteram-se frequentemente. Deve-se considerar também que existem “camadas” de poder na Ocupação. Fica claro que alguns espaços são claramente territorializados pelas lideranças, enquanto outros parecem ser territorializados por pessoas envolvidas com o tráfico, e ainda, por vezes, essas camadas de poder estão sobrepostas. Não fica clara a relação entre o grupo de lideranças e o tráfico, ao mesmo tempo, também não transparece haver uma disputa de poder entre esses dois atores, o que não acontece com a BPs. As tensões e conflitos entre a organização política e o grupo de lideranças são bastante evidentes.

Há também alguns espaços que são mais abertos, teriam ainda traços de seu caráter coletivo, como é o caso do Centro Comunitário. O acesso a esse é irrestrito, contudo, há a necessidade

de solicitar a chave para uma liderança que reside próximo a ele. Desse modo, ainda que o acesso ao Centro Comunitário não seja restringido, esse espaço é claramente monitorado. Vale dizer que caso as lideranças desejem usar o espaço, eles tem preferência sobre os demais moradores. Deve-se acrescentar que conforme foi colocado por uma liderança em uma reunião em dezembro de 2015, o terreno em torno do Centro Comunitário pode também ser murado, assim como foi o da Igreja/ Creche, o que restringiria o acesso à única edificação que ainda poderia sustentar seu atributo de coletivo. Evidencia o processo de territorialização também sobre esse espaço a fala da liderança Silvia quando ela enfatizou, também nessa reunião em dezembro de 2015, que o parquinho poderia ser futuramente desmontado, se referindo à proposta da construção de um centro de saúde nesse terreno. Vale acrescentar que não foi a primeira vez que a liderança salientou a possibilidade do parquinho ser posteriormente desmontado. Na reunião em sua casa com o presidente da Associação essa liderança deixou bastante claro que caso fosse de interesse dos moradores usar o terreno cedido de outra forma, o parquinho seria desmontado, mas tendo em vista que os assuntos não são discutidos com os moradores em assembleias abertas deve-se entender aqui que ela se referia, mais uma vez, aos interesses do grupo de lideranças.

Outro espaço da Ocupação que foi territorializado é a área denominada APP (Área de Preservação Permanente) prevista no projeto de parcelamento. Esse espaço foi cobiçado desde o início da Ocupação, mas somente nos três últimos anos foi efetivamente loteado e comercializado. Desde os primeiros anos, o grupo de suporte tentou preservar esse espaço de diferentes maneiras, inserindo hortas ou propondo a implantação de um campo de futebol. Na primeira reunião do processo de produção do parquinho, a moradora Mariana mencionou esse campo de futebol ao defender, novamente, a necessidade de haver alguém a frente dos moradores no processo. Ela afirmou que a proposta da implantação do campo de futebol na área verde “não foi para frente” em razão do grupo de suporte não ter conduzido os moradores no processo de produção desse equipamento. Desse modo, o grupo de suporte não teria defendido o espaço coletivo daqueles que desejavam demarcar e comercializar lotes nessa área. A moradora Larissa ressaltou novamente que se tratavam de espaços diferentes: área verde e área coletiva, visto que essa última pertenceria a todos. É importante, mais uma vez, abrir um parênteses para considerar o contexto por detrás das falas das moradoras. A preservação da área verde foi defendida pelas BPs e pelos coordenadores junto aos moradores desde os primeiros anos da Ocupação, ainda que alguns coordenadores tenham, contraditoriamente, conduzido demarcações e comercializado terrenos na área a ser

preservada, o que contribuiu para a perda de credibilidade do sistema de coordenação. Desde meados de 2011 a área vinha sofrendo com constantes tentativas de demarcação, mas essas tentativas eram pontuais. Como coloca Lourenço (2014), nos momentos iniciais das ocupações a apropriação das áreas verdes significa correr o risco de perder o apoio das organizações ou movimentos sociais, no entanto com a consolidação das ocupações diminuiu-se a dependência deles, o que contribuiu para que as áreas verdes passem a ser ocupadas. Na Ocupação Dandara, como forma de evitar essa apropriação, militantes da BPs declaravam nas assembleias que os lotes demarcados na área verde não estavam contemplados pelo processo jurídico movido pelo Coletivo Margarida Alves, que presta assessoria jurídica à Ocupação. Contudo, mesmo com esse argumento não conseguiu-se que a área verde fosse preservada e desde 2013 tem-se demarcado e comercializado lotes abertamente nessa área. Observou-se que com a consolidação da Ocupação, assim como com o fortalecimento do tráfico local – que tem relação direta com a territorialização da área verde – e na medida em que a dependência jurídica com a organização política se enfraqueceu essas áreas passaram a ser ocupadas.

O argumento da moradora Mariana mostra o quão problemático e complexo é esse contexto. Observo, em diversos momentos, que os moradores demonstram-se frustrados pela incapacidade da BPs de defendê-los diante de situações intimidantes, protagonizadas, na maioria das vezes, por aqueles envolvidos com o tráfico local. Todavia, é preciso considerar que a BPs é uma organização social, sem aparato militar ou algo semelhante que pudesse fazer frente a uma situação de “[...] oprimidos oprimindo outros oprimidos.” (SOUZA, M., 2008b, p. 61) e valer o desejo da coletividade. Por outro lado, um processo político-pedagógico focado na autonomia coletiva poderia fortalecer os moradores. Conquanto, ainda assim, possivelmente os moradores não teriam conseguido evitar a ocupação dessa área, visto que é um espaço territorializado por pessoas que possuem os meios de repressão da vontade coletiva – se é que existiu de fato uma vontade coletiva contra a apropriação do terreno. No entanto, um processo político-pedagógico poderia auxiliar no desenvolvimento de uma percepção mais crítica dos moradores, o que evitaria que se voltassem contra a organização política exigindo a tutelação dessa e que encontrassem meios de agir na circunstância dada. De todo modo, ganhos de autonomia coletiva é sempre algo a ser temido por aqueles que querem fazer valer sua vontade “na marra”. Importante considerar ainda que a expectativa demonstrada pela moradora se funda no dirigismo que pauta a atuação da organização muitas

vezes, o que faz com que os moradores incorporem a necessidade da BPs tomar a frente em determinadas situações.

Agora é importante nos deter à fala da moradora Larissa. Quando ela diferencia a área coletiva da área verde ela reforça mais uma vez o caráter *público* dessa última, como já se discutiu parágrafos atrás. Quanto a isso, seria importante que o grupo de suporte às ocupações fomentasse uma discussão com os moradores acerca de possíveis formas de tornar *coletivos* os espaços verdes que são considerados *públicos*. Em uma visita à Dandara em julho de 2015, a delegada Fernanda expos uma visão interessante acerca da área verde. Ela argumentou que concorda com a sua apropriação, visto que antes do aterramento da área e da demarcação dos lotes o espaço era destino de lixo e de esgoto, o que gerava uma série de problemas para os moradores da parte baixa da Ocupação. Desse modo, tal ação, ainda que arbitrária e voltada aos interesses individuais, é divulgada na Ocupação como uma solução para esse problema.

É importante colocar que foram empregados esforços para a conscientização dos moradores da necessidade de evitar o despejo de lixo ou esgoto nesse espaço. Ademais, o próprio tratamento dado pelos moradores denota a falta de “afeição” pela área que deveria ser preservada. Cabe considerar que a preservação de áreas verdes é um discurso muito abstrato para os moradores de ocupações, como pode revelar o seguinte trecho extraído de uma entrevista feita por Lourenço (2014) a uma moradora da ocupação Eliana Silva:

[...] para mim, podia colocar casa em tudo ali que não ia ser diferente [...] tem um tanto de mato, área verde, preservação, mas a gente não consegue entender, porque tem tanta gente precisando de casa para morar [...] a vontade é de ocupar tudo. (LOURENÇO, 2014, p. 160¹⁹).

Esse discurso é abstrato mesmo, muitas vezes, para as classes média e alta que o emprega de modo instrumental servindo a seus próprios interesses, não denotando assim um sentimento altruísta como comumente se sugere. O discurso pela preservação da área verde também teve seu aspecto instrumental na Ocupação, uma vez que as áreas verdes serviram durante algum tempo como instrumento de legitimação dela. Isto posto, a dotação de alguma utilidade coletiva para a área verde poderia ter auxiliado na resistência contra a sua apropriação. Mas, antes de mais nada, seria importante que tivesse se discutido com os moradores que função essa área poderia ter para eles. Visto que, claramente, a simples destinação dessa área para a

¹⁹ Entrevista concedida por Poliana de Souza Pereira Inácio a Tiago Castelo Branco Lourenço em 11 fev. 2014.

tão acalentada horta “comunitária” mostrou-se na Dandara pouco efetiva no sentido de garantir a sua preservação. Na Dandara foram previstas várias áreas de cultivo, que seriam, em princípio, coletivas. Conquanto os espaços previstos não tenham efetivamente sido cultivados, duas hortas foram criadas na APP como forma de tentar garantir a preservação desses espaços. Dessas duas hortas, denominadas comunitárias, somente uma ainda existe. A horta remanescente é cultivada por uma ex-coordenadora e atual liderança. A outra foi cultivada durante algum tempo por um ex-coordenador, contudo, foi incorporada aos lotes demarcados na área verde juntamente com parte da Rua 9 de Abril lindeira à horta, como já foi apontado anteriormente. A horta que ainda existe embora seja comumente divulgada como comunitária, nunca foi um espaço efetivamente coletivo como o adjetivo sugere. Ainda assim, mesmo atualmente em que é clara a territorialização desse espaço, a horta continua sendo assim divulgada, o que corresponde à lógica do encobrimento de conflitos e da propagação da Ocupação como uma comunidade. O fato de que uma liderança assumiu inteiramente a responsabilidade sobre o espaço favoreceu também essa territorialização, assim como o pouco interesse dos demais moradores em auxiliarem na gestão dessa horta. Quanto a isso é importante dar relevo, mais uma vez, ao fato de que na Ocupação a responsabilidade de um grupo ou pessoa sobre os espaços favorece a crença de que isso legitimaria a sua propriedade sobre eles. Isso se deu não apenas com o terreno da Igreja/ Creche e com a horta, observa-se que esse direito de propriedade se estende sobre grande parte dos espaços coletivos e públicos da Ocupação.

Falou-se até aqui da territorialização dos espaços por parte dos moradores da Ocupação, sejam eles integrantes do grupo de lideranças ou estejam ligados ao tráfico, mas é importante dar atenção ao fato de que a Ocupação é também considerada um território da própria organização política. Ainda que porventura a organização não siga a mesma definição de território que adoto aqui – considerando que o termo é utilizado por muitas pessoas apenas para se referir a determinado espaço e não a um espaço submetido a relações de poder –, é significativo que as ocupações em que a organização atua sejam denominadas “Brigadas Territoriais”. Durante o processo de produção do parquinho ficou clara a disputa que se estabeleceu na Ocupação a partir da territorialização dessa por diferentes sujeitos. Os conflitos entre a BPs e as lideranças não se deram meramente em razão das atitudes caciquistas desses últimos, com a organização política se posicionando em defesa da coletividade – embora essa também seja uma das motivações da tentativa da BPs em romper com a centralização do grupo de lideranças –, mas também em razão dessas mesmas atitudes

evidenciarem a consolidação de um poder que fugia ao controle da organização. Essa territorialização das ocupações pela BPs fica bem clara na fala de uma ex-militante:

Agora nas Brigadas tinha esse sentimento muito de falar “ah, porque o nosso território, não pode perder o território”, tinha uma relação ali política de poder, não necessariamente marcada por uma intenção ruim, acho que mais marcada pela dinâmica da política do que falar que as pessoas eram ruins em relação àquilo sabe, isso eu não acho que era porque são pessoas que eu continuei confiando nelas, continuo gostando, não acho que era uma coisa pessoal de sacanear, mas uma dinâmica política de entender determinadas ocupações como territórios. Isso fica muito claro no Isidoro, da briga do MLB com as Brigadas, que é uma briga ali de disputar território né, um tem a Rosa Leão, o outro a Vitória, e ninguém tem o Esperança sabe. (MELO, 2015, ex-militante).

É importante destacar que uma das orientações estratégicas da organização é que essa se torne uma referência para as “massas” populares, como expressa em seu manifesto:

Nossa política dialoga com o presente, apresenta medidas concretas para o momento atual e abre caminho para tarefas futuras. Igualmente, é fundamental que as grandes massas e os setores avançados da sociedade tenham em nós uma referência teórica, política e prática de natureza realista, sensata e convicta. [...] A vanguarda necessária não é aquela que se distancia do conjunto social por meio de propostas que só fazem sentido aos “esclarecidos” e arrogantes “donos da verdade”; de outro modo, é aquela que trabalha de maneira mais eficaz as possibilidades e contradições do momento presente, disputando a preferência e a referência das massas e reafirmando sua autoridade política diante das demais organizações. (BRIGADAS POPULARES, 2011, grifo meu).

Para que seja, então, referência, a organização trabalha no sentido de destacar-se na cena política, tendo nas ocupações urbanas o principal meio de se colocar em evidência. Parte daí a importância da formação de ocupações urbanas e de, sobretudo, manter-se atuante nelas e estabelecer vínculos. De acordo com a mesma ex-militante, e como foi observado durante o processo de produção do parquinho, o modo como a organização opera acaba não contribuindo para que as ocupações se tornem autônomas em relação a ela.

Tipo assim, não é uma ideia da organização que as comunidades se tornem autônomas da organização, a ideia é que elas continuem sendo base da organização. Isso não é uma coisa porque as Brigadas é má, isso é uma coisa porque os partidos políticos são assim, o partido político tá disputando a hegemonia pra criar uma nova sociedade em que eles sejam hegemônicos, então cê tem que cada vez ter mais gente ligado a você sabe. Alguns

partidos tem isso menos do que outros, mas é uma coisa meio da vanguarda né, eu tenho que ser a vanguarda revolucionária, sou eu que conduzo esse processo, ainda que eles, oficialmente, o discurso não contemple essa ideia de vanguarda. Então a autonomia não é uma questão, eu era muito xingada pelos meus colegas de ser autonomista porque eu ficava “ah, mas a gente tem que respeitar a autonomia local, ah a gente tem que fomentar a ideia inclusive da gente se tornar indispensável”, desse tipo de coisa. Tem um processo político, de disputa política, de formação e tudo, mas eu acho que isso muito menos que... pra mim é muito claro a ideia de marcar o território, mais do que fazer um processo de formação político-pedagógica sabe, ainda mais nesses termos de autonomia, emancipação, definitivamente eu não vejo isso. (MELO, 2015, ex-militante).

Contudo, como a ex-militante destacou, essa relação não se estabelece com uma intenção ruim ou como uma má fé, mas ela expressa uma crença em um ideal de vanguarda “salvadora” responsável por conduzir as pessoas rumo a sua própria emancipação. Na Dandara essa crença fundamentou o estabelecimento de uma relação de tutela nos primeiros anos da Ocupação. Ainda que como parte do objetivo de criar um território dissidente, a organização e apoiadores especialmente nos primeiros anos da Ocupação criavam demandas que não partiam dos moradores e que eles não necessariamente compreendiam ou se engajavam. Apesar disso, essas demandas eram amplamente promovidas pelo grupo de suporte, como foi o caso da proposta da economia popular discutida entre 2012 e 2013 e do forte incentivo ao plantio de hortas nas casas dos moradores, como forma ainda de retomar em certa medida a proposta inicial da ocupação rururbana. Já houve ainda uma ocasião em que a organização solicitou o apoio dos moradores para um determinado candidato em uma eleição municipal e se sentiram traídos quando não houve adesão dos moradores à campanha pela eleição do mesmo, como relata uma ex-militante.

Por exemplo, o candidato que o pessoal sempre apoiou é o [...]. Nenhum problema em relação [a ele], assim, acho um político muito sério, mas na época das últimas eleições a comunidade apoiou... não sei quais setores, mas teve um apoio mais explícito assim de colocar placa e tudo do [outro político]. A reação das Brigadas foi muito ruim em relação a isso, tipo assim, falaram que foram traídos pela comunidade. Então eu acho que adotou uma posição muito clientelista de se as Brigadas tá apoiando alguém, necessariamente a comunidade tem que apoiar. Eu até tive um embate, eu já tinha saído mas quando me falaram isso eu tive um embate com alguns membros, falei “olha, eu acho isso uma posição clientelista, cês tão passando por cima da autonomia local e tal, não importa se cês não gostam do [...], eu também não gosto, mas o ponto não é esse”, sabe? Aí falaram que eles [moradores da Ocupação] só apoiaram o [...] por causa de dinheiro, o que eu não duvido, mas ainda assim... (MELO, 2015, ex-militante).

Acerca dessa territorialização e dessa relação de tutela é revelador, por exemplo, o ressentimento demonstrado por algumas militantes durante o processo de produção do parquinho acerca da hostilidade do grupo de lideranças em relação à organização e da passividade dos demais moradores diante dessa situação de quase expulsão dos militantes da Ocupação, ressentimento esse justificado pela importância da BPs na formação e consolidação da Dandara. Como já foi colocado em outros tópicos, o poder que a organização política exercia na Ocupação nos primeiros anos se arrefeceu. Atualmente a organização tem uma atuação e, sobretudo, influência bastante limitada nessa. Essa atuação se dá, basicamente, junto a alguns jovens e mulheres que são como o ponto de apoio da BPs e que geralmente estão envolvidos com duas frentes de trabalho da organização: Frente de Juventude e Frente de Mulheres. Há algum tempo a Frente de Mulheres atua junto a um grupo de moradoras fazendo um importante trabalho ao fomentar discussões de gênero; machismo, violência contra a mulher, racismo etc. É importante dar devido valor a essa frente que ao promover essas discussões, fomenta a autonomia individual e coletiva das moradoras. Contudo, essa atuação não é linear, há momentos de maior efervescência seguidos por momentos mais estagnados. Outro aspecto é que mudam constantemente as moradoras integrantes desse grupo, conquanto algumas delas tenham se tornado pessoas-chaves pelo envolvimento contínuo com trabalhos na Ocupação, como é o caso da moradora Larissa. É importante salientar que a organização política é formada por militantes voluntários. Sua vinculação à BPs se dá pela confluência de ideologias e objetivos e não corresponde a um trabalho remunerado. E, ainda, que se gasta muito tempo e esforço nos trabalhos conduzidos que nem sempre podem ser correspondidos à altura pelos militantes, o que justifica essa inconstância. Por outro lado, é importante apontar que se a efervescência desse grupo de moradoras depende da constante permanência das militantes na Ocupação, isso indica que as moradoras não alcançaram autonomia suficiente para conduzir elas mesmas as atividades – ainda que haja exceções, como a moradora Larissa que organizou o desfile em março de 2016 junto ao coletivo Diversas –, o que deveria, de toda forma, gerar uma reflexão acerca do modo de atuação dessa frente de trabalho.

Como já foi mencionado anteriormente, no início do ano de 2015 a discussão acerca de que edificação produzir e onde, portanto, investir o dinheiro doado para a construção da Creche (que estava sob o controle da organização) ganhou maior força, o que pode ser em parte atribuído ao processo de produção do parquinho em razão dos contatos estabelecidos tanto

por mim quanto pelas moradoras do grupo de discussão com militantes da organização. As moradoras juntamente com as militantes da Frente de Mulheres passaram a discutir a possibilidade de associar a produção do parquinho à construção de um equipamento que viria substituir a Creche no terreno da Igreja/ Creche. Essa proposta foi mencionada algumas vezes durante as primeiras reuniões, mas surgiu de forma mais clara na quarta reunião, na qual esteve presente, pela primeira vez, uma militante da organização. Essa reunião aconteceu em seguida àquela em que se discutiu, principalmente, o local mais adequado à implantação do parquinho junto às lideranças. Na quarta reunião ficou clara a posição da organização em favor da escolha do terreno da Igreja/ Creche para implantação do parquinho como forma de desterritorializar esse espaço. Até então ainda não havia-se definido onde o equipamento seria implantado, havendo três moradores a favor da escolha do terreno da Igreja/ Creche e duas moradoras defendendo a implantação do parquinho na área ao lado do Centro Comunitário. No entanto, a posição da militante e da moradora Ariele foi de tentar romper com essa discussão usando o mesmo argumento que já havia sido defendido em outras reuniões: o de que o parquinho seria parte da Creche que já havia sido aprovada coletivamente anos atrás e que, por isso, não haveria razões para discutir a possibilidade de implantá-lo em outro local e, ainda, que não seria necessário negociar com o grupo de lideranças. A insistência na escolha desse terreno estava relacionada com a proposta da construção de uma cozinha comunitária no mesmo espaço, que funcionaria na mesma edificação que substituiria a Creche. Dessa forma, a produção do parquinho foi vista como uma forma também de tentar retomar para a coletividade o terreno da Igreja/ Creche. A defesa pela escolha desse terreno por parte de algumas moradoras e por militantes não se baseava meramente na consideração de aspectos ligados ao parquinho em si, como segurança, espaço mais adequado às crianças etc., mas tinha relação com a disputa entre a BPs e o grupo de lideranças. Na reunião posterior, em que estiveram presentes as crianças, ficou evidente que o terreno da Igreja/ Creche era de fato o mais adequado; era um espaço já apropriado pelas crianças e no qual os responsáveis por elas se sentiam seguros em deixá-las brincar. No entanto, esses argumentos não surgiram em nenhum momento ao longo das reuniões precedentes. Sem dúvida que a reversão do processo de territorialização do terreno seria positivo para os moradores, assim como a construção de um equipamento coletivo como era proposto. Mas em razão também da insistência da BPs em tomar a frente do processo de produção do parquinho em alguns momentos, ao sugerirem, por exemplo, que poderiam assumir o embate com o grupo de lideranças para implantação do parquinho no terreno da Igreja/ Creche, pode-se cogitar que por detrás dessa tentativa de

desterritorialização estava o interesse da BPs em encontrar nesse processo margem para sua permanência na Ocupação e manutenção dessa como seu território.

A territorialização da Ocupação pela BPs instituiu, já no início, um obstáculo à autonomia coletiva dos moradores porque colocou acima deles uma entidade externa. As ocupações deveriam ser territórios dos moradores e não de agentes externos, mesmo daqueles que contribuíram de forma indispensável para sua formação e consolidação. A Ocupação Dandara também não deveria ser territorializada por determinados grupos internos, como é o caso do grupo de lideranças e daqueles envolvidos com o tráfico. Considerando ainda que, se por um lado a intenção da BPs é estabelecer uma hegemonia que faça frente ao modo de produção capitalista e, portanto, tem um objetivo que é coletivo, o grupo de lideranças e aqueles ligados ao tráfico em algumas ocasiões agem visando seus próprios interesses e de forma bastante perversa, destruindo qualquer possibilidade de ação dos demais moradores e por isso dificultando enormemente ganhos de autonomia coletiva.

5. A REPRODUÇÃO DE UMA DEPENDÊNCIA

Esse capítulo tem como objetivo retomar as discussões anteriores e refletir sobre como a atuação do grupo de suporte reproduz uma relação de dependência. Nesse capítulo dá-se atenção especial para a relação entre arquitetos e moradores e, sobretudo, para como o *modus operandi* desses profissionais além de ser inadequado ao contexto da Ocupação ainda perpetua a dominação de uma classe sobre os moradores. Ao mesmo tempo, pretende-se nesse capítulo identificar aberturas para subverter essa heteronomia e apontar possíveis alternativas para a atuação, principalmente dos arquitetos na Ocupação, que favoreça ganhos de autonomia individual e coletiva.

A atuação dos técnicos em espaços de grandes fragilidades, como são as favelas e as ocupações, se dá, em geral, de duas maneiras: compondo o staff administrativo do Estado e se posicionando, então, para cumprir seus desígnios ou se opondo a esse, atuando junto aos moradores com o objetivo de fortalecê-los diante das forças repressoras do Estado. Nessa segunda forma de atuação a presença dos técnicos traz grandes vantagens às lutas urbanas, tendo em vista que eles se opõem a discursos hegemônicos e fortalecem a resistência dos moradores a ações arbitrárias. Em relação a isso vale relatar, brevemente, uma situação ocorrida na Vila Santana do Cafezal²⁰ que ilustra as vantagens advindas da atuação dos técnicos. Os moradores de uma parte da vila, situada no Aglomerado da Serra na região centro-sul da cidade, estavam desde 2013 ameaçados de despejo sob a justificativa por parte da prefeitura de que suas casas estavam sobre uma área de risco geológico. O laudo elaborado por técnicos da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), vinculada à prefeitura, afirmava que havia o risco de rastejamento das placas de rochas que caracterizam a formação geológica do terreno e que em determinadas partes esse processo já estaria ocorrendo, gerando riscos de desmoronamentos e prejuízos diversos. Muitos dos moradores da vila cederam à pressão da prefeitura e aceitaram deixar suas casas em troca de bolsas aluguel e da promessa de posteriores reassentamentos em unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Nesse processo, alguns moradores desconfiaram do laudo apresentado e contataram as professoras e arquitetas Margareth Maria de Araújo Silva e Raquel Manna Julião, solicitando a visita delas ao terreno para um parecer

²⁰ A situação descrita aqui foi narrada pela professora Margarete Maria de Araújo Silva em uma das aulas da Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo em Assentamentos Precários ministrada por ela na Escola de Arquitetura da UFMG em agosto de 2014.

acerca da situação. Nessa visita elas observaram que, ao contrário da afirmação do laudo, a formação geológica do terreno não indicava risco que justificasse o despejo das famílias residentes. A partir de então as arquitetas solicitaram a assistência de um geólogo para a elaboração de um contra laudo que foi apresentado à Urbel. Esse contra laudo serviu para fortalecer os moradores diante das ações de despejo. É importante salientar que no laudo apresentado pela Urbel constavam algumas situações absurdas, como, por exemplo, fotos de um banco de concreto inclinado inserido na Praça do Cafezal alegando que sua inclinação advinha do processo de deslocamento do terreno. Entretanto, observou-se no local que o banco havia sido construído com essa inclinação e que essa conformação servia para que os usuários pudessem fazer exercícios físicos, como abdominais e flexões. Outro ponto curioso é que o laudo apresentava fotos do asfalto rachado da via no entorno da Praça do Cafezal, o que reafirmaria o risco geológico. No entanto, nessa mesma praça foram instalados equipamentos de ginástica que fazem parte do programa da prefeitura “Academia da Cidade”, implantados posteriormente à elaboração do próprio laudo. O que mostra, no mínimo, uma incoerência da prefeitura: se o terreno estava em situação de risco geológico, porque a própria prefeitura construiu um equipamento público em uma área fadada ao desmoronamento? É comum que as justificativas de risco geológico sirvam para comover e pressionar os moradores a se retirarem, mas cabe destacar que muitas dessas áreas de risco coincidem justamente com áreas onde há interesse do mercado imobiliário ou do próprio Estado.

Além dessa, diversas outras situações expressam o peso que possui a “voz” dos técnicos em espaços como as favelas e ocupações em detrimento dos moradores. A própria consolidação de algumas ocupações e a resistência de outras se deve, enormemente, à atuação dos técnicos que formam o grupo de suporte, sejam eles militantes ou apoiadores. O envolvimento dos técnicos nas ocupações confere a essas maior legitimidade e destaque diante da opinião pública, o que garante, como já foi dito, um ônus político em um possível processo de reintegração de posse. A presença do grupo de suporte contribui para impedir ataques aos direitos humanos, os quais frequentemente são ignorados pelas polícias no processo de formação das ocupações ou nos processos de reintegração de posse, além de possibilitar negociações. A ocupação Guarani Kaiowá é um exemplo notável disso. A primeira tentativa de ocupação do terreno, sem o apoio dos técnicos vinculados ou não aos movimentos sociais ou organizações políticas, não apenas fracassou como evidenciou a propensão à violência contra a ralé, comumente empregada quando se trata de defender a “sagrada” propriedade privada. Lourenço (2014) conta que na primeira tentativa de ocupação do terreno, vago há

várias décadas, os ocupantes, e em especial as mulheres, foram agredidos por um representante da construtora Muschioni, proprietária do terreno, na reintegração de posse.

Aí, ele falou bem assim: “Vocês são um bando de filho de uma égua, um bando de mulher à toa. Nas suas casas não tem umas vasilhas para vocês lavar?” Ele xingou a gente de um tanto de outras coisas e disse isso de novo. Eu falei, Não tem não! E, se existe um Deus, o senhor vai perder esse lote. Porque agora nós enfezamos e não vamos mais sair daqui não! A polícia mandou nós sair assim mesmo. Nós tivemos que nos retirar, porque eles chamaram o reforço, nós tivemos que nos retirar, estávamos indignados. (LOURENÇO, 2014, p. 67²¹)

Os ocupantes foram facilmente retirados do terreno sem que fosse necessário até mesmo que o proprietário comprovasse, de forma apropriada, a posse do terreno. Não houve espaço para negociações com os ocupantes. Tal situação representa não apenas a facilidade de se agredir a ralé mas também a normalização da violência contra a mulher, que é a parcela mais oprimida da ralé estrutural. A condição de fragilidade dessas pessoas é reafirmada em inúmeras situações de opressão. A formação da ocupação no mesmo terreno só foi possível com o envolvimento da BPs, após essa ter sido indicada por um policial que se solidarizou com os ocupantes.

O policial falou, “Assim, vocês não ganham. Não vou dar meu nome nem nada. Eu conheço uma ocupação que ela está dando certo, porque por trás dela, tem advogado”. Eu pedi a ele mais informações. A Dirlene, que é muito para frente, falou, dá pra nós o telefone aí! Ela correu, pegou a caneta, anotou e telefonou para as Brigadas. (LOURENÇO, 2014, p. 67²²)

São inúmeros os exemplos que ilustram o descaso com a ralé e que reafirmam a necessidade do suporte dos técnicos em determinadas situações. Ao mesmo tempo, nota-se na Ocupação Dandara que a atuação desses mesmos atores engendrou uma relação de dependência que termina por dificultar ganhos de autonomia coletiva, que é condição para a emancipação social. Tal situação gera, portanto, um paradoxo: a atuação dos técnicos tem-se mostrado necessária nas lutas que têm como horizonte a emancipação social, ao mesmo tempo, comumente essa atuação coloca obstáculos a ela. Em vista disso é necessário refletir acerca das origens desse paradoxo e como a atuação dos técnicos na Ocupação Dandara, e em outras, pode superá-lo ou, por outro lado, reiterá-lo.

²¹ Entrevista concedida por Jéssica Natasha da Cruz Vidal a Tiago Castelo Branco Lourenço em 14 jan. 2014.

²² Entrevista concedida por Maura da Silva a Tiago Castelo Branco Lourenço em 14 jan. 2014.

Antes de mais nada, é devido ressaltar que essa condição de superioridade do grupo de suporte em relação aos ocupantes contraria o princípio da política, de acordo com a definição de Rancière (1996), que estabelece a igualdade “[...] de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.” (RANCIÈRE, 1996, p. 372). Posto que embora ambos tenham a capacidade de falar, somente um deles é ouvido. Em nossa sociedade os indivíduos não são ouvidos simplesmente por terem a capacidade inata da fala, mas por essa capacidade ter sido antes legitimada ou não. Não desconsidero os relevantes casos em que os oprimidos reivindicaram sua própria voz e seu protagonismo sem dependerem de outros para serem ouvidos, mas essa não é a conjuntura mais comum, especialmente no contexto das ocupações da RMBH. A presença dos técnicos é, portanto, condição para que as reivindicações dos moradores das ocupações sejam ouvidas. Dessa forma, a dependência em relação aos técnicos é imposta a priori, quer os moradores queiram ou não ou quer eles tenham consciência disso ou não. Assim, não podemos falar na *criação de uma dependência*, porque ela já está posta, mas na *reprodução* dela.

A legitimidade advinda do envolvimento dos técnicos na Ocupação Dandara é apropriada pelo grupo de suporte, como de fato deve ser. Contando com poucas armas e um inimigo poderoso essa é uma vantagem da qual não se pode abrir mão. O que é bastante problemático é quando o grupo de suporte se apropria dessa legitimidade internamente, mesmo que inconscientemente, para gerar um consenso entre os moradores. Evidencia isso a situação da escolha do terreno para a construção da Creche na porção mais central da Ocupação, defendida por um dos “intocáveis”, ainda que muitos moradores preferissem que o equipamento fosse construído em uma área mais próxima à entrada pela Rua Petrópolis, próxima ao Centro Comunitário. Outro exemplo são as diversas áreas que foram reservadas para o cultivo, ainda que os moradores não tivessem condições de efetivamente cultivá-las. Cabe dar destaque ainda a prioridade que foi dada à construção do Centro Ecumênico, que não partiu dos moradores, mas especialmente dos apoiadores ligados à Igreja Católica. Soma-se a isso o fato dessa apropriação, na maioria das vezes, não ser percebida ou refletida nem pelo grupo de suporte e nem pelos moradores. Algumas condições preestabelecidas fazem com que os integrantes do grupo de suporte deixem de perceber o peso inerente a sua voz. A formação universitária é dirigida de forma a reafirmar a superioridade dos técnicos diante daqueles que não possuem a mesma instrução. A universidade opera como um grande provedor de capital cultural, que constitui juntamente com o capital econômico os meios de

legitimação da fala dos indivíduos. É comum até que ambos estejam associados, mas sobretudo o capital cultural opera com grande força de legitimação nesse contexto.

Bourdieu (1998) distingue três estados de capital cultural: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. O primeiro é aquela forma de capital que foi incorporada ao longo dos anos pelo indivíduo, de tal forma íntima e subjetiva que não se deixa apreender por fórmulas econômicas. O capital incorporado diz respeito aos gostos, atitudes e preferências e é transmitido desde a mais tenra idade, “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um habitus.” (BOURDIEU, 1998, p. 75). O segundo, o capital objetivado, diz respeito à posse de bens culturais produzidos pela sociedade que possuem um valor em si. Os bens culturais podem ser apropriados economicamente ou, de outra forma, serem objetos de apropriação simbólica. Essa apropriação simbólica requer capital incorporado: “Para possuir máquinas, basta ter capital econômico; para se apropriar delas e utilizá-las de acordo com sua destinação específica [...], é preciso dispor, pessoalmente ou por procuração, de capital incorporado.” (BOURDIEU, 1998, p. 76). O último estado é o capital cultural institucionalizado, constituído pelos diplomas, qualificações e realizações acadêmicas que o indivíduo possui.

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. Ela institui o capital cultural pela magia coletiva, [...] (BOURDIEU, 1998, p. 77).

Conquanto as demais formas de capital cultural componham também o “halo” de legitimação que recobre os técnicos, o capital cultural institucionalizado é o mais facilmente apreensível objetivamente. Illich (1996) afirma que na sociedade moderna a educação se transformou em produto, pelo qual pagam poucos com a promessa de que esse investimento será reembolsado e multiplicado na forma da submissão de muitos. As universidades tem como função a inculcação ideológica de que esse produto opera como uma validação da superioridade dos indivíduos iniciados diante daqueles que não o possuem.

Aprendem a definir-se como detentores de um lote de conhecimentos na especialização em que investiram o tempo. Aprendem, finalmente, a aceitar sem revolta *seu* lugar dentro da sociedade, ou seja, a classe e a carreira

exactas que correspondem respectivamente ao nível e ao campo de cada especialização escolar. (ILLICH, 1996, p. 82-83)

Isso é ainda mais óbvio em um país como o Brasil em que por conta das enormes disparidades o acesso a esse produto ainda é restringido para a ralé. Mesmo após os programas que efetivamente ampliaram o acesso dos mais pobres ao ensino superior, existem ainda barreiras que não podem ser superadas apenas na base de programas assistenciais. Deve-se levar em conta que mesmo ampliando o acesso à universidade, há condições que estão baseadas na própria socialização da ralé, no seu capital incorporado, e ainda outras condições materiais que não são suficientemente tratadas por esses programas. Essas condições dificultam enormemente tanto o acesso quanto a permanência nas universidades – questões como o apoio da família, dificuldade de pensar prospectivamente, introjeção da inferioridade propalada pela meritocracia, racismo, machismo, possibilidade de conjugar trabalho e estudo, condições econômicas de arcar com os custos de condução e materiais escolares, dentre outras. Como essas condições não são postas claramente ou são amplamente refletidas na sociedade, realimenta-se a ideologia da meritocracia, de que aqueles que detém o produto que é a educação o alcançaram por esforço individual e que aqueles a quem o acesso a esse foi negado não o possuem meramente por falta de esforço. Na Dandara essa conjuntura além de reafirmar a superioridade dos técnicos também corrói gravemente a já desgastada autoestima coletiva dos moradores, o que faz com que grande parte deles aceitem passivamente o engodo da superioridade dos técnicos e reconheçam que a dependência desses não apenas é necessária como é benéfico que seja constantemente realimentada.

Essa suposta superioridade de saberes está tão introjetada que é reproduzida mesmo pelos militantes e apoiadores que desejam romper com a lógica capitalista, que é a origem dessa exclusão e dessa relação de dependência. Quanto a isso é importante retomar brevemente a questão do protagonismo. Por não perceber sua posição de “intocável”, o poder de sua fala como algo imanente, o grupo de suporte interdita em algumas situações o protagonismo que deveria ser dos moradores. Gera-se a partir daí uma relação de dependência do grupo de suporte e uma crença de que eles são aptos a decidir “melhor”. Não obstante, conquanto essa relação de dependência seja favorecida pela própria condição de socialização da ralé, que tem uma tendência à submissão e “[...] aceita, espontaneamente e por antecipação, os limites (de classe) impostos — sem ser preciso recorrer a qualquer justificação racional para essa atitude (antes de se poder pensar o que fazer, o corpo já age).” (SOUZA, J., 2009, p. 264-265), é

preciso que os técnicos estejam atentos para não reforçar essa passividade. Cabe considerar que o infrapoder heterônomo opera de modo perverso no imaginário coletivo da ralé, posto que por seu estado de “ser menos” (FREIRE, 1987), pela repressão de sua autoestima, é dificultada a reflexão por essa classe sobre sua própria condição e sobre sua potência de “ser mais” (FREIRE, 1987), o que favorece sua submissão diante dos técnicos. Quanto a isso é significativo a posição de algumas moradoras durante o processo de produção do parquinho quando demonstravam uma naturalização da necessidade de haver alguém a frente delas conduzindo o processo. A naturalização dessa dependência é evidenciada na fala de uma liderança que criticou a BPs por essa não ter prestado assistência à Ocupação da forma como achava que deveria: “A Brigadas Populares não fizeram nada aqui. Tipo assim... aí quando estava abandonado aí nós chegamos.” (DANIEL, 2015, integrante do grupo de lideranças). Desse modo, mesmo que o grupo de suporte reproduza uma relação de dependência, há uma expectativa dos moradores que vai além da própria capacidade desse grupo. Essa expectativa evidencia que o assistencialismo é introjetado como uma necessidade por muitos moradores, o que acaba dificultando que o grupo de suporte rompa com a relação de dependência. É importante destacar que tendo em vista os conflitos existentes na Ocupação, infelizmente, há em algumas situações a necessidade da mediação de um agente externo. Especialmente nos momentos em que foi necessário negociar com as lideranças para podermos implantar o parquinho, foi importante que eu tomasse a frente do processo. Apesar disso, foi fundamental que essa tenha sido uma decisão dos moradores, baseada na percepção deles sobre as relações na Ocupação, e não minha.

Embora defenda que o grupo de suporte deva assumir um papel secundário na Ocupação e critique o posicionamento de muitos técnicos nesse contexto, isso não significa que os técnicos não possuam conhecimentos úteis e que não contribuam de forma crucial para a ação. Contudo, é necessário que esses conhecimentos sejam colocados como *instrumento a serviço dos moradores* e não para reproduzir uma dependência que é, por fim, mais um mecanismo de dominação. Tendo isso em vista, é necessário que empreguemos esforços no sentido de identificar as ocasiões em que reproduzimos essa dependência e reafirmamos essa suposta superioridade.

5.1.1. O projeto como instrumento de legitimação

Especialmente no caso da atuação dos arquitetos na Ocupação, os seus projetos são instrumentos fundamentais para a afirmação da suposta superioridade de seus conhecimentos diante dos moradores. Para outros profissionais, como advogados e geógrafos por exemplo, em geral não há nenhuma vantagem específica na apresentação de seus laudos, ou quaisquer outros documentos produzidos por eles, aos moradores. Sua legitimidade advém muito mais de sua fala que propriamente de seus produtos. Assim, se por um lado é bastante comum a atuação de advogados e outros profissionais que não se traduza em algum material, é bem mais difícil imaginar a atuação de arquitetos que não seja “corporificada” em um projeto. E esse projeto nem sempre resulta na produção do espaço, na realidade, frequentemente, o resultado da atuação dos arquitetos na Ocupação fica restrito somente ao projeto. O atrelamento da atuação do arquiteto ao projeto é tão forte na Ocupação, muito em razão da centralidade que o projeto urbanístico dessa teve, que para os moradores é difícil pensar em como planejar um espaço sem que esse processo tenha como resultado um desenho convencional. Na terceira reunião do processo de produção do parquinho, em que estiveram presentes alguns delegados, isso ficou bastante claro. Como já foi apontado no relato do processo de produção do equipamento, mesmo após explicar que a proposta não era de uma atuação convencional, em que o arquiteto após ouvir as demandas dos moradores se especializa em um projeto, muitos delegados tiveram dificuldades em compreender como planejaríamos um espaço sem o desenho do mesmo. Alguns delegados reafirmaram a necessidade do desenho para que pudessemos compreender as dimensões do espaço e onde seriam instalados cada brinquedo. Ainda que eu ressaltasse a possibilidade da compreensão desses aspectos de outra forma, com maquetes por exemplo, alguns ainda ficaram reticentes quanto à forma como o processo seria conduzido. Como nessa reunião estávamos discutindo o local de implantação do parquinho, um delegado deu a entender que eu deveria elaborar dois projetos; um para cada um dos terrenos que tínhamos em mente para a inserção do equipamento. Somente após explicar, novamente, que não iria fazer um projeto e que a proposta era planejarmos juntos e, ainda, que esse processo dependeria da escolha do terreno em que o parquinho seria implantado, é que eles pareceram compreender melhor a proposta. É interessante ver como a necessidade de um projeto é incorporada mesmo por aqueles que estiveram historicamente afastados do campo da arquitetura. Não obstante, cabe refletir de onde vem a incorporação dessa necessidade, já que a maioria dos moradores só tiveram contato com arquitetos e com seus projetos após virem morar na Ocupação.

Quando na primeira reunião com as integrantes do grupo de discussão eu expus minha percepção acerca de como a atuação dos arquitetos na Ocupação engendrava uma relação de dependência, havendo a necessidade da elaboração de um projeto por eles sempre que se desejava produzir um equipamento coletivo, surgiu uma discussão interessante que evidenciou que o projeto não é uma demanda dos moradores, mas é uma necessidade imputada pelo grupo de suporte.

No nosso caso a gente não fala nada pra arquiteto não... [risos]. No nosso caso é só nós e nós. No caso de morador de ocupação, morador de bairro comum, de periferia. A gente nunca avisa nada pra arquiteto não! A gente mesmo que decide, a gente mesmo que faz, e assim... a gente teve contato com arquiteto agora aqui na Dandara. Antes assim, a gente nem sabia qual que era o serviço do arquiteto. [...] arquiteto e engenheiro era quase tudo a mesma coisa. (LARISSA, 2015, moradora)

Inicialmente as demais moradoras se mostraram mais reticentes. Embora elas tenham ressaltado a importância do projeto, uma delas reconhecendo que “tudo deveria ser projetado, desde calçada e rua.” (ELIANE, 2015, moradora) e consigam delimitar superficialmente o campo de atuação dos arquitetos, o seu *modus operandi* não está bem claro para elas. A moradora Mariana conta a respeito das reuniões com os estudantes de arquitetura, que elaboraram projetos da Creche, que não sabia como “aquela conversa toda” iria resultar efetivamente no espaço. A mesma moradora consegue definir algumas vantagens da atuação do arquiteto e valida, a partir delas, a crença na superioridade de sua opinião em detrimento dos moradores.

Mesmo que a gente tenha uma opinião de casa, uma opinião de fora que é... né? Melhor e mais aprendiz é melhor né? Porque às vezes a da gente... a gente olha ali e acha que vai ser uma coisa e não vai ser. Igual, eu acho que o arquiteto é muito importante! Sabe... mesmo pra divisória, pelo tamanho, largura, é... talvez até pelo... o modo que ele vai planejar no papel, e o gasto que vai ter depois no depósito. Isso é muito importante. (MARIANA, 2015, moradora).

Os moradores da Ocupação não dependem de um projeto para orientá-los no processo de construção. São eles que edificam suas próprias casas, bem ou mal de acordo com a “lente” pela qual se olha. Não somente a ralé não precisa de um projeto para orientar a construção, mesmo a classe média esteve fora do que foi considerado, durante muito tempo, como objeto

do campo da arquitetura; “Arquitetos projetando moradias particulares fora das elites é algo relativamente novo, que só teve início no século XIX.” (NOGUEIRA, 2010, p. 18). Os moradores da Ocupação sempre foram produtores de seus espaços e não meros usuários. De outra forma, a lógica do projeto opera com a premissa de que os usuários e construtores são apenas agentes passivos da produção do espaço. Apesar do fato da lógica do projeto ser assaz heterônoma, ela serve aos canteiros de obras convencionais inseridos na cidade formal. Nesse caso, os códigos por detrás da representação do projeto são compreensíveis e manipuláveis apenas pelos técnicos que irão orientar os trabalhos dos operários. No entanto, na autoprodução, em que o morador é quem irá efetivamente construir a edificação, o projeto não possui a mesma “eficácia” justamente porque esse precisaria ser decifrado por aqueles que não possuem o conhecimento técnico para fazê-lo. Além disso, o histórico distanciamento do campo da arquitetura em relação ao canteiro de obra gerou profissionais que, em geral, são ótimos em representar espaços, segunda a lógica do desenho técnico, e péssimos em dar soluções efetivas para questões construtivas, que são as demandas reais dos moradores da Ocupação. Isso não significa que em diversos casos a atuação dos arquitetos não traga reais benefícios aos moradores, sobretudo quando se trata de uma assessoria que não está colada na lógica do projeto, como é o caso do trabalho desenvolvido pela arquiteta Carina Guedes²³, também na Ocupação Dandara, que oportunizou ganhos de autonomia para as moradoras envolvidas.

A semelhança entre a configuração espacial da Ocupação Dandara (que obedeceu um projeto urbanístico) e da ocupação Camilo Torres (que não contou com um projeto) dá mostras de que a necessidade do projeto não está intrínseca às vantagens que ele poderia trazer para um espaço “melhor”, mas existe em razão da legitimidade que ele carrega. A elaboração dos projetos urbanísticos das ocupações é um importante instrumento de legitimação dessas justamente porque opera dentro de uma lógica reconhecida pelos meios formais de produção do espaço. Denota-se daí uma imagem de organização, distanciando, em certa medida, as ocupações das malquistas favelas. Essa legitimidade advém do forte capital simbólico inerente aos projetos de arquitetura (STEVENS, 2003).

Nada revela mais a extrema importância do aspecto simbólico da arquitetura do que o fato de os desenhos de edifícios serem pelo menos tão importantes

²³ A experiência de assessoria técnica prestada pela arquiteta Carina Mendonça é relatada em sua dissertação de mestrado: “ARQUITETURA NA PERIFERIA: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres”, 2014.

quanto os objetos que representam. Um projeto não executado possui virtualmente a mesma força simbólica que um edifício real; desse modo os desenhos daqueles de vanguarda são tão valorizados quanto os produtos construídos. [...] Na verdade, em um concurso pode ser melhor obter uma menção honrosa do que o primeiro lugar, porque assim o arquiteto não corre o risco de perder capital por ter seu projeto alterado, caso venha a ser construído. (STEVENS, 2003, p. 116).

A exibição dos projetos urbanísticos da Ocupação Dandara e, posteriormente, da ocupação Guarani Kaiowá na 9ª e na 10ª Bienal de Arquitetura em São Paulo, respectivamente, operam nessa mesma lógica. O projeto carrega um capital simbólico que serve para conquistar simpatias e ampliar a visibilidade das ocupações. Vale destacar que a apresentação dos projetos urbanísticos na bienal vem à reboque da cada vez mais comum valorização da “estética” da pobreza, que, comumente, ao invés de problematizar os aspectos que são cruciais para a compressão das origens da pobreza, funciona para minimizar o desconforto que essa causa. Como não há interesse em atacar as bases da desigualdade, é melhor então adaptar a imagem da pobreza ao gosto das classes dominantes, tornando-a mais palatável.

Ainda assim, é necessário reconhecer que o projeto ao ampliar a visibilidade das ocupações inegavelmente contribuiu para a resistência delas. Por outro lado, o projeto não se adequa à realidade dos moradores, u opera uma abstração descolada do contexto social das ocupações. O arquiteto e sociólogo Garry Stevens (2003) destaca que os arquitetos, em geral, estão pouco preocupados com as questões sociais. Historicamente, a preocupação dos arquitetos esteve muito mais voltada à “[...] determinação dos princípios abstratos subjacentes à forma construída.” (STEVENS, 2003, p. 23), que propriamente com as questões da sociedade. A centralidade que adquire o projeto é prova disso.

A história da teoria da arquitetura poderia ser escrita como um ciclo de teorias formalistas, seguido por uma crise de confiança, uma busca por valores externos nos quais fundamentar uma teoria da forma e, então, um aumento lento da introversão e do formalismo. Mais ainda, a arquitetura tem se alinhado, historicamente, com a filosofia e não com alguma das ciências sociais. Os debates acadêmicos e críticos são feitos nas altas esferas da teoria estética. (STEVENS, 2003, p. 24).

É necessário considerar que os arquitetos estiverem historicamente atuando à serviço das classes dominantes, elaborando projetos de edificações para a representação do poder econômico e simbólico. A arquitetura sempre esteve afastada dos setores mais pobres da

sociedade. A própria graduação é dirigida para formar um profissional que almeje trabalhar para aqueles que são capazes de reconhecer o refinamento e a superioridade de um projeto elaborado por ele e para quem as preocupações com questões econômicas ou funcionais são secundárias. A formação desses profissionais é voltada, via de regra, para a produção da “arquitetura extraordinária”:

Portanto, no segundo sentido do termo, a arquitetura [extraordinária] se compõe de edificações, paisagens ou lugares extraordinários, que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pelo campo. Tais objetos especiais são tema das publicações especializadas, da história da arquitetura ou da discussão entre profissionais, mas são relativamente irrelevantes para a vida cotidiana. (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008, p. 2).

Essa premissa tem sido mantida mesmo atualmente, quando a porção de clientes em potencial para a produção da arquitetura extraordinária é diminuta em relação ao número de arquitetos formados. O que faz com que, invariavelmente, grande parte dos arquitetos recém formados venha a trabalhar ou para aqueles arquitetos privilegiados que conseguem se inserir no restrito mercado da arquitetura extraordinária ou para os empreendimentos que não são considerados pelo campo como “verdadeira arquitetura” (STEVENS, 2003). Ainda é comum em muitos cursos de arquitetura que a maior parte dos trabalhos propostos seja voltada para a elaboração de projetos convencionais para os quais não há a exigência da preocupação com o custo. Por outro lado, há uma preocupação constante com a forma da edificação projetada, que deve responder a um partido arquitetônico; um conceito demasiado abstrato do projeto que guia as definições de programa e seu sentido estético.

Assim, se por um lado é desejável ou, melhor dizendo, é estimulado que o arquiteto como agente à serviço das classes dominantes esteja descolado das questões sociais, por outro, quando esse trabalha em espaços como ocupações e favelas é indispensável considerar a realidade social. Não obstante, nem sempre os arquitetos operam essa conversão quando trabalham com a ralé estrutural e terminam, mesmo que inconscientemente, reproduzindo relações de dominação que desejam combater. Observa-se na Ocupação que os arquitetos seguem trabalhando com a lógica dos usuários, salvo algumas exceções, o que ao invés de ampliar a possibilidade de ganhos de autonomia, vem colocar obstáculos a ela. Se o campo da arquitetura abstrai a realidade social, sofrem dessa abstração também as pessoas. A própria noção de “usuário” revela que o projeto opera uma abstração prática das pessoas

(LEFEBVRE, 2006). Os arquitetos trabalham segundo a lógica de que possuem a capacidade de traduzir nos projetos de edificação as necessidades de seus usuários e a esses caberia apenas usarem passivamente o espaço produzido, mais ou menos adequado as suas demandas reais. As pessoas são vistas assim “[...] como espectadores, não como agentes ativos.” (STEVENS, 2003, p. 21). A nomeação dos indivíduos como usuários opera no sentido de ocultá-los e torná-los adaptáveis aos espaços produzidos. No limite, não caberia ao usuário intervir na edificação construída segundo o projeto, mas apenas se adequar a ela. Tal situação é mostrada de forma bastante caricatural no texto “Sobre um pobre homem rico” de Adolf Loss (1890), quando um homem rico se vê abrindo mão de sua liberdade e autonomia após ter solicitado a um arquiteto que trouxesse arte para sua casa. O arquiteto a partir de então passa, além de decorar sua casa, a determinar suas vestimentas, sapatos, e todos os seus objetos, os quais deveriam seguir o mesmo senso estético adotado na decoração. Essa arrogância, bem típica da formação do arquiteto, não escapa completamente aos moradores, embora a posição de “intocável” que assumem os arquitetos ofusque essa percepção. Na primeira reunião uma das moradoras chegou a destacar que a importância do arquiteto é bastante relativa:

É tipo folgado igual pedreiro! Porque cê contrata pedreiro pra sua obra, e cê fala assim “ó, eu quero que faz assim, assim, assado!” e se você não ficar em cima, cê chega e sua casa tá de outro jeito (LARISSA, 2015, moradora).

Vale acrescentar que os ideais de autoria e de integridade do projeto estão atrelados a essa noção do usuário como agente passivo, segundo os quais a edificação não pode ser alterada. Nessa lógica as intervenções descaracterizariam e depreciariam o projeto e, junto dele, os valores simbólicos que carrega. Sobretudo na Ocupação, em que o projeto é divulgado como um avanço na luta, deixar de segui-lo significa a possibilidade de perder, em alguma medida, a validação gerada por ele. Na edificação do Centro Ecumênico ocorreu uma situação bastante interessante quanto a isso. O projeto previa que as naves laterais não fossem cobertas. A proposta era que fosse construído um pergolado sobre elas, no qual seriam plantadas trepadeiras que, posteriormente, cobririam essa estrutura. Entretanto, em conversa com a liderança Marisa (que é também integrante da Comissão da Igreja), no início de 2015, ela evidenciou como esse aspecto do projeto não considerava as reais condições dos moradores de manter a edificação.

Aí a gente começou a celebrar. Aqui, na hora que vinha chuva, a gente tava no altar ali, a gente molhava tudo. A chuva entrava dali, entrava dali, era

vento, uma ventania porque não tinha porta, quase matava a gente aqui. Aí ficamos, foi uma luta pro frei Gilvander aceitar que fechasse ali. Um dia, numa reunião, eu falei “Gilvander, não dá pra continuar”. Ele falou “Marisa mas o projeto, não pode mudar o projeto”. Aí eu falei assim, nós vão passar pra ele [para o arquiteto], eu falei assim “o senhor vai arrumar alguém...quem vai ficar aguando planta aqui dentro da Igreja frei Gilvander? Ninguém tem tempo pra ficar cuidando não”. Aí ele desenhou, aqui fora, tudo... e eu falei “quem tem condição de pagar uma pessoa pra cuidar?”. Aí ficou discutindo isso, discutindo, discutindo com eles. Até que um dia eles caíram em si que tinha que fechar. Então que que adianta? O projeto é lindo, cê imaginar uma Igreja toda plantada aqui, toda coisa, é lindo, mas não é a nossa realidade. (MARISA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

É preciso considerar que a noção de usuário não corresponde meramente à posição arrogante dos arquitetos. A invisibilização dos usuários é acima de tudo uma forma de manter o consenso pelo amansamento dos indivíduos. Ao mesmo tempo que a teoria da arquitetura evita o social, ela evita também as problematizações inerentes a ele. O arquiteto ao deixar de considerar o contexto social, reproduz uma lógica de dominação. Além disso, ao contrário do que os arquitetos parecem querer acreditar, a sua atuação na Ocupação, frequentemente, coloca muito mais obstáculos à emancipação do que estimula avanços em direção a ela. A centralidade do projeto como condição para a produção dos espaços coletivos termina por desvalorizar os conhecimentos dos moradores e fomentar a passividade deles.

É forçoso reconhecer que na Ocupação o projeto só possui centralidade porque o grupo de suporte ressaltou em vários momentos sua importância. Desse modo, a dependência em relação aos arquitetos é antes imposta do que de fato é fruto de uma demanda dos moradores. No contexto das ocupações, de modo geral, os arquitetos possuem uma posição muito mais ativa do que eu havia presumido a princípio. As ocupações e favelas têm-se tornado, cada vez mais, espaços de atuação desses profissionais. Além disso, os arquitetos são comumente chamados para atuar nesses espaços seja por organizações ou por movimentos populares. Não obstante, observou-se na Ocupação que o projeto além de validar, em alguma medida, a existência dessa externamente, ele tem como efeito legitimar as propostas dos arquitetos e da organização política entre os próprios moradores, exercendo uma pressão sobre esses que termina por reafirmar a superioridade do grupo de suporte. Assim, forçou-se uma relação de dependência, já que embora os moradores não dependam do arquiteto para a produção dos espaços, a presença desse é colocada, ainda que implicitamente, como condição para a legitimação dos processos de intervenção nos espaços coletivos.

Conquanto essa condição opere no sentido de desvalorizar os conhecimentos dos moradores e ressaltar a superioridade dos técnicos, na Ocupação Dandara observa-se que a mediação do arquiteto é necessária para o andamento de determinados processos, como foi o caso do processo de produção do parquinho. Se por um lado as lideranças têm autonomia para fazer intervenções sem o auxílio de um arquiteto – como é o caso da construção do muro e dos canteiros e, ainda, da proposta da construção de uma catequese ao lado da Igreja –, essa mesma autonomia é negada para outros moradores. Tendo em vista as complexas relações de poder que já foram objeto de reflexão em outros tópicos, dificilmente um processo como a produção do parquinho seria sustentado sem a legitimidade conferida pela presença de um arquiteto. Em vários momentos do processo observo que só houve a possibilidade de negociação em razão da minha presença.

Nesse contexto o projeto é utilizado como instrumento de legitimação pelos próprios moradores e pode servir a diferentes interesses, tanto para validar quanto para atravancar propostas. O projeto da Creche, por exemplo, serviu para legitimar o argumento daqueles moradores que defendiam a implantação do parquinho no terreno da Igreja/ Creche. Tal argumento foi utilizado não apenas pelos moradores mas também por militantes que defendiam a implantação no mesmo terreno.

Eu pensei no espaço da Igreja porque, primeiro: é um parquinho que já tá no projeto da Creche. E um dos argumentos que a gente vai ter, porque realmente as coisas aqui na Dandara pra fazer é muito difícil. Muito difícil, as vezes a gente tem alguns conflitos, igual ela que tá vindo por agora, as vezes a pessoa entra aqui na Dandara e pensa “aqui dá tudo certo!”. Não, aqui dá errado igual a qualquer outro lugar. Só que assim... com o argumento de que já é uma parte do projeto da Creche que a gente tá concluindo... e fez a primeira fase, agora nós vamos partir pra segunda fase, “qual vai ser a segunda fase? A segunda fase vai ser o parquinho”. (LARISSA, 2015, moradora).

O projeto serviu para argumentar não somente quanto à legitimidade da inserção do parquinho naquele terreno, mas também para evitar novas discussões e os conflitos que poderiam advir delas.

Primeiro. É.. a gente tá partindo pra uma etapa da construção da Creche. Primeira coisa que eu acho, SE for esse espaço o escolhido, o que tem que entrar na nossa cabeça é isso. Nós estamos concluindo mais uma fase da

construção da Creche. É só isso que nós estamos fazendo! Nós não estamos simplesmente fazendo um parquinho pra Dandara [...] Então se nós estamos fazendo o projeto, né, do... da Creche, se nós estamos concluindo alguma coisa da Creche, a primeira coisa é que a gente não tem que pedir licença pra ninguém! É ir lá e fazer! Quando alguém conseguir algum apoio, alguma coisa pra poder fazer uma segunda parte ou uma terceira parte que seja, da Creche, a pessoa vai lá e vai fazer! É a Creche que está sendo levantada! Bom, então, né, não é de pedir licença, de ir lá comunicar e tal. (LARISSA, 2015, moradora).

Entretanto, ao contrário do que dá a entender a fala da moradora, a negociação com o grupo de lideranças sempre esteve posta como uma necessidade devido a clara territorialização do terreno da Igreja/ Creche. Cabe salientar ainda que a despeito do argumento de que o parquinho seria uma etapa da construção da Creche, era bastante claro para todos os moradores do grupo de discussão que essa dificilmente seria construída, como a própria Larissa reconheceu:

Posso falar a verdade? Essa Creche nunca vai sair! Essa Creche nunca vai sair gente! Ali pode sair um parque, ali pode sair uma cozinha, pode sair um outro Centro Comunitário, mas uma Creche não vai sair dali! *Porque não precisa, porque a gente não tem condições financeiras nenhuma, pra poder fazer aquele projeto.* [...] *Só que é um argumento que nós temos hoje, porque, é um espaço que tá preservado pra isso! Entendeu?* (LARISSA, 2015, moradora).

Mesmo que a Creche não venha a ser construída, o projeto dela possui alguma legitimidade justamente pelo envolvimento de muitos moradores tanto na decisão do local onde a Creche viria a ser implantada, quanto na escolha do próprio projeto, embora nenhum desses dois processos tenham sido realmente autônomos. Vale lembrar que o local inicialmente apontado pelos moradores para a implantação da Creche era uma área próxima ao Centro Comunitário. Entretanto, em razão da posição do frei Gilvander em favor da escolha pela área próxima à Igreja e considerando a força que sua opinião tinha naquele momento, decidiu-se que a Creche seria implantada nesse espaço sem que os moradores contrários à decisão fossem devidamente ouvidos.

O Frei Gilvander, ele é o máximo, mas o que ele indicava aqui, não é nem o que ele falava não, é o que ele indicava que seria bom, era bom! Tipo a questão da Creche. Nós moradores que moramos aqui nesse espaço, a gente não queria a Creche ali. Eu especialmente, porque me disseram, quando eu vim pra cá, que ali seria uma pracinha e tal. Eu fiz a minha casa acreditando que ali seria uma pracinha, a minha vizinha a mesma coisa. Aí tinha gente

que queria pegar um pedaço da área e tal, aquela coisa toda. E todos que estavam aqui, tinham um motivo para não querer a Creche aqui. Aí o Frei Gilvander disse assim em uma assembleia: *Olha gente! Lá as crianças serão abençoadas porque estão próximas à Igreja. Eu falei! Pqp! As crianças serão abençoadas em qualquer lugar, caramba!* (LOURENÇO, 2014, p. 119²⁴).

Outros projetos servem, ao contrário, para inviabilizar propostas. Na segunda reunião a moradora Larissa, ainda defendendo a implantação do parquinho ao lado da Igreja, argumentou que a inserção desse parquinho ao lado do Centro Comunitário, como era defendido por outras moradoras, poderia acarretar em ainda mais conflitos, tendo em vista já estar previsto para o local outros equipamentos:

Eu acho que aqui [ao lado do Centro Comunitário] seria positivo se fossemos fazer o campo! Eu acho que o parquinho dá BO. Porque o povo fica assim “oh! Mas aí ia ser campo”, mesmo que ninguém nunca vai fazer, mas eles ficam assim “aí vai ser o campo”. É a mesma coisa de lá por exemplo a gente fazer o campo lá, eles vão falar assim “ah, mas lá é o espaço da Creche!”. Sabe que mesmo que daqui a duzentos anos ninguém vai fazer, mas vai implicar, porque ali é o lugar da Creche! Aí dá pra gente fazer, no caso, eu acho que se fosse o caso de fazer o campo. (LARISSA, 2015, moradora).

Mesmo quando a Mariana sugeriu implantar o parquinho do outro lado do Centro Comunitário, fora do espaço a que a Larissa se referia, a moradora argumentou que ali estava previsto um Centro de Referência da Juventude e que seria necessário, portanto, discutir a destinação desse espaço. Em outros momentos, em conversa com as lideranças eles se utilizaram da mesma estratégia, só que nesse caso servindo ao interesse de atravancar a proposta do parquinho. Na terceira reunião, por exemplo, em vários momentos os delegados ficaram reticentes quanto à escolha do local de implantação do parquinho, afirmando ser necessário verificar se já não estavam previstos outros projetos para os dois terrenos sugeridos.

Entretanto, é importante frisar que não é o projeto em si que possui a qualidade de, magicamente, legitimar alguma proposta. Se assim fosse, a existência de um parquinho em um projeto de agricultura urbana previsto para a área ao lado do Centro Comunitário (o qual conhecemos na primeira reunião quando observamos algumas pranchas do projeto no Centro Comunitário) seria suficiente para conferir legitimidade à escolha desse espaço, mas esse

²⁴ Entrevista concedida por Luciana da Cruz a Tiago Castelo Branco Lourenço em 03 jan. 2014.

projeto nunca foi usado como um argumento nesse sentido. São as pessoas que de acordo com seus interesses se valem dos diferentes projetos para defender suas variadas posições. É claro que alguns projetos tem mais destaque que outros, como é o caso da Creche em relação a esse projeto de agricultura urbana. Entretanto, mesmo projetos menos conhecidos ou divulgados foram utilizados para legitimar ou inviabilizar propostas.

Cabe ainda ressaltar que mesmo essa legitimação conferida pelo projeto é mais ou menos forte conforme alguns aspectos: percepção crítica dos moradores, interesses envolvidos e percepção pelos moradores do caráter coletivo dos espaços. Ademais, essa legitimação está, sobretudo, submetida às relações de poder, tendo em vista que ainda que utilizássemos o argumento do parquinho como uma etapa da Creche, por fim, foi vetada pelo grupo de lideranças a possibilidade da implantação do equipamento no terreno da Igreja/ Creche.

5.1.2. Sobre a imposição de uma lógica de morar

Para além da discussão acerca da instrumentação dos diferentes projetos, é necessário nos deter também no conteúdo deles. É válido lembrar que, de modo geral, os arquitetos, assim como os demais integrantes do grupo de suporte, são de uma origem social diferente dos moradores. Enquanto grande parte dos primeiros pertencem à pequena burguesia, a maioria dos moradores podem ser identificados como pertencentes à ralé estrutural. Apesar das diferenças entre os atores, o espaço não é projetado segundo as vivências dos moradores, mas é formatado segundo a percepção dos arquitetos. A percepção pelo arquiteto do que seria mais adequado aos usuários não necessariamente está relacionada a sua própria vivência, mas à ideologia propagada no campo da arquitetura do que seria um espaço ideal. Exemplo disso são os projetos ao estilo das utópicas “Cidades Jardim”, à moda de Ebenezer Howard, que frequentemente aparecem nos concursos arquitetônicos. É importante considerar que no exercício do projeto se opera não meramente uma tradução das necessidades dos usuários, mas uma interpretação. E como toda interpretação, está sujeita aos preconceitos daquele que a opera. Entretanto, nem sempre esses preconceitos são percebidos. É bastante comum que os arquitetos não percebam que seus projetos carregam uma ideologia de classe. Assim, o arquiteto pensa estar elaborando um projeto para melhorar a vida dos usuários e frequentemente se espanta por suas mais altas aspirações para o espaço não terem se comportado na vida real tal como se mostravam para ele na abstração que é o projeto. Muitos projetos de revitalização urbana padecem do mal de terem, ironicamente, substituído espaços

cheios de vida por espaços inanimados e estéreis. Isso porque, comumente, a atenção dos arquitetos está no projeto, e não no complexo e imbricado espaço social. Importante considerar que a visibilidade e legitimidade dos projetos de parcelamento desenvolvidos para as ocupações advém, em grande medida, do fato desses terem como premissa o atendimento às legislações urbanísticas que vigoram na cidade. Entretanto, comumente essa premissa vem descolada de uma reflexão sobre como essas legislações se distanciam do contexto social dos moradores. Essa posição está atrelada à crença de que as legislações são necessárias para uma cidade supostamente melhor, sem problematizar o fato de que elas não são imparciais e de que essa concepção de “melhor” carrega as ideologias de uma classe. Mas como o grupo de suporte, de modo geral, compartilhava dessa percepção, essas questões não foram discutidas juntamente com os moradores da Ocupação, o que terminou por reproduzir uma lógica de morar de acordo com as percepções dos agentes externos.

É fundamental dar atenção ao fato de que o grupo de suporte não apenas reproduziu na Ocupação uma lógica de morar segundo sua própria condição de classe, como também desvalorizou muitas vezes as favelas, que têm sido por excelência os espaços dos mais pobres na sociedade e coincidem, portanto, com a origem da maioria dos moradores. Na ânsia de legitimar a Ocupação, comumente o grupo de suporte depreciava as favelas ao fazer uma distinção entre elas e as ocupações apoiada na convicção de que enquanto as segundas são espaços mais organizados e onde há entre os ocupantes maior nível de conscientização, as favelas são espaços desorganizados e com uma formatação espacial ruim. Em uma resposta da BPs, publicada no Blog da Ocupação Dandara, a uma reportagem do Jornal Estado de Minas em 03 de março de 2010, a organização ressaltou que uma de suas maiores preocupações “[...] é não reproduzir mais uma favela ou área de risco na cidade, por isso não há becos e nem aglomeração intensa na Ocupação Dandara.” (OCUPAÇÃO DANDARA, 2010). Souza, M., e Teixeira (2009) já haviam discutido anteriormente acerca de como esses preconceitos terminam por deslegitimar outras lutas urbanas na cidade. Desse modo, não apenas solapa-se a autoestima dos moradores (que são em sua maioria antigos moradores de favelas) e se reafirma a superioridade de classe do grupo de suporte, como é descartada a possibilidade de se apreender aspectos positivos das favelas. Há, em geral, na dinâmica da produção espacial das favelas uma constante negociação entre os moradores acerca dos espaços que eles podem se apropriar (BALTAZAR, 2006²⁵). Essa dinâmica pautada na negociação poderia apontar

²⁵ Entrevista concedida por Ana Paula Baltazar a Raquel Costa na ocasião do projeto “Ocupar Espaços” em 2006.

para a solução da mercantilização dos terrenos, que é um dos maiores problemas da Ocupação Dandara e de outras ocupações. Ao se instituir a necessidade de negociação para a apropriação dos terrenos, poder-se-ia superar a solução dos lotes individuais, que é a origem da mercantilização dos espaços na Ocupação. Essa dinâmica poderia ainda expor os conflitos existentes, ao invés de escamoteá-los, o que possibilitaria que fossem superados dentro de uma lógica própria dos moradores.

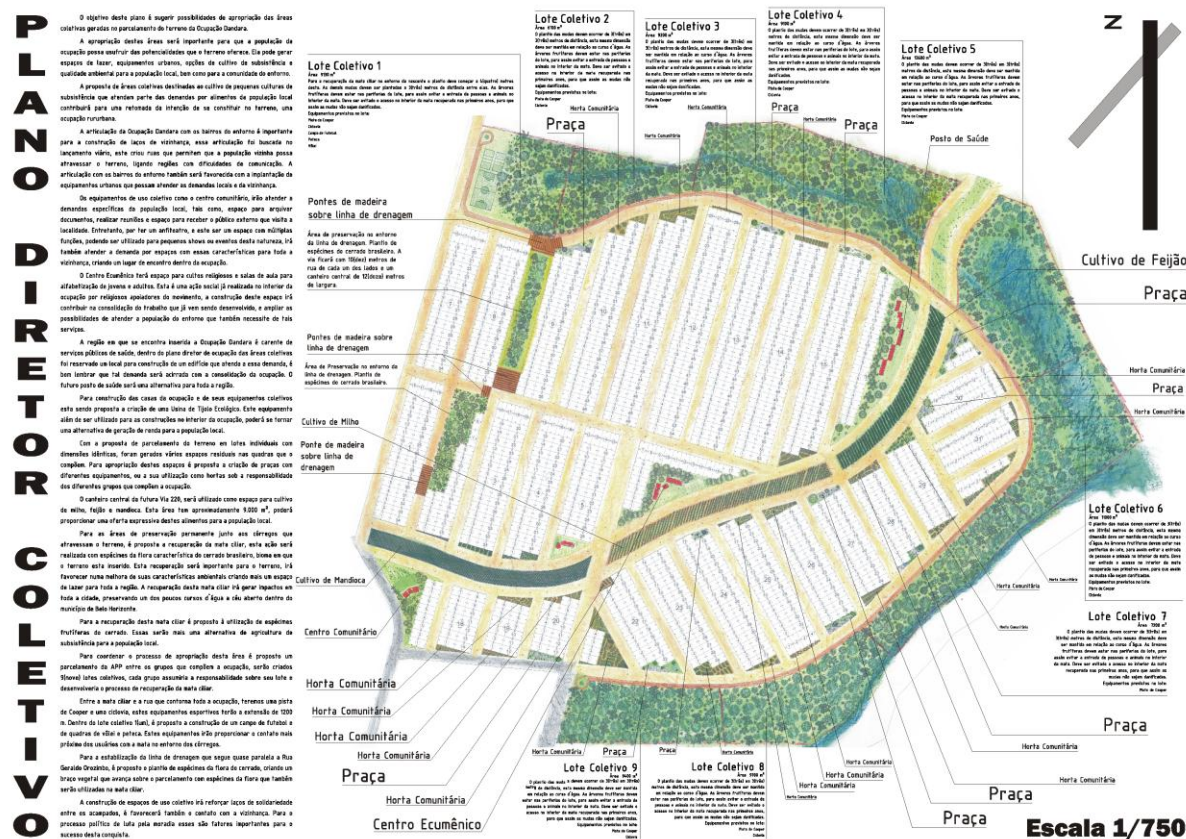
De outra forma, na esteira de uma não problematização desses aspectos estão os projetos de parcelamento e dos equipamentos coletivos da Ocupação Dandara. É válido dar atenção ao fato de que mesmo o arquiteto responsável pela elaboração de grande parte dos projetos teve, posteriormente, uma visão mais crítica a respeito de sua própria atuação no contexto das ocupações (LOURENÇO, 2014). Ainda assim é importante nos deter no conteúdo desses projetos, uma vez que podem oferecer diversas evidências de como eles carregam as determinações de classe do grupo de suporte e servirem como alertas para as futuras experiências em espaços como as ocupações. Vale ressaltar que a imposição de uma lógica de morar pelo grupo de suporte não está assente unicamente nos projetos, mas esses são como a corporificação de muitos dos pressupostos que fundamentam essa imposição.

O projeto de parcelamento da Ocupação Dandara possui 21 hortas comunitárias além de diversas outras áreas de cultivo. As hortas comunitárias, assim como as praças, foram a solução adotada pelo arquiteto para o aproveitamento dos espaços residuais gerados a partir da determinação da criação de lotes individuais de dimensões idênticas (LOURENÇO, 2014). Estavam previstos no projeto ainda nove lotes coletivos inseridos na APP (Área de Preservação Permanente), os quais, de acordo com o Plano Diretor Coletivo²⁶ da Ocupação, seriam geridos pelos nove grupos de moradores e coordenadores que iriam trabalhar na recuperação da mata ciliar do curso d'água que passa por esse local e que gera, segundo a legislação, a obrigatoriedade da preservação do mesmo. Contudo, as áreas onde estavam previstas as hortas comunitárias não foram efetivamente cultivadas. Grande parte dessas foram incorporadas aos lotes vizinhos ou foram destinadas à demarcação de novos lotes. Posteriormente também foram demarcados lotes na APP, como já se discutiu na seção dedicada à territorialização dos espaços. A disparidade entre a realidade e as aspirações

²⁶ O Plano Diretor Coletivo foi elaborado por técnicos do grupo de suporte juntamente com moradores da Ocupação em 2010. Material cedido por Tiago Castelo Branco Lourenço em 2012.

inseridas no projeto denota um descolamento desse com o contexto social da Ocupação. O projeto não considerava a real disponibilidade dos moradores para gerir esses espaços coletivos. Ainda assim, em uma tentativa de se ater, em alguma medida, à proposta inicial e ao mesmo tempo buscando proteger as áreas de preservação, foram criadas posteriormente duas hortas “comunitárias” nos espaços que seriam destinados à recuperação da mata ciliar. Ambas estavam inseridas próximas à entrada pela Rua Horácio Terena Guimarães. Posteriormente, uma delas foi incorporada aos lotes demarcados na APP e a outra permanece sendo gerida por uma liderança. Vale destacar que, como já foi apontado anteriormente, essas hortas comunitárias nunca foram realmente espaços coletivos, uma vez que foram territorializadas pelas lideranças que as geriam.

FIGURA 27 - Plano Diretor Coletivo.



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2010.

As áreas de cultivo não serviram apenas para dar uso aos espaços remanescentes. A previsão desses espaços e, posteriormente, a criação das duas hortas comunitárias serviram a propósitos determinados pelo grupo de suporte. As hortas comunitárias, assim como o projeto de parcelamento com a previsão dos diversos equipamentos coletivos, foram constantemente

divulgadas como um avanço dos moradores, mais uma vez associado à disseminação da Ocupação como uma comunidade coesa e harmônica, como o próprio adjetivo “comunitária” já indica. A criação das hortas na APP contribuiria para a Ocupação de diversas formas: para a construção de uma imagem positiva dessa, uma vez que um dos objetivos da criação das hortas era garantir a preservação das áreas verdes, o que justificaria a propagação de que a Ocupação estaria respeitando as legislações ambientais; para dar uso pelo menos à parte das já cobiçadas áreas verdes; e para vincular à Ocupação a noção de comunidade por meio da suposta valorização pelos moradores das questões coletivas.

Não obstante, a criação das hortas comunitárias foi também reflexo de uma discussão que surgiu mesmo antes da formação da Ocupação. Um dos assuntos em pauta na fase de planejamento que precedeu a Ocupação, e que correspondia a uma discussão já em voga nos setores da esquerda, era a relação entre a questão da moradia e a reprodução da vida. Essa relação tem sido objeto de questionamento em outros trabalhos, dentre os quais vale mencionar o de Lima (2004), no qual a autora tinha como recorte de sua pesquisa também uma ocupação urbana – a ocupação Anita Garibaldi, localizada na cidade de Guarulhos no estado de São Paulo. Na Dandara, a discussão sobre a relação entre moradia e trabalho surgiu a partir da proposta da formação dessa como um assentamento rururbano. Essa proposta surgiu em razão da vinculação da BPs ao MST na época de formação da Ocupação Dandara (LOURENÇO, 2014). O MST já havia, assim como o MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), conduzido assentamentos rururbanos anteriormente. A proposta dos assentamentos rururbanos era apoiada na discussão bastante necessária, vale dizer, acerca da formação de um espaço que não apenas provesse habitação, mas que gerasse uma nova organização sócio-espacial que desse conta de ser uma alternativa ao modo de produção capitalista. Dessa forma, os assentamentos rururbanos surgem com o objetivo de “[...] formar uma comunidade de resistência e de luta com uma nova forma de convivência social no urbano.” (MTST, [s.d.], apud SOUZA, M., 2006, p. 308). A proposta dos assentamentos rururbanos era de que esses estivessem situados entre o perímetro urbano e rural. Dessa forma, os assentados poderiam se beneficiar da infraestrutura da cidade e, ao mesmo tempo, essa localização permitiria destinar maiores terrenos aos moradores, o que possibilitaria a geração de trabalho e renda a partir da agricultura de subsistência e de hortas medicinais. A solução dos assentamentos rururbanos colocava novamente em pauta a discussão, bastante frequente sobretudo entre os marxistas, acerca da oposição entre a cidade e o campo. Contudo, a proposta tem-se mostrado pouco eficaz, justamente por estar distante do atual

modo de vida nas cidades e também por ser uma solução pouco viável economicamente para os pobres urbanos (SOUZA, M., 2006). Mesmo alguns militantes da BPs se colocaram contra a proposta da formação de um assentamento rururbano na Ocupação Dandara, no período de planejamento que antecedeu a formação dessa, em razão não apenas pela proposta estar, em grande medida, descolada da realidade e das aspirações dos ocupantes mas também por ser inviável a destinação de espaços com a dimensão necessária para que fosse possível, de fato, exercer atividades agrícolas nos terrenos:

O cara que vai morar aqui, ele prefere vender hora de trabalho do que ele mesmo produzir. Ele tem medo de produzir e depois não dar certo e “ficar na mão”. O tamanho do lote que eles [o MST] queriam dividir agredia a realidade, porque hoje até a burguesia está com dificuldade de ter esse espaço. O pessoal estava falando em ter meio hectare dentro da cidade. Eu falei, vocês estão brincando demais. Mas aí, fui voto vencido. (LOURENÇO, 2014, p. 28²⁷)

Na primeira semana após o surgimento da Ocupação, os militantes se deram conta que devido ao número de famílias cadastradas para ocuparem o terreno a proposta do assentamento rururbano tal como havia sido formatada não seria possível (LOURENÇO, 2014). Entretanto, ainda assim permanecia a discussão. O próprio Plano Diretor Coletivo, elaborado em 2010, previa que as hortas comunitárias e demais áreas de cultivo previstas no projeto serviriam para a “[...] retomada da intenção de se constituir no terreno, uma ocupação rururbana” (PLANO DIRETOR COLETIVO, 2010). Ainda que, posteriormente, mesmo que as áreas de cultivo previstas no projeto tenham sido ocupadas, a organização política e a CPT continuaram forçando uma suposta adequação dos moradores ao modo de vida baseado na ideia do assentamento rururbano. O trecho abaixo de uma reportagem de 2012 (três anos após o início da ocupação), publicada no site SUL21, ilustra bem como, mesmo nessa época, a proposta da ocupação rururbana ainda era defendida:

Dandara conta hoje com mais de 250 quintais, além do projeto de uma horta comunitária de 45 metros quadrados que irá complementar a renda dos moradores. (VIRISSIMO, 2012).

A criação da primeira horta comunitária (justamente aquela a que o trecho da reportagem se refere), e a única atualmente, serviu como forma de manter, de certa forma, a proposta inicial, embora essa horta não tivesse nenhuma condição de efetivamente gerar trabalho e renda para

²⁷ Entrevista concedida por Lacerda dos Santos Amorim a Tiago Castelo Branco Lourenço em 13 fev. 2014.

muitas famílias. Vale dar destaque ao fato de que a proposta do assentamento rururbano não apenas esteve vinculada às BPs como era ferrenhamente defendida por apoiadores vinculados à CPT, onde destaca-se o frei Gilvander Luís Moreira. O pároco frequentemente divulgava essa horta comunitária e também aquelas hortas inseridas nos terrenos dos moradores ressaltando que a Dandara tratava-se de fato de uma *comunidade rururbana*²⁸. A proposta da comunidade rururbana está amplamente relacionada à Teologia da Libertação que move a CPT e que se apoia em um projeto anticapitalista ainda muito ligado a ideias passadistas do período pré-capitalista. Sobretudo a ideia da convivência comunitária, da sobrevivência pela própria terra, permite recordar o ideário do comunitarismo cristão. Nota-se, contudo, que esse discurso se enfraqueceu ao longo dos anos diante da clara oposição dos moradores em destinar parte dos terrenos ao cultivo, mesmo de subsistência.

Outro importante elemento do projeto urbanístico era a previsão de um Centro Ecumênico. De acordo com o Plano Diretor Coletivo, a proposta era que o equipamento tivesse além de espaço para cultos religiosos também espaço para salas de aula.

O Centro Ecumênico terá espaços para cultos religiosos e salas de aula para alfabetização de jovens e adultos. Esta é uma ação já realizada no interior da ocupação por religiosos apoiadores do movimento, a construção deste espaço irá contribuir na consolidação do trabalho que já vem sendo desenvolvido, e ampliar as possibilidades de atender a população do entorno que também necessita de tais serviços. (PLANO DIRETOR COLETIVO, 2010).

O espaço serviria também para reuniões, palestras etc., com finalidade semelhante ao Centro Comunitário, servindo como apoio quando esse não pudesse comportar o número de presentes. De fato, durante algum tempo muitas assembleias aconteceram nesse espaço. Por outro lado, esse nunca foi realmente ecumênico. Algum tempo depois do término de sua construção, o Centro Ecumênico foi convertido oficialmente em uma Igreja Católica. Mas mesmo como Igreja Católica o espaço servia a outras finalidades além das celebrações religiosas. No entanto, nos últimos anos o acesso a esse tem-se tornado cada vez mais limitado. Sobretudo aos militantes das BPs, mas também aos moradores de modo geral e

²⁸ Os vídeos postados pelo frei Gilvander no seu canal do youtube ilustram o apoio que ele deu à divulgação da ocupação como uma comunidade rururbana. Ver: “Horta Comunitária na Dandara em Belo Horizonte: Mardone Coelho Ferreira. 06/07/2012”; “Dandara é uma Comunidade rururbana. José Geraldo, o Zezé, apresenta suas hortas. 22/09/2012”; “Dandara, Comunidade Rururbana, em Belo Horizonte: Ângela Fagundes - Construir e Plantar! 06/10/2012”; “Na Ocupação-Comunidade Dandara, em Belo Horizonte, Horta comunitária - com Fátima - 06/05/2012”. Ver ainda entrevista concedida pelo frei ao Instituto Humanitas Unisinos: “Comunidade Dandara, exemplo de luta por dignidade. Entrevista especial com frei Gilvander Luís Moreira”, 2013.

especialmente àqueles ligados à organização política, em razão dos conflitos existente entre as lideranças e a BPs, já que o espaço é gerido pela Comissão da Igreja que é composta por integrantes do grupo de lideranças. Em uma reunião do processo de produção do parquinho, uma moradora relatou a dificuldade de utilizar o espaço da Igreja, o qual seria, a princípio, um espaço coletivo.

Quantas assembleias a gente fez aqui na Igreja! Hoje não tem isso mais. Só se for a coordenação [ela ainda denomina como coordenação o grupo de lideranças] que tiver puxando, porque... né, cê tá ligada. Então aí pode, entendeu? Aí tem. Ou então se a gente ir lá, e pedir muito, insistir muito, ver a agenda da Igreja... porque não pode cancelar nada, entendeu [...]. (LARISSA, moradora, 2015).

É importante destacar que o acesso a esse espaço tem sido restrito mesmo para outros grupos da mesma religião, seja em razão de alguma vinculação com a BPs ou com moradores ligados à organização. A mesma moradora conta que para a festa do dia das crianças de 2014 organizada pelo grupo de jovens da Obra São José, entidade social católica, foi solicitado aos integrantes da comissão o espaço da Igreja para guardar os brinquedos que seriam distribuídos às crianças. Mesmo após a intervenção do frei Gilvander, um dos importantes apoiadores da Ocupação, o espaço não foi liberado. Somente quando a comissão foi integrada à organização da festa é que foi possível usar o espaço da Igreja.

Como a princípio previa-se um espaço ecumênico e de apoio, muitos moradores, mesmo não católicos, contribuíram com mão de obra ou doação de materiais para a construção da Igreja. Tal situação terminou por agravar as tensões e conflitos quanto ao acesso a esse espaço. Nas reuniões com os integrantes do grupo de discussão do parquinho, em diversos momentos os moradores se mostraram indignados pela apropriação desse espaço pelo grupo de lideranças. Tendo isso em vista, é importante destacar que a proposta de um centro ecumênico é problemática por diversas razões. Não apenas porque a conversão do Centro Ecumênico em uma Igreja Católica favoreceu a territorialização do espaço, mas a própria noção de ecumenismo depende de uma reflexão mais profunda do grupo de suporte. O próprio fato desse equipamento ter sido uma demanda principalmente dos religiosos que davam apoio à Ocupação, mais do que propriamente dos moradores, expressa mais uma vez a centralidade do grupo de suporte nesse contexto. Dessa forma, os próximos parágrafos serão dedicados a compreender as relações sociais por detrás da construção do Centro Ecumênico e de sua conversão em uma Igreja Católica.

Tal conversão explicita a presença massiva da Igreja Católica na Ocupação. A Dandara, assim como outras ocupações na RMBH, contaram desde sua formação com o apoio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), da qual o frei Gilvander Luís Moreira é assessor em Minas Gerais. A CPT é parte importante do grupo de suporte à Ocupação e tem fortes ligações com a organização política. Especialmente nos primeiros anos, a Ocupação recebia, frequentemente, visitas de alunos de escolas católicas e grupos de freis e irmãs que ministravam cursos, palestras etc. A atuação de religiosos na Ocupação se dava em razão da proximidade da CPT. Contudo, a relação entre a CPT e a Ocupação se arrefeceu nos últimos anos, muito em razão da desvinculação entre a BPs e o grupo de lideranças.

A Igreja Católica esteve presente em momentos fundamentais da formação da Ocupação. Associado a isso, considerável parte dos militantes, como bem ressaltou Lourenço (2014), possuem uma formação católica. Dessa forma, o processo de ocupar o terreno terminou por se dar em torno de um ideário religioso.

Assim, as decisões sobre o lugar ocupado, os cultos, a ritualização de diferentes momentos do cotidiano, bem como a própria estrutura de organização das ocupações fazem parte de toda uma mística que transforma o ato de ocupar um terreno numa prática de evangelização segundo princípios católicos. (LOURENÇO, 2014, p. 80).

Especialmente durante a consolidação da Ocupação, o apoio da CPT foi decisivo no direcionamento de determinadas decisões. Como, por exemplo, a decisão de priorizar a construção do Centro Ecumênico em detrimento da Creche, que embora não seja uma demanda real dos moradores atualmente o era nos primeiros anos da Ocupação e serviria, naquele momento, inclusive como forte apelo em caso de uma possível reintegração de posse. A comparação da prioridade dos diferentes equipamentos é pertinente, basta observar que em alguns casos a construção de um espaço para as crianças é elemento crucial de negociação para evitar uma reintegração de posse. Na ocupação Eliana Silva II, por exemplo, o juizado de menores exigiu dos moradores a construção de um espaço adequado para as crianças sob ameaça delas serem recolhidas (LOURENÇO, 2014). Não obstante, a prioridade da construção do Centro Ecumênico evidenciou a força que os religiosos tinham naquele momento. Considerando esse contexto, não surpreende que o Centro Ecumênico tenha se convertido em uma Igreja Católica.

Cabe ainda considerar o próprio projeto do Centro Ecumênico. O projeto da edificação possui diversos elementos que o caracterizam como uma Igreja Católica: naves laterais, nave central, campanário, cruzeiro. Como um espaço formatado tão precisamente para uma determinada religião poderia ser de fato ecumênico? É importante considerar que cada religião possui uma espacialidade própria que se relaciona a sua crença. Os centros espíritas kardecistas, por exemplo, em geral não possuem altar. O altar é utilizado nas igrejas católicas assim como nas igrejas evangélicas para colocar o pároco ou pastor acima dos demais. Os religiosos ficam assim em uma posição de doutrinação. Por outro lado, nos centros espíritas essa hierarquia não existe ou não deveria existir. Embora o palestrante no momento de sua fala em geral fica em pé, as posições são mutáveis nos momentos de discussão, não havendo, portanto, a necessidade de um altar. Outro exemplo são os centros umbandistas. Para esses é fundamental que exista um espaço amplo, sem mobiliários que possam obstaculizar os rituais. Nesses centros é comum que existam áreas externas, desejáveis pela própria conexão que a religião possui com os elementos naturais.



FIGURA 28 - Projeto 3D do Centro Ecumênico.

Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, Maurício do Valle e Marcílio Gazzinelli, 2012.

Ademais, a própria ideia de ecumenicidade é problemática. Há diversas linhas do protestantismo que não admitem o ecumenismo, sob o argumento de que esse enfraqueceria

sua própria religião²⁹. Uma moradora do grupo de discussão do parquinho ressaltou que o não compartilhamento dos espaços é uma premissa da religião a qual é adepta.

A Igreja Evangélica, na sua grande maioria, ela não utiliza de espaço ecumênico. Não utiliza, entendeu, de ecumênico, até pela questão de Moisés, que leva muito isso em conta. Que ele queria sair do Egito, pra ter seu particular com Deus, que não seria na mesma terra, né, e tudo isso. Então assim, é separado. (LARISSA, moradora, 2015).

Há ainda aqueles que admitem a ideia de ecumenismo entre protestantes e católicos, mas já não a admitem para espíritas e umbandistas, por não os considerar cristãos³⁰. Não desejo com essa análise descartar a ideia do diálogo inter-religioso, tão necessário sobretudo nesse momento em que uma bancada fundamentalista assume posição de destaque no atual cenário político. O objetivo da crítica aqui é ressaltar que o assunto é muito mais complexo e exigiria uma discussão consistente principalmente com os moradores da Ocupação. Ainda assim, mesmo sem levar em conta as discussões propriamente religiosas, se a proposta era de um espaço ecumênico, o projeto não poderia apresentar elementos que são, historicamente, vinculados à religião católica.

Outro aspecto a ser considerado se refere aos diferentes usos previstos para o Centro Ecumênico. Como já foi dito, esse deveria servir para além das celebrações também como um espaço de apoio a diferentes atividades. No entanto, deixou-se de considerar que um espaço ecumênico, e especialmente uma Igreja assumidamente católica, é um espaço dedicado ao sagrado, o que acaba por restringir determinados usos. A seguinte situação ilustra bem essa relação: em um dos eventos da Ocupação em que utilizou-se o espaço da Igreja, houve momentos de tensão quando foram colocadas músicas consideradas como impróprias pelos integrantes da Comissão da Igreja. Eles passaram a partir de então a se valer em vários momentos dessa situação para negar o acesso ao espaço em dias de festa. A esse respeito, seria de se esperar algum tipo de reação negativa por parte dos membros da Igreja. O espaço da Igreja não é apenas um espaço físico, a dimensão do sagrado é imanente a ele e por isso esse não comporta situações que contrariam as crenças daqueles que o dotaram desse significado.

²⁹ Quanto a esse assunto ver a essa posição do proeminente pastor Silas Malafaia: “Pr. Silas Malafaia alerta sobre o ecumenismo: Esse movimento objetiva prostituir espiritualmente a verdadeira Igreja de Cristo”, 2014. E ainda do pastor Waldir Ferro: “Os perigos do ecumenismo”, s.d.

³⁰ Ver posicionamento do padre Henrique Soares da Costa em: “Ecumenismo, sim... mas qual?”, 2009.

Assim como o projeto do Centro Ecumênico, o processo de elaboração do projeto da Creche mostra como a lógica do projeto não corresponde à realidade dos moradores. Nesse caso surgiram vários projetos fruto do trabalho de alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Izabela Hendrix. O processo aconteceu da seguinte forma: os alunos visitaram a Ocupação recolhendo as demandas repassadas pelos moradores, considerando, contudo, que os coordenadores eram maioria nessas reuniões. Após a elaboração dos projetos, com orientação dos professores, esses foram levados à Ocupação para que por meio de assembleias fosse eleito aquele que mais se adequava às demandas dos moradores. Esse mesmo processo se repetiu em dois semestres, no segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013. Se, por um lado, a variedade de propostas ampliou as opções de escolha, por outro lado o processo de elaboração enquadrado na prática convencional dos arquitetos engessou a possibilidade da apresentação de alternativas ao projeto escolhido. Isso porque uma vez entregue o produto dos alunos aos moradores, eles só tinham de decidir qual dos projetos seria escolhido, sem a possibilidade de seleção de uma ou outra característica em cada proposta que pudesse resultar em um novo projeto. Por fim, mesmo o projeto sendo escolhido pelos moradores esse ainda estava longe das capacidades organizacionais e financeiras deles.

Porque aquele projeto, é um projeto gigantesco! É um projeto pra ser aprovado pela prefeitura. Assim, o projeto da maneira que ele fez é assim... quando fez a gente pensou assim “olha, vão fazer desse jeito”, por quê? Porque se a gente constrói a Creche e a prefeitura entra na Dandara não vai precisar de quebrar nada, vocês só vão aprovar e regularizar. Entendeu? Então assim, é uma coisa que a comunidade não tem condição nenhuma de construir, entendeu? Se conseguisse construir, né, a uns trinta anos, quarenta anos, pra construir, se conseguisse com a mobilização que nós temos, com o dinheiro que a gente iria conseguir, a gente não iria conseguir nunca! Mesmo se viesse gente de fora a gente não iria conseguir mobilizar pessoas suficiente pra fazer uma obra daquele tamanho! Né? Ali é como se você olhasse uma UMEI! Uma comunidade, uma ocupação fosse construir uma UMEI?! Entendeu? É praticamente impossível, não querendo ser pessimista ne, mas é praticamente impossível. (LARISSA, 2015, moradora).

Ademais, como já foi discutido anteriormente, a própria lógica do projeto não se adequa à realidade dos moradores. A construção de um equipamento como uma creche não teria como dispensar um processo de planejamento conjunto com os moradores. Nesse sentido, a entrega de um produto como o projeto tem pouca serventia. Além disso, o projeto também não abre

espaço para a autonomia dos moradores, que não são meros usuários, mas sujeitos da produção dos espaços.

Além dos equipamentos descritos até aqui, o projeto de parcelamento previa ainda outros espaços como praças, pista de cooper e ciclovia. Esses espaços são recorrentemente vistos em projetos de arquitetura e correspondem ao modo de viver das classes média e alta. Não que os moradores não usem bicicletas ou façam caminhadas, mas eles simplesmente não precisariam dessa formatação dos espaços para exercer essas atividades. As crianças da Ocupação andam de bicicleta por todas as ruas, sem seguir uma faixa específica para isso. Além disso, importa dar atenção à grande quantidade de praças previstas no projeto; foram onze no total. Esse número de praças não apenas desconsidera, mais uma vez, a disponibilidade dos moradores em manter esses espaços como também não favoreceria o convívio de maior número deles, posto que os espaços de encontro estariam fragmentados. Mesmo em bairros formais é raro encontrar uma grande quantidade de praças. Vale acrescentar que mesmo para o poder público a manutenção de muitas praças pode ser um problema. Em 2014 tive a oportunidade de participar do desenvolvimento de propostas para as praças do município de Itabira, em Minas Gerais. Em visita à cidade, observou-se um grande número de praças que em sua maior parte não eram usadas pelos moradores. Além disso, elas demandavam não apenas cuidados de manutenção mas a criação de atrativos para que a população se apropriasse delas.

Vale dar atenção ao fato de que existe uma grande pressão sobre os terrenos coletivos da Ocupação. A área da APP, os espaços destinados às hortas comunitárias, as praças, o terreno reservado à futura implantação do posto de saúde e outros espaços coletivos foram incorporados aos lotes existentes ou foram demarcados, gerando novos lotes. É significativo que de todos os espaços coletivos o único a ser mantido como tal – e mesmo assim com algumas reticências quanto ao seu aspecto coletivo, como se viu – foi o terreno do Centro Comunitário, que se manteve por ser sumariamente necessário como espaço de reuniões, de cursos etc. A esse respeito é importante destacar que o terreno da Igreja/ Creche não pode ser considerado atualmente como um espaço coletivo, em razão da sua territorialização por parte do grupo de lideranças.

A pressão sobre esses espaços advém da incorporação da Ocupação à lógica do mercado imobiliário informal e é um dos grandes problemas dessa. Tal incorporação é problemática por diversas razões, mas especialmente para a organização política a questão é delicada

justamente por ir de encontro com um dos principais pilares de legitimação da sua ação. O trecho a seguir extraído da monografia de uma militante da BPs expressa bem os ideais nos quais a organização se apoia.

Analisar a Comunidade Dandara será como abrir uma janela para a compreensão de toda uma realidade social que abarca processos históricos de dominação e exclusão, bem como processos de resistência, que questionam a legalidade hegemônica *e o caráter mercantil e especulativo da propriedade e propõe alternativas de justiça e convivência no espaço urbano*. (MIRANDA, 2012, p. 6, grifo meu).

A comercialização de lotes e a especulação sobre eles põem em cheque as afirmações de que a Ocupação estaria questionando a propriedade privada e leva a uma contradição no mínimo desconcertante. Durante os primeiros anos da Ocupação Dandara, enquanto a BPs ainda tinha grande influência sobre essa, a organização defendia diante dos moradores que os lotes não ocupados deveriam ser repassados a outras pessoas. Como era de se esperar, os lotes não eram repassados, mas vendidos. É necessário considerar que a localização da Ocupação é privilegiada e os terrenos ali são valorizados. Isso não escapa nem aos moradores e nem às pessoas externas, uma vez que tem-se tornado comum a compra de lotes por moradores de bairros próximos à Ocupação. Há na Dandara um mercado imobiliário informal bastante ativo. Especialmente nos últimos anos, houve uma elevação dos valores cobrados pelos lotes, além do aumento do número de imóveis alugados, conforme relatam moradores.

Com a consolidação da Ocupação a comercialização de lotes deixou de ser velada, como era a princípio. Nesse contexto não se pode deixar de considerar o papel do tráfico. Enquanto a incorporação de parte dos espaços públicos ou coletivos é mais sutil e é praticada por moradores comuns, a demarcação de lotes nesses mesmos espaços é uma ação mais ostensiva e por isso demanda que seja conduzida por pessoas que detém algum poder na Ocupação, as quais comumente estão ligadas ao tráfico. Essa ação evidencia claramente o estabelecimento de um poder contra o qual a organização política não tem força para se opor frontalmente. Nos primeiros anos, a ocupação dos espaços coletivos e públicos foi constrangida pelo controle que a BPs ainda exercia, em razão da necessidade de seu apoio para a consolidação e resistência da Ocupação ante as ameaças de reintegração de posse. Contudo, posteriormente, com a atenuação das ameaças de despejo e, por conseguinte, redução da dependência da organização política, a ocupação desses espaços passou a ocorrer abertamente apoiada em um poder heterônimo. Acrescenta-se aqui que o crescimento e fortalecimento desse mercado

imobiliário informal, não somente na Ocupação Dandara como em outras, tem gerado graves conflitos. As mortes de um morador e de um militante em uma das ocupações da Mata da Isidora em razão de conflitos também relacionados à comercialização de lotes é um exemplo claro disso.

A disputa em torno dos espaços públicos e coletivos evidencia diferentes camadas de poder na Ocupação. Cabe retomar brevemente o relato de uma moradora sobre a tentativa de demarcação de lotes nas ruas mais largas. Essa demarcação ocorreria mesmo contra a vontade de muitos moradores e só foi evitada por um traficante da Vila Bispo de Maura, que argumentou que a Ocupação não deveria se tornar uma favela. É interessante notar que a apropriação dos espaços públicos e coletivos obedece alguns critérios. Foi permitido ocupar a APP e invadir trechos de ruas, a própria ocupação da área verde invade boa parte da Rua Nove de Abril, além de ocupar os diversos espaços destinados às áreas de cultivo e à construção de equipamentos coletivos, mas não foi permitido ocupar o centro das ruas, uma vez que assim a Ocupação se assemelharia a uma favela. É importante considerar que na medida em que a configuração espacial da Ocupação se aproximasse a uma favela, com ruas estreitas e organizadas organicamente, essa deixaria de se assemelhar aos bairros formais e, por conseguinte, os lotes seriam desvalorizados. Considerando que muitos traficantes são donos de lotes, pode-se cogitar a possibilidade da posição desse traficante ser motivada por interesses pessoais. A territorialização dos espaços, não apenas pelos traficantes mas também por lideranças, não é de se surpreender. Como os espaços não são regulados por leis formais e como nem os moradores e nem o grupo de suporte tem força o suficiente para preservá-los, possibilita-se que esses sejam territorializados por aqueles que possuem poder na Ocupação, ainda que esse poder seja apoiado na violência. Gera-se a partir daí um acordo tácito entre os moradores e os poderes estabelecidos para evitar desavenças e conflitos que poderiam ter graves consequências. Qualquer ação pode abalar as bases desse acordo, o que explica o temor de algumas moradoras do grupo de discussão do parquinho em tomar a frente do processo em determinadas situações.

A essa conjuntura se coloca, portanto, a seguinte pergunta: *como uma ocupação pode ser de fato um território dissidente?* À pergunta semelhante: “[...] *como evitar que, após a legalização de uma ocupação, o solo seja, simplesmente, reintegrado à lógica do mercado?*” Souza, M. (2006, p. 289) aponta a importância da constituição de circuitos econômicos alternativos e da “[...] criação de um ambiente político-cultural e de um modo de vida (que

também se materializa em uma organização espacial) que produzam anticorpos contra o imaginário capitalista.” (SOUZA, M., 2006, p. 289). Na Dandara, infelizmente, nenhuma das recomendações se efetivaram. Quanto à formação de circuitos econômicos alternativos esse trabalho tem pouco a contribuir, mas quanto à formação de uma organização espacial não-heterônoma é possível elaborar alguns pontos que poderiam apontar alternativas nesse sentido. É claro que essas alternativas demandariam muito mais reflexão e debate do que é o propósito de desenvolver aqui, sobretudo porque essas não poderiam ser senão fruto de um esforço coletivo que envolvesse a todos, e isso é fundamental.

Primeiramente é importante destacar, outra vez, a importância da dimensão pedagógica de um processo como o da formação de uma ocupação. Um território dissidente deverá ser como um laboratório ou como uma “[...] ‘escola’ de duradoura formação de sujeitos políticos questionadores, realimentando o movimento social mais amplo.” (SOUZA, M., 2006, p. 290), portanto, sua função político-pedagógico é indispensável. Além da necessidade de um projeto político-pedagógico, a realidade da Ocupação Dandara aponta para a necessidade de discussões que devem preceder as próximas ocupações. O êxito que o projeto de parcelamento da Dandara teve, como ferramenta de legitimação da Ocupação ante a opinião pública, acarretou na replicação de muitos de seus parâmetros nas ocupações que a seguiram, engendrando um automatismo que repele discussões acerca da produção desses espaços e das formas com que esses possam ser configurados em cada caso. Esse automatismo surge não como uma opção dos arquitetos, mas advém da urgência dos momentos iniciais de formação das ocupações. Diante da urgência, adota-se soluções vindas de experiências de “sucesso” já comprovadas. Esse automatismo não só limita as possibilidades de discussão acerca do espaço mas também sobre a própria formatação organizacional das ocupações, que frequentemente adotam o sistema de coordenação. A discussão acerca dos lotes coletivos, por exemplo, não é levada a diante como deveria em razão das dificuldades operacionais que a BPs enfrenta especialmente nos primeiros momentos de formação das ocupações. Contudo, por outro lado, a mercantilização dos lotes e os conflitos advindos daí me parecem muito mais graves e urgentes do que as dificuldades operacionais e podem colocar em cheque a legitimidade das ocupações. Portanto, é importante agora retomar a discussão, que está longe de se esgotar, sobre a possibilidade dos lotes coletivos.

A primeira proposta do projeto urbanístico apresentado pelo arquiteto aos moradores da Ocupação Dandara era de um parcelamento com lotes coletivos. No projeto constavam 140

lotes coletivos, com 1000m² cada um, previstos para abrigar 1069 unidades habitacionais. Como relata Lourenço (2014), nos três primeiros meses o projeto não estava no centro das discussões, uma vez que a preocupação dos moradores girava em torno de ultrapassar as resistências colocadas pela polícia para ocupar todo o terreno. Isso porque nesse período foi imposto aos moradores que eles deveriam permanecer somente em uma pequena porção do terreno. Logo que essa restrição foi superada, o projeto passou a ter centralidade nas discussões. Os moradores mostraram-se pouco receptivos à proposta do compartilhamento de lotes. Os argumentos contra a proposta giravam em torno da falta de autonomia que os moradores teriam sobre seus espaços, além da possibilidade do compartilhamento gerar conflitos entre eles. É importante considerar que o sonho da casa própria, que figura no imaginário coletivo, corresponde à ideia de uma propriedade privada. Com a clara rejeição à proposta dos lotes coletivos, um morador refez o projeto de parcelamento e apresentou uma nova proposta com lotes individuais. Mesmo com os argumentos do arquiteto de que a proposta dos lotes coletivos gerava melhor aproveitamento do terreno além de favorecer a união dos moradores, eles se mostraram resolutos em rejeitar a proposta dos lotes coletivos (LOURENÇO, 2014).

Tentei esclarecer que os lotes coletivos proporcionariam melhor aproveitamento do terreno e que poderiam favorecer a coesão da comunidade, especialmente importante naquela situação social frágil. No entanto, ao longo da reunião, percebi que havia uma predisposição em apontar todo tipo de defeitos na proposta dos lotes coletivos, ainda que não fossem especificamente relacionados a esse aspecto (como, por exemplo, o escoamento das águas). A proposta de Ronivon criava a percepção de que cada família poderia solucionar seus problemas sem depender dos vizinhos, ao passo que os lotes coletivos, na opinião dos acampados, implicariam uma perda de liberdade individual. Apontavam, por exemplo, que uma família que quisesse construir um novo cômodo no futuro prejudicaria as demais; com o lote individual, cada um poderia usar sua área como bem entendesse. (LOURENÇO, 2014, p. 47).

FIGURA 29 - Projeto com lotes coletivos.



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2014.

A partir do desenho desenvolvido pelo morador, o arquiteto elaborou um novo projeto. Esse contava com 887 lotes individuais com 128m² cada e distribuídos por 32 quadras. Um importante aspecto dessa nova proposta era que todos os lotes tinham acesso à rua. Quanto a isso é necessário salientar que a primeira proposta encontrou resistência junto aos moradores também em razão de que isso não seria possível com os lotes coletivos. Por outro lado, o lançamento viário mais enxuto era visto pelo arquiteto como uma das vantagens da primeira proposta.

A menor quantidade de ruas permitiria melhor aproveitamento e, também, mais eficiência na posterior instalação da infraestrutura urbana. Na maior parte dos lotes, essa proposta resultava em 125m² de terreno por unidade habitacional. Nas encostas sul e sudeste, mais íngremes, os lotes coletivos teriam ocupação menos densa, com aproximadamente 250m² de terreno por família. (LOURENÇO, 2014, p. 44-45).

Entretanto, tal percepção não era compartilhada nem pelos militantes e nem pelos moradores. Lourenço (2014) já havia discutido antes como o acesso à rua adquire significado para os

moradores, uma vez que permite que eles usufruam de serviços básicos como acesso à ambulância ou mesmo porque os possibilita adquirir um veículo. Tendo em vista que os moradores estão mergulhados no mesmo caldo ideológico capitalista que todos nós, ter um carro é visto como um progresso em termos de qualidade de vida.

FIGURA 30 - Projeto com lotes individuais.



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2014.

A respeito da proposta de lotes coletivos é preciso considerar alguns pontos. Não bastaria simplesmente apresentar uma proposta como essa, seria fundamental que a proposta de lotes coletivos viesse vinculada a uma dinâmica de negociação entre os moradores. A instituição de uma dinâmica de negociação poderia funcionar como um instrumento de mediação dos moradores e dificultar a heteronomia das territorializações e apropriações individuais de espaços públicos e coletivos. Além disso, a lógica do projeto como produto acabado não estimula a adoção de outras soluções no momento em que efetivamente o terreno é ocupado – o que mais tarde foi reconhecido pelo próprio arquiteto que elaborou a proposta (LOURENÇO, 2014) – assim como também não abre espaço para a autonomia dos

moradores, uma vez que dessa forma eles passam a ser meros executores de um projeto dado, e não sujeitos da produção do espaço.

Ainda que a preferência dos moradores por soluções e providências individuais – na qual não se diferenciam da maioria dos outros membros desta sociedade – tenha contribuído para isso, a metodologia de projeto também não ajudou em nada para que a situação tivesse outro tratamento entre os moradores. O fato de terem que decidir, quase que “de uma vez por todas”, como realizar o parcelamento também impediu que soluções de outras configurações espaciais surgissem ali com o tempo. Nos assentamentos “espontâneos”, elas existem; às vezes há ali situações de dez ou mais núcleos familiares num mesmo terreno. Isso não justifica outras precariedades, mas, inversamente, a necessidade de infraestrutura urbana, a que o projeto formal permite atender, também não deveria servir para justificar a eliminação do dinamismo e das formas de produção do espaço que a população realiza quando não é tutelada por nenhuma autoridade especialista. (LOURENÇO, 2014, p. 165).

Mas mesmo não questionando a lógica do projeto como metodologia para a produção do espaço, é válido salientar que o projeto urbano tal como foi apresentado não considerava importantes questões. O acesso de veículos e os locais onde esses seriam estacionados deveria ser um tópico a ser discutido e incluído no projeto. Não se pode desconsiderar as deficiências do transporte público, as quais afetam, sobretudo, os moradores de periferia, que é onde se situa a maioria das ocupações. Desse modo, ter um veículo individual amplia a mobilidade dos moradores de ocupações, além de ser em muitos casos ferramenta para a geração de renda. Com isso não desejo de nenhuma forma afirmar que a solução individual é resposta para o problema. Dificilmente essa solução individual poderá se manter por muito tempo sem graves consequências para as sociedades, muitas das quais já bastante claras a essa altura. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar a aspiração por parte daqueles que historicamente estiveram excluídos da sociedade de consumo de possuir um veículo. A facilidade de adquirir um veículo atualmente e a consequente elevação do volume deles nas ruas faz parte de um processo que não será barrado por nenhum discurso inflamado de quem quer que seja. É gritante a necessidade de uma solução digna para o transporte público e isso poderia até fomentar uma discussão com os moradores da Ocupação, uma vez que eles compõem a parcela mais prejudicada pela precariedade desse serviço. Mas não se poderia ignorar no projeto da Ocupação essas questões.

Além da questão do acesso dos veículos, a proposta de compartilhamento de lotes tinha outros pontos polêmicos. Essa proposta contemplava lotes com diferentes dimensões; alguns disponibilizavam 125m² para cada unidade, enquanto outros ofereciam o dobro, 250m², o que já bem cedo gerou conflitos entre os moradores (LOURENÇO, 2014). Uma vez que não foi instituída a necessidade de negociação entre os moradores, era de se esperar que essa disparidade iria gerar conflitos entre os ocupantes. Cabe considerar que a participação dos moradores no processo de elaboração do projeto não substituiria a necessidade de negociação nesse caso. Não obstante, mesmo que o projeto tenha contado com a participação dos moradores, esse processo não ocorreu de forma autônoma, uma vez que se manteve a superioridade dos saberes técnicos, ainda que não intencionalmente. É preciso ter em mente que as condições para o diálogo não estão dadas de antemão, elas precisam ser criadas. A mera participação dos moradores no processo exógeno da elaboração dos projetos não pode ser aceita como uma relação verdadeiramente horizontal. Em muitas situações o arquiteto nas ocupações opera como um doutrinador, explicando o porquê certa opção é melhor do que outra e fazendo valer ao fim sua própria percepção. Ao invés disso, caberia ao arquiteto ouvir e criar mecanismos para que os moradores pudessem se expressar livremente, considerando que suas próprias percepções não estão descoladas de suas ideologias de classe. Ao fim e ao cabo, precisa-se ser minimamente autônomo para conseguir ganhos de autonomia. Logo, é preciso que se tenha um enorme cuidado em não obstruir as possibilidades dessa autonomia primeira e para isso é essencial que se tenha em vista que o protagonismo não pode ser usurpado e que não estamos na condição de libertadores.

É claro que não há condições favoráveis a essas discussões no processo de formação das ocupações, tendo em vista que esse é sempre permeado por tensões e conflitos que demandam a atenção dos moradores e do grupo de suporte. A urgência em iniciar as construções em alvenaria também contribui para dificultar essas discussões. Essa urgência é justificada em razão das construções em alvenaria terem maior apelo diante da opinião pública e do Estado em uma possível reintegração de posse do que as barracas em lona, o que configura uma estratégia política de resistência. Por outro lado, uma configuração espacial fruto de uma reflexão e discussão dos moradores seria um elemento de suma importância se de fato tem-se como objetivo a formação de um território dissidente. Dessa forma, o planejamento da configuração espacial centrado em um diálogo e negociação entre os moradores seria, desde o princípio, um processo pedagógico crucial nesse sentido. Vale acrescentar que as condições não são favoráveis à própria formação das ocupações, mas a despeito de todos os desafios elas

existem. Portanto, a questão é dar a devida importância à discussão acerca da organização sócio-espacial das ocupações. O arquiteto, assim como os demais profissionais integrantes do grupo de suporte, deveria servir no contexto das ocupações para auxiliar nas discussões e no planejamento, processo no qual as interfaces podem ser importantes ferramentas. Diferentes interfaces poderiam facilitar e viabilizar essa negociação, colocando os moradores em posição de igualdade e estimulando o exercício da discussão. A esse respeito vale dar destaque ao jogo “Ocupe” que foi desenvolvido por Tiago Cícero Alves (2014) como trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG. O jogo, que é também uma interface, foi desenvolvido para simular os desafios da organização sócio-espacial de uma ocupação. O jogo de tabuleiro estimula a negociação entre os participantes e a reflexão sobre a produção do espaço. É sobretudo um jogo para problematizar aspectos que permeiam o cotidiano das ocupações e aos quais os jogadores não podem meramente responder sem refletir acerca de suas consequências e pressupostos. É válido lembrar que a negociação entre os indivíduos para produção dos espaços já está presente na dinâmica de muitas favelas, origem de grande parte dos moradores de ocupações (BALTAZAR, 2006³¹). Mesmo fora das favelas o compartilhamento de lotes por famílias é bastante comum em determinados contextos sociais.

Além disso, as organizações e movimentos sociais poderiam instituir como condição no processo de mobilização das pessoas para formar as ocupações a necessidade da negociação e do compartilhamento de lotes. Embora isso soe um tanto autoritário, isso oportunizaria ganhos de autonomia dos moradores. Além disso, como já foi dito, a dinâmica de negociação é comum para muitos deles. Importante considerar ainda que se o objetivo da organização em formar as ocupações é rediscutir o modo de produção capitalista, o qual se apoia na lógica da propriedade privada, é no mínimo contraditório que essa mesma lógica seja reafirmada dentro delas.

Transcender a reivindicação da garantia jurídica da posse, seja em ocupações de sem-teto ou em favelas, eventualmente se acoplando a isso a conversão plena da posse em propriedade titulada, não é uma exigência nem um pouco nova: o desmascaramento, por Engels, em seu *Para a questão da habitação* (ENGELS, 1983), do caráter intrinsecamente reacionário de quaisquer “soluções” que não ponham em xeque a instituição da propriedade privada e o capitalismo em seu conjunto merece ser lembrado,

³¹ Entrevista concedida por Ana Paula Baltazar a Raquel Costa na ocasião do projeto “Ocupar Espaços” em 2006.

tanto mais em uma hora em que grande parte da “esquerda urbana” brasileira exaure suas forças em uma apologia do potencial positivo de instrumentos legais como os contidos no Estatuto da Cidade e na Medida Provisória 2.220/2001. (SOUZA, M., 2006, p. 290).

O compartilhamento de lotes também não colocaria obstáculos à desejável e posterior legalização da Ocupação, posto que em caso de desapropriação o terreno seria doado à coletividade, e não individualizado, segundo conta uma advogada e ex-militante:

Porque existem instrumentos jurídicos que permitem legalizar ocupação coletivas, sabe, o usucapião coletivo mesmo cê não precisa individualizar os lotes. Idealmente, cê chegaria a individualizar no final do processo, mas assim, o usucapião não cabe pro caso de ocupações porque não tem a posse mansa e pacífica, mas assim, eu acho que de todo o ordenamento jurídico não seria tão fechado a uma ocupação coletiva não. Até porque todos os instrumentos eu acho que, vamos supor que faça uma doação, que o poder público desaproprie e faça doação, ele não vai individualizar. Ele vai fazer uma doação coletiva, assim. (MELO, 2015, ex-militante).

Não obstante, o argumento dos moradores quanto a possibilidade do compartilhamento dos lotes gerar conflitos reafirma, mais uma vez, a lógica consensual segundo a qual os conflitos devem ser suprimidos e ignorados, ao invés de discutidos. Mas, como se viu na Ocupação Dandara, ignorar a existência dos conflitos não contribui para sua supressão e pode gerar graves antagonismos. Cabe considerar também que essa negação do conflito é baseada em regras sutilmente incorporadas pelos moradores e que a invisibilização dos conflitos impede a reflexão e discussão sobre essas mesmas regras. Tal posição aponta novamente para a comunidade tradicional e ilusória e coloca obstáculos ao avanço rumo à comunidade real.

Por fim, não há como fomentar a criação de um território dissidente se utilizarmos a mesma lógica dos espaços heterônomos. Portanto, ainda que o projeto convencional cumpra uma função importante nas ocupações, ao conferir legitimidade a essas diante da opinião pública e do Estado, ele não se adequa à realidade cotidiana desses espaços, além de ser mais uma heteronomia imposta aos moradores. O espaço social está submetido a diversas camadas de relações sociais e de poder que são impossíveis de serem abarcadas com um projeto.

5.1.3. Expectativas frustradas

Um importante aspecto a ser considerado na relação de dependência estabelecida entre o grupo de suporte e moradores é a criação de expectativas por parte desses últimos. Contudo, essa expectativa não é gerada unicamente pelos moradores, mas é constantemente alimentada pelo próprio grupo de suporte. Em alguns momentos ao longo do processo de produção do parquinho ficou claro que os moradores acreditam que o grupo de suporte possui recursos e caminhos desconhecidos para eles. Isso é verdade em muitos casos, no entanto, nem sempre o grupo de suporte possui realmente condições – financeiras, técnicas ou mesmo de disposição de tempo – para de fato se responsabilizar por alguns processos. Além disso, ao tomar a frente dos processos, o grupo de suporte fomenta a reprodução dessa dependência e usurpa o protagonismo que deveria ser dos moradores.

É ainda mais problemático quando o grupo de suporte não corresponde, por uma série de motivos, às expectativas criadas. O que em geral acontece é que os processos em curso dependem da boa vontade de militantes ou apoiadores, desse modo esses ficam “amarrados” em poucas pessoas. Quando elas não podem continuar conduzindo os processos, eles são muitas vezes descontinuados, gerando frustração nos moradores envolvidos. A fala de uma liderança expressa essa frustração e, ao mesmo tempo, a expectativa e a introjeção da dependência da organização política.

Eu gosto de ser franca, clara nas coisas e tô falando por mim. Mas a gente veio de uma cansaça de reuniões, de encontro, até reduzir a nada. Tô falando por mim. *E aí o que que aconteceu, aí as brigadas foram pra lá, nós ficamos.* (FERNANDA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Apesar dessa dependência ser estimulada, mesmo que inconscientemente, por vezes os moradores conseguem romper com ela. Exemplo disso é uma situação ocorrida no ano de 2015 quando a Frente de Mulheres da BPs juntamente com um grupo de moradoras da Ocupação iniciaram discussões acerca da autoestima da mulher negra. A partir dessas discussões surgiu a proposta da organização de desfiles em outras ocupações que seriam protagonizados pelas moradoras envolvidas. Entretanto, como a militante que estava à frente desse processo precisou se ausentar, a mobilização das mulheres terminou se retraindo e o processo não teve continuidade nesse ano. No entanto, posteriormente no início de 2016 uma das moradoras desse grupo organizou junto ao coletivo Diversas um desfile na Funart, que

ocorreu em março no contexto da comemoração do dia das mulheres, como já havia sido relatado anteriormente. Esse desfile e o processo de produção do parquinho oportunizaram a retomada, com maior constância, do trabalho da Frente de Mulheres junto às moradoras. Isso mostra que embora muitas vezes os processos estejam “amarrados” em algumas pessoas, a atuação das militantes forneceu às moradoras contatos com pessoas e grupos externos, o que permitiu que uma delas rompesse com essa dependência e tomasse a frente da organização do desfile. Assim, ainda que haja uma dependência que é reforçada muitas vezes, as discussões estimuladas pela Frente de Mulheres tem um reflexo bastante positivo. A partir desse desfile consolidou-se um grupo de mulheres que passou a discutir sobre a formação de uma cooperativa. Ao mesmo tempo é preocupante que a moradora que organizou o desfile, e que foi uma peça chave no processo de produção do parquinho por sua posição bastante crítica, não foi integrada à discussão da formação da cooperativa. Formou-se, então, um grupo bastante neutro onde facilmente é possível manter os laços de dependência.

Ainda quanto à expectativa que comumente os moradores criam em torno da atuação do grupo de suporte, há de se considerar que as diferenças de *habitus* entre os integrantes desse e os moradores tem um importante papel nesse contexto. Enquanto o grupo de suporte se foca no planejamento dos processos e em aspectos mais abstratos, os moradores são mais imediatistas, além de terem pouca disposição para reuniões. Essa diferença fica bem clara na posição do grupo de lideranças em relação à BPs:

[...] se a gente fechou a ideia do parquinho, decidi, nós sabemos que o parquinho vai sair! Não vai ficar aquela história aquele lero lero de reunião, que a reunião demora aí alguém vai embora. Hoje nós estamos trabalhando assim aqui na Dandara. Nós estamos traçando um novo modelo. Um modelo que não é aquele *modelo político*³² não, sabe? É um modelo realizador, tipo assim... ah! A Helena vai fazer o projeto do parquinho, nós já resolvemos, então quanto tempo nós vamos gastar pra fazer o parquinho? Então nós vamos lá e fazemos o parquinho já chama as crianças... porque a comunidade ela cansou! Por exemplo, nós ficamos aqui seis anos e não tem nada na comunidade... né? *Quem liberou? Foi as BPs que liberou?* [Ele se

³² Por modelo político ao que o delegado se refere, entendo expressar a repulsa a uma atuação onde há muitas promessas e pouca ação, que embora se refira às BPs pode facilmente se identificar também com o Estado. A esse respeito cabe colocar a citação de Janet Biehl inserida em Souza, M., (2013): “[a] desconfiância e à hostilidade em relação à ‘política’ são muito profundas. No entanto, um exame mais de perto revela que o objeto do ressentimento popular não é a política, mas sim o Estado. Além do mais, o ressentimento contra o Estado é saudável e legítimo, uma vez que o Estado representa um conjunto de opressores [*a set of masters*], não o bem comum. Lamentavelmente, a política se acha hoje tão identificada com as técnicas de governo estatal [*Statecraft*], que, para muita gente, a hostilidade em relação ao Estado envenena a sua atitude em face da política”. (BIEHL, 1998, p. 90 apud SOUZA, M., 2013, p. 291-292, nota de rodapé 119).

referia ao processo de produção do parquinho] As Brigadas Populares não fizeram nada aqui. Tipo assim... aí quando estava abandonado aí nós chegamos e chamamos a comunidade, “vamos agir vocês, aí” juntamos, fomos lá compramos blocos.. “aqui fica bom? Beleza... fica bom aqui um canteiro?” “ô fulano quer dá um saco de cimento?”. É projeto assim, *passando em cima e indo embora*. (DANIEL, 2015, integrante do grupo de lideranças, grifo meu).

Em diversos momentos, as lideranças destacaram que “as coisas andam” quando são elas que orientam os processos, contrapondo com a atuação da BPs que, segundo elas, não resultou em benefícios efetivos para a Ocupação. Observo que para muitos moradores as discussões são pouco relevantes e a preocupação está voltada aos aspectos físicos e não em avanços que são tidos como abstratos. Quanto a isso vale destacar a fala do Daniel: “É projeto assim, passando em cima e indo embora”. A fala da liderança revela além da pouca importância atribuída às discussões, certo desdém pelo processo de planejamento. A respeito da falta de pensamento prospectivo presente na ralé estrutural, Lourenço (2014) e Mendonça (2014) já haviam observado esse aspecto nos moradores da Ocupação. Jessé de Souza (2009) ressalta que a disposição para o pensamento prospectivo, que pressupõe ainda outros atributos como a disciplina e autocontrole, não estão presentes no *habitus* da ralé³³. Essas características não estão focalizadas no imediato, que é onde estão situadas as preocupações desse grupo social. Contudo, ainda que o grupo de lideranças aparentemente dê pouca importância à etapa de planejamento, eles estabelecem uma diferença entre aqueles moradores que estão focados no trabalho intelectual e aqueles que servem como mão de obra. Isso ficou claro quando em alguns momentos as lideranças que se mostraram abertas à proposta da produção do parquinho sugeriram chamar determinados moradores para a construção desse, demonstrando não terem compreendido quando expus que não separaríamos os “moradores mão de obra” daqueles voltados ao planejamento. A proposta era que o grupo envolvido com a produção do equipamento participasse de ambos os momentos. Essa questão surgiu não apenas por parte das lideranças como também por parte de moradores que se habilitaram para trabalhar na etapa da construção, mas que mostraram-se pouco disponíveis para as reuniões. Tal situação revela que os moradores, de modo geral, estão acostumados a servirem de mão de obra e a serem comandados, mas não habituados a um processo mais abstrato como o de planejamento.

³³ A discussão, longe de ser resumida aos aspectos citados aqui, tem relação com o processo de socialização da ralé estrutural e aspectos estruturais como a desigualdade engendrada pelo capitalismo. Ver discussão em: “A Ralé Brasileira: Quem é e como vive”, 2009. E mais especificamente ao contexto das ocupações em: “Cidade Ocupada”, 2014, e “Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres”, 2014.

Ademais, o descolamento do grupo de lideranças em relação à BPs sugeriria um processo que poderia ser lido como positivo, de ganho de autonomia dos integrantes desse grupo, entretanto esses ganhos não se estendem a todas as lideranças. Uma vez que mesmo dentro do grupo de lideranças há aquelas que elaboram e impõem regras para os demais. Não obstante, os ganhos de autonomia desse grupo também não podem ser considerados como avanços para a Ocupação, uma vez que, como já se discutiu, as lideranças terminam por tutelar os demais moradores da Ocupação ao controlar e centralizar as decisões. Quando o Daniel questiona se foi a BPs que liberou o processo de produção do parquinho, ele revela ignorar a possibilidade de uma produção autônoma pelos moradores. Observa-se, portanto, a introjeção por parte do grupo de lideranças da imprescindibilidade da tutelação, seja desse mesmo grupo em relação aos demais moradores, seja de um agente externo; a BPs ou algum apoiador. O ressentimento demonstrado pelas lideranças em relação à BPs demonstra isso. Como a BPs em geral toma a frente dos processos, quando ela não o faz gera-se tensões entre os moradores justamente porque eles esperam que a organização tome a direção desses.

Então... é... a gente tem um grupo já pra trabalhar e aceitando gente trabalhando e fazendo as coisas... [...] Então a gente começou a trabalhar com o Daniel nos auxiliando, *não teve ninguém das Brigadas pra vir aqui guiar nós e conduzir nós*. A gente tá tentando se reerguer e botando as coisas pra funcionar, porque é o que a gente precisa. (FERNANDA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Na terceira reunião, uma moradora integrante do grupo de discussão afirmou que as lideranças acreditavam ser de responsabilidade da BPs a condução dos processos de produção dos equipamentos coletivos. No entanto, ela salientou que são os moradores os responsáveis pela construção desses. A moradora destacou ainda que a BPs vai até além do que deveria fazer e por essa razão “[...] criou uma dependência, e na hora que eles assustaram e viram que eles [BPs] não iam fazer, aí eles ficaram ‘ah mas as brigadas não fazem isso, não fazem aquilo outro’.” (LARISSA, 2015, moradora). Embora o comentário da moradora seja no sentido de defender a organização, não escapa a ela que o próprio modo de atuação da BPs engendrou essa dependência.

Essa frustração pode ser observada também em relação à atuação de arquitetos e estudantes de arquitetura na Ocupação. A atuação desses é vista, atualmente, com grande desconfiança por parte dos moradores. Quanto a isso vale destacar novamente que as ocupações têm-se tornado

cada vez mais campo de atuação desses profissionais, em geral para o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos de graduação. Entretanto, ainda são poucos os trabalhos que criticam a atuação convencional do arquiteto e empregam esforços no sentido de compreender como poderiam ser realmente úteis nesse contexto. A fala de uma liderança mostra o desgaste por parte dos moradores quanto à atuação desses profissionais.

Mas assim, tem muitos de fora, [...] gente que aproveita muito. Então a comunidade tá cansada, nós tamo cansado disso, tendeu? A gente quer coisa concreto, igual essa creche mesmo, já perdemos tempo demais com essa creche e nada foi resolvido até hoje, cê entendeu? Mas reunião uma atrás da outra... Reunião assim, esse projeto mesmo da creche já foi feito projeto lá em cima, no Centro Comunitário, já botaram aqui pra baixo, já trouxe projeto, já aprovou, desaprovou, tornou a aprovar, tornou a fazer, cê entendeu? Então é uma coisa que fica só no papel, e isso a gente tá cansado de papel. Já tá querendo é ver a coisa pronta, tendeu? Então essas coisas assim de reunião eu vou te falar, tem que ver alguma coisa acontecendo pra reunir o pessoal, o pessoal reúne, mas agora não tá assim, você ficar falando, falando, falando e pronto... (MARISA, 2015, integrante do grupo de lideranças).

Os projetos convencionais não trazem nenhum real benefício para os moradores, a despeito é claro da “aura” de legitimação que alguns deles conferem às ocupações. Os moradores não tem condições de delegar a outros a construção de acordo com o projeto. Como o projeto é fruto de um trabalho individual, os moradores se situam no papel de expectadores passivos, além do projeto exigir que eles sejam, ao mesmo tempo, construtores passivos. Contudo, mesmo desconsiderando a arrogância embutida nessa lógica, ainda que os moradores desejassem seguir o projeto dado, eles dificilmente conseguiriam compreender os códigos por detrás dele. A lógica do projeto está descolada das reais condições dos moradores da Ocupação também na medida em que não leva em conta questões cruciais ligadas ao planejamento, como onde conseguirão verbas, como será o processo construtivo, quais materiais serão necessários, processo de mobilização dos moradores para a construção etc. Além disso, a fala da liderança aponta mais uma vez para a verticalidade das relações entre o grupo de suporte e os moradores. Como, em geral, os moradores não são realmente os protagonistas do processo, em muitas reuniões eles assumem o papel de meros expectadores. Um real diálogo significa que os moradores tem tanto a dizer quanto o grupo de suporte. Como já foi apontado brevemente no tópico anterior, muitas vezes os arquitetos cumprem o papel de doutrinadores explicando aos moradores as razões das decisões e dos projetos serem de determinada forma, mas estando pouco abertos ao que os moradores têm a dizer.

Difícilmente estão propensos a abrir mão de sua autoridade e deixar que os moradores tomem as decisões, ainda que não concordem com elas. Ademais, a própria necessidade de um projeto convencional elaborado por um arquiteto, mesmo que aberto à participação, opera como um inibidor da autonomia dos moradores ao reafirmar a superioridade dos saberes técnicos e do trabalho intelectual em relação ao conhecimento dos moradores e ao trabalho braçal.

Especialmente quanto aos pesquisadores e estudantes é importante dar atenção à desigualdade dos benefícios que eles e os moradores auferem dessa relação. Frequentemente os pesquisadores e estudantes são muito mais beneficiados por essa relação que os moradores. Enquanto os primeiros dependem da ajuda dos moradores para a elaboração de seus trabalhos, pelos quais conseguem títulos importantes para sua carreira, comumente os moradores dispõem grande parte de seu tempo com pesquisadores e estudantes sem, muitas vezes, serem beneficiados pela atuação desses. Entretanto, em geral os técnicos, especialmente os arquitetos, não veem dessa forma. A invisibilização dessa relação desigual advém da atuação dos arquitetos ser encarada geralmente como uma filantropia. Dessa forma se inibe a possibilidade dessa atuação ser questionada, como o ditado popular que diz: “cavalo dado não se olha os dentes”. Essa ação missionária, já discutida por outros autores (KAPP et al, 2012), tem um viés pernicioso, visto que aquele que a exerce antes reforça as distinções de classe do que possibilita sua superação. Entretanto, embora os moradores não deixem isso claro e nem questionem diretamente os arquitetos, essa desigualdade não os escapa. Mas como isso não é discutido, com o passar do tempo gera-se um receio, a priori, em relação a quaisquer propostas. A fala da moradora Larissa evidencia essa relação.

É, mas eu entendo que que a Marisa tá falando, porque por exemplo assim oh, vem e fala assim “ai, vamos criar um projeto de um Centro Comunitário que vai ter isso e aquilo outro”. *O trabalho da pessoa é criar o projeto, só que aqui nós não temos condições...* porque a gente tá construindo a nossa casa ainda, então a gente não tem condição sozinhos de pegar aquele trem ali e fazer, entendeu? Às vezes pensa assim “ah mas a comunidade tem cinco anos, esse tanto de gente”, a gente sabe que cada um tem sua vida particular. Então assim, as vezes, se por exemplo a pessoa viesse e falasse “não, eu fiz esse projeto...” porque ou, se for parar pra pensar, *a ajuda que a gente dá pra esse povo não é pouca não. Não é pouca não, de contribuir pra ele ter uma profissão e uma coisa boa, que vai ganhar depois dinheiro em cima de nós mesmos.* Sabe? E daí pensar assim, “o que que eu vou contribuir agora? A comunidade contribuiu comigo, me ajudou fazer meu trabalho, me ajudou a formar. E agora, que que eu vou contribuir com a

comunidade?” Tendeu? Igual, já teve estudantes que veio aqui... e não é pouco não, né Marisa? Desce ali é um ônibus, quando vem pouco vem um ônibus, dois, três ônibus e vem. E aí a gente sabe, roda a Dandara toda e fala “ah, vou anotar seu telefone que eu vou mandar não sei o que aqui procês”; “ah, só de computador eu tenho pelo menos dois pra comunidade”. Fala pra mim se chegou computador? Não chegou, entendeu? Teve uma mulher que falou comigo assim “eu tô fazendo um projeto e eu quero doar material escolar”. Até hoje esse trem é engasgado ni mim, eu fiz ficha de mais de duzentas crianças pra poder ganhar material escolar do ano retrasado. Até hoje eu encontro as pessoas e as pessoas falam assim “e o material?” e eu fico, tipo assim né, “uai, será que o material chegou e a Larissa pegou pra ela?”. Entendeu? Então assim, esse tipo de coisa que a Marisa tá falando entendeu, que, né... (LARISSA, 2015, moradora, grifo meu).

6. CONCLUSÃO

Durante a experiência da produção do parquinho ficaram evidentes aspectos na Ocupação relacionados à comunidade tradicional e outros que podem oportunizar ganhos de autonomia e, assim, apontar para a comunidade real. Nesse contexto, a supressão de conflitos e o poder heterônomo do grupo de lideranças evidenciam aspectos relacionados à comunidade tradicional, ao mesmo tempo o individualismo e a desmobilização demonstram que a coesão presumida por essa noção de comunidade está longe de existir. Nesse sentido, a Ocupação se distancia da noção de comunidade tradicional e se aproxima do conceito de sociedade, definida por Tönnies como o local do estranhamento e da individualidade. Defender a comunidade real como horizonte estratégico significa defender uma oposição à comunidade tradicional, onde se suscita o consenso como fim em si mesmo e suprimem-se os conflitos. Como já foi apontando anteriormente, a supressão dos conflitos não impede que eles existam, mas contribui enormemente para gerar antagonismos dificilmente reversíveis.

Cabe agora sistematizar os aspectos identificados durante a experiência de produção do parquinho que apontam para a comunidade tradicional e os que apontam para a comunidade real. Além da supressão de conflitos, outros aspectos podem ser relacionados com a comunidade tradicional. Durante o processo ficou claro que as lideranças centralizam um poder heterônomo na Ocupação. Embora isso nem sempre seja explicitado, sobretudo para os apoiadores, há regras de conduta claras que intimidam os moradores. Essa centralização de poder reflete-se na territorialização dos espaços e dificulta, enormemente, o exercício da autonomia dos moradores sobre eles. Há ainda uma forte coesão nesse grupo de lideranças. Isso foi evidenciado em diversos momentos, mas, sobretudo, na terceira reunião quando as lideranças afirmaram que nenhum integrante poderia se engajar no processo, uma vez que o grupo de lideranças não seria protagonista dele. É bastante claro que dentro desse grupo foram estabelecidas regras que impedem que seus integrantes ajam livremente. Essa espécie de cúpula do poder na Ocupação, com o estabelecimento de uma relação de tutela com os moradores, a aproxima da comunidade tradicional. É importante considerar ainda as graves limitações observadas na Ocupação Dandara. Nela há uma disputa de poder clara e uma heteronomia que é imposta por muitos lados, fragilizando os moradores e solapando as possibilidades de processos como o que foi proposto.

Outro aspecto que ficou claro, especialmente na etapa de construção do parquinho, foi a dificuldade em romper com a lógica da participação heterônoma, que está também vinculada à noção da comunidade tradicional. Embora eu tivesse destacado muitas vezes que os moradores deveriam se responsabilizar pelo processo e assumir seu protagonismo, a maior parte dos moradores recusou-se a fazê-lo. Somente uma das moradoras tomou a frente do processo e foi, inclusive, responsável por muitas das articulações que tornaram possível a construção do parquinho. Os demais moradores meramente participaram do processo. Cabe considerar, contudo, que de fato existem na Ocupação formas de opressão contra as quais os moradores pouco podem fazer. O que justifica o receio deles em tomar a frente em qualquer processo. A intervenção sobre um espaço coletivo à revelia do consentimento do grupo de lideranças gerou conflitos com os quais os moradores deverão conviver cotidianamente, portanto, são eles o elo mais frágil dessa relação. Não faz sentido exigir que os moradores assumam uma posição de enfrentamento. Por isso, foi necessário que nos momentos de negociação com as lideranças eu assumisse uma posição de destaque. Se por um lado durante a etapa de planejamento nós ignoramos o poder do grupo de lideranças, só foi possível construir o parquinho após negociar e reconhecer o seu poder.

Ainda quanto à participação é importante destacar que os moradores não estão acostumados a realmente assumir o protagonismo nos processos. Muitas questões contribuem para isso. A imagem de superioridade que os técnicos apoiadores assumem a priori contribui para que suas opiniões não sejam questionadas. Associado a isso está a comum posição dos técnicos de não questionar sua própria condição de superioridade. Outro ponto importante que está relacionado à dificuldade de romper com essa participação heterônoma é a comum afirmação da necessidade de ganhos concretos, os quais nem sempre trazem ganhos de autonomia. Os moradores tendem a dar pouca importância às discussões e focalizar na concretização do processo. Desse modo, atropelam-se reflexões e discussões fundamentais para que os moradores alcancem ganhos de autonomia e rompam com a posição de submissão que comumente assumem diante do grupo de suporte. Não desejo com isso defender que a concretização do processo seja menos importante, a construção do parquinho foi essencial para que os moradores compreendessem a heteronomia e a questionassem, embora sem que isso resultasse em uma ação efetiva no sentido de enfrentá-la. No entanto, é fundamental ressaltar a importância do diálogo nos processos. Por vezes, também os técnicos focalizam a concretização dos processos, dando pouca importância às discussões. No caso dos arquitetos é comum que essa concretização desejada não signifique a construção em si, mas a finalização

de um projeto. E embora esse seja visto como um elemento fundamental pelos arquitetos, não é encarado da mesma forma pelos moradores. Em geral, para eles o projeto não tem outra utilidade a não ser de legitimar o processo, o que reafirma a superioridade dos saberes técnicos. Desse modo, como por vezes os técnicos também focalizam ganhos concretos, sejam assim percebidos pelos moradores ou não, eles costumam assumir a frente dos processos sob a justificativa de que dessa forma se agilizaria o andamento desses. A tomada do protagonismo pelos técnicos, sejam eles militantes ou apoiadores, termina por reafirmar a superioridade desses e demonstra que é dado um papel secundário à discussão com os moradores, que são os principais interessados. Ao mesmo tempo, é importante considerar que é muito difícil não tomar a frente dos processos. Tanto porque os moradores muitas vezes assumem uma passividade que é difícil de ser rompida, quanto porque nós técnicos estamos acostumados a tomar a dianteira em assuntos que supostamente dominamos. Além disso, em razão da passividade dos moradores e da posição superior que eles veem como imanente à condição dos técnicos, facilmente conseguimos impor nossas opiniões. Soma-se a essas questões o fato de que os próprios moradores muitas vezes pressionam os técnicos por ganhos concretos e pela condução dos processos. Por isso, embora defenda que devemos estimular os moradores a assumirem o protagonismo dos processos coletivos, reconheço que essa é uma tarefa nada fácil.

Cabe agora sistematizar os aspectos que estão relacionados à comunidade real. Antes de mais nada é importante destacar que os ganhos de autonomia não são absolutos ou podem ser quantificados, mensurados. Além disso é difícil analisar em um curto espaço de tempo os eventuais ganhos de autonomia. Por outro lado, as relações heterônomas são muito mais explícitas e, portanto, são mais fáceis de serem analisadas. A avaliação feita aqui tem como base o que considero oportunidades de ampliação da autonomia dos moradores. Inicialmente, a própria anuência dos moradores em participar de um processo à revelia do grupo de lideranças pode ser lido como um aspecto que aponta para a comunidade real. Durante as reuniões os moradores protagonizaram as discussões e efetivamente decidiram sobre o andamento do processo, embora a maioria tenha-se distanciado dele em alguns momentos. Além disso, na etapa de construção os moradores conseguiram se organizar sem que alguém orientasse os trabalhos. A valorização dos espaços coletivos e as críticas dos moradores em relação ao poder heterônimo do grupo de lideranças evidenciam que os moradores reconhecem algumas das opressões que limitam sua autonomia. É importante destacar que mesmo após a autorização pelo grupo de lideranças da construção do parquinho no terreno ao

lado do Centro Comunitário, esse processo não ocorreu sem conflitos. Algumas lideranças claramente não desejavam que o parquinho fosse construído, dessa resistência surgiram alguns conflitos nos dias dos mutirões. No entanto, ainda assim, os moradores nesse momento reafirmaram sua autonomia sobre o espaço coletivo ao darem prosseguimento à construção do equipamento.

Vale destacar ainda que ganhos de autonomia geram ganhos de autonomia. Por isso, não há como marcá-los no tempo uma vez que é um processo contínuo. O processo de produção do parquinho na favela Mãe dos Pobres mostra que houve ganhos de autonomia para os envolvidos. Os moradores envolvidos nesse processo conseguiram se organizar autonomamente com base no que já haviam feito no parquinho da Dandara para intervir em um espaço para além da Ocupação. Embora esse processo tenha ocorrido de forma heterônoma, com moradores externos (da Dandara) intervindo em outro espaço e os moradores desse não se engajando no processo, ele mostrou que os primeiros são capazes de se organizar autonomamente e produzir um espaço sem a mediação de um arquiteto.

Quanto especificamente a minha experiência nesse processo como arquiteta é importante fazer alguns apontamentos. Nós arquitetos estamos acostumados a definir no projeto precisamente todos os aspectos da edificação. A própria lógica do projeto contribui para isso, uma vez que um “bom” projeto é definido como aquele que prescreve os elementos da construção e tenha independência em relação a seu autor. Assim, o projeto no canteiro de obras se configura quase como uma “receita de bolo” a ser seguida precisamente pelos operários. Qualquer necessidade de alteração do projeto por incompatibilidade com a obra é vista como uma deficiência desse ou do próprio processo de construção. Em contraposição a isso, o processo de produção do parquinho mostrou que embora o planejamento seja fundamental em uma experiência como essa, é necessário que ele esteja aberto às contingências. É impossível determinar diversas questões, uma vez que elas estão submetidas à dinâmica do tempo e da reflexão e debate entre os envolvidos na experiência. É no próprio processo que esse se delinea e aponta para os próximos passos, conquanto seja imprescindível que esse seja precedido por um planejamento que compreenda essa dinâmica.

Outro ponto importante é quanto à expectativa que nós técnicos nutrimos em relação aos processos que se dão em espaços de grandes fragilidades, como é o caso das ocupações. Nesses espaços existem relações de poder, conflitos e outras questões que dificultam a

atuação que tenha em vista ganhos de autonomia. Embora critique em diversos momentos o posicionamento dos militantes e apoiadores nesse trabalho, eu não desconsidero as dificuldades de atuar em um contexto como o da Ocupação Dandara, mesmo que não se tenha como objetivo fomentar a ampliação da autonomia dos moradores. As dificuldades são enormes, o que faz com que os processos muitas vezes sejam morosos e aparentemente apresentem resultados insignificativos. Por isso, embora tenhamos um horizonte radical, de superação do capitalismo, não podemos esperar transformações igualmente radicais. Essas mudanças acontecem aos poucos, nem sempre podemos verificar os resultados de determinado processo assim que ele termina. O processo de ampliação da autonomia e, por fim, de emancipação ocorre num tempo que não é o da nossa atuação nos espaços.

Por fim, o processo mostrou que é possível uma atuação dos arquitetos que rompa com o *modus operandi* tradicional focado na lógica do projeto. Mostrou ainda que os moradores são capazes de planejar e decidir sobre seus espaços. A valorização dos espaços coletivos e a crítica àqueles que desejam se apropriar deles mostra que o imaginário individualista não conseguiu suprimir o apreço às questões coletivas. E, portanto, esses aspectos podem e devem ser explorados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Soziologische Schriften I*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1995 apud KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO, Denise. *Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas*. [S. I]: MOM, 2008. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/3a_aula/Exercicio_critico.pdf>. Acesso em jan. 2016.

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALVES, Tiago Cícero. *Ocupe: um jogo para as ocupações urbanas*. Trabalho de Conclusão (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Da violência*. Tradução de Maria Cláudia Drummond. Brasília: Unb, 1985.

ASTIER, Isabelle; LAE, Jean-François. *La notion de communauté dans les enquêtes sociales sur l'habitat em France*. Genèses, n. 5, p. 81-106, sept. 1991 apud VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. *Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços*. Impulso, Piracicaba, v. 17, n. 44, p. 93-104, 2006.

BALTAZAR, Ana Paula. *O espaço como evento*. Versão completa da entrevista concedida por Ana Paula Baltazar à Raquel Costa em ocasião do Projeto Ocupar Espaços da ONG Oficina de Imagens, 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/lagear/?page_id=384>. Acesso em dez. 2016.

BIEHL, Janet. *The Politics of Social Ecology*. Montreal e outros lugares: Black Rose Books, 1998 apud SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos Fundamentais da pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu na crise*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOSI, Alfredo. *Economia e Humanismo*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 75, mai./ago., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200017>. Acesso em dez. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio. (Org.). *Escritos de educação*. Tradução de Magali de Castro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 71-80.

BRASIL. *Estatuto da Cidade (2001)*. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em jun. 2015.

BRIGADAS POPULARES. *Quem somos*. [S.I.], 2009. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/05/brigadas-populares-e-uma-organizacao.html>>. Acesso em jul. 2014.

_____. *Estrutura Organizativa das Brigadas Populares*. [S.I.], 2009 Disponível em: <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/06/estrutura-organizativa-das-brigadas.html>>. Acesso em jul. 2014.

BRIGADAS POPULARES. *Manifesto das novas Brigadas Populares*. [S.I.], 2011. Disponível em: <<http://brigadaspopulares.org.br/>>. Acesso em jan. 2016.

CARARO, Aryane Beatryz. *Livros digitais infantis: narrativa e leitura na era do tablete*. Dissertação (Mestrado em Teoria e Crítica de Arte) – Interunidades Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Henrique Soares da. *Ecumenismo, sim... mas qual?* [S.I.], Dom Henrique, 2009. Disponível em: <<http://www.domhenrique.com.br/index.php/doutrina-catolica/362-ecumenismo-sim-mas-qual>>. Acesso em set. 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Representação ou Participação?* In. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1990 apud LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas: Autores Associados, 1996.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRO, Waldir. *Os perigos do Ecumenismo*. [S.I.], Solascriptura, [s. d.]. Disponível em: <<http://solascriptura-tt.org/SeparacaoEclesiastFundament/PerigosDoEcumenismo-Ferro.htm>>. Acesso em set. 2015.

FREEMAN, Jo. *A Tirania das Organizações sem Estrutura*. 1970. Disponível em: <[http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_esturutura_\(1\).pdf](http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/files/event/26881/a_tirania_das_organiza%C3%A7%C3%B5es_sem_esturutura_(1).pdf)>. Acesso em set. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_pedagogia_do_oprimido.pdf>. Acesso em jun. 2015.

_____. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessário à prática educativa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, vol.: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

ILLICH, Ivan. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1996.

JORNAL DANDARA. Ano III, n. 96, Ocupação Dandara, Belo Horizonte, 13 mar. 2013.

JORNAL DANDARA. Ano III, n. 93, Ocupação Dandara, Belo Horizonte, 03 abr. 2013.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 apud SOUZA, Marcelo Lopes de. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYNTHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. In: Anais do CTHab 2012 – IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia – Inovação e Responsabilidade, Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ/UFSC e Associação Catarinense de Engenheiros – ACE/SC, 2012.

KAPP, Silke, BALTAZAR, Ana Paula, MORADO, Denise. *Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas*. [S. I], MOM, 2008. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/3a_aula/Exercicio_critico.pdf>. Acesso em jan. 2016.

KAPP, Silke. *Autonomia Heteronomia Arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004.

_____. *A outra produção arquitetônica*. In: Estéticas do Deslocamento. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/kapp-outra-producao.pdf>>. Acesso em jun. 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, João Marcos; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. In: Anais

SILACC 2010 – Simpósio Ibero Americano “Cidades e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas”. São Carlos: USP-SC, 2010.

LOSS, Adolf. *Sobre um pobre homem rico*. 1890. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/loos_pobre_homem_rico.pdf>. Acesso em jun. 2015.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. *Cidade Ocupada*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MACIVER, Robert Morrison, PAGE, Charles Harrison. *Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social*. In: *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. Organizador: Florestan Fernandes (Org.), São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

MALAFAIA, Silas. *Pr. Silas Malafaia alerta sobre o ecumenismo: Esse movimento objetiva prostituir espiritualmente a verdadeira Igreja de Cristo*. [S.I.] JM Notícia, 2014. Disponível em: <<http://www.jmnoticia.com.br/fiqueligado-1923-pr-silas-malafaia-alerta-sobre-o-ecumenismo-esse-movimentoobjetiva-prostituir-espiritualmente-a-ver.html>>. Acesso em set. 2015.

MARICATO, Ermínia. *Nunca fomos tão participativos*. Carta Maior. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniaio/Nunca-fomos-tao-participativos/20899>. Acesso em ago. 2014.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MAYER, Joviano Gabriel. *Brigadas Populares*. [S.I.] Youtube, 2011. Entrevista concedida a Elaine Tavares. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2yj5mFiX9II>>. Acesso em jan. 2016.

MELO, Cintia de Freitas. *Aspectos da teoria derivacionista do estado na produção capitalista do espaço urbano: um estudo sobre o programa vila viva no aglomerado da serra*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MENDONÇA, Carina Guedes de. *Arquitetura na periferia: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MIRANDA, Isabella Gonçalves. *OCUPANDO SONHOS: A Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana*. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MOM. *O que é a interface de espacialidade*. Interface de Espacialidade. [200-?]. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/04_inter_espacial/autod.htm>. Acesso em jan. 2016.

MOREIRA, Frei Gilvander Luís. *Comunidade Dandara, exemplo de luta por dignidade*. IHU, 3 mar. 2013. Entrevista concedida a Márcia Junges e Ricardo Machado. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/517900-sendo-editada-comunidade-dandara-exemplo-de-luta-por-dignidade-entrevista-com-frei-gilvander-moreira-sobre-a-luta-da-comunidade-dandara-para-o-ihu-unisinos-gilvander-luis-moreira>>. Acesso em jul. 2014.

_____. *Horta Comunitária na Dandara em Belo Horizonte: Mardone Coelho Ferreira*. 06/07/2012. [S.I.] Youtube, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lk04e2VVrr4>>. Acesso em dez. 2015.

_____. *Dandara é uma Comunidade rururbana. José Geraldo, o Zezé, apresenta suas hortas*. 22/09/2012. [S.I.] Youtube, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RjS5ebeSQAo>>. Acesso em dez. 2015.

_____. *Dandara, Comunidade Rururbana, em Belo Horizonte: Ângela Fagundes - Construir e Plantar!* 06/10/2012. [S.I.] Youtube, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FUqmbYBSQ3g>>. Acesso em dez. 2015.

_____. *Na Ocupação-Comunidade Dandara, em Belo Horizonte, Horta comunitária - com Fátima* - 06/05/2012. [S.I.] Youtube, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FUqmbYBSQ3g>>. Acesso em dez. 2015.

NOGUEIRA, Priscila Silva. *Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

OCUPAÇÃO DANDARA. *Resposta das Brigadas Populares à matéria publicada ontem (03/03) pelo Jornal Estado de Minas*. Blog Ocupação Dandara, 2010. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2010/03/resposta-das-brigadas-populares-materia.html>>. Acesso em jan. 2016.

OUDENAMPSEN, Merijn. *Aldo van Eyck and the City as Play-ground*. Merijnoudenampsen, 2013. Disponível em: <<https://merijnoudenampsen.org/2013/03/27/aldo-van-eyck-and-the-city-as-playground/>>. Acesso em mar. 2015.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Orçamento Participativo cada vez mais presente em sua vida*. [S.I.], 2014. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/noticias/2014/08/orcamento-participativo-20152016>>. Acesso em fev. 2016.

PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O dissenso*. In: *A crise da razão*. Organizador: Adauto Novaes (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVEIRA, Maria Lúcia Veloso; FERRON, Milton; BATISTA, Patrícia de Castro; VERISSIMO, Pedro. *Regularização Fundiária: Democratização do acesso à propriedade urbana*. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=17487&chPlc=17487>>. Acesso em jun. 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e À Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante*. Revista Cidades, v. 4, n. 6, p. 101-114. 2007

_____. *Em torno de um hífen*. Revista Formação, v. 1, n.15, p.159-16. 2008a.

_____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2008b.

_____. *Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto*. Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, v. 6, n. 9, p. 29-66, jan./jun. 2009

_____. *Os conceitos Fundamentais da pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. *O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná E. de et al. (orgs): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 apud SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos Fundamentais da pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de., RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004. Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo. Edição Kindle.

SOUZA, Marcelo Lopes de., TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *Fincando bandeiras, ressignificando os espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto*. Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, v. 6, n. 9, p. 29-66, jan./jun. 2009.

SOUZA, Jessé (orgs.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STEVENS, Gerry. *O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Tradução de Lenise Garcia Corrêa Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*. In: *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. Organizador: Florestan Fernandes (Org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, out, 2000.

VIRISSIMO, Vivian. *Ocupação Dandara garante: vai resistir a tentativas de reintegração*. [S.I], Sul 21, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ocupacao-dandara-afirma-vai-resistir-a-tentativas-de-reintegracao/>>. Acesso em jan. 2016.

WEBER, Max. *Comunidade e sociedade como estruturas de socialização*. In: *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. Organizador: Florestan Fernandes (Org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.